

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**COMUNICAÇÃO: DISCURSO, FAIT DIVERS E PODER EM *O NACIONAL*  
– UMA ABORDAGEM DIALÉTICA –**

**Bibiana de Paula Friderichs**

**Porto Alegre, novembro de 2010.**

Bibiana de Paula Friderichs

**COMUNICAÇÃO: DISCURSO, FAIT DIVERS E PODER EM *O NACIONAL*  
– UMA ABORDAGEM DIALÉTICA –**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto José Ramos

Porto Alegre  
2010

Bibiana de Paula Friderichs

**COMUNICAÇÃO: DISCURSO, FAIT DIVERS E PODER EM O NACIONAL**  
**– UMA ABORDAGEM DIALÉTICA –**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Roberto José Ramos (Orientador)

\_\_\_\_\_

Prof. Dra. Maria Aparecida Remédios (PUC)

\_\_\_\_\_

Prof. Dra. Beatriz Marocco, (Unisinos)

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Antônio Castrogiovanni (UFRGS)

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Maria Beatriz Rahde (PUC)

\_\_\_\_\_

F898c Friderichs, Bibiana de Paula

Comunicação : discurso, fait divers e poder em O Nacional :  
uma abordagem dialética / Bibiana de Paula Friderichs. – 2010.

219 f. : il., color. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.  
Orientador: Prof. Dr. Roberto José Ramos.

1. Comunicação de massa – Pesquisa. 2. Análise do discurso.  
3. Comunicação escrita. 4. Barthes, Roland, 1915-1980. I. Ramos,  
Roberto José, orientador. II. Título.

CDU: 659.3

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

A minha vó Lourdes, pela energia e bravura de sempre.

## **AGRADECIMENTO**

Por onde começar quando são tantos? Então quero agradecer aos meus pais, à Maria Dolores e ao Vlademir, e ao meu irmão, João, por todos os sentidos produzidos e compartilhados, sem restrições. Por realizarem-se em mim, como eu neles. Pelo apoio incondicional e bravata de uma vida. Ao Diego, meu marido, por me acordar para o amor e um turbilhão de outras emoções, a cada dia e sempre. Também por me ensinar a fazer concessões. Ao Ruan pelos sorrisos. Ao professor Roberto Ramos e a Maria Luiza pela humanidade que lhes é peculiar. A Verônica, a Maria Júlia, a Malu, ao Augusto e ao Ganga, por escolher se tornar minha família além-rio, mesmo nas ausências. A Bibi Maracujá, por todas as horas. Por ouvir minhas linhas sempre que necessário e por compartilhar gostos e crenças, ou saber respeitá-las. Ao Augusto e ao Benami, pela paciência e estímulo. À equipe da AGEXRT pelo apoio constante. Aos meus alunos pelo encorajamento e carinho. Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela oportunidade de construir. À CAPES pelo apoio institucional.

*“Quem sabe assim ler, eu pensava,  
não carrega medo em suas andanças.  
Quem decifra o livro da natureza,  
ganha de todos em coragem.  
E o menino, por assim bem ler,  
tinha a escrita na ponta dos dedos:  
pescava, remava, tecia, colhia, plantava e  
amava”.*

*Bartolomeu Campos Queirós*

## RESUMO

O homem se constitui na linguagem, e os Discursos em circulação pelo cotidiano social são espaços de realização da sua subjetividade, não apenas porque constrói este ou aquele significado na medida em que é atravessado pelos signos, mas pelo jogo próprio do trabalho de significação, que invariavelmente o coloca diante do caleidoscópio da alteridade. Essa linguagem, produto de um contrato coletivo e diacrônico, não lhe confere só identidade; mais do que isso, confere-lhe existência; e compreender tal dinâmica equivale a apontar para a problemática com a qual nos surpreendemos envolvidos: a linguagem e toda a sua complexidade é a matéria-prima na tecelagem da Comunicação, em particular, da Comunicação Midiática; portanto, é nos seus Discursos que o sujeito contemporâneo se faz e se refaz. Uma vez que esta linguagem traduz as relações sociais, é nela também que se inscreve o Poder; a cada dobra do tecido-texto ele coloca os estereótipos e a edificação das articulações estruturais a serviço de sua manutenção, a exemplo do *Fait Divers* na narrativa jornalística. Por isso, acreditamos na necessidade de realizar uma crítica ativa à *monossemia* ou a *polissemia hierarquizante* do sentido, condição esta que pauta a escolha do objeto, os recortes e as opções teórico-metodológicas desta tese.

Ancorada pelo Método Dialético Histórico-Estrutural (DHE) e pela técnica metodológica da Semiologia, a presente investigação propõe-se estudar a discursividade de 14 Notícias publicadas no jornal *O Nacional* (Passo Fundo/RS), contemplando a produção de sentido em nível verbal e não verbal. Parte dessas Notícias se refere ao caso *Clodoaldo Teixeira*, de 1979, e outra parte, ao caso *Adriano da Silva*, de 2006. A análise será realizada por intermédio de seis categorias barthesianas: Discurso (Pirâmides Normal, Invertida e Mista, Fotografia); *Fait Divers*; Estereótipo; Mito; Poder e o Socioleto (Encrático e Acrático). Fazendo isso, não intencionamos imitar o leitor – o outro leitor, os muitos leitores que derivam no tempo e no espaço – nem mesmo encontrar o sentido final do discurso nesses tempos (porque não há um sentido oculto e/ou verdadeiro); mas nos desprendermos da história como contingência, da ideia de acaso, e, a partir do Jornalismo, significar



(leitura como espaço de subjetividade) e/ou ressignificar (leitura como memória coletiva) a imagem das relações que o homem mantém (mantém) em sociedade.

**Palavras-chave:** Comunicação, Discurso, Poder, *Fait Divers* e Roland Barthes.

## Abstract

Man is constituted in language, and Speeches in movement through social day-to-day are the spaces of realization of their subjectivity, not only because it builds this or that meaning as it is crossed by signs, but by the own game of the meaning work, which invariably puts it before the kaleidoscope of otherness. This language, product of a collective contract and diachronic, not only confers him identity; more than that, it gives him existence, and understanding such dynamics is equivalent to point to the problematic with which we were surprised when involved: the language and all its complexity is raw material for the weaving of Communication; in particular, of Mediatic Communication; therefore, it is in his Speeches that the contemporary individual is made and remade. Once that this language translates the social relations, it is also in it that Power is enrolled; at every fold of tissue - text it puts the stereotypes and the edification of structural joints in service for its maintenance, like the *Fait Divers* on the journalistic narrative. That's why we believe in the need for an active critic to the *monosemia* or *hierarchical polysemy* of the sense; that condition guides the choice of the object, the clippings and the theoretical and methodological options of this thesis.

Anchored by the Historical-Structural Dialectical Method (HSD) technical and the methodology from the Semiology, this research proposes to study the discourse of 14 news published in the newspaper *O Nacional* (Passo Fundo / RS), covering the production of sense in both verbal and nonverbal levels. Part of these news refer to the case 'Clodoaldo Teixeira', occurred in 1979, and another part to the case 'Adriano da Silva', from 2006. The analysis will be performed through six Barthesian categories: Speech (Normal, Reverse and Mixed, Photography); *Fait Divers*; Stereotype, Myth, Power and *Sociolect* (*Encratic* and *Acratic*). Doing so, we do not intend to imitate the reader - the other reader, the many readers who drift in time and space - not even find the final meaning of the speech in these times (because there no hidden and / or true meaning); but we have loosen ourselves from the history as contingent, from the idea of random, and, from journalism, mean (reading as space of

subjectivity) and / or re-mean (reading as collective memory) the image of the relations that man kept (keeps) in society.

**Keywords:** Communication, Speech, Power, *Fait Divers* and Roland Barthes.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Capa do jornal <i>O Nacional</i> 06/02/1979	<b>74</b>
<b>Figura 02</b> – Página 02 do jornal <i>O Nacional</i> 06/02/1979	<b>76</b>
<b>Figura 03</b> – Contra-capa do jornal <i>O Nacional</i> em 06/02/1979	<b>77</b>
<b>Figura 04</b> – Capa do jornal <i>O Nacional</i> em 07/02/1979	<b>96</b>
<b>Figura 05</b> – Página 02 do jornal <i>O Nacional</i> em 07/02/1979	<b>99</b>
<b>Figura 06</b> – Página 03 do jornal <i>O Nacional</i> em 07/02/1979	<b>102</b>
<b>Figura 07</b> – Página 05 do jornal <i>O Nacional</i> em 07/02/1979	<b>106</b>
<b>Figura 08</b> – Página 07 do jornal <i>O Nacional</i> em 07/02/1979	<b>109</b>
<b>Figura 09</b> – Contracapa do jornal <i>O Nacional</i> em 07/02/1979	<b>111</b>
<b>Figura 10</b> – Capa do jornal <i>O Nacional</i> 15/08/2006	<b>141</b>
<b>Figura 11</b> – Página 05 do jornal <i>O Nacional</i> 15/08/2006	<b>143</b>
<b>Figura 12</b> – Capa do jornal <i>O Nacional</i> 16/08/2006	<b>163</b>
<b>Figura 13</b> – Página 05 do jornal <i>O Nacional</i> 16/08/2006	<b>166</b>
<b>Figura 14</b> – Página 06 do jornal <i>O Nacional</i> 16/08/2006	<b>168</b>
<b>Figura 15</b> – Página 07 do jornal <i>O Nacional</i> 16/08/2006	<b>172</b>
<b>Figura 16</b> – Página 08 do jornal <i>O Nacional</i> 16/08/2006	<b>175</b>
<b>Figura 17</b> – Página 09 do jornal <i>O Nacional</i> 16/08/2006	<b>177</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1 O NACIONAL EM DISCURSO: O CONTEXTO, A TEORIA E O MÉTODO</b>	<b>22</b>
<b>1.1 A Imprensa no Brasil</b>	<b>22</b>
1.1.1 A Imprensa em Passo Fundo	23
<b>1.2 O palco social dos discursos: a cidade de Passo Fundo</b>	<b>39</b>
1.2.1 Nossos personagens e as histórias a partir das quais escrevem	41
1.2.1.1 Tarso de Castro e o caso Clodoaldo Teixeira	42
1.2.1.2 Jacques Gosch e o caso Adriano da Silva	43
<b>1.3 Fundamentação teórica</b>	<b>45</b>
1.3.1 Discurso	46
1.3.2 Fait Divers	51
1.3.3 Estereótipo	54
1.3.4 Mito	55
1.3.5 Poder	58
1.3.6 Socioleto	60
<b>1.4 Metodologia</b>	<b>64</b>
<b>2 TARSO E O CASO CLODOALDO: UM DISCURSO DO SÉCULO PASSADO</b>	<b>71</b>
2.1 Edição 01: <i>“Tiro nas costas”</i>	73
2.2 Edição 02: <i>“Outro morto”</i>	95
<b>3 JACQUES GOSCH E O CASO ADRIANO: O IRRECUPERÁVEL NO JORNALISMO</b>	<b>137</b>
3.1 Edição 01: <i>“Sem saída”</i>	140
3.2 Edição 02: <i>“21 anos e 5 meses”</i>	162
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>198</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>215</b>

## INTRODUÇÃO

“Não existe sujeito fora da linguagem”. A pequena frase, embora inequívoca, abriga a extraordinária esfinge em torno da qual nos debatemos em inúmeras ciências. Sua brevidade também indicia a energia do signo, que a partir de uma relação dialética entre forma e conteúdo abriga, mesmo em acanhadas porções de linguagem, sentidos imprevisíveis, fugidios e múltiplos. Citado por Roland Barthes (1988, p. 106), o trecho referido aciona no ensaio *A paz cultural* essa trama de perspectivas inquietantes acerca dos descaminhos do Discurso na construção da realidade com a qual está reincidentemente conectado, menos como um sumidouro e mais como uma mapa sem mina, sem “xis”, uma rota abalada, onde a significação pode se dispersar. Não há uma imposição que determine o fim do sentido, seu fechamento, um significado único e acabado para determinado signo, por menor que seja o espaço que ocupa no texto – evidência peremptória diante da complexidade do papel que os falares ocupam na configuração do real.

Para o autor, o homem só se realiza na linguagem, a partir do atravessamento dos signos que estão por todos os lados e cujo “poder é infinito” (1971, p.270). Ela é a disparadora das dinâmicas instaladas no cotidiano e, mais do que isso, fonte de transformação do real palpável. A linguagem é a forma de organizar e compreender o mundo que nos rodeia, e os discursos através dela estruturados expressam as ideias de determinados sujeitos ou grupos sobre a realidade – na medida em que tentam defini-la ou explicá-la –, a consciência que esses indivíduos possuem de si, do outro e sobre o ambiente em que vivem. Essa é a matéria-prima para as nossas<sup>1</sup> reflexões.

---

<sup>1</sup> Utilizamos a primeira pessoa do plural neste projeto considerando os aspectos evidenciados pela DHE, que nos permitem compreender o real, como algo histórico e socialmente constituído. Vivemos em permanente relação com o outro e acreditamos que parte do fazer científico liga-se a um

Desde o início da sua história, o homem existe numa relação de alteridade e de troca com o outro. Por isso, não nos parece equivocado dizer que a discursividade está revestida de um caráter público. Aliás, caráter esse particularizado na contemporaneidade, em que as relações possíveis entre a realidade, a linguagem e o sentido parecem ter se tornado alvo de uma dinâmica de comunicação mediatizada. Na sociedade da informação e talvez, também, do conhecimento, os média multiplicaram-se como os principais canais de produção e distribuição de bens culturais, dominando os espaços de alteridade e de troca.

A Mídia tornou-se, assim, um lugar privilegiado do Discurso em suas diferentes manifestações, e a Notícia, conseqüentemente, uma forma de fala, um texto público, que circula pelo ambiente social e, portanto, provoca certo movimento. Através dela o homem pode construir novos sentidos sobre a realidade, conhecer sua própria imagem, se localizar como sujeito histórico e transformar as condições do cenário social com o qual está comprometido. Isso porque ler é também escrever, uma vez que, diante dos significantes oferecidos à fruição durante a leitura, é o leitor quem produz em si, concomitantemente, outro texto, no qual pode ressignificar o mundo ao seu redor e relacionar-se, de outros e inusitados modos, com ele.

Entretanto, para alguns autores, esta mesma Mídia, cujo potencial discursivo revela possibilidades de intervenção dos sujeitos diante da realidade, é sensacionalista; um agente de interpelação que expõe os conflitos do cotidiano social, reduzidos e esvaziados de historicidade, ao mesmo tempo em que apresenta soluções e/ou respostas pré-fabricadas e instantâneas para eles.

Dentre os autores que se debruçam sobre essa questão está Roland Barthes com seus apontamentos sobre o *Fait Divers*. Uma das principais preocupações do autor refere-se ao papel da fala na constituição das relações sociais, mais especificamente, da língua. Não de modo restrito, ou seja, relacionado à língua escrita, mas às estruturas linguísticas às quais devemos submeter nosso pensamento para expressá-lo, e além delas, à dimensão translinguística que incide

---

questionamento acerca do lugar de onde falamos, pois não é possível separar a objetividade da ciência da subjetividade do pesquisador.

sobre essa dinâmica. De acordo com suas reflexões, de certa forma, somos aprisionados por determinadas estruturas, algumas delas naturalizadas pela mídia, e nem sempre conseguimos fazer rupturas em favor da polissemia do texto.

Nesse sentido, o que é o *Fait Divers* senão um tipo particular e estruturado de fala? Ele existe desde a Idade Média, como forma narrativa das tragédias do cotidiano e, portanto, faz parte do universo da informação e do discurso. Mas com a chegada da grande imprensa, há dois séculos, transmutou-se no anúncio de existência de outra realidade, aparentemente inexplicável, na qual a noção de fatalidade, por exemplo, supera a do acaso e a da coincidência, fornecendo ao público uma aparente explicação, satisfatória, para aquelas questões que às vezes escapam à sua compreensão. E o público, abastecido com esse significante mítico, cerca as possibilidades de sentido que o texto pode guardar, limitando seu entendimento e intervenção no palco social. Daí a relevância de nos debruçarmos sobre ele.

Considerando tal contexto, o jornal *O Nacional*, mais antigo periódico em circulação no município de Passo Fundo, aparece, então, como um recorte do objeto que é a produção de sentido. Já havíamos nos deparado com seus Discursos jornalísticos em outro momento; entretanto, nas pesquisas anteriores nosso *corpus* estava relacionado à construção noticiosa na atualidade e preocupado em observar o diálogo entre dois Socioletos: o do sujeito noticiado e o daquele que noticia<sup>2</sup>.

Durante essa caminhada, observamos diferentes aspectos da história do próprio jornal e da contribuição, associada aqui à evidência de intervenção, de certas personagens para o seu desenvolvimento. Mas mais do que isso, ao acompanhar sua história, como expressão de um tempo e do Socioleto de um grupo cultural, nos inquietamos diante da percepção do quão relevantes podem ser os Discursos que circulam pelo espaço midiático e a dimensão a que correspondem, lugar de sentidos, no modo como os sujeitos sociais entendem e explicam a vida cotidiana e suas transcendências.

---

<sup>2</sup> FRIDERICHS, Bibiana de Paula. *Jornal O Nacional, Diário de Manhã e bairro Leonardo Ilha: contextos e produção de sentido no jornalismo* [documento impresso e eletrônico]. Porto Alegre, 2006. 166 f. Diss. (Mestrado em Comunicação Social) - PUCRS, Fac. de Comunicação Social



Dois episódios, em particular, pareceram significativos nessa caminhada. Um se refere à extensa cobertura feita por Tarso de Castro sobre um dos casos policiais mais polêmicos abordados pelo Jornalismo local: quando o motociclista, Clodoaldo Teixeira, de 17 anos, foi morto, em 5 de fevereiro de 1979, com um tiro nas costas, disparado por um policial militar. Este evento mobilizou a imprensa regional, e sua cobertura se estendeu por semanas.

O outro diz respeito ao caso Adriano da Silva, autor confesso da morte de 12 meninos (somente oito comprovados pela Justiça) com idades entre sete e 13 anos. Os crimes aconteceram principalmente na cidade de Passo Fundo, entre agosto de 2002 e janeiro de 2004. Segundo a perícia, a ação do assassino envolvia abuso sexual e estrangulamento. Adriano foi capturado em cinco de janeiro de 2004, no município de Maximiliano de Almeida, na divisa do estado do Rio Grande do Sul com o estado de Santa Catarina, e foi condenado pela justiça a 158 anos e quatro meses de reclusão, em regime de isolamento. O caso resultou numa extensa cobertura jornalística da Imprensa local, que envolveu a revelação dos assassinatos, a elucidação da autoria, a reconstituição das cenas criminosas, a captura de Adriano da Silva e, por fim, o seu julgamento. Especialmente para *O Nacional*, este evento foi um marco: primeiro, porque resgatou o Jornalismo investigativo<sup>3</sup> no cenário do Jornalismo local<sup>4</sup>; segundo, porque aconteceu durante uma reforma gráfica e editorial que o jornal havia iniciado sob a orientação do sobrinho de Tarso de Castro, Fernando de Castro.

São dois Discursos sobre os quais depositamos um olhar mais cuidadoso, identificando três aspectos pertinentes à realização desta pesquisa e seu objeto: 1) todos os dias os jornais têm reservado espaços, com maior ou menor destaque, para

---

<sup>3</sup> Parece-nos que todo o jornalismo, sua práxis, é por definição investigativa. No entanto, existem formatos de narrativa que favorecem mais a investigação do que outros, como é o caso da reportagem e do relato das coberturas (ou seja, série de Notícias que acompanham o desenrolar de um caso particular e, à medida que novos fatos são descobertos, publica-os no periódico, como uma sequência).

<sup>4</sup> Empiricamente, podemos observar inúmeros motivos para o <<desaparecimento>> desses formatos dos periódicos locais: equipes enxutas, estrutura precária, cultura de redação, formação profissional (a primeira turma de jornalistas na cidade, graduada pela Universidade de Passo Fundo, só se formou em 2000 e naquele momento, assim como nos anos seguintes, notamos certa resistência dos veículos em contratar jornalistas formados, em tempo esta resistência está sendo superada). Essa relação de mercado, em outro momento, poderia motivar uma pesquisa.

informações como essas; 2) as significações produzidas pelos textos publicados, assim como a estrutura da própria notícia, revelam a produção jornalística da época e transportam seus elementos variantes e invariantes até os dias atuais; e, 3) não existe, ainda, uma bibliografia que dê conta da história do Jornalismo em Passo Fundo, com exceção de pequenos artigos, publicados em jornais antigos, e as edições do *O Nacional*, encontradas no Arquivo Histórico Regional do município.

Considerando esse universo contextual, propomos na presente investigação o estudo da discursividade em 14 Notícias publicadas no jornal *O Nacional* (Passo Fundo/RS), contemplando a produção de sentido em nível verbal e não verbal. Parte delas referente ao caso *Clodoaldo Teixeira* e outra parte, ao caso *Adriano da Silva*. A sustentação teórica será construída com base nos pressupostos de Roland Barthes, por intermédio de seis categorias *a priori*: Discurso (Pirâmides Normal, Invertida e Mista, Fotografia); *Fait Divers*; Estereótipo; Mito; Poder e o Socioleto (Encrático e Acrático). Elas estão organizadas numa disposição que contempla a discursividade, transitando dos seus aspectos mais concretos para os mais abstratos, com a finalidade de facilitar a leitura do nosso objeto.

Desse modo, partimos da categoria Discurso, lugar onde se inscrevem os Estereótipos, os Mitos, o Poder e seus interditos. Para Barthes (1978, p.32), “todo o lençol do discurso é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues [...], sutis e agudas”, onde o linguístico e o translinguístico perseveram. Nele existimos como sujeitos da enunciação, apesar dos contornos plásticos que assumam. As subcategorias Pirâmide (segundo Adelmo Genro Filho, 1988) e Fotografia (do próprio Barthes, em *Câmera Clara*, 1984) somam-se a essa preocupação no sentido de contemplar os diferentes planos de expressão deste tipo de narrativa.

Fundamentados nesses mesmos pressupostos, além da categoria *Fait Divers* já referida, estão os Estereótipos e os Mitos. Para a Semiologia, o primeiro pode ser aquele significado segundo cristalizado, seu grão, a ponta do *iceberg* mitológico. Seu princípio ativo está em transformar a História em natureza, como se a imagem evocasse naturalmente o conceito, dizendo-o sob a estrutura do que é obvio. Superar esta “necrose da linguagem” exige um abalo do sentido.

Além disso, as reflexões propostas estarão ancoradas pelo Método Dialético Histórico-Estrutural (DHE) e na técnica metodológica da Semiologia. Escolhemos a DHE porque o método não tem o objetivo de fornecer respostas prontas para tudo, mas nos permite compreender o real como algo histórico e socialmente constituído. Para isso, observa as Condições Objetivas e Subjetivas da realidade, de forma que podemos delinear o cenário onde nos encontramos imersos ao mesmo tempo em que procuramos perceber as nossas possibilidades de intervenção na sua estrutura.

A DHE combina a noção de movimento da Dialética marxista com a noção de estrutura social do Estruturalismo, de modo que aplicaremos as categorias selecionadas a partir da contextualização do nosso objeto de análise, identificando seus personagens e o palco sócio-histórico com o qual os textos produzidos por eles estão envolvidos. Mais do que isso, este método, combinado com a técnica semiológica, possibilita que observemos as singularidades das relações experimentadas neste lugar e as marcas que deixam no tecido social.

A tese está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “*O Nacional* em discurso: o contexto, a teoria e o método”, buscaremos situar o periódico e as histórias contadas em suas páginas no contexto do Jornalismo brasileiro. Para isso, sem a pretensão de dar conta da complexidade dessa trajetória, apontaremos para a constituição da Imprensa no Brasil e em Passo Fundo, assim como para os dados e os personagens desses “casos do dia”. Ainda no mesmo capítulo, apresentaremos, por meio de uma discussão mais reflexiva, cada categoria de análise, a DHE e os pressupostos que cercam o pensamento semiológico.

No capítulo 02, “Tarso e o caso Clodoaldo: um discurso do século passado”, publicado nos dias 06 e 07 de fevereiro de 1979, pontuaremos algumas relações entre o objeto escolhido, a discursividade, suas figuras de linguagem e o *Fait Divers*, procurando compreender sua sobrevida discursiva ao transitar entre os séculos XX e XXI, de modo tão mesmo e tão paradoxal, pela via da significação. As duas edições e as nove Notícias que integram o *corpus* desta parte da pesquisa foram selecionadas segundo os seguintes critérios: sequência de publicação, chamada na capa e manifestação do Discurso em diferentes planos de expressão (verbal e não verbal). Além disso, à medida que o intervalo entre as abordagens do assunto foi

aumentando e o espaço disponibilizado em determinadas edições foi diminuindo, optamos por finalizar a coleta.

Por fim, no capítulo 3, sob o título “Jacques Gosch e o caso Adriano: o irrecuperável no jornalismo”, estudaremos a discursividade em duas edições do jornal *O Nacional* entre os dias 15 e 16 de agosto de 2006, totalizando cinco Notícias sobre a cobertura do nominado – pela imprensa local – “serial killer” Adriano da Silva. Para compor esta parte do *corpus* de análise selecionamos as edições publicadas dado o anúncio do primeiro julgamento do acusado, pois foi nesse período que as Notícias sobre o caso migraram da editoria de polícia para a editoria geral, afinando-se com nossas opções teórico-metodológicas, como veremos ao longo do relato de pesquisa. Além disso, trata-se da sequência inicial sobre o referido assunto, que nos meses seguintes (outubro e novembro) ganharia, ao todo, outras cinco edições, constituindo um volume muito grande de documentos para análise. Coerentemente com o capítulo anterior, buscaremos compreender o jogo de interlocução a que, historicamente, esses Discursos estão presos, sua relação com os interditos do Poder, os resíduos da cultura e seu potencial de ressignificação.

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, a problemática que nos mobiliza ao longo desta investigação se desdobra em inúmeras questões, particularmente ligadas às categorias de análise: Como a discursividade se manifesta através do relato jornalístico de *O Nacional* sobre os acontecimentos em torno de Clodoaldo e Adriano? Como o *Fait Divers* pode se singularizar nas Notícias? Como esses Discursos trabalham ou não trabalham os Estereótipos nos textos que os constituem? De que modo a fala jornalística legitima os aspectos translinguísticos destacando a emergência dos Mitos? Como o Poder se particulariza no trabalho de significação disparado pela narrativa noticiosa de *O Nacional*? E conectado a tal questão: de que maneira os Socioletos se revelam ou se escondem nesses Discursos?

Nossa tese em relação às Notícias do *O Nacional*, portanto, pauta-se no argumento de que o jornalismo, embora se configure e/ou seja reconhecido como um discurso de apropriação e memória coletiva, produzido sob os pressupostos da objetividade, é espaço de subjetividade, de realização do sujeito, que nele se faz e

se refaz. No macramê da narrativa noticiosa os textos-tecidos podem se desdobrar em lugares de criação, de diversidade, revelando o desprendimento da história como produto contingente e comprometendo o sujeito que a significa. Acreditamos que esse movimento diacrônico de significação (e invariavelmente de ressignificação) do cotidiano subjetivado e, conseqüentemente, das relações de alteridade que mantemos através da linguagem, validando nossa existência, pode se revelar nas tramas discursivas da narrativa jornalística de dois séculos, na medida em que só existimos ao escrevermos e ao lermos, pois o tempo da enunciação é o presente.

## **1 O NACIONAL EM DISCURSO: O CONTEXTO, A TEORIA E O MÉTODO**

O primeiro capítulo deste estudo tem como objetivo apresentar e caracterizar os elementos que serão conjugados durante a análise: o Jornalismo, os espaços onde ambos se encontram (a partir do recorte proposto), as personagens, as histórias que as envolvem, as categorias teóricas que guiam nosso itinerário em busca dos lugares possíveis do sentido nos discursos (fundamentação teórica) e as lentes por meio das quais pretendemos olhar nosso objeto (opções metodológicas).

Para tanto, faremos um passeio pelo palco da pesquisa contemplando o resgate de parte da história do Jornalismo, dos veículos mencionados, de Passo Fundo e das histórias contadas nas páginas dos jornais, na tentativa de delinear os cenários sociopolíticos onde os textos são produzidos e por onde circulam. Isso porque, já considerando os nossos pressupostos metodológicos, é necessário observar que todo discurso está enraizado em seu contexto, constituindo significados em determinado tempo e espaço.

Contudo, tal resgate não tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade histórica desses elementos, de esgotar a abordagem dos fatos e acontecimentos que os constituíram, ou, mesmo, de contemplar todos os autores que se dedicaram ao assunto. Tratamos, apenas, de materializar aspectos fundadores da sua condição histórica no presente.

Em seguida, dando continuidade à proposta, explicitaremos cada uma das categorias de análise selecionadas e sua pertinência ao nosso objeto, para, enfim, apontar os princípios da DHE e da Semiologia que norteiam os passos desta pesquisa.

### **1.1 A Imprensa no Brasil**

Mesmo que tenhamos percebido apenas recentemente o impacto provocado

pelas diferentes possibilidades de Comunicação Social – as primeiras pesquisas brasileiras mais significativas datam da década de 1970 –, foi ainda no século XV, precisamente em 1441, com a prensa, inventada por Gutenberg<sup>5</sup>, que nasceram os contornos da Comunicação massiva. A máquina de tipos móveis, por ele patenteada, permitia a reprodução em série e em maior quantidade de materiais até então copiados manualmente pelos monges católicos (copistas).

Essa novidade parecia ter vindo para ampliar o acesso aos materiais escritos, que circulavam somente entre o clero e a nobreza. Mas isso não aconteceu. Durante muito tempo, os jornais e publicações escritas disponíveis (principalmente na antiga Europa) esbarravam em especificidades do meio – a necessidade de alto poder aquisitivo, para compra, e o domínio do código escrito, para a leitura –, reduzindo, assim, sua distribuição.

Só no século XVIII, com a Revolução Industrial, a institucionalização da escola e a chegada dos meios eletrônicos, houve uma disseminação continuada de mensagens similares para parcelas percentualmente significativas da população, consolidando um conjunto de circunstâncias sociais, políticas e econômicas no cenário social.

Entretanto, a revolução, vista de modo significativo na Europa, demorou muito a chegar à Colônia portuguesa e, com ela, a grande Mídia impressa. Segundo Sodré (1999), o Brasil não conheceu a universidade nem a Imprensa no período imperial. Nossa caminhada rumo ao Jornalismo só começaria no fim do século XVIII, quando apareceram pequenas e raras bibliotecas particulares, associadas ao comércio de livros, que entravam contrabandeados pelos portos.

Para o autor, mais do que os impedimentos oficiais, ou seja, a indisposição do governo, foram as condições de Colônia que constituíram obstáculo para o surgimento da Imprensa: primeiro, o escravismo dominante, que não possibilitava a cultura e a nova técnica; segundo, a etapa econômica e social, que não gerava as exigências financeiras necessárias à sua instalação. Desse modo, tal atraso teria

---

<sup>5</sup> Em 1041, o chinês Pi Ching criou uma madeira de imprimir letras sobre o papel. Os tipos móveis eram colocados numa placa de argila e, depois, pressionados sobre a folha. Mas como o material não era resistente não tinha uso prolongado. Johannes Gutenberg aperfeiçoaria o invento quatrocentos anos depois, no mundo ocidental.

uma única explicação: a ausência do capitalismo. Conforme suas afirmações, só nos países em que o capitalismo dominou a Imprensa desenvolveu-se.

O segredo da imprensa consistia, na medida em que o capitalismo avançava, na rapidez com que chegava aos leitores e na possibilidade de contatá-los aos milhões. Era necessário, por isso, que a produção atendesse à multiplicação de exemplares, e que os transportes atendessem à distribuição oportuna, rápida, vertiginosa, dos exemplares velozmente multiplicados (SODRÉ, 1999, p. 5).

Acerca do assunto, Marques de Mello (1973) faz algumas ressalvas. Apesar de concordar, em parte, com Sodré no sentido de acreditar que há uma relação íntima entre o surgimento e a consolidação da Mídia impressa com o capitalismo, ele analisa a questão do atraso sob outro aspecto.

No livro *Sociologia da imprensa* o autor relata que o cenário jornalístico do período não se caracterizava pela ausência do regime econômico. As regiões colonizadas desde o início já estavam incluídas como peças do mercado, não na condição de controle, mas de território de exploração. O autor afirma que não foi apenas um o fator responsável pelo atraso da nossa Imprensa, mas determinado conjunto de circunstâncias socioculturais, entre as quais estão a natureza feitorial da colonização, o atraso das populações indígenas, a predominância do analfabetismo, a ausência de urbanização e, conseqüentemente, de transporte, a precariedade da burocracia estatal, a incipiência das atividades comerciais e industriais e o reflexo da censura e obscurantismo metropolitanos.

Justificado ora por razões econômicas, ora por razões socioculturais, o fato é que as primeiras publicações em nosso país só se concretizaram em 1806. Sodré (1999) destaca que foi sob o comando do governador Francisco de Castro Morais que se instalou em Recife uma pequena tipografia para a impressão de letras em câmbio e orações devotas. Entretanto, essa iniciativa foi liquidada pela carta régia de 8 de junho do mesmo ano, caracterizando o medo da Monarquia de que essas impressões viessem a propagar ideias contrárias aos interesses do Estado. Foi esse um ato que se repetiria muitas vezes ao longo da história do nosso Jornalismo, marcado pela censura.



A Imprensa surgiria, finalmente, no Brasil sob proteção oficial, mais do que isso, por iniciativa oficial, com o advento da corte de dom João. Em setembro de 1808, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que Sodré (1999) descreve como um pobre papel impresso, preocupado somente com o que se passava na Europa. Era um jornal oficial, feito na imprensa oficial, que não constituía atrativo para o público, pois todo o material de texto era extraído da *Gazeta de Lisboa*.

Já, para Marques de Mello (1973), essa iniciativa e os assuntos abordados pelo nosso novo jornal tinham outras explicações: uma estaria ligada à constituição de uma estrutura mínima para receber o príncipe regente e para fazer funcionar o seu governo; a outra refere-se à distribuição de conteúdo.

As circunstâncias pelas quais a Corte emigrava para a colônia impunham um conjunto de necessidades a que a imprensa deveria inevitavelmente atender. [...] A expectativa acerca dos acontecimentos que se desenvolviam na Europa como resultado do bloqueio continental organizado por Napoleão, e dos próprios fatos que aconteciam na sede do Governo, tornava imprescindível a obtenção de informações correntes ou esporádicas por parte da elite de renóis (p.86).

Nesse período, quem teve um papel mais específico no cenário jornalístico nacional talvez tenha sido o *Correio Braziliense*. Entretanto, muitos críticos da época diziam que essa publicação, além de ser produzida fora do país, tratava os problemas da Colônia segundo as condições internacionais, não nacionais. Hipólito da Costa foi quem fundou, dirigiu e redigiu o periódico em Londres.

Para Sodré (1999), considerar essa Imprensa áulica – feita no Brasil ou fora do Brasil – como brasileira e, mesmo, como Imprensa parece exagero. Até porque, observando o período, percebemos que a principal função das publicações na época estava ligada a questões políticas, não informativas, com raras exceções. Entre elas, podemos citar o caso o *Diário do Rio de Janeiro*.

Fundado em 1º de junho de 1821, esse jornal apareceu na corte como o primeiro periódico informativo a circular no Brasil. Era um jornal diário que se ocupava de questões locais. Além disso, inseria em suas páginas informações particulares e notas, contemplando assuntos como furtos, assassinatos,

reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados e aluguéis. De acordo com Sodré (1999), o seu distanciamento das questões políticas era tal que não noticiou a proclamação da independência. Só 15 dias depois passaria a inserir editais a respeito do acontecimento.

O *Diário* foi precursor e teve todas as características do jornal de informação, mas era, como dissemos anteriormente, uma exceção. Sua aparição serve para caracterizar a adversidade das condições políticas que o estabelecimento da imprensa enfrentou, destacando os constantes diálogos entre o Jornalismo e a disputa pelo poder no reinado, principalmente rumo à Independência.

Quando a Constituinte tomou conta das discussões no país, houve a formação de dois grupos divergentes: a direita, que colocava dom Pedro acima da Assembleia, representante do poder popular, e a esquerda, que colocava a Assembleia acima do governante. Cada um desses grupos criava folhetins ou utilizava os veículos que já existiam para defender seus ideais. Como exemplo destacamos o jornal *A Malagueta*, que surgiu no início de 1822, ainda no Rio, e que estava a serviço do grupo da esquerda. Todavia, esse não era o único periódico de oposição. Proliferavam outros na cena pública, e o governo brasileiro acreditava que deveriam ser contidos.

Sodré (1999) relata que, com a instalação efetiva da Constituinte, em 03 de maio de 1823, e o regresso do príncipe dom Pedro ao reino, a Corte determinou, em forma de lei, uma série de ações ligadas à censura das publicações que circulavam na Colônia. Para encontrar jornais livres era preciso viver nas áreas rebeladas, como em Pernambuco, evidenciando um cerceamento à liberdade de imprensa que prenunciava a marcha para a direita, com o absolutismo e a dissolução da Constituinte.

Ainda conforme Sodré (1999), em 06 de maio, finalmente, instalaram-se Assembleia Geral, Senado e Câmara. Isso criava condições para o reaparecimento da Imprensa, refletindo a cisão entre o imperador e as forças políticas aliadas. Dois jornalistas da época merecem destaque: Cipriano Barata, com o *Sentinela da*

*Liberdade*, e Frei Caneca. Eram homens que defendiam ideias libertárias e, por isso, foram presos e exilados.

Diante desse cenário, observamos que o crescimento da Imprensa no Brasil foi lento, geralmente iniciado com jornais oficiosos, ligados aos governos provinciais, ou com jornais de vida efêmera, refletindo o interesse transitório de alguma autoridade, intelectual ou grupo. A prática comum era de um Jornalismo em estreita ligação com a vida política. Marques de Mello (1973) observa que sua produção parecia crescer mais depressa nos centros, onde a atividade é mais intensa, e demorar nas províncias, que se mantinham politicamente atrasadas. Os periódicos mais expressivos, por exemplo, nasceram e desenvolveram-se durante os movimentos armados de rebelião que sacudiram o país na primeira metade do século XIX.

O que mais chama a atenção nessa época, em meio ao ambiente político agitado, são os pasquins, um tipo de Imprensa com características específicas. Só na Corte apareceram, entre outros, o *Buscapé*, *O Narciso*, *O Doutro Tirateimas*, *O Novo Conciliador*, *o Enfermeiro dos Doidos*, *Cartas ao Povo*, *Os Dois Compadres Liberais* e *O Velho Casamenteiro*.

Sodré (1999) relata que esse tipo de Imprensa retratava as paixões políticas mais do que os jornais periódicos, mesmo que estes sejam dotados de certa estabilidade e continuidade. Isso porque os pasquins se caracterizavam por serem produto de uma pessoa só: um homem, um escritor ou um político, que produzia o jornal inteiro sozinho. Os textos, anônimos ou disfarçados por um pseudônimo, serviam para divulgar os seus próprios interesses ou os interesses de outra pessoa, abordando, de forma opinativa, um único assunto. Os pasquins são a expressão de uma série de inquietações geradas em três séculos de domínio colonial.

Também foi nessa época que o Jornalismo chegou ao Rio Grande do Sul. Estávamos na segunda década do século XIX, em 1827, e o estado preparava-se para viver um dos seus momentos políticos mais significativos: a Revolução Farroupilha (1835 – 1845). Esse movimento seria o manifesto de uma indisposição de parte do povo rio-grandense, mais precisamente, dos grandes estancieiros, contra o Império, que tinha como estopim o elevado preço do imposto tributado sobre o

charque produzido no sul do país<sup>6</sup>. Todavia, mesmo que a guerra armada ainda não houvesse começado, os rumores da revolta já chegavam aos ouvidos do então presidente da província de São Pedro, Salvador José Maciel, que financiou o *Diário de Porto Alegre* para dar voz aos seus pensamentos.

A partir da fundação do *Diário* surgiram na província, nos oito anos subsequentes, 32 jornais, que, motivados pela revolução, serviam como espaço de exercício intelectual político. Trata-se de um período de desenvolvimento da imprensa local, mas que foi interrompido pelo acordo de paz assinado entre as tropas do levante farroupilha e as do Império, em 1845, pouco tempo depois do golpe da maior idade. Segundo Dornelles (2004), isso aconteceu porque os jornais que nasceram na região não passavam de meios para divulgação ideológica, e, logo, com o fim da revolução, ficaram sem propósito. Aos poucos, “as tipografias passam a publicar seus próprios jornais, mas dependendo economicamente do Estado, que controlava a publicidade e a formação da opinião pública” ([s/p]).

O golpe da maioria, pelo qual os liberais pressionaram o Senado para declarar dom Pedro II, com 14 anos, regente do Brasil, não incidiu somente sobre a imprensa gaúcha, mas inaugurou também uma nova fase em toda a Imprensa brasileira. Marques de Mello e Queiroz (1998) lembram que, com a ampliação do tráfico negreiro e das lavouras de café, os senhores feudais ficaram mais poderosos e queriam controlar a Imprensa. Seus objetivos eram esconder os graves problemas enfrentados pelo Reino e esmorecer o discurso pela república, defendido nos jornais de resistência. Segundo os autores, o órgão que espelhava esse quadro era o *Jornal do Comércio*.

Apesar de algumas crises, o país vivia uma fase de desenvolvimento, com o avanço da vida urbana e o crescimento da classe média. Aos poucos, atividades culturais ligadas à Imprensa começavam a ser ampliadas, envolvendo a publicação de livros e jornais diários. Foi nesse mesmo ambiente que o Jornalismo brasileiro

---

<sup>6</sup> De acordo com Tau Golin (2006), a Revolução Farroupilha foi um movimento reivindicatório dos charqueadores gaúchos, não do conjunto da população. Suas causas gerais encontravam-se no desconforto da elite estancieira diante da regulamentação que o país sofreu logo após a independência. Além disso, os farrapos eram considerados republicanos, mesmo que a maior parte desse grupo fosse monarquista. Isso aconteceu porque as pessoas responsáveis pelos documentos oficiais da revolução, o que inclui os jornais, defendiam essas ideias em seus textos.

presenciou a implementação de inovações técnicas, impulsionando a utilização da gravura e da caricatura.

Para Sodré (1999), o caso mais conhecido é o da *Ilustração Brasileira*, que em 1854 publicaria, em seu número inaugural, uma caricatura de página inteira, marcando a Imprensa dos fins do século. Agora, além dos textos opinativos, eram os desenhos<sup>7</sup>, bem-acabados, que traziam para os leitores os acontecimentos políticos da quinzena. O caráter combativo e irreverente das revistas ilustradas não permitiu o sucesso das publicações que apoiavam o trono.

Essa agitação revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira. Naquele momento, as ideias republicanas ganhavam adeptos em todas as áreas, em especial a Lei do Ventre Livre, e os fazendeiros temiam o futuro. Além disso, a abolição destacara alguns jornalistas negros, como Luiz da Gama, em São Paulo, e José do Patrocínio, no Rio.

Os intelectuais da época acreditavam que a proclamação da República resultaria em alterações no processo de desenvolvimento da imprensa, contudo isso se daria lenta e gradualmente. Segundo Marques de Mello e Queiroz (1998), foi nesse período que nasceram os embriões dos principais jornais de prestígio do país – a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* e o *Globo* – apontando para a passagem da pequena à grande Imprensa.

O *Estado* foi o primeiro a aparecer, ainda em 1875, sob o nome de *Província de São Paulo*. Anos depois de seu surgimento, em 1896, propôs uma inovação: enviou Euclides da Cunha como correspondente ao sertão baiano, durante a Guerra de Canudos. Nesse sentido, os autores lembram que, embora sem vínculo partidário, o jornal caracterizava-se como um veículo de oposição. Em 1929, apoiou o candidato

---

<sup>7</sup> A Fotografia já havia sido usada como *news médium*, pela primeira vez, 12 anos antes, na Inglaterra. Souza (2000) relata que em 1842, Carl Friedrich Stelzener realizou um instâneo fotográfico com o objetivo de registrar um incêndio no bairro de Hamburgo, e esta foto foi publicada em forma de gravura na revista *The Illustrated London*, lançada em maio do mesmo ano. Entretanto, ela ainda não havia se popularizado no Brasil, por dois motivos: 1) o fato de a técnica ter entrado, de alguma forma, para a história da informação não significa que já podíamos, naquela época, falar com propriedade da existência de um Fotojornalismo; 2) para se consolidar nesse sentido, a fotografia necessitava de processos de reprodução, que viriam a ser desenvolvidos só no final do século XIX, de modo que ainda por algum tempo desenhistas, gravuristas e gravuras de madeira seriam os intermediários entre fotógrafos/ fotografias e os leitores.

da Aliança liberal para a presidência e, três anos depois, apoiou a Revolução Constitucionalista. Essa postura atravessou os anos e teve como resultado, em 1940, a invasão e o controle de sua redação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas. Hoje o *Estado* “compatibiliza competência comercial e administrativa, comprovada pela *holding* de um grupo que detém também o Jornal da Tarde e Rádio Eldorado” (MELLO; QUERIOZ, 1998, p.166).

Quanto ao *Jornal do Brasil*, sua história começa em 1891. Na época, estava ligado às causas abolicionistas e à questão republicana. Conforme os autores, o JB teve o seu desenvolvimento em sete fases: a monarquista, a direção de Rui Barbosa, a do populismo, a moderna, a do boletim de anúncios e da reforma e a do grande jornal – cada uma delas vinculada ao que acontecia na política e na economia brasileira naquele cenário.

Já *O Globo* faz parte das novidades da segunda década do século XX. Fundado em 1925, por Irineu Marinho, circulava com duas edições vespertinas. Desde a sua fundação, defendeu o aumento de salário público e os interesses do capital estrangeiro.

O Globo foi acusado de ter recebido cinco bilhões de dólares e ter vendido o prédio da TV Globo ao Time-Life (grupo norte-americano), configurando-se a existência de uma sociedade entre as duas empresas, o que era proibido pela Carta Magna do Brasil e pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (MARQUES DE MELLO E QUERIOZ, 1998, p.172).

Os autores observam que, geralmente, os posicionamentos do jornal eram de direita, mas podiam ser contraditórios. Hoje *O Globo* integra um grupo de Comunicação com sede no Brasil, mas com sucursais espalhadas por todo o mundo, do qual fazem parte canais de televisão, emissoras de rádio e portais *online*.

Por fim, temos a *Folha de São Paulo*, que, oficialmente, nasceu na década de 1960, mas podemos dizer que a sua caminhada tem origem quarenta anos antes.

Em 19 de fevereiro de 1921, Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal *Folha da Noite*. Em 1925 apareceria também a *Folha da Manhã*. Em 1949 se acrescentaria as duas a *Folha da Tarde*. Da fusão dos três títulos surgiria. Em 1960, a *Folha de S. Paulo*, com o lema “um jornal a serviço do Brasil” (MARQUES DE MELLO E QUEIROZ, 1998, p. 157).

Os autores relatam que a proposta da *Folha da Noite* era atrair as classes média e operária; por isso, adotou uma linguagem leve. Assim, logo os leitores encontraram no periódico o porta-voz do novo horizonte pequeno-burguês. Já na década de 1930, o país vivia sob estado de sítio, e os dois jornais, a *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*, faziam oposição a Getúlio Vargas e ao Estado Novo. A redemocratização do país, em 1945, coincidiu com a troca de propriedade da empresa e, mais tarde, culminaria com o surgimento da *Folha de São Paulo*.

A ascensão burguesa acompanhava o lento desenvolvimento das relações capitalistas no país e sentia o crescimento do poder econômico diante do poder político. Por isso, também nasceram nesse período os jornais vespertinos, quase alheios à política, informando mais do que opinando. Entre esses estava *A Notícia*. Sobre o assunto, Marques de Mello, Bahia e Sodré concordam que o domínio oligárquico, a pausa no desenvolvimento do país e os traços da consolidação republicana também trouxeram certa estagnação à nossa Imprensa.

A volta da atenção destacada ao tema político ou da manifestação da opinião política aconteceu apenas em meados do século XX. Abreu (1996) pondera que a produção intelectual desse período debateria o anticomunismo e a ideologia nacional-desenvolvimentista e lembra que a década de 1950 está ligada à construção de Brasília, ao Cinema Novo e à criação dos jornais *Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951).

Abreu (1996) destaca ainda que esses dois jornais introduziram novidades nas técnicas de apresentação gráfica e de cobertura jornalística. Essa renovação na linguagem surgiu sob a influência da Imprensa norte-americana, trazida por alguns jornalistas que viveram nos Estados Unidos durante a década de 1940, entre eles Samuel Wainer, Pompeu de Souza e Danton Jobim. A *Notícia* passou a ocupar maior espaço que a opinião, adotou o *lead* e travestiu-se com a ideia de imparcialidade.

Além disso, o pós-guerra acentuou e consolidou a fase industrial do nosso Jornalismo. Os periódicos tradicionais passaram a ser empresas, estruturadas nos moldes capitalistas e, como consequência, a investir na formação de parques gráficos. Um grande jornal era quase sempre aquele que tinha uma grande tiragem.

Contudo, paralelamente à Imprensa empresarial, que se transformava e que preparava uma luta política profunda, continuava a existir no interior a Imprensa artesanal como uma representação do passado próximo, mas limitada às questões domésticas e pessoais.

A indústria do jornal, aliás, como a dos demais veículos de Comunicação, atingiu dimensões peculiares e enfrentava problemas com a importação de materiais e maquinários, principalmente se considerarmos a política externa do Brasil. Tornava-se cada vez mais difícil lançar um jornal novo e o número dos que desapareciam era crescente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário público brasileiro vivenciou um período de expectativas. Os intelectuais estavam preocupados com a liberdade de Imprensa e queriam através dela manifestar a sua preocupação com os problemas nacionais. Contudo, o desenvolvimento democrático do Brasil, frustrado pelo golpe militar de 1945, transformou-se em simples continuação da ditadura. Agora, sob a fachada oficial, instalava-se um clima de terror policial à Imprensa.

Para reforçar essa situação, em 1964, o golpe militar derrubou o presidente João Goulart. Logo no primeiro dia após a tomada do poder, o novo governo instaurou o AI-5, impondo uma censura prévia à mídia nacional. Bertol (2001) afirma que a maneira como os generais administravam a sua relação com os Meios de Comunicação, por um lado, refletia a tensão que os regimes ditatoriais modernos instalavam sobre a liberdade de expressão, mas, por outro, mostrava a sua firme decisão de amparar, tecnologicamente, o funcionamento da indústria cultural, com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967.

Diante desse cenário, os jornalistas e intelectuais buscavam outros canais de manifestação para fugir do cerco aos grandes periódicos. Nascia aí a Imprensa alternativa, um espaço de luta contra a política e o regime vigente.

Foi na imprensa alternativa que muitos intelectuais encontraram abrigo para sua produção. Se, na grande imprensa, os espaços estavam cada vez menores e as liberdades mais cerceadas, o jeito era formar equipes que partilhassem dos mesmos ideais e dos mesmos argumentos (BERTOL, 2001, p.30).



Um dos principais representantes desse fazer jornalístico foi *O Pasquim*, lançado em 1969 por Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Ziraldo, Cláudius e Carlos Prospero. Para Bertol (2001), tratava-se de uma publicação inspirada nos modelos do passado, que traduzia o espírito de rebeldia da *intelligentsia* brasileira.

De lá para cá, a abertura política no governo do general Ernesto Geisel, em 1974, refletiu-se diretamente no abrandamento da censura imposta aos veículos de Comunicação, permitindo-nos vislumbrar os contornos do que seria a Imprensa do Brasil nos dias de atuais. Trata-se de uma prática que, aparentemente, não tem mais como motivação principal a crítica política, mas, sim, a produção e distribuição veloz da Notícia, assumindo uma feição planetária. Segundo Sodré (1999), é, sobretudo, um negócio, realizado e bancado por grandes empresas.

Assim, podemos analisar que o surgimento e a consolidação da Imprensa brasileira estão marcados por três fatores: condições socioculturais, tendências políticas em vigor, a constância com que elas se alternavam no poder e a chegada e circulação do capital na cena econômica. Foi uma configuração que se deu através de dinâmica ondulante, propagando-se lentamente do centro à periferia do país. Por isso, encontramos pontos de identificação entre essa História geral e a de Passo Fundo em particular.

### 1.1.2 A Imprensa em Passo Fundo

Não existe, ainda, uma bibliografia que dê conta da história do Jornalismo em Passo Fundo, com exceção de pequenos artigos publicados em jornais antigos, passagens em trabalhos acadêmicos na área da História, da comunicação, e as edições dos dois principais jornais da cidade encontradas no Arquivo Histórico Regional do município. Portanto, a maior parte das observações que seguem foi construída com base em fontes primárias. Como nosso objetivo não é resgatar toda essa história, mas, sim, mapear alguns dos seus elementos para entender o contexto presente do jornal envolvido na pesquisa, corremos o risco de ter deixado alguns dados, fatos e personagens fora desse levantamento. Incluí-los exigirá outra pesquisa, que tenha esse objetivo como pressuposto principal.

Com base no material a que tivemos acesso, o primeiro jornal que surgiu na cidade chamava-se *Echo da Verdade*, fundado em 1892. Conforme D'Outrora (1925), tratava-se de um órgão do Partido Republicano, consolidando as ideias defendidas pela administração política do município em vigor. Era uma folha semanal publicada aos domingos e editada pelo advogado Gervásio Lucas Annes. Contudo, a sua circulação durou apenas dois anos, sendo substituído por outro impresso, o *17 de Julho*, também republicano.

D'Outrora (1925, p.2) documenta que a redação e o corpo de colaboradores do novo periódico eram os mesmos do *Echo da Verdade* e que o jornal “teve curta vida, sendo paralisado e extinto em 1883, em consequência da revolução federalista que seguiu-se”. À medida em que os periódicos já mencionados se revezavam na divulgação de ideias políticas, surgiram outros jornais, entre os quais um pequeno impresso literário, chamado *Violeta*, e, depois, *O Palco*, que conservava a mesma abordagem.

Ainda segundo o autor, foi em 1900 que nasceu o quinto jornal passo-fundense, o último antes da chegada de *O Nacional*. O impresso chamava-se *O Gaúcho* e foi publicado com regularidade até 1920. Os motivos que levaram à sua extinção não estão explicitados nos documentos históricos, entretanto podemos relacioná-los a uma série de eventos que aconteceram na cidade durante esse período. Ribas (2004) destaca que entre esses fatos está a crescente movimentação do comércio em torno da estrada de ferro, que, a essa altura, já cortava o centro da cidade.

Para acomodar o progresso trazido pelo trem a cidade passou por uma reorganização do espaço geográfico urbano, mas não só dele. Esse período também aponta para uma transformação do comércio, da administração pública, e para uma mudança dos modos de se relacionar da população com esses lugares e com as instituições que nasciam neles. Por isso, acreditamos que, além da extinção de determinadas publicações, como *O Gaúcho*, esse tenha sido também um período de articulação para o surgimento do mais antigo jornal ainda em circulação no município: *O Nacional* (ON), publicação onde encontramos parte das Notícias que serão analisadas nesta pesquisa.

O ON foi fundado em 19 de junho de 1925 por Herculano Annes, Theófilo Guimarães, Americano Araújo Bastos e Hiran Bastos, advogados e empresários da cidade, e, na década de 1940, adquirido por Múcio de Castro, jornalista e ex-deputado estadual.

Aqui temos um dado relevante a ser destacado: se estamos falando de um periódico que emerge num contexto marcado por novas configurações políticas, geográficas e culturais da sociedade passo-fundense, sua fala pode estar impregnada por elas. Além disso, no período de seu surgimento, além das mudanças mencionadas, contou com a herança da experiência vivida pelo fazer jornalístico dos impressos que o antecederam, principalmente no que se refere às relações políticas às quais estavam submetidos. Desse modo, sua fala, desde o início, parece ora se opor a tais relações, ora assumi-las segundo outra perspectiva.

Podemos acompanhar esse possível antagonismo pela leitura de trechos do primeiro editorial publicado pelo jornal:

Todo nosso programa se resume as duas palavras do cabeço: Jornal Independente. Independente é aquele que vive por si e se dirige por seu próprio arbítrio sem sugestões estranhas, independente é quem não se acha preso em liames de partidarismo, é quem não está chumbado aos apelos da fé, nem coagido pelas necessidades da vida, ao amém eterno da subalternidade. Quem quer ser livre deve ser honrado, deve ser justo, deve se por à cima de pequeninos interesses que pululam no seio das coletividades em formação, mas também ser enérgico e irredutível no culto da verdade (*O NACIONAL*, 1925, p.1).

Tendo em vista os postulados da Semiologia proposta por Barthes (1978), desde já podemos observar que, por um lado, o jornal, buscava se desvincular da política e da religião sob o signo da independência; por outro, percebemos que, revestido por esse Discurso, mesmo que o jornal não estivesse vinculado a partidos, está submetido a outro pré-conceito: o da própria liberdade e independência. Isso porque, quando assumimos determinada fala, negamos a que está em evidência; reconhecemos a sua existência e nos associamos a outros discursos, o que significa submeter-se a outras regras e a outro contexto no qual a nova fala está imersa (o translinguístico). Essa fala traz consigo uma bagagem conceitual, revelando o

pensamento e expressando uma série de relações sociais com as quais, conseqüentemente, estaremos envolvidos.

Além disso, essa postura discursiva assumida pelo corpo editorial não se reflete ao longo das primeiras vinte edições e torna-se mais contraditória à medida que cresce o número de leitores. Se, no princípio, o discurso dito como jornalístico disfarça as simpatias político-partidárias, logo podemos observar a manifestação dessas mesmas simpatias nos editoriais publicados nas páginas do jornal e que eram endereçados ao prefeito e ao governador. Como exemplo destacamos o projeto Estrada Ferroviária Dois Irmãos – Nonoay. Trata-se de uma série de artigos em que se solicitava diretamente ao Estado a ampliação da malha ferroviária na região.

Nesse sentido, também percebemos o grande número de artigos, em sua maioria opinativos, que reclamam ou compartilham com a comunidade as negociações e os investimentos econômicos da cidade. Com base nessas observações, é possível acreditar que, tratando de liberdade e independência, o periódico vincula-se à promoção do capital.

Outro aspecto importante acerca de ON refere-se à diagramação e à distribuição dos conteúdos publicados em cada edição. Por meio deles podemos perceber algumas características que revelam o próprio fazer jornalístico naquele período.

O jornal tinha, em média, oito páginas, publicadas em formato *standard*. Não havia capa, como conhecemos hoje, e as matérias eram apresentadas integralmente já na primeira folha, sem chamadas e, às vezes, mesmo sem manchetes. Não havia uma distinção entre Notícias e propagandas e a forma gráfica que os textos jornalísticos assumiam leva a confundi-los com a grande quantidade de anúncios publicitários. Além disso, as Notícias eram distribuídas em colunas, no sentido horizontal.

ON trazia Notícias factuais em suas edições, mas a maior parte do conteúdo publicado era opinativo. Os textos apresentavam uma escritura bastante rebuscada, próxima da literatura da época, e muitos deles não abordavam questões ligadas a

Passo Fundo, nem mesmo eram produzidos na cidade; eram informações vindas de jornais publicados nas capitais do Brasil e até da Argentina.

Quanto à apresentação das Notícias, algumas aparecem dispersas na página, sob uma diagramação, aparentemente, aleatória, mas outras estão organizadas em seções, ou o que chamamos hoje de “editorias”. As de destaque, porque ocupam um espaço maior ou aparecem com mais frequência, são os anúncios de chegada de visitantes, os editais da Prefeitura Municipal e a Bolsa de Valores.

Depois do surgimento do periódico, outros episódios marcaram o desenvolvimento do Jornalismo impresso em Passo Fundo e influenciaram na produção do próprio ON. Entre esses estão: 1) o surgimento, em 1935, de seu principal concorrente, o *Diário da Manhã* (DM); 2) a Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup>, que atingiu e modificou a imprensa em todo o mundo, não apenas no que se refere aos jornais, mas à Fotografia, ao Cinema e ao Rádio; e 3) o ingresso de Tarso de Castro, editor de *O Pasquim*, no Jornalismo.

No que concerne à guerra, com base nos exemplares arquivados, observamos que o interesse da população local por informações sobre o assunto levou ao aumento da tiragem, à ampliação do número de páginas, a modificações na abordagem dos textos – que, apesar de conservar o caráter opinativo, passaram a dedicar um espaço maior à Notícia –, à delimitação das editorias e, conseqüentemente, à atenção dedicada pelos editores do ON a novos formatos de diagramação.

Também nessa época, e por causa da guerra, Passo Fundo recebeu diariamente um fluxo significativo de caixeiros-viajantes e contrabandistas. Como era caminho para a fronteira e passagem obrigatória do trem para o interior do estado, o trânsito na cidade era constante. De acordo com Ribas (2004), o período foi marcado por um grande fluxo de capital, pela chegada de famílias ao município<sup>9</sup> e pela instalação de novas empresas.

Outro episódio que aparece em relevo diz respeito ao período que vai da metade da década de 1950 ao início da década de 1980 e que está relacionado à

---

<sup>8</sup> A Segunda Guerra Mundial começou em 1939 e foi até 1945.

<sup>9</sup> No item 1.4 encontramos mais informações sobre Passo Fundo e seu contexto histórico.

emergência de questões políticas no Brasil e no município, assim como ao ingresso de Tarso de Castro no Jornalismo, aos 12 anos, através do *O Nacional*, empresa de seu pai.

Em 2005, ON completou oitenta anos de atividades, mas sua orientação parece não ter sofrido grandes transformações desde o final da década de 90. Continua sob o comando da mesma família, tendo como presidente Múcio de Castro Filho e, como diretor de redação, Fernando de Castro, empresário e jornalista, respectivamente.

Hoje tem uma tiragem de sete mil exemplares, distribuídos principalmente para assinantes, e em 2006 passou por mais uma reforma gráfica e editorial. Sob o formato tabloide, apresenta, em média, 24 páginas, com exceção das edições de sábado e domingo. Está dividido em dez editorias: Fontes em *Off*, Redação, Cidade, Polícia, Opinião, Economia, Brasil, Segundo (cultura), Mundo e Esportes; além dos cadernos especiais, que circulam durante a semana.

O jornal ainda apresenta Notícias e reportagens ilustradas com fotografias, desenhos e caricaturas, divididas entre as páginas, com impressão coloridas e em preto-e-branco na mesma proporção. Visualmente, também se caracteriza pelas marcas gráficas, como cordões, box e sombreados. Desde o início da reforma, há um destaque para as Notícias locais e para os artigos de opinião, embora o gênero já tenha ganho distinções em outros momentos da produção do periódico, principalmente depois da década de 50. As alterações mencionadas podem ser vistas pela criação de uma editoria específica para isso e pela ampliação da editoria Cidade, que ocupa o maior espaço do jornal e tem cinco páginas.

No que se refere ao envolvimento político-partidário, principalmente se relacionarmos o ON de hoje com aquele postulado no texto de 1925, perceberemos que as críticas e posicionamentos estão mais explícitos nas páginas de opinião e raramente se referem à política local. Não existe no jornal um espaço editorial periódico destinado à diretoria ou a representante da redação do veículo para isso. A função de crítica fica a cargo dos colunistas, pelos quais a empresa jornalística afirma no expediente, publicado na página 2, não se responsabilizar.

De acordo com ON (2005), a empresa procura manter um vínculo permanente com a comunidade, não apenas divulgando fatos, mas engajando-se nas lutas da sociedade e contemplando os seguintes objetivos editoriais: “registrar a história, fomentar a intelectualidade e produzir materiais literários”.

Com algumas noções sobre do Jornalismo brasileiro, em geral e sobre o jornal *O Nacional*, em particular, é preciso agora nos debruçarmos sobre a cidade de Passo Fundo e os personagens que protagonizam essas histórias.

## **1.2 O palco social destes discursos: a cidade de Passo Fundo**

O município de Passo Fundo foi emancipado em 1857, no entanto o território que hoje o constitui já fez parte da Província Jesuítica das Missões Orientais do Uruguai, cujas ruínas se localizam junto aos rios Ijuí e Ijuizinho, no atual município de Santo Ângelo.

Conforme Rodigheri et al. (2004, p. 77), os índios dos grupos tupi-guarani e jê, com destaque para os caingangues, foram os primeiros moradores desta região. Só em 1827 e 1828 chegaram os habitantes brancos, acompanhados da família, dos escravos e de agregados. Eram “homens com espírito aventureiro que partiam da fronteira oeste do território sulino e das Missões à procura de terras devolutas, chegando à região serrana e aproximando-se de Passo Fundo”.

Os autores relatam ainda que, por isso, a organização econômica, social e política dominante na fase inicial desse povoamento (não oficial) pode ser caracterizada como latifundiária, pastoril, patriarcal-militar e escravocrata. Como era um espaço de riqueza natural, com vantajosa situação geográfica para a criação de gado e plantação de ervais, rapidamente se expandiu. Em pouco tempo, constituía-se um território de mais de 80.000 km<sup>2</sup> e com população estimada em 7.586 habitantes.

Entretanto, a emancipação do distrito não ocorreu apenas por causa do crescimento populacional e econômico, mas também por razões políticas e administrativas. Na época, Jerônimo Coelho era presidente da província e criou a “freguesia de Passo Fundo”. Rodigheri et al. (2004) relatam que, na oportunidade, foram empossadas as lideranças da Câmara Municipal. Nesse sentido, toda a sua

estruturação administrativa se deu nos moldes republicanos, o que explica, como veremos posteriormente, por que a história da Imprensa na cidade estava ligada, inicialmente, a esses ideais.

Ribas (2004) também lembra que foi a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul que acentuou o desenvolvimento econômico do município entre 1898 e 1905, impulsionando o progresso, estagnado até 1897 em razão das dificuldades de transporte e de Comunicação. “A passagem da estrada de ferro e a instalação ferroviária no centro de Passo Fundo mostram que o trem modificou o eixo de expansão urbana, atraindo colonizadores e comerciantes” (p. 101).

Na década de 1940, ou seja, trinta e cinco anos depois desse movimento migratório, o resultado foi um processo gradual de esvaziamento do campo. Bertol (2001) relata que num município de economia agrária, como quase todo o estado rio-grandense, 70% da população ainda estava na zona rural, mas começava a se dirigir para os centros urbanos. Entre os fatores que contribuíram para essa configuração está o desenvolvimento tecnológico, que chamou a atenção para as cidades, ao mesmo tempo em que mecanizou a lavoura, desempregando os trabalhadores rurais.

Nas décadas seguintes, a população de Passo Fundo crescerá rapidamente, chegando a oitenta mil habitantes, e assistirá a uma reviravolta no palco político. De acordo com Bertol (2001), no início de 1950, quando Getúlio Vargas foi eleito para presidente, através do voto popular, outro candidato da mesma sigla venceu as eleições municipais, rompendo com a soberania local do Partido Social Democrático, que há anos detinha a administração pública. “Foi nessa época que o setor educacional ganhou um novo impulso. Com o ensino de segundo grau já consolidado, a sociedade passo-fundense começava a preocupar-se com o ensino universitário” (p. 44).

Em 1956, representantes da comunidade fundaram a Sociedade Pró-Universidade, que resultaria no curso de Direito e, mais tarde, no surgimento da Universidade de Passo Fundo (UPF). Aos poucos, a pequena cidade foi se consolidando como polo na região, o que nos remete à situação atual do município.



Conforme o censo demográfico realizado em 2000 pelo IBGE, no início do século XXI a população passo-fundense já totalizava 168.440 habitantes, dos quais 95% tinham entre zero e 59 anos. Essa população está distribuída numa área de 759,40 km<sup>2</sup>, mas concentrada principalmente na região urbana, mesmo que o município mantenha, desde seu surgimento, um perfil urbano-agroindustrial.

Além das empresas ligadas à agricultura, a UPF é uma das principais instituições responsáveis pelo fluxo de capital ao município, pois mobiliza todo o setor de serviços para atender os mais de vinte mil alunos da instituição, quase a metade deles vinda de outras cidades do Planalto Médio. Essa concentração pode ser a responsável pelo alto índice de desemprego apontado pelos relatórios do instituto. Mesmo que a cidade tenha muitas empresas de médio porte, nos últimos anos os diagnósticos econômicos demonstram queda na contratação de mão de obra para a indústria local. Por isso, a renda *per capita* média de seus habitantes é de R\$ 405,65. Em contrapartida, 84% da população é alfabetizada (IBGE, 2004, [s/p]). Parte dessa população é leitora do jornal *O Nacional*, um dos recortes de nossa análise.

### **1.2.1 Nossos personagens e as histórias a partir das quais escrevem**

Segundo Pedro Demo (1990), a realidade histórico-social e, por assim observar, os Discursos que seus personagens produzem a partir dela constituem-se de condições Objetivas e Subjetivas. Ou melhor, há um palco estruturado com o qual os sujeitos sociais se deparam e que existe independentemente deles; porém, na mesma medida, há inúmeras possibilidades de intervenção desses sujeitos nessa estrutura – intervenção entendida não apenas como ação concreta, mas como interpretação e formulação discursiva.

Por isso, mais do que apenas as informações sobre o lugar onde se ouvem essas falas, importa saber quem são os personagens dessa história. É o que procuramos fazer sucintamente a seguir, sem tentar dar conta, evidentemente, de toda a complexidade presente na caminhada particular de cada um, mas buscando materializar aspectos fundadores da sua condição histórica no presente.

### 1.2.1.1 Tarso de Castro e o caso Clodoaldo Teixeira

O jornalista em questão também é uma personagem importante no desenvolvimento de *O Nacional* e do Jornalismo, de modo geral, nesta região do estado. Isso porque, apesar de ser reconhecido nacionalmente por ter participado de um dos episódios mais significativos do Jornalismo brasileiro, em *O Pasquim*, como mencionamos anteriormente, foi no ON que começou sua carreira. Era o início da década de 1950 e Tarso tinha apenas 12 anos de idade. Bertol (2001, p.47) relata que, tão logo ele começou a trabalhar, já revelou a sua “vocação de cronista, de jornalista crítico e pol mico, perceptivo e atento ao que se passava ao redor”.

A autora lembra que, em 28 de dezembro de 1959, por exemplo, a coluna assinada por Tarso, com o pseudônimo TeD Ce, chamou atenção. Em algumas linhas, o recém-jornalista faz uma crítica ao bispo dom Cláudio Colling, considerado pela comunidade o “dono” da cidade. “O estilo compassivo e, ao mesmo tempo, pol mico do texto era exatamente o mesmo, talvez um pouco mais contido, do que aquele que se passaria a encontrar no final da década de 1960, início da de 1970, no semanário o Pasquim” (BERTOL, 2001, p.48).

Nos anos que se seguiram, mesmo depois de ter saído de Passo Fundo para morar na capital, Tarso continuaria abastecendo e colaborando, editorialmente, com *O Nacional*. Fazia contatos, entrevistas com políticos e intelectuais e, quando algo grave acontecia na cidade (tragédias ou disputas políticas), retornava para fazer a cobertura; era um dos responsáveis pelo elo entre o jornal de Passo Fundo e o Jornalismo feito nas capitais, atualizando e reciclando a sua produção.

Nessas idas e vindas, além da faceta de editor, já nacionalmente conhecida, no ON Tarso também fazia as vezes de repórter. Numa dessas ocasiões realizou a cobertura completa de um dos episódios policiais mais polêmicos ocorridos na cidade nos últimos anos: o caso Clodoaldo Teixeira.

A história se referia a um motociclista de 17 anos que foi morto com tiros nas costas, em 5 de fevereiro de 1979, pelo cabo da Brigada Militar José Valmor da Silva. O motivo que levou ao incidente tem três versões, apresentadas pelos jornais locais (ON, DM) e publicações subsequentes sobre o episódio, como o livro *Revolta dos motoqueiros*, de Leandro D ro (2007). Uma delas seria a de que Clodoaldo e um

amigo estariam dirigindo suas motocicletas em alta velocidade ao redor de uma praça, no centro da cidade de Passo Fundo, quando quase atropelaram uma mulher e uma criança. A outra versão seria que, dirigindo sua moto, o rapaz teria passado, acidentalmente, sobre o pé do brigadiano e, com receio de ser abordado, teria investido contra a patrulha e fugido. A terceira e última versão, divulgada pelo próprio ON, é que Clodoaldo dirigia sua moto sem carteira de motorista, pois era menor de idade, e assustara-se ao se deparar com uma blitz da Brigada Militar, fugindo e provocando sua perseguição. Além disso, nos meses que se seguiram, mais dois motociclistas foram mortos quando protestavam pela perda do companheiro.

#### 1.2.1.2 Jacques Gosch e o caso Adriano da Silva

Jacques<sup>10</sup> fez vestibular em 1996 e ingressou na primeira turma do curso de Jornalismo da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo. Antes disso, era conhecido na cidade pela presença constante nas atividades promovidas pelo movimento estudantil e, principalmente, pela militância declarada nos partidos de esquerda que mantinham diretório na região.

Começou a atuar na Imprensa passo-fundense em 1999, ao ser contratado pela Rádio Uirapuru AM, onde trabalhou como repórter da editoria de “geral” durante alguns poucos meses. Nessa ocasião pôde acompanhar o trabalho de Acássio Silva, renomado repórter policial da cidade, que trabalha na emissora desde a década de 1970. Deixou a rádio no mesmo ano e ficou afastado dos veículos de comunicação locais.

Em 2003 foi convidado a integrar a equipe de redação de *O Nacional* e, no ano seguinte (2004), iniciou-se na editoria de polícia do jornal, sendo reconhecido pela comunidade passo-fundense pelo trabalho realizado (segundo ata da Câmara de Vereadores de 19 de janeiro de 2006). Desde aquela época, Jacques tem atuado na mesma área, hoje trabalhando junto à equipe da Rádio Planalto AM<sup>11</sup>, com

---

<sup>10</sup> As informações aqui registradas foram obtidas por informação direta, uma vez que o pesquisador envolvido no presente estudo foi colega de faculdade do jornalista em questão, depois professor e, quase dez anos mais tarde, banca de avaliação do seu trabalho de conclusão, em 2007.

<sup>11</sup> Informação disponível em [www.radioplanalto.com.br/equipe](http://www.radioplanalto.com.br/equipe).

algumas participações na editoria de esportes, principalmente por ocasião dos jogos pelo campeonato estadual (2ª divisão) realizados na cidade.

Entre 2004 e 2006, como repórter, Gosch presenciou e protagonizou, junto com seus colegas de redação, duas transformações significativas no Jornalismo passo-fundense: a mudança editorial e gráfica do jornal *O Nacional*, comandada por Fernando de Castro, sobrinho de Tarso de Castro, e a cobertura do caso Adriano da Silva, que, segundo Gosh (2007), resgatou a prática do Jornalismo investigativo no cenário do Jornalismo local. Este último aspecto, aliás, foi responsável por projetar Jacques como jornalista policial, sendo comparado ao próprio Acássio Silva, pioneiro nesta editoria em Passo Fundo.

Adriano da Silva, de 25 anos, confessou, ao ser preso, ter violentado e matado 12 meninos na região Norte do Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades de Sananduva, Soledade e Passo Fundo. Entre as vítimas estão: Alessandro Silveira (13 anos), Volnei Siqueira dos Santos (12 anos), Jeferson Borges da Silveira (11 anos), Júnior Reis Loureiro (10 anos), Luciano Rodrigues (09 anos), Leonardo Dorneles dos Santos (08 anos), Cassiano Rosa (09 anos), Jeferson Cristiano Garcia (12 anos), Douglas de Oliveira Hass (10 anos), João Marcos Godois (12 anos), Éderson Leite (12 anos) e Daniel Bernardi Lourenço (13 anos).

Segundo os registros policiais, publicamente divulgados ao longo das reportagens realizadas pelo jornal *O Nacional* e demais veículos da Imprensa local, as vítimas de Adriano tinham idades entre oito a treze anos e foram espancadas, violentadas, mortas por asfixia e seus cadáveres abusados sexualmente. Entretanto, apenas oito desses doze crimes foram comprovados pela Justiça.

Os assassinatos aconteceram entre agosto de 2002 e dezembro de 2003. Nesse sentido, em matéria publicada no dia 26 de janeiro de 2004, o periódico em questão revela que a última vítima de Adriano da Silva foi o vendedor de picolés Daniel Bernardi Lourenço, de 13 anos, morto ao ser estrangulado com um fio de náilon, crime que desencadeou a perseguição ao acusado.

O assassino, que já era foragido da Justiça do Paraná, onde estava condenado a 27 anos de prisão por ter matado, roubado e escondido o corpo de um taxista, foi capturado em cinco de janeiro de 2004 no município de Maximiliano de Almeida, na

divisa do estado do Rio Grande do Sul com o estado de Santa Catarina. O réu confesso foi a julgamento pela primeira vez no dia 15 de agosto de 2006 pelo assassinato de Alessandro Silveira, de 13 anos. Nesse júri, o acusado foi condenado a 19 anos e seis meses por homicídio duplamente qualificado e um ano e 11 meses por ocultar o cadáver do engraxate, encontrado seis meses depois do crime.

O julgamento foi aberto ao público, mas, em razão das manifestações da população passo-fundense, a polícia decidiu não deixá-lo detido no presídio do município, localizado no bairro São Luiz Gonzaga, transferindo-o para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, onde o réu já estava detido até o primeiro julgamento.

O caso resultou numa extensa cobertura jornalística da Imprensa local que envolveu a revelação dos assassinatos, a elucidação da autoria, a captura de Adriano da Silva e, por fim, o seu julgamento. As últimas partes dessas reportagens, aquelas ligadas ao relato do julgamento, viraram capa dos jornais da cidade, com destaque para a cobertura de *O Nacional* feita por Jacques Gosch, que acompanhou todo o processo e conversou com Adriano durante uma entrevista exclusiva.

### **1.3 Fundamentação teórica**

Roland Barthes (1984) sugere que o homem passa a sua existência buscando conhecer a própria imagem, não apenas diante do outro, mas diante de si mesmo, localizando o seu lugar como sujeito histórico e reconhecendo o seu papel no cenário social de onde fala. Aliás, uma das principais preocupações do autor refere-se ao papel da fala na constituição das relações sociais, mais especificamente, da língua, não de modo restrito, ou seja, relacionado à língua escrita, mas às estruturas linguísticas nas quais devemos enquadrar o nosso pensamento para expressá-lo. Para ele, de certa forma, somos aprisionados por essa estrutura, pois necessitamos aceitá-la e usá-la para que a Comunicação se consolide com certo grau de eficiência.

Não são somente os fonemas, as palavras e as articulações sintáticas que estão submetidos a um regime de liberdade condicional, já que não podemos combiná-los de qualquer jeito; é todo o lençol do discurso que é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões,

maciças ou tênues no nível retórico, sutis e agudas, no nível gramatical: a língua afluí no discurso, o discurso reflui na língua, eles persistem um sob o outro, como brincadeira de mão. (BARTHES, 1978, p.32)

Os Discursos que produzimos e aqueles a que acessamos são constituídos, em parte, por quem somos e, em parte, pelo tempo em que vivemos, pelas relações que estabelecemos com os outros sujeitos que dividem certos cenários conosco e pelo modo como vamos preenchendo a forma do texto com o sentido. Contudo, também são constituídos pelos limites que esse tempo, que essas relações e as regras que surgem a partir delas vão traçando.

O sentido da presente investigação começa a ser construído na medida em que consideramos a Notícia, e mesmo a Fotografia jornalística, como uma das formas que essa fala pode assumir, muitas vezes pública, que circula pelo ambiente social e, portanto, provoca certo movimento. Nosso ponto de partida são as reflexões de Barthes, tomando como método de pesquisa a Dialética Histórico-Estrutural (DHE). Esse encontro é possível porque, por meio da Semiologia, o autor procurou estabelecer as relações entre a fala dos diferentes sujeitos sociais e o contexto no qual esta fala está imersa, marcada por uma abordagem dialética.

Os pressupostos teóricos do autor evidenciam-se aqui por meio de seis categorias: o Discurso (que apresenta como subcategoria as Pirâmides Invertida, Normal e Mista e a Fotografia), *Fait Divers*, o Estereótipo, o Mito, o Poder e o Socioleto (Encrático e Acrático). Elas foram escolhidas de acordo com a pertinência do objeto, ou seja, as características presentes na discursividade da fala jornalística, e os objetivos deste estudo, ligados à compreensão da produção de sentido em nível verbal e não verbal.

### 1.3.1 Discurso

A primeira categoria aponta para os signos desses textos, assim como para os modos como podem ser interpretados e compreendidos pelas pessoas que os produzem e os acessam na vida cotidiana. Trata-se da possibilidade de dizer alguma coisa sobre algo a alguém.

Barthes (1977) visualiza o Discurso como um jogo dialético, cujas regras estão baseadas na organização, estrutura e mobilidade dos próprios signos. Cada vez que são combinados num dado tempo sócio-histórico tecem um tipo de fala, recheada de pistas, com base nas quais o leitor constrói os significados.

Essa discursividade é produzida continuamente pelos atores sociais e pode assumir distintas formas, como a estrutura das Pirâmides (utilizada pelos jornalistas na produção de seu texto) e a Fotografia (significante icônico da Notícia), mas é, sobretudo, atravessada pelo Poder, pelos Estereótipos, pelos Mitos, pelos Socioletos configurando-se num tipo de informação e/ou abordagem noticiosa, ou melhor o *Fait Divers*. O fato é que os elementos da Cultura, dispersos nos cenários sociais, estão presentes na maneira como falamos, na nossa sintaxe, no entrelaçado que fazemos dos signos, de modo que, como alerta Barthes (1981, p.159), “não podemos passar para o não discurso porque o não discurso não existe”.

Tendo em vista essa observação, apresentamos na pesquisa duas subcategorias do Discurso, a começar pela **Estrutura das Pirâmides**, utilizada pelos jornalistas para compor seu texto. Ora, a Notícia jornalística é uma configuração discursiva. Segundo Genro Filho (1988, p.186), uma configuração que se caracteriza por um modo peculiar de “perceber e produzir seus fatos”, trata-se da pirâmide. Por meio dela os dados relevantes de um evento são apresentados considerando a ordem e/ou a importância em que aconteceram.

Nesse sentido, o autor observa três estruturas básicas: a Pirâmide Normal, onde estão organizados em ordem cronológica; a Pirâmide Invertida, onde as informações mais relevantes aparecem logo no início do texto, em forma de *lead*, e as demais, posteriormente, em ordem decrescente; e a Pirâmide Mista, que apresenta um *lead*, mas depois segue a ordem cronológica.

No entanto, identificar uma estrutura dessa dimensão implica, como o próprio autor propõe, considerar o fato de que uma Notícia jornalística só se constitui a partir de um recorte da realidade, o que caracteriza certa ambiguidade. Ora, se descobrimos escolhas configuradas, nos afastamos cada vez mais de questões como objetividade e imparcialidade, há tanto tempo defendidas e que aparecem na

esteira do suposto papel atribuído ao jornalismo na sociedade. Como ser objetivo quando selecionamos pedaços de um todo coerente?

Genro Filho (1988) lembra que a Pirâmide, principalmente no caso da Invertida e da Mista, como é frequentemente utilizada na prática jornalística, reforça a condição da Notícia como reprodutora de uma realidade preconcebida e da ideia mítica de imparcialidade, a começar pelo lugar destinado ao *lead* dentro do texto. Considerado o passo inicial deste tipo de estrutura, ele “leva a maioria dos redatores a pensar que se deve sempre responder monótona e mecanicamente as famosas seis perguntas no primeiro parágrafo – do que realmente pela apreensão singularizada do fato, na qual o *lead* seria apenas a expressão mais aguda e sintética” (p.191).

O singular é o elemento-chave na produção de um discurso jornalístico. Por isso, para o autor, a Notícia não deve caminhar do fato mais importante ao menos relevante, mas da sua singularidade para a particularidade que o contextualiza. É essa relação que vai garantir ao texto noticioso um grau mínimo de objetividade, para que, apesar de ser um recorte, realize-se como forma de conhecimento.

Genro Filho (1988) alerta, ainda, para a ideia de que, embora o material do qual os fatos são constituídos seja objetivo, pois “existem, independente do sujeito”, a abordagem que damos a eles é sempre subjetiva e depende do que cada informação significa para o “escolhedor”. Essas significações estão implicadas com os pré-conceitos carregados pelo jornalista, com o ambiente social em que se constituem e com as ideias de mundo envolvidas na leitura e na produção de sentidos desse profissional, o que Barthes chamaria de “translinguístico”. Portanto, à medida que percebemos o mundo, o traduzimos em linguagem através de um código comum, mas, sobretudo, com base num momento histórico e contextual que impregna a visão que temos da realidade.

Em outras palavras, a essência motriz do fato é material, portanto objetiva, mas o olhar que lançamos sobre ela é particular, portanto subjetivo. Para Genro Filho (1988), em certa medida, assumir essa subjetividade não compromete a compreensão da substância histórica socialmente constituída da realidade, mas



negá-la escamoteia uma Ideologia, cuja função, para o autor, é reproduzir e confirmar as relações capitalistas, tolhida de qualquer visão crítica da realidade.

Outra subcategoria do Discurso que apontamos neste estudo é a **Fotografia**. Para o autor, ela é inclassificável e poucos são os aspectos que a distinguem das demais imagens produzidas pelo homem. Entretanto, é possível caracterizá-la como objeto de três práticas: o fazer, o suportar e o olhar. A função de cada uma pode ser compreendida a partir do momento em que os sujeitos envolvidos no ato de fotografar são delineados: do operador, que efetua saltos, recortando ou apreendendo porções do real; do alvo, representado iconograficamente na imagem, ao espectador, que observa o encontro entre os dois anteriores num momento único e irremediável.

Nesse sentido, a Fotografia é, historicamente, marcada pela ação de reproduzir ao infinito algo ou algum momento que aconteceu uma única vez. É a partir do salto imagético que esse momento fica mecanicamente registrado e possibilita que seja ressuscitado pelo leitor. Para Barthes (1984), a foto é “a ocasião, o encontro, o real em sua expressão infatigável”, mas, existencialmente, impossível de ser repetido.

Toda Fotografia representa algo, que Barthes (1984) chama de *referente*. O referente sempre está presente na imagem por meio de um traço estético que o reproduz, atingido por uma imobilidade. Depois do registro, o alvo, como referente, já não existe mais no espaço/tempo fora da imagem fotográfica. “A Fotografia é sempre apenas um canto alternado de olhem, olhe, eis aqui; ela aponta com o dedo um certo *vis-a-vis* e não pode sair dessa pura linguagem dêictica” (p. 14).

Quando o fotógrafo constata esse referente no ato do registro, faz uma escolha, a qual nem sempre é possível de ser identificada em outro momento. O gesto fotográfico é, conforme Flusser (2002), uma série de saltos; o fotógrafo salta por cima das barreiras que separam as várias regiões do tempo-espaço e, através de um pequeno orifício, olha, limita, enquadra e coloca em perspectiva o que quer desvelar. Num mesmo gesto, escolhe o que não quer captar, ou o que quer deixar à margem da cena. Também é elemento de leitura o que a Fotografia não diz, não mostra, aquilo para o que ela não aponta.

Barthes (1981) afirma que tudo isso implica uma escolha ideológica do fotógrafo e de sua subjetividade relativa ao objeto apresentado. Por isso, quando nos propomos analisar uma imagem fotográfica, é fundamental resgatar determinados contextos de onde o sujeito fala, como também sugere o autor (1984), para que possamos reconhecer os sentidos produzidos não apenas por aquilo que vemos, mas considerando os intertextos que cruzam a imagem ou que se ausentam dela.

O autor também realiza significativas reflexões acerca daquele que é fotografado, das personagens que compõem uma cena imagética. Essa disposição nos permite acreditar que se trata de uma imagem refletida, não como cópia do real aparente, mas como modelo de consciência das personagens. Nesse sentido, Barthes (1984, p. 22) lembra: “Ora, a partir do momento em que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a posar, fabrico-me, instantaneamente, um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente, em imagem”. Para o autor, quando sabemos que somos fotografados, não nos arriscamos tanto e buscamos projetar uma imagem coerente com aquela que gostaríamos que transparecesse para o outro.

No que se refere ao espectador, Barthes (1984) faz outras considerações, apontando para dois pressupostos de análise: o *Studium* e o *Punctum*. Como leitor, ele lembra a sensação de desagrado quando se deparava com as fotografias nos espaços públicos. Poucas eram as imagens que lhe interessavam, pois, entre as Fotografias escolhidas, apreciadas em revistas, reunidas em álbuns, raras eram aquelas que lhe davam prazer. Em sua maioria, apareciam compostas por essências pouco animadas, que despertavam um interesse meramente cultural, evidenciadas a partir do reconhecimento das intenções do fotógrafo, aprovando-as, desaprovando-as e compreendendo seu objetivo.

A esse “interesse sensato” por algumas imagens, encontradas e/ou procuradas aqui e ali, essencialmente ligado ao papel que estão destinadas a desempenhar, Barthes chamou de *Studium*, que se refere a uma Fotografia desprovida de detalhe que nos atraia sobremaneira.

O *studium* é um campo muito vasto do desejo indolente, do interesse diversificado, do gosto inconsequente. O *studium* é da ordem do “to like” e não “do to love”. É os mesmos interesses vagos, uniformes, irresponsáveis, que temos por pessoas, espetáculos, livros, que consideramos distintos (BARTHES, 1984, p. 27).

Tal constatação revela que o autor espera mais de uma Fotografia, mais do que um interesse apenas sensato. O que ele relata em seu texto *Câmara clara* é que a foto deve ser algo surpreendente, acordando nos sujeitos leitores uma série de novos e velhos sentidos. Essa relação tem chances significativas de se concretizar pelo detalhe exposto na foto.

Assim, se, por um lado, no *Studium* o leitor vai ao encontro da Fotografia, movido por sua presença e dinâmica pública, por outro, o faz por uma inquietação peculiar. Barthes (1984) alerta que devemos deixar o detalhe remontar sozinho a consciência afetiva; uma vez que isso se concretize, temos a emergência de mais uma subcategoria de leitura, chamada *Punctum*. Nela é a foto que nos atrai, que nos fere, e o detalhe, que nos flecha e vem nos transpassar. “O *Punctum* de uma foto é o acaso que nela me punge” (BARTHES, 1984, p. 28).

O semiólogo é sempre um leitor que está à mercê desse sentido consensual, público, e dessa picada, desse arrebatamento subjetivo.

### 1.3.2 *Fait Divers*

O termo, criado na França, refere-se à narração de pequenas histórias cotidianas, hoje publicadas em jornais, que de alguma forma transgridem a ordem do dia e a normalidade das coisas do mundo (pelo menos circunscrito àquilo que o senso comum estabeleceu como norma) e, por isso, podem ser consideradas (extra)ordinárias. Dion (2009) lembra que os acontecimentos mais frequentes abordados por este tipo de texto são aqueles relacionados à morte violenta, mas não apenas estes. Os relatos de *Fait Divers* podem envolver acidentes, catástrofes naturais, monstros e personagens anormais, curiosidades da natureza e uma infinidade de anedotas e confusões que acontecem no dia a dia das pessoas comuns. Contudo, qualquer que seja o caso, há em sua leitura um elemento

invariante: a explicação dessa transgressão por intermédio da ideia de tragédia e fatalidade.

Apesar de ter se popularizado na atualidade como uma categoria de narrativa jornalística, designando não apenas um tipo de informação, mas também um tipo de discurso, a expressão *Fait Divers* já era empregada mesmo antes do advento da Imprensa. Ramos (2001) registra que sua pronúncia foi adotada ainda na Idade Média para qualificar diferentes produções culturais, como o canto dos menestréis e, mais tarde, inspirando romancistas como Balzac, Flaubert e Stendhal. Se considerarmos isso, podemos dizer que seus primeiros contornos povoaram o imaginário popular por meio da transmissão oral, instalando-se em lugares privilegiados, como as regiões de comércio nas vilas, ou as feiras, caracterizados pela grande circulação de pessoas que se reuniam para comprar e, ao mesmo tempo, para trocar informações acerca dos últimos acontecimentos.

Dion (2009, p.127) explica que as informações mais procuradas nessas ocasiões eram os últimos relatos de guerra ou a cura para as pestes que assolavam as cidades, mas que, junto com esses temas úteis, contava-se igualmente toda espécie de acontecimento verdadeiro e espetacular, mesmo que alguns deles fossem “tão inverossímeis que suas autenticidades eram inverificáveis”. Aliás, parece-nos aqui que eram apontados como inverossímeis justamente por não corresponderem à lógica instituída por aquele grupo de pessoas e por aquele contexto no qual estavam mergulhadas.

Em outras palavras, tratava-se de narrativas espetaculares, cujas características foram conservadas e herdadas pelo *Fait Divers* da grande Imprensa na contemporaneidade. Talvez isso explique por que hoje dizemos que tal expressão designa, em sua generalidade, a informação sensacionalista, que de uma forma ou de outra encontra diariamente espaço reservado nas páginas dos jornais. Aliás, um espaço afiançado não apenas pelo tema em pauta, mas pela forma de abordagem: são narrativas de interpelação emotiva que relatam dramas experimentados por alguns, evidenciando a possibilidade de ascensão dos sujeitos anônimos à visibilidade social, mas que, por apontarem para preocupações familiares a todos, promovem certa projeção. Acreditamos que parte dessas preocupações refere-se à

possibilidade de que o seu mundo, privado e ao mesmo tempo coletivo, saia do controle, da ordem preestabelecida por uma ideia qualquer de normalidade, mas uma alteração para a qual já existe explicação satisfatória e tranquilizadora.

Muitos pensadores se dedicaram ao *Fait Divers*, alguns mencionando sua existência como categoria dada, outros refletindo sobre ele. Entre estes últimos temos Foucault, Morin, Baudrillard e Walker. Mas foi Roland Barthes que se interessou em arranjar-lhe uma tipologia básica, debruçando-se sobre o problema da estrutura desta forma narrativa. Segundo o autor, no livro *Ensaaios críticos* (1971), é uma estrutura fechada, compreendendo dois termos, causalidade e coincidência, os quais se mantêm em relação. “É a problemática desta relação que vai constituir o *Fait Divers*” (p.190).

Considerando que a categoria se caracteriza pelo relato surpreendente, Barthes (1971) criou para cada tipo dois subtipos. Assim, o *Fait Divers* de Causalidade subdivide-se em Causa Perturbada e Causa Esperada. No primeiro caso, há o desconhecimento ou deformação dos motivos que mobilizaram o acontecimento e, em contrapartida, a narrativa é pontuada pela ênfase nos detalhes e nos efeitos. Na Causa Esperada, segundo subtipo, a ênfase recai sobre os personagens dramáticos (mãe, criança e velho), que representam os ciclos vitais, e, apesar de o motivo poder ser conhecido, deve espantar, na medida em que é distinto da normalidade, transgredindo a ordem do esperado.

O tipo *Fait Divers* de Coincidência subdivide-se em duas figuras: de Repetição e Antítese. O relato de Repetição está marcado por um tipo de acontecimento que se reproduz, não como igual, mas com as mesmas pessoas, ou em lugares e circunstância similares (quatro suicídios na mesma noite, sequência de acidentes no mesmo trecho de uma estrada), de modo que o leitor possa despir o fato de sua bagagem história e, conforme Barthes (1971), transferir a responsabilidade do efeito para a noção de destino. Logo, a manifestação do relato de Antítese se revela quando os estereótipos aparecem invertidos (o pai que deveria proteger mata, a criança que deveria ser protegida é assassinada), ou melhor, duas noções ou termos opostos se encontram num mesmo acontecimento, evidenciando a ideia de cúmulo.

Qualquer que seja a estrutura, de Causalidade ou de Coincidência, o *Fait Divers* se caracteriza por ser uma narrativa cuja forma de interpelação liga-se ao espetáculo e, portanto, à emotividade, e cujo conflito é aparentemente incompreensível pelos recursos da racionalidade, uma vez que o relato esvazia cada fato de seu percurso histórico. Diante dele, e num esforço de compreendê-lo, os interpelados “recorrem a um Sujeito Absoluto, tal qual acontecia na Tragédia Grega, quando um ‘Deus-ex-Machina’ entrava em cena, para contornar os impasses incontornáveis historicamente. Prevalece a lógica da Fatalidade” (RAMOS, 2001, p.125).

Ora, o mistério ou as dúvidas que tanto inquietam, consciente ou inconscientemente, os indivíduos resolvem-se como passe de mágica se colocarmos a responsabilidade dos fatos para os quais não encontramos resposta no acaso ou no destino; se justificarmos a excepcionalidade, transferindo a culpa de determinados eventos para esse “herói grego” que a todos salva.

Através de uma estrutura que invariavelmente explora os mesmos temas em diferentes épocas, variando protagonistas e cenários, o sujeito leitor abranda seus temores fazendo uma quase catarse periódica. Ao entrar em contato com o relato ofertado, sem necessariamente se comprometer com ele, o interpelado se reconhece: ele também integra o ciclo da vida, e por isso já esteve ou ainda está diante de uma situação conflituosa e inexplicável. Todos vivem momentos de fragilidade e, antes vulneráveis, em mar aberto, agora se sentem seguros, presos à tábua de salvação da Fatalidade, que oferece uma explicação assaz para aquilo que foge ao seu entendimento lógico.

### 1.3.3 O Estereótipo

Segundo Barthes (1984), o Estereótipo é constituído por uma necrose da linguagem. Disfarçado de natural, o Estereótipo parece uma ideia próxima da verdade, mas pode ser apenas um discurso deformado e grave, pois tenta imobilizar o sentido da fala.

[...] é a palavra repetida, fora de toda magia, de todo o entusiasmo, como se fosse natural, como se por milagre essa palavra que retorna fosse cada vez adequada por razões diferentes, como se imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem-cerimônia, que pretende a consistência e ignora sua própria insistência (BARTHES, 1973, p.57).

O Estereótipo é, então, o resultado da imposição de determinada ideologia, que cerca e nega a multiplicidade do signo, caracterizando-se pelo vocábulo repetido e cristalizando certo sentido como único. Nesse aspecto, o autor acredita que, no mundo moderno, a mídia é a grande responsável por naturalizar e eternizar essa forma de fala.

#### 1.3.4 Mito

Barthes (2001) relata que o ponto de partida da sua reflexão sobre o assunto foi “um sentimento de impaciência frente ao ‘natural’ com que a imprensa, a arte, o senso comum mascaram continuamente uma realidade” (p. 07). Acredita que tudo na nossa vida está vinculado às representações que a burguesia criou das relações entre os sujeitos e o mundo, as quais se expandem por meio de um catálogo de imagens. Essas imagens, naturalizadas pelo uso, apontam para um homem universal e eterno com o objetivo de consolidar a ideia de diferenciação das classes sociais, e para atingir tal objetivo organiza uma fala que

[...] abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes simplicidade das essências, suprime qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência (BARTHES, 2001, p.164).

Assim, essa forma discursiva tem como característica eliminar a qualidade histórica das coisas, de modo que, ao acessá-las, não vemos os seus traços ou não nos ocorre a lembrança de sua origem. É nesse aspecto que residem as inquietações do autor, o qual adverte que a realidade, mesmo que seja presentemente vivida, também é histórica, e que Natureza e História não podem ser confundidas. Barthes (2001) vê na exposição insistente *do-que-é-óbvio* um abuso ideológico dissimulado e chama essa fala de “mítica”. Aliás, “uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da ‘natureza’ das coisas” (p.132).

O Mito também é, portanto, uma espécie de discurso, mas, de acordo com o autor, não é um discurso qualquer. Sua distinção no texto está caracterizada pela palavra repetida, pelo modo como apresenta determinada ideia, através da conotação. É uma fala historicamente descontextualizada, definida por sua intenção evidente. O Mito nada esconde; ao contrário, aparece como uma confiança, uma cumplicidade, pois, se não percebêssemos essa intencionalidade, ele não poderia nos atingir. Trata-se de uma intenção naturalizada que nos interpela.

Mais do que isso, é uma ideia apropriada por um grupo específico e consumida por meio de um processo casual, aparentemente espontâneo e indiscutível. “A ubiquidade constitutiva da fala mítica vai apresentar-se, simultaneamente, como uma notificação e como uma constatação” (BARTHES, 2001, p. 145). Assim, ele tem dupla função: faz compreender e impõe; trabalha com imagens pobres e incompletas, ignorando sua complexidade, onde o sentido está diminuído, simplificado. É uma fala despolitizada, que se concretiza na deformação do signo.

Nele encontramos o mesmo esquema que a Semiologia postula para os demais textos: o significante (a forma), o significado (o conteúdo) e o signo, constituído a partir da relação entre os dois primeiros. Contudo, nesta categoria ele ganha uma perspectiva peculiar, porque o ponto de partida do Mito é o ponto terminal de um sentido.

é um sistema semiológico segundo. O que é signo (isto é, a totalidade associativa de um conceito e uma imagem) no primeiro sistema, transforma-se simplesmente em significante no segundo. É necessário recordar, neste ponto, que as matérias primas da fala mítica, por mais diferente que sejam inicialmente, desde o momento em que são captadas pelo mito, reduzem-se a uma pura função significante (BARTHES, 2001, p.136)

O autor acredita que, ao se tornar forma, o sentido produzido durante o primeiro esquema esvazia-se, empobrece-se e permite a evaporação da história, levando o leitor a associações limitadas e repetitivas. Assim, se observarmos a fala mítica, poderemos perceber que existem vários significantes (formas de fala) para poucos significados (porque significam a mesma coisa).



O Mito barthesiano também é constituído pela ideia de álibi. A onipresença dos significantes, que têm na Mídia o principal espaço de consagração, e sua ambiguidade, que alterna o sentido do significante, resultado do primeiro esquema, e sua forma, no esquema mítico promovem uma sensação de disfarce, comparado ao álibi policial. O acusado (neste caso, o signo) aponta que estava em determinado lugar, mas se encontrava noutra. Contudo, no álibi comum, a verdade impede-o de girar, ao passo que o mito não tem a verdade como sanção. Seu significante sempre pode oferecer a outra face.

Se, para Barthes (2001), o mito é uma fala despolitizada, existe, pelo menos, um discurso que se opõe a ele, que é aquele que permanece político; existe, pelos menos, uma linguagem que não é mítica, aquela do homem produtor, que fala para transformar o real, ao contrário do discurso mítico, que utiliza uma série de estratégias, como as figuras de linguagem, para conservá-lo.

Aliás, Barthes (2001) acredita que exista um conjunto de figuras fixas, insistentes, nas quais se encaixam as formas variadas do significante mítico. A partir delas, o autor apresenta sete tipos de Mito que identificou num discurso: a Vacina, a Omissão da História, a Identificação, a Tautologia, o Ninismo, a Quantificação da Qualidade e o Mito da Constatação. Todavia, alerta que pode haver outros.

A Vacina é caracterizada pela exposição de um problema menor para escamotear um problema essencial, imunizando, assim, o imaginário coletivo. Através dessa figura, o discurso dominante acredita evitar o risco de subversão generalizada, ao mesmo tempo em que reconhece certas subversões localizadas.

Já a Omissão da História retira o fato de seu contexto para apresentá-lo ao outro; conduz a uma dissociação entre o objeto e sua origem, como se “desde o início dos tempos fora criado pelo homem burguês [...]. Nada é produzido ou escolhido: basta possuímos esse objetos novos, cuja desagradável poluição de origem ou de escolha já foi suprimida” (BARTHES, 2006, p.171).

A Identificação, conforme o autor, é uma figura do discurso que procura ignorar o outro e sua diferença. Assim, “os espetáculos, os tribunais locais, onde pode acontecer que o outro se exponha, transformam-se em espelhos” (p.172). O outro só pode existir se for igual a mim ou se puder ser reduzido a análogos. Porém,

Barthes (2001) lembra que, em certos casos, o bom senso impede-nos de considerar o outro como espelho. Então, ele é exotizado, distanciado, de forma que não prejudique ou não ameace a minha segurança.

Outro tipo de Mito é a Tautologia, que é a solução mágica para quem não encontra explicação.

Mágica, ela só pode proteger-se por trás de um argumento de autoridade: tal como os pais que, não sabendo mais o que dizer, respondem à criança que insiste em pedir explicações: “é sim porque sim” [...], e pensa já estar desobrigado para com a causalidade por ter proferido a palavra que a introduz (BARTHES, 2001, p.172-173)

Adotando esse mesmo comportamento mágico, temos também a quinta figura, o Ninismo, que consiste em apontar dois caminhos, duas possibilidades, duas circunstâncias antagônicas, mas acaba rejeitando as duas e favorecendo o continuísmo: ora, se nem uma nem outra opção são satisfatórias, não há escolhas a fazer e tudo fica como está.

A Quantificação da Qualidade é um tipo de fala que ancora a realidade nos números, nas quantidades, e “estabelece uma igualdade entre o preço do bilhete e as lágrimas do ator, o luxo do cenário” (p. 173 e 174). Para se consolidar divulga uma quantidade visível de efeitos dos quais podemos nos beneficiar por ter pago determinado valor pelo bilhete de entrada, por exemplo.

Por fim, há o da Constatação, que apresenta formas de fala apoiadas em bordões, slogans, clichês e ditos populares (“filho de peixe, peixinho é”); defende uma hierarquia inalterável das coisas e do mundo, mais uma vez negando a história do objeto, para que seja consumido como uma mercadoria.

A Mídia pode ser um dos principais balcões de negócios desses produtos míticos. É o agente por meio do qual esses discursos são postos em circulação e naturalizados. Por isso, justifica-se a pertinência da escolha desta categoria para nossa pesquisa.

### 1.3.5 Poder

O Poder sempre foi objeto de discussão. Diante de sua característica

invariante – pois está sempre presente, mesmo nos diferentes tempos históricos, assumindo estados distintos – desperta a atenção e o esforço conceitual de muito pensadores e, conseqüentemente, tem sido objeto de uma pluralidade de interpretações. Segundo Ramos (2006), nas reflexões barthesianas o conceito de Poder foi, mais uma vez, renovado.

Weber (1967), por exemplo, notabilizou o sentido de poder como dominação. Anotou-o como a capacidade de uma elite impor o seu projeto de desenvolvimento a uma maioria. É a expressão da dominação em seu aspecto vertical, na relação entre elite e o povo. Barthes não jogou fora o sentido weberiano, mas o poluiu. Concedeu-lhe uma abordagem dialética, desembraçando-o de uma perspectiva mecanicista, de enquadramento automático. Vislumbrando-o, com recorrência de um ver psicanalítico (p. 5 e 6).

Para Barthes (1978), o Poder é a *libido dominandi*, não como prazer sexual, mas como energia prazerosa, que dá motivações ao homem para viver. Baseado nesse pressuposto, não pode ser percebido segundo uma ótica simplista, como se fosse apenas um objeto político: alguns o têm; outros, não. Além disso, o autor adverte que o poder também é um objeto ideológico, que pode ser alcançado através da linguagem, entendida numa perspectiva social; não se restringe ao Estado, mas está em todos os mecanismos de intercâmbio, como nas relações familiares, nos espetáculos teatrais, nos esportes e, até, “nos impulsos libertadores que tentam contestá-lo” (p.11).

A linguagem é, então, a expressão das relações às quais estamos submetidos, e os signos, dos quais se apropria para organizar seus Discursos, são instrumentos de Comunicação que tornam possível estabelecer um consenso acerca das ideias de mundo dos diferentes indivíduos envolvidos neste ambiente e, conseqüentemente, reproduzir ou questionar a ordem social e o modo como seu cotidiano está organizado. Desse modo, o Discurso pode ser o lugar de exclusão ou encerramento dos sujeitos sociais, dependendo da forma que os poderes tomam para se interdizer ou excluir. Em outras palavras, o Poder habita a linguagem através da língua como instituição social, que se reproduz trans-socialmente.

A língua é responsável pela manutenção do Poder, repetindo as palavras até o momento em que os sentidos nos parecem naturais. Isso porque, para sobreviver no cenário social, precisamos recorrer a ela, utilizar os seus códigos, respeitar sua estrutura, embora tal apropriação signifique se submeter às suas regras.

Assim, por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma reição generalizada (1978, p.13).

A estrutura da língua reproduz o Poder até mesmo nos discursos de resistência, uma vez que os resistentes têm de se apropriar da estrutura da língua para se comunicar e para serem entendidos. Mesmo o Poder existindo fora da sociedade, como afirma Barthes (1977), é nela que se reflete, em seus discursos, em seus signos e nos sentidos construídos a partir deles.

#### 1.3.6 Socioleto

A última categoria que estamos nos propondo analisar na fala jornalística sobre os casos Clodoaldo Teixeira e Adriano da Silva é o Socioleto. Ela está calcada nas formas particulares de fala dos diferentes grupos que compõem o ambiente social, chamadas de “linguagens sociais”. Para Barthes (1988), elas surgem como uma espécie de arma discursiva, a partir da consciência absoluta desses grupos de que é necessário fechar o sistema, proteger-se e excluir dele o adversário ou o diferente.

Isso acontece porque, numa sociedade caracterizada pela circulação de textos e bens simbólicos, não há uma cultura homogênea. Existem vários grupos compondo o cenário social, cada qual com seus discursos, dos quais alguns prevalecem e, por isso, são os mais consumidos. Entretanto, consumir o mesmo Discurso não garante homogeneidade; cada um desses grupos, independentemente da fala que consome, continua produzindo o seu próprio Discurso. “Todos entendemos o que ouvimos em comum, mas nem todos falamos a mesma coisa que ouvimos; os gostos estão divididos de maneira até oposta e inexorável” (BARTHES, 1988, p. 110).

O Socioleto emerge, então, como reflexo de uma luta para sobrepor o Discurso peculiar a um grupo ou para que ele não fique sufocado pelo Discurso do outro. De certa forma, oferece algumas vantagens, as mesmas que a posse de uma linguagem dá a todo o poder que se quer conservar ou conquistar.

Por outro lado, os Socioletos não são apenas linguagens de resistência, mas comportam elementos de intimidação com o objetivo de impedir o outro de falar. Para isso, põe figuras ofensivas no discurso, responsáveis por constranger o outro. Observada essa natureza, a categoria referida comporta duas subcategorias, o Socioleto Acrático e o Socioleto Encrático, estruturadas a partir dos discursos de Poder.

Conforme Barthes (1973), no Socioleto Encrático a linguagem enuncia-se e desenvolve-se sobre as relações de poder instauradas nos aparelhos estatais, institucionais e ideológicos. É um discurso difuso, disseminado, que impregna as trocas, os ritos sociais, os lazeres, e busca legitimar a fala das classes no poder. Constitui-se a partir da Doxa, submisso aos seus códigos, que são, eles próprios, as linhas estruturantes da sua ideologia.

Ora a linguagem encrática (aquela que se reproduz e se espalha sob a proteção do poder) é estatutariamente uma linguagem de repetição; todas as instituições oficiais de linguagem são máquinas respiradoras: a escola, o esporte, a publicidade, a obra de massa, a canção, a informação, redizem sempre a mesma estrutura, o mesmo sentido, amiúde as mesmas palavras: o estereótipo é um fato político, a figura principal da ideologia. (BARTHES, 1973, p.55).

Já o Socioleto Acrático representa as linguagens que se formam fora do Poder e/ou contra ele; trata-se de uma linguagem revolucionária que busca conquistá-lo. Barthes destaca que, enquanto o Encrático age por opressão, o Acrático age por sujeição.

Assim, delineadas as matrizes de cada categoria, podemos observar de que modo elas se relacionam entre si. Mais do que isso, ancorar um estudo que aponta para cada fala analisada, de modo particular, e para o conjunto delas, de modo geral, como uma multiplicidade de Discursos apresentados em distintas estruturas, por meio dos quais a realidade pode ser explicitada. Além disso, consideramos essas

cinco categorias pertinentes ao objeto de estudo, porque conseguem apontar ora para elementos formais, ora para elementos históricos que estão presentes nos cenários por onde esses textos circulam e que, conseqüentemente, estão ligados aos sentidos que produzem, correspondendo aos princípios metodológicos que orientam esta pesquisa, como veremos em seqüência.

#### **1.4 Metodologia**

Cada paradigma que norteia as investigações no campo da Comunicação corresponde a uma metodologia de pesquisa. As opções metodológicas implicam questões de ordem institucional e social, porque apontam para a contribuição significativa do estudo no processo de compreensão do fenômeno comunicativo e refletem o compromisso daquele que investiga com a problemática social instalada por sua dinâmica.

A escolha do método, além de depender do objeto sobre o qual nos debruçamos, também aponta para uma prática ideológica. Demo (1990) alerta que estamos diante da impossibilidade de divorciar a objetividade da ciência da subjetividade do cientista, de modo que parte do fazer científico incide no processo de questionamento acerca do lugar de onde falamos.

Dito de outra forma, a metodologia na pesquisa corresponde a uma série de decisões que apresentam modos alternativos de responder ou de delinear uma ideia de realidade, de conhecimento. Os resultados da investigação dependem dessas opções; por isso, a própria reflexão metodológica também é necessária. Por meio dela é possível criar uma atitude consciente e crítica no investigador. E é sobre as nossas escolhas que vamos falar agora.

O presente estudo tem como matriz metodológica a Dialética Histórico-estrutural (DHE), escolhida de acordo com sua pertinência em relação às características do objeto e à fundamentação teórica na qual está alicerçada a pesquisa. A DHE repensa a ciência não só como análise estrutural, no contexto da

observação metódica, controlada, mas também como projeto político<sup>12</sup>, no qual o cientista é ator engajado; configura-se a partir de uma interface entre o Marxismo e o Estruturalismo. No entanto, independentemente desse diálogo, as relações do compreender com o construir são relativas aos elementos de origem da própria Dialética: a tese, a antítese e a síntese.

Segundo Cirne-Lima (2002), Heráclito, considerado o pai desse método na filosofia grega, acreditava que a realidade estava constituída por um *jogo de opostos*. O autor explica que, na percepção do filósofo, tese e antítese seriam contrários que se repelem e se excluem, para, em seguida, complementarem-se numa síntese, um todo maior. Há, então, um estado de tensão permanente entre tese e antítese e, por conseguinte, um diálogo, expresso na síntese em forma de simbiose, conferindo ao método uma dinâmica de transformação na qual cada síntese seria apenas a próxima tese.

Platão, discípulo de Heráclito, trazendo as reflexões do mestre para o plano das relações sociais, esperava que os sujeitos, depois de terem conhecimento sobre a tese e antítese, seriam capazes de constituir a síntese. Todavia, uma vez que a Dialética escorrega para o plano das relações sociais, alimenta-se também de todas as circunstâncias, conflitos e cenários nos quais os atores sociais circulam, tornando essa conexão tríade mais complexa. Nesse sentido, Demo (1990) enfatiza que a prática reflexiva do método respeita tal complexidade em dimensões ainda maiores se estiver associada ao Materialismo Histórico proposto por Marx.

Ora, se, por um lado, a ciência acredita numa lógica, ou seja, numa forma estruturada de pensar e de ser, descobrindo leis da natureza para dominar seus processos; por outro, é preciso avaliar que a realidade histórica também é natural. Existe, de toda forma, uma situação dada, mas que é influenciada pelos indivíduos que nela se encontram.

A questão do sujeito é, então, decisiva. Ramos (2006), por exemplo, acredita – com base numa concepção lacaniana associada à abordagem dialética, que tem como categoria a questão da relação – que “o Eu humano se funda no Outro, por

---

<sup>12</sup> “[...] política no seu sentido profundo, como conjunto de relações humanas na sua estrutura real, social, no seu poder de construção do mundo” (BARTHES, 2001, p. 163).

intermédio da linguagem” ([sp]). Todo homem compõe a situação dada na medida em que existe, mas realiza-se através da ação (e do Discurso) no mundo social, que lhe é peculiar. Como constata o autor, trata-se da passagem da existência biológica para a existência humana.

Por isso, interessam as condições Objetivas e Subjetivas que compõem a complexidade da realidade histórico-social. A primeira refere-se à estrutura, à circunstância, ao palco social e histórico por nós encontrado. A segunda corresponde à nossa possibilidade de intervenção na realidade.

Condições subjetivas significam o espaço da criação humana histórica, aquilo que o ator social pode fazer, dentro do dado. [...] porquanto não é possível a criação total da história, como se já não fosse historicamente compreensível [...] Por mais que seja ato marcado pela subjetividade, há modos de querer, condições de querer, limites do querer, ou seja, lógicas do querer. (DEMO, 1990, p.120)

Com isso, o autor lembra que o esforço para compreender a história perpassa o resgate do conjunto de circunstâncias que marcaram a intervenção dos atores sociais durante sua construção. De determinada perspectiva, sua existência já é uma forma de intervenção, mas para a DHE o homem, diante da realidade, lê, decifra e, sobretudo, interpreta-a mesmo que o cenário no qual ele se insere, já posto como estrutura, delimite, de certa forma, essa interpretação.

Em outras palavras, é pelo jogo que os sujeitos sociais estabelecem entre si no palco sobre o qual circulam e interferem que a realidade se constitui, não como estrutura estática, mas dinâmica. A intervenção dos atores é um elemento invariante de mobilidade, pois é peculiar a cada sujeito e, portanto, distinta, porém constante, ao longo das diferentes situações, tempos, lugares ou grupos. Assim, comenta Demo (1990), que a DHE compatibilizou os princípios do movimento e da ruptura, próprios da Dialética, com a invariância associada ao Estruturalismo, de modo que podemos contextualizar nosso objeto de análise compreendendo o real como algo histórico e socialmente constituído.

O elemento mobilizador dessa dinâmica é o pressuposto da “unidade dos contrários”, evidenciada no próprio ser social, que tem dentro de si muitas



contradições; “entre suas esperanças e a realidade concreta, entre a conquista da emancipação e as circunstâncias limitantes e impeditivas, entre a felicidade que se busca eternamente e sua realização provisória.” (DEMO, 1990, p. 127). Contudo, essa unidade representa algo ainda maior, os conflitos sociais, intrinsecamente polarizados, como a desigualdade social. Conforme o autor, é ela que forma a sociedade, fenômeno estruturalmente dinâmico e provisório. “E a miséria da história, marcada, persistentemente, pela exploração das majorias por parte de minorias, mas é também a fonte imorredoura das transformações históricas, a partir dos desiguais.” (DEMO, 1990, p. 125).

A DHE nos coloca, então, diante de uma tensão que povoa a história do humano, atravessada pelo Poder e pela ideologia; aliás, tensão essa produtora de um discurso que tem na Mídia o espaço privilegiado. Os textos publicados em páginas de periódicos, os telejornais, as ficções seriadas na televisão, os grandes portais da internet, o rádio, a publicidade, estão impregnados pelo mito pequeno-burguês, com o objetivo de imobilizar o mundo e de garantir a manutenção dessa desigualdade. A proposta da DHE é, pois, explicar a realidade que se materializa no cotidiano, e é nesse sentido que a pesquisa semiológica se vincula a ela. Juntas conseguem delinear as questões estruturais, respeitando sua complexidade, assim como revelar as singularidades das relações dialéticas, que deixam as suas marcas no tecido social.

O termo Semiologia, bem como os seus princípios gerais, esteve, durante muito tempo, adjacente ou confundido com o conceito de Semiótica. Talvez essa proximidade possa ser explicada se recorrermos à origem da palavra. De acordo com Barthes (2001b), seu uso é antigo e está ligado à medicina e à ação militar. Os primeiros registros datam do século XVI, e ainda era utilizado com esse fim por volta de 1900.

O dicionário Littré atesta “sémiologie [“semiologia”] [...] como termo de medicina; é, diz ele, a parte da medicina que trata dos sinais das doenças; mas atesta também sémiotique [“semiótica”] nos textos de Ambroise de Paré e, muito mais tarde, em livros de medicina do início do século XIX. Saliento que a palavra semiótica, na época de Littré, tinha também outro sentido além do médico; podia designar a arte de manobrar tropas indicando-lhes os

movimentos com sinais e não com a voz; tratava-se, neste caso, já, de uma ciência dos signos que não é da linguagem articulada (p. 234).

Com base no resgate feito pelo autor, percebemos que, antes mesmo de a Semiologia ser identificada pelas ciências humanas como o estudo das significações, a Semiótica já carregava uma noção de signo e de processos significativos na cultura, porém é possível que não o fizesse de modo sistematizado. Só no século seguinte é que John Locke (1632-1704) elaboraria a “doutrina dos signos”, chamada *Semeiotiké*, e seria conhecido, por esse motivo, como o “Pai da Semiótica”.

As palavras e os seus respectivos conceitos estão vinculados desde aquele período, mas foi no século XX que o linguista Ferdinand Saussure propôs, pela primeira vez, a utilização do termo “Semiologia” como ciência geral dos signos.

Barthes (2001) explica que, quando a proposta de Saussure chegou às rodas de discussão, a palavra foi examinada com cuidado e, aos poucos, os conceitos foram se distinguindo a partir das práticas de seus pesquisadores. O autor, cujas reflexões fundamentam as categorias da nossa pesquisa, vê a Semiologia como uma ciência geral das significações, diversificada em semióticas específicas, relativas à substância da expressão utilizada nos textos social e historicamente produzidos.

Cabe ponderar que, se os princípios dessa ciência foram postulados por Saussure, a Semiologia, por sua vez, desenvolveu-se apoiada em pressupostos da Linguística; aliás, a Linguística seria, para ele, apenas um departamento da Semiologia. Barthes (1978) acredita, contudo, no inverso: a Semiologia seria departamento da Linguística. Em seus textos, o autor parece entender que qualquer sistema semiológico perpassa a linguagem. Ele sublinha que, mesmo para falarmos sobre os signos, precisamos utilizar signos, de modo que há linguagem em todas as linguagens. Além disso, o texto em questão, seja icônico, seja sonoro, apresenta-se para o leitor numa estrutura de revezamento e redundância com a língua, ou ganha estatuto de sistema a partir do momento em que, pela mediação da língua, recortamos os seus significados.

A ligação da proposta barthesiana com a do linguista Saussure justifica-se na medida em que, a partir dela, o autor vislumbra uma ciência dos signos que

possibilitam, por certas vias, a crítica social e orientam o esforço de se compreender como a sociedade produz e mantém seus estereótipos por meio da linguagem, cuja principal expressão é a língua. “A língua trabalha pelo poder: tal foi o objeto dessa primeira semiologia” (p. 33).

Ligado ainda a esses pressupostos, mas coerente com as ideias que propõe em sua obra, Barthes (1978) logo revisa o Estruturalismo de Saussure. O autor diz que a prática da Semiologia como ciência pode até estar atraída para um polo formal, porém se afasta do seu campo de origem, pois os objetos sobre os quais se debruça são cada vez mais numerosos e distintos; passam a ser qualquer sistema de significação, independentemente da substância que os constitui, ou, mesmo, das limitações que tal substância impõe. Esses sistemas podem ser imagens, gestos e até sons, que fazem parte dos protocolos cotidianos dos atores sociais.

Seus objetos de predileção são os textos do Imaginário: as narrativas, as imagens, os retratos, as expressões, os idioletos, as paixões, as estruturas que jogam ao mesmo tempo com uma aparência de verossimilhança e com uma incerteza de verdade (BARTHES, 1978, p. 40 e 41).

Barthes afirma ainda que a sociedade de massa utiliza a linguagem de modo a estruturar o real, jogando com signos e constituindo um Discurso, uma fala, para organizar e compreender o mundo que a rodeia. Assim, se observarmos as formas por meio das quais essa discursividade se manifesta, poderemos perceber refletidas, as ideias (ou ideologias) que determinados sujeitos ou grupos têm de realidade. Por isso, dizemos que o poder sempre está presente no Discurso.

Ramos (2006) explica que a Semiologia é a ciência que estuda como os homens dão sentido às coisas, ou, ainda, as formas que os homens usam para representar suas realidades. Aqui existe um diálogo da Semiologia com a Sociologia, porque “a primeira se ocupa com a representação do real, através do imaginário; a segunda está fixada na concretude do real, pela pronúncia dos papéis e das práticas” (p. 03).

Além disso, Barthes (1981) também propõe coordenações dialéticas com outras perspectivas teóricas, como com o Estruturalismo Etnológico de Levi-Strauss, a Psicanálise de Lacan, a Filosofia de Derrida, o Marxismo, abordado por Althusser e

a Teoria do Texto desenvolvida por uma de suas alunas, Julia Kristeva. Trata-se de um esforço para descobrir como o sentido é construído pelos homens nas representações ou mensagens que produzem.

Sobre esse aspecto de análise, vale esclarecermos que, para os semiólogos, toda mensagem é constituída na (e pela) relação entre um plano de expressão, a forma, e um plano de conteúdo. O primeiro é chamado de significante e o segundo, de significado. O signo se dá a partir da relação entre os dois, e os três formam um sistema de significação.

Para Saussure, que trabalhou com um sistema semiológico específico, mas metodologicamente exemplar – a língua – o significado é o conceito, o significante é a imagem acústica e a relação entre o conceito e a imagem é o signo (a palavra, por exemplo), entidade concreta (BARTHES, 2001, p.135).

Entretanto, o autor alerta que a ligação entre o significante e o significado tem muito menos importância do que a organização dos significantes entre si. Isso porque o significante é vazio; o signo é que é pleno. Para ele, “o que se transmite não são ideias, mas linguagens, quer dizer, formas que se podem encher de maneiras diferentes” (BARTHES, 1981, p. 31); por conseguinte, que possibilitam ao sujeito atribuir qualquer sentido, negando a existência de uma relação estável entre forma e conteúdo.

O sentido, enfim, é construído pelo próprio leitor cada vez que se depara com um texto, podendo ser até o mesmo. Não porque seja impraticável identificar algumas pistas deixadas pelo autor no momento da produção, as quais indiquem os lugares possíveis do sentido, mas porque o território dos signos que formam um texto está sempre relacionado a características de subjetividade e ao cenário histórico-social no qual a mensagem e o sujeito estão imersos.

O processo de produção de sentido configura-se, desse modo, e mais uma vez, ancorado na abordagem dialética. Trata-se da conversação entre o linguístico (o signo, como manifestação da língua) e o translinguístico (o signo, como produção coletiva, histórica), porém não com o objetivo de estabelecer um único sentido do texto, mas de esboçar o lugar dos sentidos, autorizando sua pluralidade.

Por isso, a Pesquisa Semiológica exige que, ao estudarmos as relações entre as formas simbólicas, também o façamos acerca dos sistemas mais amplos dos quais essas formas, constituídas em linguagens, fazem parte, observando de que modo refletem sobre as relações de poder e os discursos que circulam e são consumidos no espaço social. Toda linguagem é parte de um contrato coletivo, ou seja, um sujeito sozinho não pode criar ou modificar a linguagem. Ela é construída coletivamente e, à medida que a usamos, como já foi dito, estamos nos submetendo a ela e às suas regras.

Ainda sobre esse aspecto, a Semiologia de que falamos pode ser Negativa e Ativa. Conforme Barthes (1978), a primeira é apofática, não nega o signo, mas nega que é possível lhe atribuir caráter fixo, a-histórico, acorpóreo; já a segunda é aquela que se refere às manifestações languageiras ativas, utilizadas no cotidiano. Em virtude dessa complexidade dos textos, dos falares, a Semiologia não permite, pela análise que propõe, uma apreensão direta do real. O que podemos fazer, explica Barthes (2001c), através do Princípio da Pertinência, é interrogar esses Discursos sobre as relações de sentido que possuem e sobre o jogo dialético que existe entre os signos que lá se encontram.

O princípio também pressupõe a descrição dos fatos, reunidos segundo um ponto de vista, retendo só os traços que interessem e excluindo demais. E é essa condição que motiva a escolha do *corpus* do nosso trabalho: “uma coleção infinita de materiais determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar” (p.104). Trata-se de uma análise qualitativa, que trabalha com interpretações da realidade.

Dito isso, é coerente, mais uma vez, resgatarmos o objeto desta pesquisa, em especial. Estudaremos a discursividade contemplando a produção de sentido, em nível verbal e não verbal em seis Notícias sobre o caso Clodoaldo Teixeira, de fevereiro de 1979, e em seis Notícias referentes ao caso Adriano da Silva, de outubro de 2006, todas publicadas no jornal *O Nacional/ Passo Fundo*, de circulação diária no município.

A escolha deste *corpus* está ligada às relações, temáticas ou de personagens, observadas entre os Discursos noticiosos, além de critérios vinculados à produção

jornalística que permitissem selecionar apenas algumas dentre as tantas Notícias publicadas sobre os casos citados, como, por exemplo, estar na capa e serem ilustradas.

A sustentação teórica deste estudo está assentada nos pressupostos de Barthes, por intermédio de seis categorias: Discurso (Pirâmides Normal, Invertida e Mista e Fotografia), Fait Divers, Estereótipo, Mito, Poder, e Socioleto (Enocrático e Acrático); ancorada no Método Dialético Histórico-Estrutural (DHE) e na técnica metodológica da Semiologia. Tal investigação é norteada pelas seguintes questões: De que forma a discursividade do Fait Divers evidencia as pertinências e as impertinências do papel da Mídia na constituição dos discursos sociais entre os séculos XX e XXI? De que modo o Poder se particulariza na produção de sentido? Como as Notícias publicadas e as falas fotográficas legitimam os aspectos contextuais destacando a emergência de Mitos em seu cotidiano? De que maneira os Socioletos se revelam ou se escondem nesses discursos jornalísticos?

## 2 TARSO E O CASO CLODOALDO: UM DISCURSO DO SÉCULO PASSADO

Este é o primeiro dos dois capítulos de análise propostos pela presente investigação. Nele estudaremos a discursividade em nove Notícias publicadas ao longo de duas edições do jornal *O Nacional* (Passo Fundo/RS) em 1979, sobre o caso Clodoaldo Teixeira<sup>13</sup>, assim como no próximo estudaremos cinco Notícias publicadas em outros dois exemplares do mesmo periódico, no ano de 2006, acerca do caso Adriano da Silva.

Essa sistematização inicial não deve ser considerada uma tipificação, mas a tentativa de aproximar os discursos referentes a uma determinada situação e, por isso, pertinentes entre si. Como lembra Roland Barthes (2007, p.68), “no universo do discurso o sentido é fatalmente referencial, se determina em relação a uma situação, fora da qual a nova comunicação não pode atuar”. Essa dinâmica relacional se refere ao caráter translinguístico que atravessa todo texto, não apenas no que diz respeito ao jogo dos significantes entre si, da relação instável entre forma e conteúdo, mas também do arrolamento entre os muitos Discursos em circulação e do modo como se articulam e são significados a partir de um palco social comum. Para o autor os Discursos estão sempre em movimento.

Aliás, no aspecto translinguístico é significativo indiciar a arena dos textos aos quais nos referimos, neste momento não tanto no que diz respeito ao cenário histórico dos relatos escolhidos, uma vez que já apontamos premissas particulares sobre isso em reflexões anteriores, mas no que concerne à comunicação de massa propriamente dita. Estamos olhando para textos jornalísticos, ou supostamente

---

<sup>13</sup> Como mencionamos anteriormente, as Notícias e edições que integram o *corpus* desta pesquisa foram selecionadas segundo os seguintes critérios: sequência de publicação, chamada na capa e manifestação do discurso em diferentes planos de expressão (verbal e não verbal). Além disso, à medida que o intervalo entre as abordagens do assunto foi aumentando, o espaço disponibilizado em determinadas edições foi diminuindo, e decidimos finalizar a coleta.

jornalísticos, porque publicados em jornais e organizados por uma prática profissional nominada, o que revela a interface evidente do Discurso com a problemática dos meios de comunicação de massa.

Há muito a Semiologia barthesiana preocupa-se com os papéis e as ações desta modalidade comunicativa e dos produtos dela derivados, uma vez que sua constante presença no cotidiano da sociedade e seu laço originário com a pequena burguesia a caracterizam como uma forma de comunicação coletiva, que oferece modelos discursivos e que, portanto, exige uma crítica ativa, diante da *monosemia* ou da *polisemia hierarquizante*<sup>14</sup> do sentido.

Também por isso, as Notícias selecionadas para a análise foram arranjadas por edições, pois entendemos que a cada edição elas compõem um mesmo Discurso; jornalístico, neste caso. Textos que se interdizem, repetem-se, compartilham planos de expressão, adotam estruturas equivalentes, versam sobre o mesmo fato. Tecidos de uma mesma enunciação, cujo trabalho significativo constitui a dialética da comunicação. Parece relevante reconhecer seu entrelaçamento (dos textos/Notícias), ao invés de despedaçá-los, apontando por meio das vicissitudes da dedução qual deles seria o mais representativo <<do todo>> este Discurso. Ora, a partir do instante em que o percebemos como um <<todo>>, não há um único trecho, um único texto, que guarde <<o melhor>> ou <<o maior>> ou <<o verdadeiro>> sentido daquilo que é dito. Sua leitura é integral e o sujeito da enunciação se desfaz e se refaz em cada nó desse tecido.

Trata-se de uma proposição que entende o texto como um lugar sem fundo, lugar da multiplicidade de perspectivas e entendimentos, lugar, inclusive, de contrasensos, apresentados pelo plural rolante das combinações descobertas pelo leitor. E aceitar essa condição de atravessamento que a dinâmica dos signos possibilita permite percebermos o que se arrasta pela estrutura de cada texto e, mais além, de sua síntese significativa, o Discurso; a articulação previsível dos signos, mas também os aloucamentos da estrutura, suas rupturas e escritas polissêmicas. É essa relação que procuramos construir com o Discurso noticioso sobre os casos já mencionados.

---

<sup>14</sup> Tema tratado em BARTHES no ensaio Uma problemática do sentido. In: BARTHES, R. *Variações sobre a escritura*. Buenos Aires: Paidós, 2007.



O método e as categorias de análise são recursos que podem intermediar e qualificar esse processo. Além disso, a diversidade de planos de expressão presentes nos textos escolhidos exige que adotemos como procedimento exploratório a descrição, da qual depende a segmentação do discurso em unidades e, conseqüentemente, sua integralização. Assim, nossa análise estará ancorada pela DHE e por seis categorias explicitadas nas escrituras barthesianas: Discurso (Pirâmides Normal, Invertida e Mista, Fotografia); Fait Divers; Estereótipo; Mito; Poder e o Socioleto (Encrático e Acrático). Esse conjunto de opções operacionaliza a análise e, ao mesmo tempo, denuncia o lugar do Discurso e o compromisso do intelectual com o objeto e/ou com determinada práxis.

Os nossos descaminhos pelos textos de *O Nacional*, publicados no século passado, serão pautados por inúmeras inquietações. Como todo leitor, podemos ser apanhados em derrisão pelo relato, reconhecendo suas invariâncias, ou, ao contrário, sua dinâmica polissêmica, identificando as estruturas capangas do sentido e, insistentemente, procurando transcender suas amarras. Fazendo isso, nossa leitura não quer imitar o leitor da década de 1970, nem mesmo encontrar o sentido final do discurso naquele tempo (porque não há um sentido oculto e/ou verdadeiro), mas desprender-se da história como contingente, da ideia de acaso, e, a partir do jornalismo, significar (leitura como espaço de subjetividade) e/ou ressignificar (memória coletiva) a imagem das relações que o homem matinha (mantém) em sociedade. Para tanto, buscaremos identificar a pressão dos estereótipos, os interditos do poder, os resíduos da cultura e a relação entre esses mundos intermediários (a virada dos séculos) subsidiados pelos Discursos em circulação.

## **2.1 Edição 01: “Brigadiano mata motoqueiro”**

O primeiro Discurso sobre o qual vamos nos debruçar foi publicado no dia 06 de fevereiro de 1979 na capa do jornal *O Nacional* e apresentava como manchete:

“Brigadiano mata motoqueiro: TIRO NAS COSTAS”<sup>15</sup>. A Notícia, neste dia, além de compor a capa do periódico, desdobrava-se na página 2 e na contracapa.

Capa<sup>16</sup>:



Figura 01 – Capa do jornal O Nacional 06/02/1979

Um fato grave que bem dá conta da violência, da irresponsabilidade e da falta de equilíbrio emocional que domina certas pessoas, encarregadas de manter a ordem, “proteger” a população e que por isso mesmo, tem sempre uma arma carregada na cintura, não para matar, mas para dar ao povo esta proteção, foi o que aconteceu com o menino CLODOALDO TEIXEIRA, residente na rua Antônio Araújo, 170, esquina da Lava Pés. Ele foi morto com um tiro de revólver, acionado por um soldado PM, que juntamente com outros policiais militares, estava numa viatura da Brigada Militar, e que perseguia a

<sup>15</sup> A utilização de letras maiúsculas e minúsculas foi preservada, conforme o texto originalmente publicado.

<sup>16</sup> A opção por incluir no texto a imagem das capas e a transcrição dos textos publicados nas edições analisadas foi uma recomendação da Banca de Qualificação.

vítima. Segundo uma das versões correntes da cidade, prestada por um dos advogados da família da vítima, o menor, depois de um acidente de pequena monta com um PM, sempre seguindo no percurso da firma Honda até sua casa, na rua Lava Pés com Antonio Araújo, foi perseguido por uma patrulha da brigada militar, quando vindo da Av. Brasil, Clodoaldo, tripulando uma moto Honda, entrou na rua Lava Pés, já próximo de sua casa, foi acertado por um disparo fatal, a uns 30 metros de sua casa, caindo do veículo mortalmente ferido. Enquanto os PMs afastavam-se rapidamente do local, o pai da vítima, Sr. Nelson Teixeira, socorria a vítima que já chegou sem vida no Hospital da Cidade.

#### REVOLTA

Desde de que se confirmou a Notícia do menino Clodoaldo Teixeira, a cidade ficou em grande agitação. Os motoqueiros da cidade, os quais conheciam muito bem a vítima, rumaram todos para o Instituto Médico legal e depois para a Delegacia de Polícia, onde já se encontravam em número de cem aproximadamente, com suas motos e seus gritos de protesto e revolta, afastaram-se da polícia quando souberam que o oficial do dia da BM, solicitado pela polícia civil a apresentar os PMs envolvidos na ocorrência, disse que estava “pensando” no assunto. Por volta das 21h o trânsito, no centro da cidade, estava completamente tumultuado, com um número ainda maior de motoqueiros, fazendo uma passeata de protesto, portando, inclusive, nas motos fitas pretas.

#### Identificação

Segundo informações não oficiais colhidas pela reportagem, estão envolvidos na ocorrência os PMs, SILVA, XAVIER e RAITER, sendo que o primeiro seria o autor do tiro que matou o menino, enquanto que o PM RAITER, teria sido primeiramente colhido pelo menino com sua moto, originando-se aí a perseguição que virou em morte. Resta agora ouvir a versão do tiro que matou Clodoaldo. O delegado Simões, encarregado da Delegacia de Homicídios, permanece de plantão, esperando que os PMS sejam apresentados, inquiridos, dando sua versão sobre o fato. Uma coisa é certa, entretanto: por mais que uma nota oficial explique os fatos, por mais que digam que a vítima cometeu uma infração de trânsito, não há justificativa para que o menino de 17 anos, seja morto na frente de sua casa, de seus amigos e de seus pais com um tiro nas costas.

#### PARENTE

Jacadir Souza Lopes, viajante comercial, 41 anos de idade, residente na rua Paissandu 878-A, primo da vítima, fará tudo para que a justiça seja feita e o autor do bárbaro crime seja posto na cadeia. Segundo informou ele, a família já contratou o Dr. Ruy do Amaral Martins, o Dr. Irineu Ghelen e o Dr. Geraldo Silva, para que, como assistentes da acusação, acompanhem em todas as fases o famoso caso. Os Brigadianos, diz ele, assassinaram friamente o menino e isso não vai ficar assim. Clodoaldo, que foi ferido mortalmente nas proximidades de sua casa, na rua Paissandu, em frente ao número 38, ontem tinha se alistado no exército para prestar serviço militar. Seu corpo foi recolhido ao IML para ser necropsiado.

#### MOTOQUEIROS

Dezenas de motoqueiros, durante toda a noite, causaram um movimento impressionante, na cidade. Gritos, máquinas aceleradas e em alta velocidade, palavra de desafio proferidas, contra integrantes da Brigada Militar,

inclusive depredações e pedidos de justiça para os assassinos, foi uma constante.

Um grupo de motoqueiros reunidos na praça central da cidade comentava “se os Brigadianos não querem que as pessoas andem de moto, então determinem com sua força e arbitrariedade o fechamento das fábricas”. Enquanto isso, um comerciante que testemunhou a morte do menino fez questão de dizer: “A Brigada Militar em Passo Fundo, só se preocupa em multar as pessoas, se a gente estiver sendo assaltada, mas se ao lado tiver algum motorista cometendo uma infração de trânsito, por mais pequena que seja, toda a prioridade ficará com o problema de trânsito, enquanto que o assaltante pode nos roubar e nos matar na frente deles”. O depoimento dos PMS que se envolveram na ocorrência, está sendo aguardado com expectativa, pois todos querem ver qual a versão que será dada que justifique a morte de um menino motoqueiro com um tiro nas costas.

Página 02:



Figura 02 – Página 02 do jornal O Nacional 06/02/1979

Contra – capa:



Figura 03 – Contra-capa do jornal O Nacional em 06/02/1979

### Bancada do MDB se reúne hoje para debater morte

Por convocação do líder da bancada o MDB deverá se reunir hoje, às 10 horas, na câmara de vereadores para tomar uma posição a respeito do incidente que acabou com a morte do motoqueiro Clodoaldo Teixeira na tardinha de ontem. O motoqueiro foi morto depois de ser seguido por soldados da Brigada Militar.

A proposição foi feita pelo vereador Argeu Santarém que solicitou o encaminhamento de um requerimento ao Secretário de Segurança do Estado, acusando ao que qualificou de abusos o que vem acontecendo em Passo Fundo.

A capa do jornal está dividida em três colunas. A manchete, logo no topo, atravessa a página de uma extremidade à outra. A introdução e os três primeiros subtítulos (*Revolta, Identificação e Parente*) encontram-se na lateral esquerda da lauda e estão distribuídos em uma coluna. Ao centro da página, ocupando o maior espaço da capa, observamos duas Fotografias, sem legenda; uma, em cima, mostra o rosto de Clodoaldo Teixeira em primeiro plano, e a outra, abaixo, estampa a camiseta supostamente usada por ele no momento da morte. O último subtítulo, *Motoqueiros*, está disposto na coluna da esquerda e ocupa metade da folha, dividindo lugar com dois boxes, ambos sob o título *Convite para enterro de Clodoaldo Teixeira*. Graficamente, de baixo para cima, entendemos que a Notícia está disposta da seguinte forma: manchete; coluna da esquerda, onde está a maior parte do texto; imagens ao centro, ocupando duas colunas; e, na direita, dois parágrafos noticiosos seguidos de duas caixas de texto, referentes ao obituário.

Já na página 2 o assunto ocupa um pequeno espaço, na lateral esquerda da folha. Trata-se de uma imagem selecionada para integrar naquele dia uma coluna do jornal, intitulada *Fofoca da foto*, que não leva assinatura. A Fotografia, em plano conjunto, está pouco nítida, mas mostra um casal sobre uma motocicleta durante a noite, com os faróis ligados. Ele dirige e ela segura um cartaz, onde está escrita a seguinte frase: *Queremos justiça!* Logo atrás das personagens em destaque, percebemos o farol de outras motocicletas, assim como algumas pessoas que parecem assistir à movimentação, paradas na calçada.

Por fim, na contracapa do jornal, ainda no dia 06 de fevereiro de 1979, encontramos mais uma nota referente ao tema. Ela é composta por 28 linhas e está no canto esquerdo da página, ocupando o espaço de uma coluna, mas dividida em duas. Abaixo desta nota, vemos novamente dois boxes, um referente a *Missa de 7º Dia* (de personagem desconhecida nesta análise) e outro referente a um novo convite para o enterro de Clodoaldo. Porém, as menções, nesta edição, ao caso estudado não terminam nessas linhas.

Sem fazer referência ao texto escrito, mas ocupando o lugar central da lauda, ainda observamos nessa folha uma sequência de quatro imagens, dispostas uma abaixo da outra, até o pé da página, onde está a legenda que as acompanha. A

primeira distribui-se em duas colunas e mostra um grupo de pessoas, na maioria homens jovens, alguns montados ou escorados em motocicletas, outros em pé. O rosto da personagem em destaque, no centro da foto, está encoberto por um cartaz onde consta a palavra: “Assassinos”. Ao redor desta personagem estão os demais presentes. Eles parecem ter seus olhares divididos: alguns miram algo a sua frente, outros provavelmente estariam (seria proposital?) olhando para a câmera no momento da foto. Diante dessa imagem, temos a impressão de um referente apanhado aleatoriamente, dentre tantas cenas que aconteciam independentemente do registro fotográfico.

Depois dessa, seguem-se outras três imagens, distribuídas em uma coluna no centro da página. Na primeira, a cena anterior se repete, incluindo elementos como a figura masculina e as motocicletas, contudo desta vez observamos mais cartazes: em um deles é possível ler a frase: “Brigada não protege, mata”. Além disso, nesta Fotografia a cena parece menos espontânea, de modo que os homens estão parados diante do enquadramento empunhando os cartazes para o registro.

Na segunda imagem dessa sequência, a frase estampada na faixa é a mesma do cartaz, mas o elemento moto é substituído por um carro. Os pedestres e os motociclistas estão atrás ou ao lado dele, mas, como a imagem está escura, não é possível ler o que está escrito no material que seguram.

É na última fotografia disposta nesta página que percebemos uma imagem de enquadramento diverso do observado até aqui. Nela vemos a caracterização de uma passeata em que algumas pessoas já passaram pela frente da câmera e aparecem de costas. Na faixa, também posicionada para o registro, lê-se: “Marginais a serviço da sociedade”. Abaixo das Fotografias descritas está a seguinte legenda:

Durante a madrugada milhares de pessoas foram as ruas para manifestar sua revolta e sua tristeza pela morte do jovem Clodoaldo. Não há como se negar o fato de que há muito tempo a coletividade não se reunia de uma maneira tão unânime na condenação de uma injustiça. De todas as bocas se ouvia a penas e já antiga e sempre atual exclamação:

- Que horror.

O que se viu ontem em Passo Fundo foi exatamente isto: uma população mais do que horrorizada, cansada, pior, enojada. TC.

Esse é o conjunto de dados que formam parte do **Discurso** noticioso em questão, e a sua descrição, como já dissemos, diante da diversidade de figuras de linguagem encontradas ao longo do texto, nos ajuda a constituir as unidades de análise. Ele envolve mais de um plano de expressão e uma série de marcas que indicam alguns trajetos de leitura possíveis. Para percorrê-los e/ou deixar-nos à deriva desviando suas rotas aparentes, partimos do eixo temático evidente na narrativa, assim como da ordem em que os acontecimentos são apresentados pelo jornalista – dois aspectos que compõem o macramê da estrutura noticiosa – e, com base na sua análise, tentamos aprofundar nossa leitura, respondendo, desse modo, à categoria de investigação proposta.

Dessa perspectiva, ao observarmos, por exemplo, a disposição plástica do Discurso na página do jornal, acreditamos que se trata, aparentemente, de um texto informativo, suposição que é reiterada ao considerarmos que é a *capa* de *O Nacional*. Entretanto, logo na primeira frase do texto essa impressão se altera, pois a seleção e a organização dos signos adotados pelo jornalista revelam seu viés opinativo: “Um fato grave que bem dá conta da violência, da irresponsabilidade e da falta de equilíbrio emocional que domina certas pessoas, encarregadas de manter a ordem e proteger a população [...]”.

O trecho também é a evidência de uma articulação que – mesmo antes de detalhar o relato, nominando as personagens – credita determinada relevância à Notícia, posicionando-a num lugar modelar e, portanto, apresentando a narrativa jornalística como expressão de um problema e de uma preocupação coletiva. Neste caso, o *lead*, além do conteúdo denotado e da indicação opinativa, converte-se em signo de universalidade: trata-se de um acontecimento <<grave e exemplar>>, “que bem dá conta” de apontar para uma situação a que <<todos>> estão expostos. Para isso o Discurso qualifica o contexto narrado: lugar de violência e de irresponsabilidade, adjetivando o caso e, conseqüentemente, abrindo “essas portas da linguagem por onde o ideológico e o imaginário penetram em grandes ondas” (BARTHES, 2004, p. 21).

A abordagem opinativa é uma característica comum nos periódicos e na produção noticiosa da época, embora os textos sejam marcados pela utilização da



terceira pessoa do singular, como ocorre também na escrita de Tarso de Castro<sup>17</sup>: “Segundo informações não oficiais colhidas pela reportagem”. Essa disposição conota um aparente distanciamento entre o jornalista, autor do texto, o fato, dado da realidade, e o leitor, espectador do acontecimento; uma suposta objetividade, que mascara as marcas opinativas e guarda a negação de um relato singular; portanto, promove sua naturalização, como se o fato e a própria percepção do fato tivessem uma sobrevida fora de qualquer linguagem. É aí, para Barthes (2001), que mora o monstro responsável por converter o ideológico em natureza, pois consiste numa enunciação da obviedade, interditando o intertexto da cultura como espaço de constituição da subjetividade.

Aliás, identificar o trecho inicial da Notícia<sup>18</sup> como sendo um *lead* apenas alenta essa impressão, na medida em que revela outro aspecto preeminente acerca da estrutura discursiva do texto: a manifestação da **Pirâmide Invertida**, um dos três tipos de composição comumente adotados no jornalismo. Ela se caracteriza pela sistematização do relato em dois momentos: primeiro, a apresentação de um resumo abordando os aspectos (supostamente) mais relevantes do fato narrado; segundo, propõe a exposição do acontecimento em ordem decrescente. Neste caso, após a frase inicial já transcrita aqui se seguem o <<o que>>: “[...] foi o que aconteceu com o menino CLODOALDO TEIXEIRA [...], morto com um tiro de revólver, acionado por um soldado PM [...]”; e, por fim, as informações adicionais, com ênfase nas

---

<sup>17</sup> Parece-nos relevante registrar aqui que, embora identifiquemos uma estrutura de relato, a assinatura do repórter aparece ao fim do discurso, com as iniciais T.C. na contrapáca do jornal, após uma sequência de fotos sobre o tema em pauta, resgatando e reafirmando a autoria do mesmo.

<sup>18</sup> Aqui Notícia, aparece como categoria *a posteriori* pela primeira vez. A partir de então passaremos a integrá-la sob esta perspectiva na análise.

Segundo Bahia (1990, p.35) Notícia “é o modo pelo qual o jornalismo registra e leva os fatos ao conhecimento do público. Nesse sentido, a Notícia é sinônimo de acontecimento, matéria, dado [...]. Através dos meios do jornalismo ou dos meios da comunicação direta ou indireta, a Notícia adquire conteúdo e forma, expressão e movimento, significado e dinâmica para fixar ou perenizar um acontecimento, ou para torná-lo acessível a qualquer pessoa”. Nestas edições ela aparecer organizada em forma de <<cobertura jornalística>>, ou seja, uma seqüência de textos sobre o mesmo assunto; distribuídos pela mesma edição, ou em edições próximas. No entanto, não chamaremos esses textos de <<reportagem>> - embora muitas vezes o próprio relato publicado no jornal *O Nacional* se auto-intitule assim, pois ao nos deparar com seu formato observamos a recorrência de estrutura narrativa simples, e que se repete em cada texto, mesmo os que contemplam os mesmos assuntos e se encontram publicados na mesma edição.

<<consequências>> que o evento provocava: “Desde que se confirmou a Notícia do menino Clodoaldo Teixeira, a cidade ficou em grande agitação. Os motoqueiros [...] já se encontravam em número de cem aproximadamente, com suas motos e seus gritos de protesto e revolta [...]”.

Para Adelmo Genro Filho (1988), a Pirâmide Invertida é um tipo de composição noticiosa que, do modo como foi apropriada pelo jornalismo ocidental, caracteriza-se como índice de neutralidade, recusando o *lead* como perspectiva discursiva e impondo-lhe a restrição da obviedade. Para o autor as escolas de jornalismo o exercitam como receita, posologia dos fatos, substituindo o signo da singularidade pelo da particularidade. Assim, dentre todos os dados objetivos da realidade pertinentes ao fato anunciado, ao *lead* caberia a descrição daquilo que é igualmente mais importante para todos. Dito de outra forma, mas com o mesmo significado, a estrutura e sua apropriação histórica reprisam o cerceamento da leitura na tentativa de embargar o texto como espaço polissêmico.

Contudo, se a interdição acontece sob determinada via, o leitor sempre pode abrir bifurcações em seu caminho, reconhecer a pluralidade do signo e enxergar na narrativa onde está a evidência desta cultura, resvalar por ela, excedê-la. Trata-se do reconhecimento da Notícia como um Discurso que, portanto, está atravessado pelo poder e é produzido segundo uma perspectiva excepcional do referente.

A própria composição do relato noticioso manifesta uma possibilidade latente de ruptura com o exercício de *monosemia* reconhecido na estrutura do texto verbal – e talvez, como acreditava Barthes (1988), praticado em todas as narrativas pautadas pela mídia de massa. Tal ruptura está ligada à existência de planos de expressão não verbais nas páginas do jornal.

A semiologia barthesiana sempre defendeu que dificilmente as imagens poderiam ser reduzidas a um só sentido, mesmo as imagens fotográficas. Aliás, Roland Barthes (1988, p. 59) propõe uma pedagogia da imagem em seus escritos, em especial da Fotografia, cuja tarefa seria “desenredar as duas ou três mensagens mais ou menos latentes, mais ou menos ocultas, mais ou menos intencionais (da imagem). [...] Dialectizar essa espécie de superego que o real implica”. Podemos fazer

isso através de duas subcategorias de análise, explicitadas em seu livro *Câmera clara* (1984), o ***Studium*** e o ***Punctum***.

Nas primeiras imagens do caso, aquelas estampadas na capa do jornal, por exemplo, o *studium* pode estar relacionado ao reconhecimento do objetivo da imagem, ao interesse elusivo de saber quem era Clodoaldo Teixeira – para dar ao nome um rosto e/ou, no caso da camiseta, dar à ação uma prova de consequência: a estampa escura, indiciando sangue, no verso do tecido branco. Esse caráter da leitura pode, ainda, relacionar-se à reprovação do sentido conotado da imagem em relação à representação do referente proposto pela narrativa verbal; ou, inversamente, a Fotografia, como plano discursivo em destaque no centro da página, pode impor certa coerência ao relato verbalizado.

Entretanto, as possibilidades de leitura em certas ocasiões ainda transcendem essa instância sensata da conotação para nos inquietar por meio de um ou outro detalhe que salte aos olhos, que nos arrebate, aproximando-nos do Discurso, estabelecendo um vínculo ainda mais estreito entre o leitor e o texto, lugar mesmo onde este primeiro se constitui como sujeito; onde, enfim, existe. Como Barthes (1988) bem resgata, só existimos a partir <<da>> e <<na>> linguagem.

Considerando essa perspectiva, o *Punctum* na Fotografia de Clodoaldo, para nós, está no olhar. Não nos olhos, que, segundo Rubem Alves são apenas ferramentas, mas no olhar. Ele diz no texto *Sobre ciência e sabedoria* (2010, [s/p])<sup>19</sup> que “o olhar é real. É real porque produz efeitos reais. [...] Há olhares que dão coragem. E há olhares que destroem. [...] Há olhares que emburrecem. [...]”.

Para o escritor, “o olhar é uma música que os olhos tocam”. Aliás, neste caso, a música é que provoca nossa fruição: o olhar de Clodoaldo na imagem referendada parece interpelador, olhar anúncio, dentro do qual não nos perdemos; ao contrário, é ali que estamos; não como iguais, <<cópias de mim>>, mas como o outro que é olhado, como diferentes, reconhecidos pela força da interpelação. Podemos dizer que se trata de um olhar signo, signo da nossa existência. O olhar de Clodoaldo

---

<sup>19</sup> ALVES, R. Sobre Ciência e sapiência. In: A CASA DE RUBEM ALVES. Acesso em 10 de maio de 2010. Online. Disponível em: <http://www.rubemalves.com.br/sobre-ciencia-e-sapiencia.htm>

talvez seja também um olhar triste ou de espera, que, ao contrário da vagueidade do *Studium*, nos responsabiliza porque nos percebe.

De outro modo, mas sob a mesma sensação de fruidez narrativa, somos apanhados pelo signo da ausência (o detalhe daquilo que não está ali). Ele aparece associado à Fotografia publicada logo abaixo da imagem que mostra Clodoaldo. Trata-se da imagem de apenas uma camiseta branca sobre um fundo indistinguível. Dizemos que ele pode significar ausência porque, aparentemente, não há sujeito, é apenas um pedaço de pano; uma peça branca, cuja cor representa a ausência de todas as demais cores da paleta primária. Ausência também porque só há um objeto, e ele é inanimado, sem vida.

No entanto, se percebermos a imagem como uma estrutura rolante, e estando o texto em permanente movimento, ainda é possível crer que esse sistema de significação primeiro (a imagem da segunda Fotografia) se torne signo segundo, o da metáfora, se considerarmos que a camiseta personaliza o jovem morto, como se o recorte da imagem guardasse em si a presença ausente de alguém, a falta. Podemos, então, lê-la como uma espécie de coisificação do homem: <<Clodoaldo = à camiseta de>>, <<de>> por <<é>>; ou ainda, por outro lado, como o reconhecimento de que a sua falta é insubstituível: nada <<seu>> pode realizá-lo como sujeito. Aqui o referente se revela efetivamente morto pelo código que o indicia.

Na página 2 da edição publicada ainda naquele dia, temos a primeira foto de uma sequência de cinco imagens (as outras quatro estão na contracapa), cujo *Studium*, por pertencerem a uma mesma ocorrência, pode ser compartilhado. Estamos nos referindo ao registro das cenas que evidenciam não o caso, mas sua consequência: a movimentação de pessoas nas ruas empunhando cartazes, onde estão registradas palavras de ordem sobre o papel desempenhado pela Brigada Militar no episódio que levou à morte de Clodoaldo.

Um interesse comum sobre elas seria observar o volume de pessoas envolvidas na passeata ou as mensagens estampadas nos materiais empunhados pelos protestantes. De qualquer modo, o *Studium* estaria, então, ligado ao papel que as fotos estão destinadas a desempenhar, ou seja, a tentativa de encontrar um

sentido que valide a experiência dessa movimentação. Dessa perspectiva, podemos dizer que a maioria delas é desprovida de detalhe que nos atraia, com exceção de duas: a primeira e a terceira imagem da contracapa.

Disposta no topo da última folha do jornal *O Nacional*, a primeira imagem traz em seu centro um homem (o supomos pela forma física) segurando um cartaz em frente ao rosto, onde vemos a palavra “assassinos”. No entanto, não é palavra que nos assalta, mas o cartaz, ou melhor, o gesto de colocá-lo sobre o rosto, em seu lugar. Diante da imagem nos perguntamos: Será que ele se esconde por detrás do papel? Será que supervaloriza o verbo escrevinhado na folha? De qualquer forma, o *Punctum* nesta fotografia é um detalhe que incomoda, porque parece apontar ora para a supervalorização da consequência em detrimento da causa, <<não importa quem somos, mas a legitimidade do nosso grito>>; ora para o sentido excedente da manifestação, <<não importa quem somos, porque somos todos>>, confundindo consenso com adesão e impondo pela força (simbólica) determinado discurso. Essa percepção pode ser reforçada pela sequência, insistência e destaque do tema nas demais imagens.

E talvez seja em oposição a esse pressuposto que há na terceira fotografia da página outro detalhe que nos transpassa. Mesmo camuflado pelo negrume da imagem noturna, quase no fundo da foto, observamos pessoas paradas na calçada, ao passo que os manifestantes caminham pelas ruas. Elas parecem apenas estar lá, como espectadores. Por que não integram o préstito? Por que não caminham com a <<unanimidade>> dos manifestantes? É possível associar a esse gesto uma ideia de medo, já que mesmo um coro pacífico assume ares de violência (simbólica, novamente), de um grupo que almeja espaço para seus falares, ou melhor, que pretende tomar o poder. Por outro lado, também é possível entender que, se existe alguém que, voluntariamente, permanece aqui ao mesmo tempo em que muitos passam, existe, assim, uma forma de resistência e ou de recusa; parece signo de certa ruptura com a ideia de totalidade, a negação do <<todos>> revelada pela imagem anterior.

Aliás, a associação do texto verbal com o texto não verbal ao longo de muitas páginas do jornal, e particularmente a sequência de imagens expostas, tal qual

história em quadrinhos ou fotonovela, evidencia uma estrutura narrativa ligada a imprensa mencionada inúmeras vezes por Roland Barthes: o ***Fait Divers***. Trata-se de um tipo de abordagem, no qual mais importante do que contar o fato é o modo como o Discurso o faz, recorrendo à valorização do espetacular através da emocionalidade, submetendo a audiência a uma reflexão descontextualizada, liberta de toda sua historicidade e embalada para consumo imediato.

Dentre a tipologia arranjada pelo autor para explicar a estrutura deste tipo de composição noticiosa, reconhecemos aqui o *Fait Divers* de Coincidência, do subtipo **Antítese**, associado ao de Causalidade, do subtipo Causa Perturbada. Conforme Barthes (1971), isso ocorre uma vez que a predominância de um tipo de composição narrativa não se estabelece em detrimento de outra, mas simultaneamente, tão complexo quanto as tramas de um tapete oriental. Sua evidência apenas reforça o fato de se tratar de uma informação sensacionalista, pois introduz a noção de conflito, a partir da factualidade (do fato, acontecimento, que neste caso é o assassinato), para compreender o excepcional (a morte prematura do adolescente, do “menor”; ou ainda, a ação dos policiais militares). Mais do que isso, acreditamos que o texto jornalístico em questão aponta para a Antítese na medida em que há uma inversão dos papéis estabelecidos socialmente, visto que aquele que deveria proteger (o brigadiano) é aquele que fere e mata, e aquele que deveria ser protegido (o menino) é aqui vítima.

Já a Causa Perturbada se caracteriza pela abordagem enfática dada aos efeitos. Ela se revela nas frases (“foi o que aconteceu”, “um disparo fatal, chegou sem vida no Hospital da Cidade”), nas informações adicionais (três convocações para o enterro; duas publicadas na capa e uma na contracapa), nas fotos (a camiseta manchada de sangue), nos subtítulos (“REVOLTA”), assim como nos desdobramentos pontuados ao longo do Discurso (“desde que se confirmou a Notícia [...] a cidade ficou em grande agitação”, “suas motos e seus gritos de protesto e revolta”, “o centro da cidade, estava completamente tumultuado, com um número ainda maior de motoqueiros, fazendo uma passeata de protesto, portando, inclusive, nas motos fitas pretas”).

Assim – se a revolta, ou melhor, o efeito, está em destaque –, o motivo, o porquê, acaba submerso, perdido numa aparente irrelevância, como se a fala impusesse a ideia de que, se Clodoaldo já está morto, só há espaço para “REVOLTA”. A utilização da palavra “incidente” na nota de contracapa que relata a reunião realizada pela Câmara de Vereadores também reitera essa associação. O código aponta para a ideia de algo que aconteceu sob uma circunstância acidental, fruto de uma eventualidade, não consequência de uma série de ações, de opções de alguém.

Isso não significa dizer que a Notícia ignora ou esconde a causa, mas que a deforma ou simplifica através da imprecisão: “segundo uma das versões correntes na cidade, prestada por um dos advogados da família da vítima, o menor, depois de um acidente de pequena monta com um PM [...] foi perseguido e acertado por um disparo fatal”. Nesta abordagem, não há outras versões do fato, ou elas ainda não podem ser ouvidas, porque os outros personagens “estão pensando no assunto”, “como se o espetáculo (a notabilidade, dever-se-ia dizer) começasse onde a causalidade, sem deixar de se confirmar, contém já um germe de degradação [...]” (BARTHES, p. 267, ano?)

No entanto, é relevante resgatar aqui, como Genro Filho (1984), já disse, que uma Notícia não é o relato da verdade, mas de algumas versões dela, de modo que a presença das múltiplas vozes garantiria a exposição de sua complexidade e a possibilidade das variadas interpretações. Caso elas não sejam explicitamente mencionadas, vale lembrar que ler inclui, então, não apenas interpretar aquilo que é dito, mas considerar que tudo o que está dito significa ainda em relação àquilo que não está. Reconhecer que os signos são abertos e estão em permanente jogo dialético é o que permite ao leitor transcender o cerceamento do sentido.

Também encontramos neste Discurso outro apelo típico do *Fait Divers*, o apelo emocional. Embora tenha pouca ênfase nos desdobramentos da Notícia, trata-se de uma composição que recorre ao processo de identificação, quase projetivo do leitor. Ao nominar o jovem de “menino”, a narrativa busca ainda representar um ciclo da existência humana: o do momento de desproteção pelo qual todos passam, ampliando a dimensão do bem, do mal e, conseqüentemente, de quem está certo e

de quem está errado. Mesmo que esse poder de convocação esteja mais estreitamente ligado à imagem de criança (conforme Barthes, 2002), a conversão do jovem em infante via nomenclatura já é um indicativo do apelo sensacionalista do Discurso.

Assim, o texto tenta interpelar o sujeito leitor que se identifica com o conflito, que se projeta no acontecimento, podendo reconhecer nele todas as suas experiências conflituosas, excepcionais e imprecisas, cujo *Sujeito Absoluto da Fatalidade* pode explicar, socorrendo-nos: “sempre seguindo o mesmo percurso” <<do trabalho para casa>>, “foi um tiro fatal” <<ele não teve chance de sobreviver>>. Aliás, é uma disposição estrutural que não se assenta apenas na figura da Fatalidade, mas, igualmente, na força dos **Estereótipos** oferecidos pela narrativa.

Com esse pressuposto, percebemos com destaque a conotação possivelmente associada à palavra <<vítima>>, estabelecendo uma ordem que enfatiza a relação de contiguidade entre Clodoaldo e qualquer pessoa que sucumba à desgraça, tanto <<eu>> quanto <<você>>; e, do mesmo modo, a palavra menino, associada à ideia de <<indefeso>>. É como se o jogo entre esses dois códigos os tornasse um só, com o mesmo sentido, a mesma indicação; como se a personagem (Clodoaldo), tanto ao se ligar a um quanto ao outro, carregasse o mesmo rótulo de assujeitamento, ora ao agressor, ora ao protetor. Por isso, a semiologia barthesiana lembra que, durante a enunciação, o leitor, no ato em que se apropria da linguagem, sempre recolhe o translinguístico, aquilo que se arrasta na língua: que, no caso dos Estereótipos, refere-se aos sentidos que a sociedade constrói e reproduz tão repetidamente, por meio dos signos, os quais acabam se cristalizando como sentidos inatos de determinados códigos ou conjunto de códigos.

Em outro momento, mas nesta mesma Notícia, o Estereótipo também aparece quando o Discurso nomina a reação de algumas pessoas ao caso, chamando-a de “REVOLTA” e relacionando-a à ideia de truculência. Supostamente, não há revolta silenciosa; ela só se manifesta com “grande agitação”, “gritos”, “protesto”, “tumulto” e “depredações”; ou, ainda, podemos dizer que só a conhecemos quando se converte em ação. Aliás, nos Discursos midiáticos, e em particular no jornalismo, frequentemente encontramos o signo da revolta relacionado a uma ação



descontrolada e, portanto, transformada em índice de alerta; alerta esse que pode se associar à evidência de um discurso paradoxal e que, assim, denuncia a fragilidade da Doxa<sup>20</sup>, ou melhor, do grupo no poder; também denuncia um acontecimento que provocou certa ruptura com a normalidade, quanto se condensa em legenda de que algo anômalo, e mais grave, ainda está por acontecer.

De qualquer forma, o modo de fala sublinha uma relação de conflito (um *Fait Divers*), que se torna ainda mais robusto quando o Estereótipo <<da revolta>>, sentimento da sociedade civil, associa-se ao Estereótipo de <<polícia irresponsável>>, naturalização do significado ativado pelo jogo entre as palavras “arbitrariedade”, “força”, “assassinou friamente”, “proteger” e “irresponsabilidade”.

Para além dessa relação, o Discurso pode guardar uma dialética ainda mais complexa, a da metáfora: <<brigada militar irresponsável>>, logo <<Estado irresponsável>>. De acordo com o estudo semiológico, a metáfora, de modo geral, cumpre uma tarefa fundamental na ruptura com o signo cristalizado. Barthes (1988, p. 83) diz que ela é uma via para o significante, pois permite nos descondicionarmos da finitude do sentido. “É ela que pode dar dispensa ao significado (como único)”. Entretanto, não é o que acontece na Notícia em questão, na qual a metáfora aparece justamente como uma solidificação de antigos Estereótipos. É como se as figuras de linguagem já estivessem colonizadas por um hábito desoriginado ou tautológico (não sabemos quando começou, ou por que, nem sequer pensamos nele, simplesmente sempre foi assim, <<é porque é>>): a brigada militar, o exército ou mesmo a polícia são representantes do Estado, se eles falham, o Estado falhou.

O que, entretanto, nessa leitura pode parecer um Discurso fora do poder ou de resistência – mesmo estereotipado<sup>21</sup> -, pois reconhece a incompetência do Estado vigente, reclama por mudanças ou se “REVOLTA”, por outro lado, também é um discurso que confirma nossa dependência em relação a este Estado, ao seu poder e

---

<sup>20</sup> “Diremos que a *doxa* (opinião corrente, geral, provável, mas não ‘verdadeira’, ‘científica’) é a mediação cultural (ou discursiva) através da qual o poder (ou o não-poder) fala: o discurso encrático é um discurso conforme a *doxa*, submisso aos seus códigos, que são eles próprios, as linhas estruturantes da sua ideologia; e o discurso acrático enuncia-se sempre, em graus diversos, contra a *doxa* (qualquer que seja será um discurso *para-doxal*)” (BARTHES, 1988, pg. 118)

<sup>21</sup> O Discurso Acrático também é feito de estereótipos. Encerrado em si mesmo, também produz e reproduz figuras de linguagem, cristaliza seu significado.

à condição de espera que devemos ocupar: não reclamamos e/ou discutimos a possibilidade de construção de um novo sistema, reclamamos apenas sua retratação – preferencialmente rápida, para que sigamos acreditando nele – e, conseqüentemente, sua continuidade. Trata-se, no entendimento dessa perspectiva de leitura, de um **Discurso Enocrático**<sup>22</sup>, pois revela a manutenção, não a transformação, da realidade social.

Por fim, e arrastando texto afora essa ideia metafórica, percebemos ainda os Estereótipos de traição, acionados pela expressão “tiro nas costas”, publicada em letras garrafais na manchete de capa, e, conseqüentemente, de justiça, identificado na frase “isso não vai ficar assim”. Mais adiante encontramos a cristalização da ideia de cidadania e fidelidade à pátria (leia-se também ao Estado) na frase: “ontem tinha se alistado no exército para prestar serviço militar”; e, por conseguinte, de cidadania e benignidade (exaltando todo cidadão como <<bom>>), evidente no depoimento dos protestantes: “só se preocupa em multar as pessoas”, leia-se <<de bem>>, ao invés de prender e/ou matar bandidos.

Para a semiologia, o Estereótipo não é apenas o sentido cristalizado de um signo, que se produz e reproduz principalmente no espaço midiático, mas a evidência mais aguda do **Mito** contemporâneo, cujo propósito é naturalizar determinada ideia e garantir que ela continue predominando por meio de uma representação coletiva. Para isso o Mito “prefere trabalhar com imagens pobres, incompletas, onde o sentido está diminuído, disponível para uma significação: caricaturas, pastiches, símbolos” (BARTHES, 2001, p.148). Daí sua relação com os Estereótipos.

Para podar os galhos da complexidade, o Mito se constitui, de um modo geral, através da **Omissão da História**. No primeiro relato jornalístico que conta o caso Clodoaldo, por exemplo, há em sua estrutura uma desvalorização da causa, ou mesmo sua deformação, em virtude da ausência de informações coerentes que a

---

<sup>22</sup> Além disso, observamos no texto a predominância de dois Socioletos profissionais: dos jornalistas (o *lead*, a narrativa em relato e a escuta das fontes) e dos policiais (por meio do vocabulário utilizado ao longo da narrativa), o que, considerando os pressupostos até agora levantados, apenas potencializa a leitura proposta.

explicitem. Podemos observar essa disposição através da única menção referente ao assunto no texto: “depois de um acidente de pequena monta”.

Inicialmente, percebemos que a indicação de um <<acidente>> pode reiterar a impressão de algo inesperado e que, assim sendo, nos surpreende; algo sobre o qual não temos domínio e que, portanto, guarda razões que fogem das soluções encontradas instantaneamente por nossa racionalidade. Além disso, diante do relato nos perguntamos: O que é um acidente de pequena monta? Quem estava envolvido? Que sucessão de acontecimentos levaram ao momento atual?

Também encontramos a Omissão da História quanto ao subtítulo da Notícia, “Revolta”, pois no decorrer da narrativa não descobriremos, a não ser por ilação, por que a morte de alguém, um anônimo, tão rapidamente chamou a atenção de “toda a cidade” (os representantes da Brigada Militar nunca haviam matado alguém? Um menor?), ou qual o caráter de sua relação com os motoqueiros que logo tomaram a frente nos protestos. Aliás, Barthes lembra que “na realidade aquilo que permite ao leitor consumir o mito inocentemente é o fato de ele não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo, onde existe apenas uma equivalência. Ele vê apenas um processo casual” (2001, p.152).

Na ausência de muitas explicações ou singularidades, podemos usufruir da representação do acontecimento sem <<perdermos tempo>> com seu enredamento, ou sem termos de nos comprometer demasiadamente com aquilo que o torna genuíno. Com a Omissão da História não corremos o risco de nos depararmos com uma fábula não modelar, na qual não cabemos ou não cabem os modelos que conhecemos. Algo assim, possivelmente, nos faria refletir, exigiria esforço de interpretação e, se nos dispomos a ela, ficamos expostos também à brincadeira dos signos e o Mito é desfeito.

Ainda com essa necessidade de ajustamento do diferente a si mesmo, encontramos na Notícia outra estrutura mítica em evidência, a da **Identificação**. Ela é sustentada pelo álibi da alteridade, mas vale-se de seu pressuposto deformando-o: aqui, o outro não é percebido como diverso, mas como modelo de nós mesmos, ou seja, não é outro porque nos percebe como distintos dele ou vice-e-versa, mas é outro porque é igual a nós, imediato a nós. Percebemos nas nomações de

Clodoaldo, <<o cidadão>>, aquele que necessita de proteção (não apenas dos pais, no caso de sermos adultos), mas do Estado; ele é “a vítima” e nos representa. Se fosse para percebê-lo em toda sua complexidade, seria mais fácil ignorá-lo, ou reduzi-lo a análogos, como possivelmente ocorre com a figura de linguagem que referenda os “motoqueiros” e os “brigadianos”. Esses são outros de nós, mas que atravessam o texto por um desvio do tecido, <<nem tão iguais>>, mas identificados, sob controle; assim, não comprometem nossa segurança: menos a segurança física, mas a de quem somos nós em relação a eles. Mais uma vez entendemos por que a leitura é o espaço da constituição do sujeito, porque nos tecemos junto com texto.

Outra figura do significante mítico encontrada na Notícia é a **Quantificação da Qualidade**, revelada e repetida na frase: “já se encontravam em número de cem aproximadamente”, e mais adiante, “com um número ainda maior de motoqueiros”, trechos que se transfiguram no “eis aqui” do predicado. Nessa estrutura o número verbalizado procura adjetivar o acontecimento, dar-lhe uma medida de valoração, tanto quanto as fotografias estampadas na contracapa da edição do dia 06 de fevereiro, cujo recorte busca preencher o enquadramento colocando em evidência a figura humana: <<cem pessoas revoltadas>>, <<muita pessoas reunidas>>, remontando a “um fato grave”, ou, ainda, à “cidade em grande agitação”. O ordinal, ou sua menção, surge então para validar a dimensão do Discurso, nos ilude com uma situação não relacional: <<cem ou um número ainda maior>> em relação a quantos, ou a o quê?

Essa figura de linguagem, que vem seguida (ou seria acossada?) por outra: a **Constatação**, cujo fundamento é o bom senso – a opinião corrente de conformidade –, como se esta segunda forma mítica viesse para desculpar a dimensão das consequências exaltadas pela forma anterior: <<a gravidade do problema>>. Podemos percebê-la no seguinte trecho: “Por mais que uma nota oficial explique os fatos, por mais que digam que a vítima cometeu uma infração de trânsito, não há justificativas para que o menino de 17 anos seja morto na frente de sua casa, de seus amigos e de seus pais, com um tiro nas costas”. A expressão <<por mais que>> pode ser considerada uma organizadora do discurso, indicativa de um movimento de interlocução que em tempo pondera e, finalmente, chega a uma

conclusão. Ao ser retoricamente apresentada, talvez construa a imagem de consignação da verdade, como uma evidência incontestável do real, coerente e consensual; “representa uma fala ativa, que pouco a pouco se converteu em fala reflexiva, mas de uma reflexão diminuída, reduzida a uma constatação” (BARTHES, 2001, p.174).

Essa retórica mitológica, associada à estrutura da Pirâmide Invertida mostra como o Discurso jornalístico, uma vez legitimado, passou a se revestir continuamente como voz autorizada da interpretação; autorizada porque <<inquestionável>>, inquestionável porque <<imparcial>>. E assentado nessa condição, penhorou os signos, o processo de significação, e converteu-se em forma de **Poder**. Então, ao nos depararmos com seu relato, temos a impressão de que ele é aquele que <<pode>>; pode registrar por meio de palavras e imagens; pode reunir informações, <<oficiais>> e “não oficiais”; pode avaliar o caso, ponderando entre duas ou mais alternativas: “por mais que”; também é aquele que pode julgá-lo: “um fato grave que bem dá conta [...]”.

Dessa perspectiva, e ancorados no pensamento barthesiano (1978), observamos que o Poder aqui não é mais entendido apenas como um objeto político, mas também ideológico, capaz de ser alcançado através da linguagem. Aliás, sobre isso Pedro Demo (1990) mesmo sublinhou, ao se referir às dimensões objetivas e subjetivas dos fatos sociais, que a interpretação pode ser entendida como uma forma intervenção, ação do homem junto à realidade.

Do relato jornalístico às personagens evidenciadas por ele, percebemos a revelação de outros poderes, que se interdizem ao longo do Discurso. Entre eles observamos a manifestação dos poderes do Estado, como já mencionado, representado pela Brigada Militar, pela Polícia Militar e pela Delegacia. Trata-se de uma forma institucionalizada de poder, legal e, em certos momentos desta narrativa, coercitivo. É o Estado que pode proteger e, por mais arbitrário que pareça – porque possui armas de fogo e porque seus representantes ocupam o lugar de autoridades –, é também o Estado que pode matar (e não se trata aqui de um poder regulamentar, mas de uma capacidade, de ter a possibilidade).

Igualmente, em casos especiais, dúbios, ou extraordinários, as normas vigentes, expressas no Discurso, mostram que é o próprio Estado quem avalia a pertinência, gravidade e os procedimentos que devem ser tomados para resolver, combater ou manter determinada situação: “o oficial do dia da BM, solicitado pela polícia a apresentar os PMs envolvidos na ocorrência, disse que estava ‘pensando’ no assunto”; ou, ainda, “o delegado Simões [...] permanece de plantão, esperando que os PMS sejam apresentados, inquiridos, dando sua versão sobre o fato”; e “uma nota oficial que explique os fatos”.

Todavia, embora pareçam interditar os sentidos e os demais poderes não institucionais, pelo privilégio de espaço que dispõem no Discurso, ou pela força, o Poder do jornalismo e o do Estado, respectivamente, não são os únicos que se manifestam nas tramas do texto. Encontramos nessa narrativa os ditos do Poder justiceiro, expostos pela scriptação da fala do “parente”: “assassinaram friamente o menino e isso não vai ficar assim”; e, relacionado a ele, a citação indireta na Notícia: “Jadecir [...], primo da vítima, fará tudo para que a justiça seja feita”.

Ainda neste Discurso percebemos também o Poder da sociedade civil, significado pela nomeação de seus representantes, “os motoqueiros”, e pelas imagens fotográficas que mostram a passeata e as faixas empunhadas pelos protestantes. Da mesma forma, aparece o Poder indicial da marca “Honda”, sobrenome no texto de <<motocicleta>>. Aliás, a ocorrência explícita dos nomes, como se o referente tivesse de vir constantemente acompanhado de uma identidade imediata, é a faina translinguística do Poder que se revela na língua.

Entretanto, há, finalmente, no relato noticioso uma dialética que desassossega o assédio do qual certas leituras são reféns: quando percebemos o texto como lugar de possibilidades, não de exclusividade do sentido, quando atravessamos o <<inequívoco>> imposto pela nomeação. Trata-se neste *Fait Divers* da exposição do Poder paterno em desalinho, quiçá, da ausência deste poder, ou, mesmo, da revelação de sua impotência. Algo até contraditório, uma vez que para a semiologia barthesiana o Poder é potência, é a energia mobilizadora da vida. Por isso, entendemos que este também pode ser um Discurso denúncia, no qual a própria

morte é translinguística, porque o poder foi interceptado pela ação: “o pai socorria a vítima que já chegou sem vida no Hospital”.

E, mais adiante, articulado a esse signo de insuficiência, observamos a revelação do Poder com o corpo, o corpo morto e sua manipulação, personificado pelo IML; que, por sua vez, procura interdizer o Poder do morto (os olhos na imagem de capa) sobre o próprio corpo – que agora é só discursivo; ainda, o Poder de nos vitimarmos, representado pela performance dos protestantes nas fotografias. Eles reivindicam, tanto quanto Clodoaldo, seu lugar de vítimas do Estado ineficaz, empunhando suas palavras de ordem para o registro.

A tensão entre todos esses elementos ao longo do Discurso lembra a imanência constitutiva do *Fait Divers*, em que o homem comum protagoniza o extraordinário, e o relato daí decorrente se desenvolve em círculos, como se contássemos sempre a mesma história. Os capítulos, caso sejam publicados diariamente, são reedições daquele acontecimento suas circunstâncias, seus personagens, suas causas, suas consequências e ocupam, inicialmente, um lugar privilegiado no jornal, até aos poucos irem se perdendo em pequenas notas, como veremos adiante.

## **2.2 Edição 02: “Outro morto”**

A segunda edição que vamos analisar foi publicada no dia seguinte a anterior, em 07 de fevereiro de 1979, sob o título: “Outro morto”, cuja linha de apoio revela: “exército evitou mortandade maior”. Nela o discurso se desdobra em seis páginas (capa, pág. 02, 03, 05, 07 e contracapa), apresentando-se por meio de várias notícias e de uma heterogeneidade de planos de expressão, desde o texto escrito, passando pela fotografia, até a charge.

Tal heterogeneidade nos sugere uma prática investigativa: a descrição. Ela antecederá a análise propriamente dita, embora também possa ser considerada parte dela, com o objetivo de observar como esses diferentes textos estão distribuídos pelas páginas do jornal e que lugares ocupam. Barthes (1984) lembra que é a descrição que nos possibilita organizar e escolher algumas unidades de

leitura diante da complexidade discursiva, debruçando-nos sobre cada uma delas e, ainda, integralizando-as num mesmo Discurso.

Capa:



Figura 04 – Capa do jornal O Nacional em 07/02/1979

Todo o efetivo foi mobilizado ontem à tarde para conter a manifestação de protesto contra a morte do jovem motoqueiro, Clodoaldo Teixeira, morto na segunda-feira por um brigadiano, não foi suficiente para conter a fúria de milhares de pessoas que se dirigiram ao centro da cidade. O resultado final do incrível tumulto que aconteceu ontem foi mais um morto, que recebeu um tiro no pescoço e ainda não foi identificado e dois feridos: Joceli Martins Macedo, de 17 anos, que levou um tiro no tórax, e Pedro Santos, 24 anos, funcionário da Agromed, que guardava o ônibus e recebeu um tiro na nádega. Segundo informações colhidas junto a um soldado, três brigadianos foram feridos à pedradas pelos manifestantes.

### INICIO

Logo após o enterro do jovem Clodoaldo, motoqueiros e motoristas, portando cartazes contra os brigadianos, vieram para o centro para uma manifestação.

Antes a Brigada Militar havia mobilizado um grande efetivo, trancando o acesso ao miolo do centro da cidade, mais precisamente a parte fronteira a Catedral. Foram



colocados homens e viaturas na Av. Brasil com a Av. Gal Netto; na Rua Moron esquina com a Bento Gonçalves, na Moron com a General Neto, na Av. Gal Netto esquina com a Independência e na Rua Moron esquina com a Cel. Chicuta. Esse esquema impedia o acesso dos motoqueiros ao miolo até que, na esquina da Independência com a Gal Netto, os jovens conseguiram furar o bloqueio. A partir disso a manifestação foi crescendo em nervosismo.

Aos gritos os manifestantes amedrontaram os PMS que estavam na Moron com a Gal Netto. Esses, vendo que seria impossível reagir diante da multidão, saíram do local dirigindo-se ao quartel do CPA/3. A partir disso a violência cresceu de modo incrível. O caso mais sério aconteceu na Moron com a Cel Chicuta. Ali os PMS começaram a estar apedrejados depois que um deles fez um disparo de fuzil para o ar a fim de afugentar a multidão. Tal atitude fez com os ânimos ficassem mais exaltados. Os policiais militares aceitaram o conselho de pessoas que passavam no local e, ao invés de responder à bala a manifestação, saíram do local. Uma pedra atingiu o pára-brisa do carro, quebrando-o completamente.

Depois de todos esses incidentes no centro os manifestantes se dirigiram para o quartel do comando do CPA/3, na Av. Brasil, onde a violência atingiu seu ponto mais alto. Ali, para conter a multidão os policiais militares dispararam saraivadas de tiros que, inicialmente, se acreditava ser de festim. Posteriormente a multidão, ao constatar que as balas eram verdadeiras, pois um jovem caía ferido em frente a Foto Souza, os manifestantes se enfureceram. O resultado final, depois várias saraivadas de tiros, foi um morto e mais dois feridos.

#### **INTERVEÇÃO**

Somente com a intervenção dos soldados do exército, comandados pelo Major Isauro Piaguaçu Pires Correa evitou que tudo virasse numa mortandade. Piaguaçu colocou seus homens entre os brigadianos e os manifestantes e foi dialogar com esses últimos. Com muita paciência Piaguaçu conversou longamente com os mais exaltados, prometendo que tudo seria normalizado e solicitando a colaboração de todos, pedindo que eles retornassem as suas residências. Mais de uma hora o major Piaguaçu conversou com os exaltados manifestantes, começando a por um ponto final num estado de coisas nunca vistas antes em Passo Fundo. Posteriormente os soldados do Exército estiveram no centro, dialogando e dispersando os manifestantes.

Partindo desse pressuposto, voltamo-nos para a capa do jornal ON da referida edição. Ela está dividida em seis colunas. Observando-a de cima para baixo, vemos, além do cabeçalho que lhe é peculiar – onde estão as informações acerca da publicação (nome, data, slogan, fundação, e direção) –, a principal manchete do dia. Ela ocupa toda a extensão da página, de um lado a outro, reproduzida em letras garrafais, e aparece acompanhada por uma linha de apoio. Contudo, diferentemente do que tradicionalmente acontece na estruturação do texto jornalístico, esta linha não está abaixo do título da Notícia, mas acima dele, entre o cabeçalho e a manchete, escrita em letras menores.

O texto verbal, localizado quase que integralmente na coluna da esquerda, ainda se distribui pelo rodapé da página, em outras cinco pequenas colunas. Ele

divide espaço com as fotografias, arranjadas no centro da folha e que, por isso, ocupam o lugar de destaque da Notícia. A primeira delas tem a extensão de cinco, das seis colunas em que a capa foi dividida. Acompanhada pela legenda “dor do amor”, a imagem mostra, em relevo, algumas crianças (do sexo feminino) aos prantos, sendo consoladas por uma adolescente. Ela está no canto esquerdo da imagem e, ainda que não aparente choro, carrega no rosto uma expressão triste, o olhar à frente, ao mesmo tempo em que beija a testa de outra garota.

No extremo oposto, no canto direito, também observamos outra mulher/adolescente, difícil de ser caracterizada, pois seu rosto foi cortado ao meio pelo “fim”, ou melhor, pela margem da fotografia. Ela também não chora, mas parece olhar diretamente para o fotógrafo no ato do registro.

Por fim, a cena ainda é composta por um fundo claro, que, embora esteja desfocado, revela uma janela protegida por grades e uma pessoa, em pé, de braços cruzados.

Abaixo desta fotografia dividem espaço as demais imagens que compõem o texto noticioso, uma ao lado da outra, anunciadas pelas legendas: “dor de pai” e “dor de amigo”. Elas mostram, respectivamente: 1) plano conjunto de dois homens de meia idade: um deles, sentado no banco do caroneiro de um carro, mantém o lenço sobre o rosto, como quem enxuga algo; já o outro, do lado de fora do veículo, o consola, segurando sua mão direita; 2) a imagem lateral de um algum tipo de manifestação, onde o plano médio revela, além dos protagonistas da cena, a presença de muitas outras pessoas, que apenas observam o que acontece. No canto esquerdo, em primeiro plano, há dois homens (jovens), um em pé e outro de joelhos (sem camisa), ambos com as mãos levantadas e a boca aberta, como se estivessem falando e/ou gritando algo. Atrás deles, outro homem, sem roupas, de costas, parece discutir com alguém. Já na margem direita e, portanto, de frente para os protestantes, além dos espectadores, vemos dois policiais militares, sem ação repressora aparente.

Dito isso, vale registrar que não há na capa menção a outras Notícias que poderemos encontrar ao longo da publicação. Aliás, não há neste espaço nem mesmo referência à continuidade do relato acerca do caso Clodoaldo. No entanto,

basta folhear o jornal, e chegaremos à página 2 e, sucessivamente, à 3, ambas quase que integralmente ocupadas por Notícias, notas oficiais e fotos sobre o assunto.

Página 02:



Figura 05 – Página 02 do jornal O Nacional em 07/02/1979.

### Comoção semelhante na cidade somente em 1954 quando morreu Getúlio Vargas

Ontem pela manhã, na Câmara, lembravam que a cidade experimentou comoção semelhante àquela de segunda-feira no ano de 1954, quando da morte de Getúlio Vargas. “Mas no ar não tinha este clima de violência” – dizia Miguel Lopes dos Santos. A Notícia da morte do motoqueiro Clodoaldo Teixeira se espalhou rapidamente por toda a cidade e por volta das dezenove horas a movimentação pelas ruas centrais passou a ser intensa. Em grupos de trinta ou quarenta, os motoqueiros primeiro estiveram na Polícia acompanhando o registro policial. Depois, foram para o Instituto

Médico Legal e, posteriormente, passaram a correr em alta velocidade pelo centro, sem respeitar os sinais e fazendo muito barulho.

A partir das 20 e 30 horas passaram a se concentrar em frente da Catedral Nossa Senhora Aparecida, onde existe um estacionamento privativo para motocicletas. A partir disso, literalmente os jovens, seguidos por automóveis e pessoas que caminhavam gritando, tomaram conta da cidade. Por causa do clima de tensão e revolta a brigada retirou seus homens e ficou de prontidão. Policiais militares à paisana se misturaram entre os jovens, acompanhando a evolução dos acontecimentos. Um tenente reconhecido pela Imprensa definia a situação com extremamente grave e todos, inclusive moradores das imediações, temiam que outro incidente mais grave pudesse acontecer. O policial a paisana declarava que o bom senso mandava não intervir até que algo grave acontecesse, pois ninguém saberia prever as consequências se os brigadianos tentassem reprimir o desabafo.

#### TRAUMA

A esta altura a cidade já estava traumatizada, pois a manifestação de protesto atingia vários pontos. As concentrações forma se sucedendo, desde a Polícia, o IML, a residência do jovem, o centro, na Av. Brasil, frente ao quartel da Brigada na Presidente Vargas. “Parece que a cidade vai explodir”, comentou um casal na Av. Gal Netto, quando os motoqueiros passaram a circular com faixas e cartazes contendo frases contra os brigadianos. Pouco antes das vinte e três horas realizou-se uma passeata pela Av. Brasil e nas faixas lia-se frases como “Brigada, ela não protege, mata”, “Marginais a serviço da sociedade”, “Queremos justiça”, “Raiter, Silva e Quadros, assassinos”.

No quartel do 3º Regimento de Polícia Montada, soube-se depois, havia um esquema de prontidão, inclusive para evitar que os jovens invadissem a unidade. Entre os manifestantes encontravam-se líderes da sociedade, como o vereador Albery dos Santos da Arena, afirmando que na Brigada existem “verdadeiras feras” e dando apoio a manifestação dos jovens. Um pichamento foi feito na Av. Gal Netto pela madrugada.

No número 170 da rua Antônio Araújo, onde o corpo estava sendo velado, centenas de pessoas, principalmente motoqueiros, amanheceram de vigília. Na rua Lava Pés, à poucos metros da residência de Clodoaldo, bem no local onde tombou o morto, foi exposta uma placa com os seguintes dizeres: “Queremos justiça para os três assassinos”.

O policiamento, que havia desaparecido à noite, apareceu com um novo esquema na terça-feira. No centro da cidade ele foi triplicado. Em alguns locais, em vez de dois policiais militares havia cinco atuando juntos. No quartel do 3º Regimento da Polícia Rural Montada, na Av. Presidente Vargas, o policiamento também foi reforçado. A cidade acordava tranquila apesar dos motoqueiros correrem quase até o amanhecer.

A página 2, por exemplo, também está dividida em seis colunas e organiza-se em momentos distintos: uma nota oficial da bancada do MDB sobre os últimos acontecimentos, onde reproduz, na íntegra, um documento assinado pelos

vereadores do partido; a publicação de um parecer sobre o julgamento dos brigadianos emitido por Irineu Gehlen<sup>23</sup>, advogado contratado pela família de Clodoaldo para atuar no caso; uma Notícia comparando a intensidade do sobressalto da população nesse período com o que ocorreu quando da morte de Getúlio Vargas e uma charge assinada por “Lângaro/79”.

Nas três primeiras colunas, de cima para baixo, da esquerda para a direita, encontramos a nota dos vereadores emedebistas e, logo abaixo dela, um boxe com a charge sobre a postura dos brigadianos no evento que envolveu Clodoaldo Teixeira. O desenho de traço vazado mostra, no centro do quadro, uma viatura de polícia perseguindo, a tiros, um motoqueiro. Próximo à cena, um homem mascarado, usando roupas listradas (estereótipo do bandido), interpela o leitor: “- será que me esqueceram!? Ou arrumaram outro divertimento?”.

Na outra metade vertical da folha, ocupando a mesma proporção de espaço do conteúdo recém-mencionado, nas três colunas do lado direito, vemos uma foto de Clodoaldo, o mesmo *close* estampado na capa da edição do dia anterior, 06 de fevereiro. Abaixo dela, a manchete “Comoção semelhante [...]” e, em seguida, o plano verbal da Notícia.

Assim, de um lado, temos a nota oficial e a charge, do outro, a foto de Clodoaldo e Notícia, como se todos esses elementos configurassem um grande bloco quadrangular, divisando com o rodapé da página. Nele, distribuída em seis colunas, está a publicação do parecer emitido pelo advogado Irineu Gehlen. O título “Advogado afirma [...]” aparece em letras garrafais, com maior destaque que as manchetes dos textos anteriores, e também se espalha por toda a folha, de um lado a outro do *layout*.

---

<sup>23</sup> As notas oficiais, da bancada do MDB e de Irineu Gehlen, embora sejam mencionadas neste momento de descrição, não farão parte da análise posterior. Isso se justifica se consideramos o fato de que não se trata de relatos noticiosos, apesar de adotarem alguns recursos deste formato, como a manchete e o parágrafo introdutório escrito na terceira pessoa do singular. Após uma leitura atenta é possível crer que são reproduções integrais de textos opinativos construídos por personagens envolvidos com a cidade ou com o caso em particular – não por profissionais da redação de ON –, e publicados em espaços possivelmente pagos, portanto, que não integram o Discurso jornalístico sobre o caso.

Esses arranjos gráficos evidenciam a totalidade da página dedicada ao relato do caso Clodoaldo Teixeira, assim como aos desdobramentos subsequentes a ele. É uma disposição, aliás, que se repetirá nas páginas seguintes, especialmente nas ímpares, pois são aquelas que ficam à direita do leitor, na medida em que passa de uma folha a outra do periódico. As empresas jornalísticas costumam valorizar tais páginas, dedicando-as a conteúdos privilegiados ou à venda de anúncios, pois acreditam que é sobre elas que recai o primeiro olhar daquele que folheia o jornal. Assim, passamos à página 3 desta edição.

Página 03:



Figura 06 – Página 03 do jornal O Nacional em 07/02/1979.

Território Livre (Equipe ON)  
COMOÇÃO

Ontem na cidade o assunto foi um só: a estúpida morte do motoqueiro Clodoaldo, abatido por um tiro disparado por um brigadiano e a comoção que envolveu toda a cidade após o lamentável incidente. Na Câmara os vereadores mais antigos lembraram que a última vez que comoção semelhante se registrou em Passo Fundo foi em 1954, há vinte e cinco anos portanto, quando da morte do Presidente Getúlio Vargas. A diferença é que naquela oportunidade o ódio, o medo e a revolta não pairavam no ar. Tão cedo os passo-fundenses não esquecerão a noite de segunda-feira.

#### EXPLOSÃO

Um policial militar, a paisana, acompanhou por algum tempo a movimentação de segunda-feira à noite no centro da cidade, principalmente em frente da Catedral, onde os motoqueiros se concentravam. O policial teve a mesma impressão aos que assistiram a passeata pela morte de Clodoaldo: “parece que a cidade vai explodir a qualquer momento”. O clima de violência foi crescendo paulatinamente, e por muito pouco, por pequenos detalhes, a manifestação não gera uma tragédia ainda maior.

#### BURAFALDI

O jovem Burafaldi vai se tornar uma testemunha muito importante no processo que vai julgar os brigadianos envolvidos na morte do motoqueiro. Enquanto a nota oficial da brigada fala em apenas um disparo Burafaldi, que viu o garoto morrer quase em seu colo, afirma ter ouvido três disparos. Ontem, no velório, aumentava o número de pessoas afirmando que foram muitos os disparos dados pelos brigadianos durante a louca perseguição ao motoqueiro.

#### CABO

Um cabo da brigada que pode, pelo esquema da escola, - ser facilmente identificado -, merece louvor pela maneira como que agiu em incidente havido na frente do jornal. Não temos dúvida em afirmar, que ele soube evitar complicações mais graves, além da morte de Clodoaldo. Dois motoqueiros, ao passarem pela sinaleira da Av. Brasil com rua Bento Gonçalves, gritaram para os três brigadianos que estavam no local. A seguir fizeram o retorno em frente ao Clube Comercial e estacionaram suas motos em frente ao jornal. Eles entraram na redação para contar detalhes sobre a morte do colega, enquanto os três policiais militares se postaram na frente do jornal e, visivelmente transtornados, falavam em perder as motos e os jovens. Um repórter tentou ponderar que aquela não era uma boa hora para aquele tipo de medida, eis que a cidade já estava quase incendiando. Os três não entenderam e mandaram chamar o cabo que comandava as operações naquela área. O cabo, como vieram narrar mais tarde, entendendo todo o clima de tensão vigente, determinou que os três brigadianos voltassem aos seus postos, esquecendo o incidente. Temos certeza que a atitude pondera deste cabo impediu que os acontecimentos de segunda-feira fossem ainda mais lamentáveis. Isso porque, tanto os três brigadianos quanto os dois jovens, não tinham condições emocionais para utilizar a razão.

#### **Burafaldi viu o motoqueiro morrer e afirma que brigadiano deu três tiros**

Sérgio Danilo Burafaldi será uma das testemunhas mais importantes no processo que esclarecerá todas as circunstâncias da morte do motoqueiro Clodoaldo Teixeira. Ele foi morto no final da tarde de segunda-feira com um

tiro nas costas, disparado por um brigadiano que o perseguia numa viatura oficial. O jovem Clodoaldo morreu as pés de Burafaldi que assistiu a todos os lances finais da perseguição.

Burafaldi, que mora no número 45 da rua Lava Pés, retornava para casa depois de fazer um curativo no barco direito. Ele conta que em um dado momento viu quanto um motoqueiro perseguido pela “pata-choca” da Brigada saiam da rua Jacinto Vila Nova, na Vila Annes, para entrar na rua Lava Pés. Ao dobrarem a esquina Burafaldi ouviu um primeiro tiro disparado contra Clodoaldo. Imediatamente reconheceu o garoto que mora nas proximidades de sua casa e é seu amigo. Ele fez menção de se dirigir ao encontro do motoqueiro quando ouviu um segundo disparo e nesse momento se jogou contra um muro para se proteger. “O Clodoaldo me reconheceu e começou a para sua motocicleta, acho que ele iria pedir socorro. Nesse instante o brigadiano espichou bem o braço para fora do carro, escorou, fez pontaria e deu o terceiro tiro, que pegou nas costas do Clodoaldo. Eles estavam bem perto do garoto, acho que a uns cinco ou seis metros”.

Sérgio Burafaldi conta ainda que o rapaz caiu ali mesmo. O carro da brigada parou, eo brigadiano “que saiu sem ver se o Clodoaldo estava bem ou não foi agarrando o garoto e dizendo agora vamos levar esse vagabundo”.

Nesse momento chegou o pai do garoto, Nelson Teixeira, que mora na rua Antônio Araújo, quase na esquina com a Lava Pés e a cerca de cinquenta metros de onde ocorreu o incidente. “Os brigadianos nem queriam levar Clodoaldo para o hospital”, disse Burafaldi. Nós insistimos e eles concordaram. “No hospital, mal tiraram a vítima do carro, os brigadianos saíram rapidamente”.

Essas declarações de Burafaldi, feitas na redação de *O Nacional*, contradiz a nota oficial da Brigada Militar. A nota fala em apenas um disparo, enquanto Burafaldi afirma que ouviu três tiros sendo feitos. A constituição feita através de testemunhas mostra todo o roteiro feito pelos brigadianos em perseguição ao motoqueiro. Colegas de Clodoaldo Teixeira afirmam que tudo começou na rua Independência, bem no centro da cidade, quase em frente ao Gama Vestibulares, um local que reúne grande número de motoqueiros. Disseram que realmente o brigadiano mandou o jovem parar, e este, assuntado, pois a moto não era sua e porque e não possuía documentos não obedeceu seu sinal. Desviando do brigadiano, Clodoaldo prosseguiu na rua Gel. Netto e dobrou à direita. Depois disso ninguém sabe se ele entrou na Moron ou na Av. Brasil. Possivelmente tenha ido até a Av. Brasil e dobrado à direita, seguido até a rua Jacinto Vila Nova, onde tomou a esquerda e, ao chegar na rua Lava-pés, sempre perseguido pelos policiais, novamente tomou a esquerda. Os amigos do motoqueiro garantem que ele, assuntado pela infração que cometera, resolveu dirigir-se para sua casa. A desistência entre o local onde morreu e sua casa é de cinquenta metros.

Corroborando com o projeto visual de distribuição dos textos no planejamento gráfico do jornal até aqui observado, esta página também se sistematiza em seis colunas. Do lado direito da folha encontramos uma sequência de fotografias sobre as



manifestações no centro de Passo Fundo. A primeira mostra um grupo de homens e mulheres segurando cartazes e faixas com frases de protesto: “- Silva Xavier e Reiter: os assassinos” e “- Brigada não protege, mata”. Na segunda imagem, vemos uma Kombi forrada de cartazes, mas o excesso de claridade da foto não nos permite identificar o que está escrito neles. Já na terceira e última cena vemos um grupo de pessoas ao ar livre, cercadas por policiais armados. Tanto as pessoas como os PMs estão de costas para o leitor e não é possível identificar a que eles assistem. Nenhuma das fotos tem legenda ou créditos.

Logo abaixo das imagens, ainda nas três colunas da esquerda, está o título: “Comandante da CPA/3 faz esclarecimentos sobre o envolvimento de Brigadianos”. Como na página anterior (02), embora a frase se caracterize como uma manchete, o texto que segue é uma declaração na íntegra do ten-cel. Lucas Dutra sobre a postura dos PMs na perseguição que ocorreu na noite do dia 5 e, como tal, não integrará a análise posterior.

Ainda nesta página, nas três colunas da direita, encontramos uma seção chamada “Território Livre”, sublinhada por letras grandes e fonte em negrito. Trata-se de uma série de notas curtas sobre diversos assuntos, de perfil ora informativo, ora opinativo, não necessariamente conexas entre si, das quais, nesse dia, mais de 50% referiam-se ao caso Clodoaldo.

De cima para baixo, depois desta seção, encontramos também a manchete: “Barufaldi viu o motoqueiro morrer e afirma que brigadiano deu três tiros”. A ela se segue o relato noticioso sobre a principal testemunha da perseguição que envolveu os policiais militares e o rapaz de motocicleta, preenchendo outra folha desta edição integralmente dedicada ao tema, o que não acontece na página seguinte.



Figura 07 – Página 05 do jornal O Nacional em 07/02/1979.

### Morte de Clodoaldo: “Passo Fundo Moto Clube realiza reunião extraordinária”

Por volta das 17h na residência do jovem Clodoaldo Teixeira, assassinado com um tiro nas costas pelos PMS, após um pequeno incidente de trânsito, umas cinco mil pessoas se aglomeraram na residência, que fica na rua Lava Pés, esquina Antônio Araújo. A presença marcante no local era dos integrantes do Passo Fundo Moto Clube, que por intermédio de seu vice-presidente, Antônio Carlos Weigartener, e de sua secretária, Rosane Lemos, que convocaram todos os seus quase 300 sócios bem como, os “motoqueiros” das cidades da região para participarem das manifestações.

#### ROTEIRO

A secretária Rosane explicou que, em face dos graves acontecimentos, o Passo Fundo Moto Clube, tinha decidido, por intermédio de sua diretoria, convocar para hoje, uma reunião extraordinária para examinar os graves acontecimentos, inclusive contratando um advogado para acompanhar todo o desenvolvimento do processo em todas as suas fases. Segundo ficou esclarecidos o “Clube” programou, após o enterro de Clodoaldo, no cemitério Vila Petrópolis, uma manifestação pacífica no centro da cidade, quando os motoqueiros viriam até a praça central de Passo Fundo, portanto cartazes de protesto (300 cartazes foram distribuídos) e depois de dar uma

volta na praça, parariam suas motos no estacionamento privativo de veículos, em frente a catedral.

#### OBJETIVOS

Os objetivos do Clube de motoqueiros de Passo Fundo, fundado em 1º de abril de 1977, é congregar todos os tripulantes de moto da cidade, visando por intermédio de reuniões e promoções periódicas, inclusive de cunho social, conscientizar a todos, sobre suas participações, no trânsito e na própria comunidade, visando também inculcar nos seus associados que ser “motoqueiro” é praticar um esporte sadio, usar um veículo de utilidade pública e que deve ser ocupado para o lazer e não para a destruição própria, dos outros, ou a morte.

#### PERSEGUIÇÃO

Para os integrantes do Moto Clube Passo Fundo o acontecimento, que resultou na morte do jovem Clodoaldo, foi o final de um processo de perseguição contra os motoqueiros, incompreensivelmente encetados por integrantes da Brigada Militar que gratuitamente manifestam um verdadeiro “horror” contra os motoqueiros. Segundo o vice-presidente do Clube, a manifestação que aconteceria logo após o enterro do jovem assassinado tinha por objetivo apenas conscientizar a comunidade da posição real dos motoqueiros, numa comunidade os quais não são marginais, não são viciados ou irresponsáveis como os brigadianos querem fazer crer a toda a população com suas arbitrariedades. Frisou bem entretanto o vice-presidente, que não poderia responder por um comportamento isolado de um sócio do clube, onde outros motoqueiros não associados que se comportarem de forma inconveniente, durante a passeata que estava programada.

Na direita da página 5, sob a manchete: “Morte de Clodoaldo. Passo Fundo Moto Clube realiza reunião extraordinária”, encontramos uma imagem fotográfica realizada ao ar livre, durante o dia, que mostra, em primeiro plano, um conjunto de motocicletas estacionadas; em segundo plano, inúmeras pessoas escoradas, em pé e/ou sentadas, que parecem aguardar algo, e atrás delas, mais ao fundo, árvores e o telhado de uma casa. Logo depois da foto está o relato verbal da Notícia, organizado em três colunas e que, associado ao outro plano de expressão, preenche mais de um quarto da página.

Espaço semelhante ocupa a Notícia da página 7, mantendo a apresentação de pautas sobre o assunto em todas as folhas ímpares do jornal. Distribuída entre o título e a imagem de recorte horizontal, quase no fim da página, está a narrativa verbal da Notícia. Ela se estrutura em duas grandes colunas, à esquerda, e tem por oposição, na direita, uma fotografia vertical do mesmo tamanho. Esta imagem, sem legenda, mostra uma longa avenida, repleta de veículos, em forma de cortejo. Na

cena vemos o carro fúnebre, seguido por motocicletas e, depois, carros. De perspectiva semelhante percebemos também, mesmo que desfocado e ao longe, as pessoas que assistem a esse cortejo, as quais estão nas calçadas e nos canteiros centrais da via pública. Na parte superior da imagem evidenciam-se ainda a cidade, os prédios, as árvores, enfim, a urbanidade que contorna a avenida e vai desaparecendo em perspectiva.

Já a outra imagem mencionada, cujo recorte se faz horizontalmente, é um retrato da chegada do caixão ao cemitério. Na cena é carregado por apenas alguns homens, acompanhados por uma aparente multidão. Aqui, temos a impressão de que as pessoas transbordam pela margem da fotografia.

Página 07:



Figura 08 – Página 07 do jornal O Nacional em 07/02/1979.

## **Cidade pára e chora a morte**

Foi um dos maiores enterros da história de Passo Fundo superando até mesmo, pelo número de assistentes, o que aconteceu quando da morte do Padre Jaques. Se considerarmos que dois mil automóveis participaram do sepultamento de Clodoaldo, contando em média cada um com 04 pessoas, se considerarmos que uns mil motoqueiros, com carona, participaram do cortejo, chegamos a uma conclusão de que umas 10 mil pessoas estiveram assistindo de corpo presente, o que está sendo considerado por toda a Passo Fundo e pelas comunidades da região do planalto, como o mais violento dos assassinatos dos últimos anos por aqui, pois um menino foi morto por um brigadiano, que o devia proteger, com um certo tiro nas costas, só porque cometeu uma pequena infração de trânsito.

### **VELÓRIO**

No velório do jovem Clodoaldo Teixeira, na rua Lava Pés, esquina com a Antônio Araújo, era incrível o número de pessoas que estavam presentes. Motoqueiros vindos de Frederico Westphalen, Carazinho, Sarandi, Marau e Soledade, com suas motos identificadas com trajes pretas, e cartazes de protesto com os títulos tais como “Marginais e brigadianos de mãos dadas contra a população, uniam seu choro de solidariedade com o dos pais do jovem morto, Nelson Teixeira e Anésia Teixeira. Presentes ainda na residência da vítima, presidente da Câmara de Vereadores, advogados, médicos agricultores, imprensa de Porto Alegre e de cidades vizinhas, naquela que foi uma perfeita apresentação dos principais integrantes da comunidade.

### **O SEPULTAMENTO**

Por volta das 17h30 envolto em uma bandeira do Esporte Clube Gaúcho, o caixão começou a ser movimentado por dezenas de pessoas que voluntariamente assumiram tal iniciativa.

O Moto Clube Passo Fundo, por intermédio de seu vice-presidente, Antonio Carlos Weigartner, organizou a movimentação dos motoqueiros até a Vila Petrópolis, onde Clodoaldo foi sepultado, após uma breve oração proferida por um religioso católico, da qual participaram todas as pessoas que estavam no local. Choros convulsivos, lamentações inconsoladas dos familiares do menor assassinado, e gritos de protesto proferidos com uma voz emocionada e com altos brados pelos jovens motoqueiros que iam gritando e chorando, também foram a tônica do ato fúnebre. Após o sepultamento de Clodoaldo, conforme estava estabelecido, motoqueiros rumaram para o centro da cidade, sempre portando cartazes de protesto.

### **INCIDENTES**

Ao chegarem ao centro da cidade, os motoqueiros integrantes dos grupos de manifestantes, que procediam do cemitério da Petrópolis, defrontou-se com o centro da cidade completamente fechado por contingentes da Brigada Militar, bocas de rua bloqueadas por viaturas e PMS, com armamento pesado, que impedia completamente o acesso a praça Marechal Floriano, a principal da cidade, onde os motoqueiros pretendiam segundo ficou estabelecido pelo ‘órgão de classe”, estacionar suas motos e mostrar ao público os cartazes de protestos que traziam.

Os espaços dedicados ao caso Clodoaldo nessa edição só se encerram na contracapa, cuja manchete revela: “Pânico nas ruas”. Compartilhando a página com mais uma nota oficial<sup>24</sup> sobre o caso, desta vez do Comando do 3º/1º RCM, o relato noticioso posiciona-se do centro para a esquerda da folha. O texto verbal, composto por duas finas colunas, parece se comprimir diante das três fotografias com as quais dialoga. Acompanhadas de legenda, elas ocupam o maior espaço da página e distribuem-se uma abaixo da outra.

A fotografia do topo, sob a legenda: “confusão na av. Brasil”, mostra um grupo de pessoas e outro de policiais armados, ambos espalhados numa praça. Temos a impressão de que se trata do fim de algum tipo de manifestação, quando os envolvidos foram dispersados pelos policiais. Essa impressão se reforça pelas imagens que vemos particularmente à extrema esquerda e à extrema direita da foto. Na primeira, um policial de joelhos semidobrados e braços abertos fala com um homem, supostamente em tom grave, no momento mesmo em que outro PM, armado, caminha em sua direção. Na segunda, observamos pessoas correrem em direção oposta à que caminham os brigadianos. O centro da imagem é ocupado por um caminhão e, acima dele, há uma árvore.

A outra fotografia dessa sequência traz a seguinte frase como legenda: “população apedreja”. A cena mostra, em enquadramento lateral, um grupo de homens correndo da esquerda para a direita, cujos corpos se inclinam para trás e para o lado (talvez o movimento de um arremesso). No entanto, o enquadramento da imagem não revela o que há à frente do grupo de homens que corre; eles se arremessam algo, não podemos ver em quem ou no que arremessam. As únicas referências disponíveis são a rua que atravessam ao correr e os sobrados ao fundo da cena.

Já a terceira fotografia, provavelmente registrada à noite, pelo negrume que cerca a imagem, revela um grupo de pessoas, homens e mulheres, caminhando e ou gritando. Entre elas há a presença de um soldado do exército, que supostamente segura um megafone. No canto esquerdo da cena, vemos o contorno de um corpo,

---

<sup>24</sup> Texto que, assim como os demais de estrutura e abordagem semelhante, não será considerado na análise posterior.

que não pode ser identificado em virtude do excesso de luminosidade. Inversamente, no fundo da foto, como um cenário, vemos braços levantados e punhos cerrados, mas não podemos identificar quem são ou a extensão deste grupo, justamente pela falta de luminosidade. Tal disposição constitui um jogo de luz e sombras característico de qualquer Discurso, no sentido de evidenciar que tudo aquilo que é dito significa tanto quanto, e em relação, aquilo que não é.

Contracapa:



Figura 09 – Contracapa do jornal O Nacional em 07/02/1979.

### Pânico nas Ruas

Os incidentes de ontem paralisaram completamente o centro de Passo Fundo. Ao mesmo tempo o tiroteio havido na Avenida Brasil criou pânico entre a população, principalmente porque os disparos foram feitos num lugar de grande movimentação, tendo em vista a presença de paradas de ônibus importante e o supermercado dos trilhos.

No centro, a partir das 18:30 horas, a movimentação foi incrível. Inicialmente apenas os motoqueiros e alguns veículos, portando cartazes, participavam da manifestação sob aplausos da população. Aos poucos o grupo foi crescendo, e uma multidão calculada em cerca de 10 mil pessoas se aglomerava na Bento Gonçalves, Av. Brasil e Rua Moron – participando ou assistindo.

Após a expulsão dos soldados e viaturas da Brigada das ruas centrais, tudo concentrou-se nas proximidades do Quartel do CPA/3. Ali, depois da primeira saraivada de balas, o pânico tomou conta das pessoas e muitos, na corrida, acabaram pisoteados. Mulheres e crianças corriam em desespero sem saber o que acontecia. Foi nessa ocasião que muitos estabelecimentos comerciais fecharam suas portas e ocorreram uma morte e dois feridos. Muitos ficaram operários, funcionários e outras pessoas que precisavam de ônibus, pois ali o trânsito ficou inicialmente difícil e depois interrompido.

A presença do Exército começou a colocar a área em calma. Depois de um diálogo com o major Piaguaçu e de cantarem o Hino *Nacional*, os manifestantes começaram a se acalmar e a se dispersar.

A manifestação de ontem foi comparada ao ato realizado em 1968, por estudantes locais em solidariedade a um estudante. Edson Luiz, assassinado no Rio de Janeiro. Só que, naquela ocasião, nem um incidente grave – mortos ou feridos – aconteceu.

Como já referimos na introdução do capítulo, as descrições foram tomadas em sequência por entendermos que todos esses textos e planos de expressão compõem um único **Discurso**, produzido pelos entrelaçamentos do tecido noticioso. É um Discurso que é feito de marcas, índices, associações e colagens, anunciando a dinâmica da narrativa jornalística ao procurar um modo de condensação temporal, ou seja, conectar através da relação forma/conteúdo o tempo do referente e o tempo da enunciação, recriando a realidade via representação, embora esta representação arraste o desejo de ser percebida apenas como natureza.

Tal disposição pode ser observada, por exemplo, na carência de signos enunciantes, característica recorrente da produção informativa: “Logo após o enterro do jovem Clodoaldo, motoqueiros e motoristas [...] vieram para o centro”. E ainda, pelo uso da expressão “um repórter” em vez do pronome <<nós>>, ou da opção pela conjugação na terceira pessoa do plural, <<viemos>>. Esta estrutura se evidencia aqui para significar menos os detalhes do acontecimento e mais a força do referente, que, na ausência dos índices de um “autor”, parece falar por si próprio, como se o



relato pudesse existir mesmo sem a produção do jornalista ou o trabalho significativo do leitor.

Para Barthes (1988, p.149) isso acontece porque nesse tipo de narrativa, cuja matriz é o real – como aquelas que compõem o Discurso da História –, a objetividade manifesta do enunciador “aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que se poderia chamar de ilusão referencial”, constituindo uma composição que procura naturalizar o trabalho da cultura.

Ora, diz o autor (1988, p.149), “o fato nunca tem mais do que uma existência linguística (como termo de um discurso)” e, por isso, necessita se associar à linguagem para se constituir. Consequentemente, seu relato acabará atravessado por duas marcas translinguísticas do Discurso: os Idioletos, estilo individual de contar e/ou dizer, e os Socioletos, estruturas e figuras de linguagens convencionadas socialmente por certo grupo, que indicam tipos de comportamento, crenças e ideias de mundo, portanto, que são linguagens culturais.

Parece-nos, então, que, ao adotar determinada composição, semelhante à que percebemos nos relatos sobre o caso Clodoaldo, a Notícia acaba interditando essa cultura, como se o Discurso não fosse um conjunto de escolhas referenciais e o texto não fosse uma declaração da subjetividade marcada pela transindividualidade, mas fosse o que é – por ser.

Dito de outro modo, trata-se da impressão de que a estrutura exerce uma espécie de autoridade sobre os signos, articulando-se para que eles não sejam percebidos como representação, mas como realidade, de uma única perspectiva provável.

Aliás, a utilização da terceira pessoa do singular na Notícia, principalmente associada à **Pirâmide Invertida**, talvez se caracterize como expressão máxima do exercício de objetividade, tal qual receita e praticada pelo jornalismo, que, segundo Genro Filho (1988), rotineiramente, aprendemos a fazer nas redações e nas escolas da profissão. Não que o autor se manifeste contra a objetividade, mas ele

sugere a revisão do modo como é entendida e defendida pela grande mídia: como imparcialidade, uma expressão universal dos fatos sociais<sup>25</sup>.

O já tradicional *lead*, forma inicial deste tipo de Pirâmide, encontrado em todas as Notícias publicadas na edição do dia 7 de fevereiro de 1979 sobre o caso Clodoaldo, pode certificar esse pressuposto. Em poucas linhas, para serem consumidas rapidamente, na medida em que permite um aparente <<panorama geral>> do Discurso, este parágrafo introdutório concentra e repete em cada texto noticioso as mesmas informações, revelando a insistência em destacar, dentre as inúmeras circunstâncias e desdobramentos do fato, aquilo que <<de mais importante haveria>> sobre ele para ser observado.

Em páginas sequenciais e até nas mesmas páginas, cada Notícia, apesar de contemplar igual tema e de divisar o suporte e/ou o espaço gráfico da folha, parece se encerrar em si própria, pois – a começar pelo *lead* – resgata e ecoa toda vez as mesmas informações, como se recriasse o fato em cada texto e como se este <<recém nascido>> não estivesse de modo algum entrelaçado aos demais, prendendo-o numa redoma de isolamento da estrutura. É uma composição que pode ser observada tanto nos textos verbais quanto nas imagens: charges e sequências fotográficas.

Entre as informações reprisadas estão, por exemplo, <<o quem?>> (Clodoaldo), o <<o que?>> (foi morto por um brigadiano) e <<as consequências>> (protesto, tumulto, aglomeração), como observamos na capa do jornal: “todo o efetivo mobilizado ontem à tarde para conter a manifestação de protesto contra a morte do jovem motoqueiro, Clodoaldo Teixeira, morto na segunda-feira por um brigadiano”; ou ainda na página 5 da mesma edição: “por volta das 17h na residência do jovem Clodoaldo Teixeria, assassinado com um tiro nas costas pelos PMS, após um pequeno incidente de trânsito, umas cinco mil pessoas se aglomeraram”.

A despeito de serem códigos distintos, frases diferentes, eles se revelam articulados pela repetição e pelas omissões para significar uma mesma ideia. Até a

---

<sup>25</sup> Para Genro Filho, tais fatos só existem na medida em que são reconhecidos e comunicados por meio de um relato singular. Assim, toda percepção é apenas uma perspectiva dentre as inúmeras possíveis, de modo que a evidência dos fatos sociais depende de um processo de significação.

Notícia de contracapa, cujo *lead* não corrobora com os demais, apresenta um parágrafo inicial organizado em contiguidade com a capa. Assim, o texto “Pânico nas ruas” pode não ser nada mais do que um novo subtítulo para a manchete principal<sup>26</sup> do periódico “Outro morto”, já que ambas <<embrulham>> o mesmo Discurso, tal qual casca de cebola:

combinação superposta de películas (de níveis, de sistema), cujo volume não comporta finalmente nenhum miolo, nenhum caroço, nenhum segredo, nenhum princípio irreduzível, senão o próprio infinito de seus invólucros – que nada envolvem a não ser o próprio conjunto de suas superfícies (Barthes, 1988, p.142).

Ainda sobre as relações de contiguidade (ou sua ausência) nas tramas da edição analisada, há algo invariante que podemos perceber: as unidades temáticas que se convertem em subtítulos e aparecem ao longo de uma mesma Notícia: “INÍCIO”, “INTERVENÇÃO”, “TRAUMA”, “COMOÇÃO”, “EXPLOSÃO”, “CABO”, “ROTEIRO”, etc. Do modo como estão dispostas, não exprimem o referente nem a totalidade do texto, todavia é seu arranjo que compõe a representação do real, recortando-o e nominando-o. Para a semiologia são pequenas estruturas, neste caso, cativas de uma única palavra – e, talvez, signos estereotipados. Por um lado, elas favorecem a organização do relato; por outro, também o reduzem a fragmentos, para além do próprio conjunto das Notícias; e por serem reiteradas ao longo dos textos desta edição, evidenciam uma estrutura que atravessa todo o Discurso.

Além disso, a Pirâmide Invertida completa-se com a apresentação dos fatos em ordem decrescente, o que, associado aos fragmentos recém-mencionados e às inúmeras Notícias sobre o mesmo tema, numa mesma edição, dificulta a ordenação lógico-temporal dos acontecimentos. Essa condição, de repetições, de recortes e de idas e vindas temporais, impõe uma habilidade de leitura peculiar e pode acabar

---

<sup>26</sup> Dizemos principal por dois motivos: 1) não há nenhuma outra chamada publicada nesta página; 2) as capas de jornais e revistas vêm ao longo das últimas décadas caracterizando-se como o espaço que condensa o conteúdo de todo o jornal, pontuando os assuntos supostamente mais relevantes para aquele periódico, sublinhando determinado projeto gráfico e, conseqüentemente, expressando sua linha editorial.

esvaziando o Discurso, na medida em que, ora empilha, ora extravia informações – alocadas em uma ou outra folha, em uma ou outra Notícia, dados que pela síntese discursiva estão dinamicamente entrelaçados.

O passivo dessas formas estruturais (a ausência de signos enunciantes, a Pirâmide e os fragmentos) pode ser a negação da complexidade pertinente a todo dado do real e, logo, sua simplificação, o que permite um vínculo descomprometido por parte do sujeito da enunciação (tanto autor, quanto leitor) com o acontecimento. O primeiro, porque, ao mesmo tempo em que assume uma postura ideológica, expressa por meio da adjetivação – “a estúpida morte do motoqueiro”, “um cabo da brigada que merece louvor” – e, por conseguinte, da valoração; perverte-se quando ancora seu discurso na ideia de anonimato e multidão (em nome de todos), valendo-se de longos trechos de descrição (que se supõe elemento de composição do texto noticioso), entrecortados pela opinião desoriginada. Já o segundo, porque é carregado por uma narrativa liberta de todo enredamento contextual, de modo que não há riscos a correr: dificilmente encontraremos nessa leitura uma percepção do real tão diversa da nossa que fosse incompatível com os modelos já conhecidos; caso isso se confirmasse, acabaria nos afastando dela. Assim, a produção e reprodução dessas estruturas em cada publicação do gênero apenas consolidam uma tendência de compreender o Discurso noticioso como o lugar da percepção coletiva e, sobretudo, comum, dos fatos sociais, ao invés de lugar da realização do sujeito.

Entretanto, Roland Barthes (2004) lembra que não importa o quão persistente seja o esforço da dinâmica estrutural para atravancar o infinito da leitura, um texto é sempre o lugar possível dos sentidos, e há alhures onde a qualquer instante podemos nos descobrir em derrisão: “lá onde precisamente ele excede a procura, ultrapassa a tagarelice e através do qual tenta transbordar, forçar o embargo dos adjetivos” (p.21).

Para o autor (2007), a Literatura é o espaço onde mais facilmente encontramos esses lugares de deslocamento da linguagem, particularmente em oposição à Notícia, produto da comunicação de massa e forma institucionalizada de monossemia. Contudo, se é produto desta modalidade comunicativa, é possível

também que seja constituído de códigos extralinguísticos, ou seja, mistura de planos de expressão distintos. Essa condição explicita a presença da charge, por exemplo, e da própria imagem, irredutível a um só sentido, que nas páginas do jornal também integra o Discurso noticioso e que, portanto, torna-se o nicho privilegiado para o reconhecimento da polissemia. Nesse aspecto resgatamos as subcategorias desta pesquisa relacionadas à Fotografia: **Studium e Punctum**.

Na edição referenciada pela presente análise, a capa é composta, além do texto verbal, por três fotos, que, aliás, ocupam lugar privilegiado no espaço dedicado à Notícia. O *Studium*, como um interesse sensato e ordinário do leitor pela imagem, poderia aqui estar amparado pela sequência proposta, que evidencia diferentes manifestações de impacto no que se refere à perda de alguém próximo; ou, ainda, pela evidência de parte do espetáculo da <<consequência>> (a revolta), que pode se revelar na forma de choro ou de outras ações que indicam a dificuldade de aceitação pelas personagens diante dos fatos. Em qualquer desses casos trata-se de cenas que arrastam o leitor pela via da comoção

Já o *Punctum*, como um detalhe que “pica” o leitor, e que pode estar ligado tanto ao desejo de fruição quanto a uma sensação incômoda que nos inquieta, é distinto em cada imagem e para cada sujeito que a lê. Na foto localizada no topo da capa, por exemplo, este detalhe, para nós, fica reservado ao rosto da menina (ou da mulher) excluído parcialmente do registro – dividido ao meio – pela margem da fotografia.

Uma vez diante da cena, temos a impressão de que se trata de um observador, que, sem muito sobressalto, percebe o ato do registro: “- estou mesmo te vendo”, a moça indica com o olhar. No instante em que as outras meninas choram, desavisadas, o retalho da sua presença transforma-se em signo da intimidade, daquilo que é do outro, acordando um questionamento sobre os limites do espaço, das ações, das reações, que podem, ou não, ser publicizadas, espetacularizadas pela representação, e nessa perspectiva sua presença parece denunciar a invasão que acabamos de cometer.

Por outro lado, a imagem entrecortada também pode conotar o referente e o trabalho significativo do sujeito da enunciação. Embora o registro o indique,

colocando-o num lugar de visibilidade produzido pelo recorte da fotografia – como parte do rosto da personagem está –, seu sentido se constitui no jogo dialético com aquilo que não está visível, mas que se associa ao referente por meio da intertextualidade, característica do signo, sua polissemia – tal qual parte da imagem de mulher, que, apesar de estar <<fora>> do texto, também constitui sua representação, numa relação metonímica.

Aliás, sobre isso, Barthes (1988) acredita que ler é também escrever, uma vez que diante dos significantes oferecidos à fruição durante a leitura, é o leitor quem produz em si, concomitantemente, outro texto, cuja lógica é associativa. Não se trata de negligenciar a força do autor na teia do texto, mas de reconhecer que a esta lógica dedutiva, na qual estão implicados os elementos de determinação e limites disponibilizados por ele (como o enquadramento, por exemplo, no caso da foto, que revela parte do rosto da personagem), entremeia-se a lógica do signo: a cada grupo de significantes disponíveis para leitura, acordamos em nós outras ideias e/ou imagens que vão tecendo uma narrativa nova e singular. Por isso dizemos que é o leitor quem significa o texto ao ler e que, ao ler, sempre escrevemos, mesmo que seja em nós.

Considerando esse atravessamento disparado pela leitura, há outra imagem na capa desta edição cujo pormenor nos desconforta. Estamos nos referindo à cena nominada “dor de amigo”, que traz ao fundo um homem aparentemente nu. Em coro com as demais personagens da foto, impondo-se num lugar de destaque na cena, seu contorno é marcado pelo movimento: braços à frente do corpo, tronco inclinado e queixo para cima.

A figura do homem nu, parcialmente coberta pela projeção da imagem de outros dois amigos, dos quais um também está sem camisa, não denota apenas a exposição do corpo, mas indicia certa vulnerabilidade desse corpo exposto. Ora, se está nu, está desprotegido: da chuva, do frio, da ação do outro; se está nu, também está desarmado, em oposição à figura dos policiais na foto, espectadores da manifestação, que portam armas, cassetetes na cintura e, além da roupa, capacetes na cabeça; por fim, se está nu, sua aparição pode se converter em representação: de protesto, de ruptura, na medida em que perverte o hábito social: andar vestido.

Assim, a nudez sugerida, embora não confirmada em razão do comprometimento da nitidez na Fotografia, significa tanto quanto o gesto ou o desenho do grito na boca da personagem ajoelhada. Ela se constitui em declaração, e a impressão da luz sobre o corpo no papel revela o tônus do seu dizer. Despido está de esperança, e, se a condição é voluntária, na medida em que se despe – despoja-se das roupas –, também se esvazia, abandona certas crenças (não necessariamente no sentido religioso do termo), determinados comportamentos, e associa-se a outros, como o da indignação e/ou da revolta, do protesto, da cobrança pelo amparo do corpo exposto: do seu e/ou do outro.

A ideia de protesto parece recorrente ao longo da edição do dia 07 de fevereiro, e a observamos também na página 3 e na contracapa do jornal, apesar de sua representação se produzir por meio de outros significantes. Em cada um destes espaços a narrativa é composta por uma série fotográfica, como na edição anterior (06/02/1979), cujo encadeamento de imagens lembra uma sequência novelada: cada Fotografia pode ser percebida, então, como um capítulo, ou melhor, mais um capítulo da mesma história. Nesses casos o *Stadium* pode estar relacionado a um interesse consensual dentre os leitores acerca do volume de pessoas envolvidas nas manifestações, das frases escritas nas faixas e cartazes e da visibilidade do confronto entre os policiais e a população. Ou ainda, para além do interesse ordinário pelas imagens, este desejo sensato de leitura, talvez os registros fotográficos apenas estejam ali, tal qual a descrição minuciosa estava para a literatura: não tanto com o propósito de atender a um interesse compartilhado entre os leitores, mas para produzir o “efeito real”, ou seja, para conotar a realidade como referente: <<isso de fato aconteceu, veja as imagens>>.

Desse conjunto de fotografias apresentado na página 3 e, mais adiante, na contracapa, somente algumas carregam detalhes que, particularmente, nos arrebatam, como a imagem do veículo vazio forrado de cartazes; a foto em que os PMs, com armas em punho à moda de um cerco, posicionam-se ao redor dos grupos de protesto; e, por fim, da cena marcada pela dança dos corpos em desequilíbrio, cuja legenda notifica: “população apedreja”.

No primeiro caso, da fotografia do veículo na página 3, novamente percebemos a conotação da ausência (como a imagem da camiseta estampada de sangue na capa do jornal do dia anterior) e, ainda, da coisificação (como o cartaz que cobre o rosto daquele que o empunha): ambas as ocorrências revelam a substituição do homem, protagonista da cena, por objetos que o representam. Desse modo, diante da Fotografia temos a impressão de que, nas imagens produzidas, as personagens são indiciadas por objetos-signos, através de uma associação extensiva. Apesar de estar no centro da cena – forrado por cartazes que compõem, de certa forma, um Discurso –, o veículo nunca é percebido como enunciador, pois o sabemos inanimado, <<de alguém>>, alguém que não está ali, porque seu interior (e mesmo o exterior) parece vazio. Mas, ao mesmo tempo, ao reconhecermos seu traço na imagem e percebermos os cartazes, significamos os textos e o objeto em si, como representação discursiva de um ou mais personagens, de outros que então existem, mesmo que sua presença, pouco tangível, esteja evaporada.

Já no que se refere à segunda imagem, o *Punctum* está reservado à inclinação das armas carregadas pelos policiais: ora direcionadas para frente, ora para cima. Podemos associá-las a um dedo que aponta – particularmente, se observarmos o contorno do desenho em que se constituem na foto. É o “eis aqui” da anormalidade, o reverso do habitual, a evidência do estado de revolta em oposição ao estado de controle. Ao mesmo tempo, tal posição, que mostra a arma num ângulo de aproximadamente 90° do chão, à altura do dorso dos manifestantes, cuja atenção está voltada para o lado oposto de onde estão os policiais na cena, denuncia um novo “tiro nas costas”, <<outra traição>> ou até <<mais uma injustiça>>, reforçando a vitimização da personagem protagonista por transferência, uma vez que a imagem denota os manifestantes que, então, a representam.

Por fim, a terceira imagem, cujo detalhe nos arrebatou, é a Fotografia central da coluna da esquerda, localizada na contracapa desta edição. Não se trata aqui de uma relação entre a cena e a expressão que a nomina “população apedreja”, porque não estamos nos referindo ao *Studium*, um interesse vulgar sobre a imagem, supostamente significado pelo nome. Aliás, acreditamos até que o *Punctum* está justamente naquilo que não é nominado, naquilo que não pode ser necessariamente



significado de modo comum. É um pedaço do enquadramento, um signo, que se constitui como tal porque nos acomete.

Desse modo, enquanto nosso olhar vagueia pela cena – como diria Walter Benjamin (1931) –, somos assaltados pela dança dos corpos, pelo jogo de luz e sombras por meio do qual as formas foram traçadas no negativo e, depois, no papel fotossensível; pela evidência da sintonia com que esses corpos se movem, do ritmo que os conecta, marcado por passadas largas, pernas levemente dobradas, pés no ar e tronco em desequilíbrio. Um corpo ativo (de cada um e de todos), cuja impressão de conjunto parece aqui, para nós, conotar a legitimidade em torno da qual se mobilizam. Não apenas como uma forma de adesão, consentimento ou apoio, mas a representação do corpo em vida, do flagrante sem pose para a Fotografia.

Diferentemente dos cartazes e dos objetos presentes em fotos anteriores, nos quais o mundo pode parecer estático e, portanto, conservado, aqui (como na imagem do homem nu) o signo relaciona-se à ação: do homem que faz para transformar o real. Segundo Barthes, no livro *Mitologias* (2001, p.166), sempre que isso acontece, a exemplo das revoluções, achamos-nos diante do pequeno instante em que o discurso acaba “destinado a revelar a carga política do mundo: ele faz o mundo, e a sua linguagem é absorvida funcionalmente neste fazer”. Assim, a trama do texto (como parte do discurso) excede o cerceamento do signo, desconsidera a *parada* do sentido, o fim do texto amarrado a um significado único e supostamente “verdadeiro”, fragilizando ou inviabilizando a eficiência da mitologia discursiva burguesa<sup>27</sup>.

Isso porque, diante da ação, não há fim. O seu flagrante indica que existe algo em curso, transformando-se, em movimento, como se o texto, ao contrário da impressão mitológica, fosse um lugar sem fundo, que desloca o leitor pelo macramê dos signos e lhe permite descobrir um plural rolante de suas combinações. Nele cada significante, a partir do jogo dialético com os demais, pode ter muitos significados.

---

<sup>27</sup> Conforme o autor, o Mito burguês, particularmente propagado pelo Discurso midiático, busca, através de algumas figuras de linguagem e formas de composição, realizar a manutenção do consumo e do *status quo* dos poderes dominantes.

Dessa perspectiva, podemos crer que a Fotografia em questão revela um espaço de alocamento da estrutura, desarticulando a exclusividade do sentido. No entanto, uma leitura assim se relacionaria intrinsecamente ao trabalho significativo desencadeado pelo sujeito da enunciação, que teria de exceder a percepção ordinária da imagem como apenas mais um fragmento discursivo, já que, uma vez tramada aos outros textos que compõem o Discurso jornalístico, a foto pode se converter em pura representação, <<matando>><sup>28</sup> o referente transformador, diluindo seu poder de ruptura e esvaziando o sentido da ação.

E é essa condição de fragmento que nos remete ao ***Fait Divers***. Barthes (2002, p. 266) lembra que sua estrutura comporta justamente dois termos: “à sua forma e o seu conteúdo, porque o importante, não são os próprios termos, a maneira contingente como eles estão estruturados, mas a relação que os une”. Logo, o fato de novamente a ênfase recair sobre as consequências (a revolta) – pois a composição discursiva organiza-se de modo ao *Studium* debelar o *Punctum* – revela a caracterização dessa abordagem noticiosa, cuja causa está sobrepujada pelos desdobramentos do evento, tanto quanto na edição do dia anterior. Podemos observar isso, além dos enquadramentos e cenas reveladas pelas Fotografias, nas expressões que marcam os textos verbais: “manifestação de protesto”, “mais um morto”, “a violência cresceu de modo incrível”, “saraivadas de tiros”, “pessoas caminhavam gritando, e tomaram conta da cidade”, “fúria de milhares de pessoas”, entre inúmeras outras; e mesmo nos subtítulo: “COMOÇÃO”, “EXPLOSÃO” e “VELÓRIO”, por exemplo.

Também nesse sentido, se observamos a primeira frase do texto de capa, podemos entender que se trata de uma tentativa de vincular forçosamente causa e consequência, equiparando-as como Notícia, tendo em vista que a nomenclatura aponta para uma, mas a estrutura revela ambas: “ontem na cidade o assunto foi um só: a estúpida morte do motoqueiro Clodoaldo, abatido por um tiro disparado por um brigadiano e a comoção que envolveu toda a cidade após o lamentável incidente”.

---

<sup>28</sup> Barthes (1984a), no livro *Câmera clara*, observa que a Fotografia evidencia a morte do referente.

Além disso, a manchete principal, “Outro morto”, estampada na capa do jornal, denuncia a contrariedade reincidentemente instalada nos acontecimentos consequentes, nos quais um policial ainda não identificado (seria uma referência ao comportamento da corporação como um todo?) mata mais um homem, também jovem (como viríamos a saber na edição posterior). Essa ideia pode ser reforçada ainda por outras inversões de mesmo sentido apanhadas ao longo da narrativa: como o relato indiciando os policiais, que, ao invés de proteger, dispararam contra representantes da sociedade civil organizada sem delito grave aparente, resultando em morte e feridos – “para conter a multidão os policiais militares dispararam saraivadas de tiros” e, por outro lado, mostrando como a sociedade civil <<inocente>>, que deveria ser protegida, aconselhou, feriu e amedrontou os policiais – “três brigadianos foram feridos a pedradas pelos manifestantes” e “os manifestantes amedrontaram os PMs”. Desse modo, os soldados parecem frágeis porque se amedrontam, mas fortes porque promovem a matança (tanto quanto a população), tecendo um conflito que não pode ser reduzido por uma operação lógica.

Trata-se, então, de evidências reveladoras, por meio das quais podemos compreender que, embora o Discurso publicado no dia 07 de fevereiro de 1979 se articule sob novos significantes, mantém a estrutura primeira: reprisam-se os significados e prevalece nos dois dias de cobertura jornalística a ênfase nos subtipos **Antítese** e **Causa Perturbada**. Isso é possível porque, embora o *Fait Divers* esteja marcado por uma estrutura hermética, na qual a leitura permite acesso a todos os dados que lhe são pertinentes – circunstâncias, causas, passado e resultado, dispensando a referência exterior ao enunciado, alguns “casos do dia”<sup>29</sup> desenvolvem-se ao longo de inúmeras edições de determinado periódico. Isso não invalida sua caracterização, já que implicam uma memória extremamente curta do leitor e há pouca necessidade de acessá-la, pois as Notícias publicadas recontam, a cada página, a mesma história.

Contudo, nesta segunda narrativa noticiosa a reprise do subtipo Antítese pode, ainda, indicar mais uma estrutura peculiar do *Fait Divers* de Coincidência: a

---

<sup>29</sup> Tradução para *Fait Divers* comumente encontrada na bibliografia em português.

**Repetição.** Marcada pela chamada de capa “Outro Morto”, a frase apresenta um acontecimento que se repete (mais uma morte, outro jovem atingido pela polícia militar), justificando a fatalidade pela significação. Conforme Barthes (2002), essa repetição pode não ter muito destaque no relato, pode até ser rebaixada à categoria de curiosidade, mas, se é notada, detém certo sentido, já que aparentemente o consenso sobre a ideia de fatalidade (o que nominalmente aconteceu com Clodoaldo, “uma tragédia”) constrói-se segundo a lógica do incidente, que, por sê-lo, não é ordenado, nem previsto. No entanto, caso ele venha a se multiplicar sob condições iguais ou semelhantes, é porque deve haver algum significado latente que foge à nossa percepção imediata, uma vez que o sentido é apresentado, mas parece iludido: <<o que levaria os PMs a matar uma pessoa inocente? Ou duas? Ou mais?>>. Para o autor a explicação desses tipos de acontecimentos, embora se ancore em dados conhecidos, foge à compreensão da racionalidade.

A presença de outros signos e relações estruturais também sublinha essa categorização, entre os quais está a utilização de adjetivos que vivificam o sentido extracotidiano do fato, nomeando-o: “a violência cresceu de modo incrível”, “era incrível o número de pessoas que estavam presentes”, ou “prometendo que tudo seria normalizado” (em oposição à anormalidade da situação instalada). Essa nomenclatura é responsável pela prisão do significado, pois constrange o leitor a apreendê-lo sob um rótulo predeterminado.

E considerando esse mesmo pressuposto, observamos ainda a ocorrência de figuras que recorrem a apelos emotivos e, por conseguinte, à espetacularização do acontecimento, arrolamento comum em abordagens sensacionalistas. No primeiro caso, referimo-nos a expressões e frases como: “Choros convulsivos, lamentações inconsoladas”, “uniam seu choro de solidariedade com o dos pais do jovem morto”, “Imediatamente reconheceu o garoto que mora nas proximidades de sua casa e é seu amigo”. E, associadas a elas, a palavras e frases que conotam a instituição de uma espécie de show: “multidão”, “saraivada”, “os lances finais da perseguição”, “mostra ao público”, “foi um dos maiores enterros da história de Passo Fundo superando até mesmo, pelo número de assistentes”.

Ora, lances finais acontecem em partidas de futebol, que são assistidas por um público (os torcedores), tanto quanto – de acordo com os indícios da relação entre os termos do discurso – a perseguição e o enterro de Clodoaldo, que nas Notícias é lançado à condição de ator principal (do futebol ou do enterro?) no espetáculo da representação. Logo compreendemos, então, que pela repetição e pelo uso insistente de **Estereótipos**, um Discurso pode se esvaziar ou ser generalizado, perdendo sua força de interpelação e necessitando recorrer à estrutura espetacular para arrastar o leitor pela narrativa.

Nesse aspecto, os diferentes textos acerca do caso Clodoaldo que aparecem espalhados pelas páginas de uma mesma edição mostram que existem muitas combinações e significantes diferentes capazes de carregar os mesmos *rótulos*, como a relação supostamente inequívoca entre as palavras: jovem, menino e garoto, ligadas a Clodoaldo (aqui, sinônimos), e a ideia de fragilidade. O problema da rotulação é seu poder reducionista, caricatural, que simplifica a complexidade das relações e dos contextos, coagindo o leitor a uma interpretação que, disfarçada de natureza, a cada retorno parece mais e mais adequada àquela palavra ou àquele conjunto de signos. Barthes (1984, p.101) defende que “o texto é como um desdobramento do significante. Se o significado triunfa, nele o estereótipo passa a ser verdade”.

Estereotipadas também são as imagens da dor e da revolta que encontramos ao longo do Discurso e, mais do que isso, a associação aparentemente inata entre ambas, como se a dor só pudesse ser representada pelo choro e sua consequência óbvia fosse o estado de revolta, intensamente ligado à promoção da violência, agitação e anormalidade. Por isso, em nome da vítima (por contiguidade), os parentes, amigos e a população solidária (chorosos e inconformados) convertem-se em “manifestantes”, procurando “desabafo e justiça”, e a manifestação, uma vez percebida, é sempre “exaltada”.

Entretanto, ao mesmo tempo, embora a diversidade e a quantidade de pessoas envolvidas na mobilização sejam destacadas constantemente em momentos distintos da narrativa – sob o signo da liderança, amizade, grau de parentesco, ou uma representação numérica – e as motivações que notabilizaram

sua adesão ao grupo possam ser inúmeras – independentemente do veículo de transporte que utilizam ou do clube a que estejam oficialmente vinculadas –, o conjunto delas, reunidas no centro de cidade, sucumbe à imagem dos “motoqueiros”. Neste Discurso noticioso, ora eles (os motoqueiros) são todos (todos os manifestantes são motoqueiros), ora são apenas eles (os que andam de moto), e a conotação desse assujeitamento do sentido à relação entre os significantes pode ser percebida em alguns trechos: “impedido o acesso dos motoqueiros” e “os jovens conseguiram furar o bloqueio”. Diante dessas afirmações, podemos perguntar: Os motoqueiros só são jovens, ou só existem jovens motoqueiros? Todos os <<ditos>> manifestantes são jovens e motoqueiros?

Aliás, o espaço que a publicação dedica ao encontro do “Moto Clube Passo Fundo” já arrasta pela estrutura discursiva o rótulo de “órgão de classe”, assim literalmente nominado em uma das Notícias. Talvez essa seja uma evidência que pode vivificar as reflexões barthesianas sobre a depreciação do signo, do seu potencial polissêmico, via repetição desoriginada. Assim, não sabemos quando ou por que determinado código foi relacionado a este ou àquele sentido, mas toda vez que nos deparamos com ele sua associação parece cada vez mais pertinente, tanto que acreditamos que sempre foi assim. Daí vem a preocupação do autor em atentar para o caráter político do estereótipo, revelando-o como a figura principal da **Ideologia**<sup>30</sup>.

Para Barthes, no que tange ao Discurso midiático, trata-se de um grão da Ideologia burguesa, revelada aqui, por exemplo, pelo uso da palavra “classe”, nome indicativo do contexto capitalista, e, relacionado a ela, a marginalização de seus

---

<sup>30</sup> Aqui, a Ideologia surge, pela primeira vez, como categoria *a posteriori*. Para Barthes (2003) é apenas uma linguagem, “e nada mais que linguagem: é um discurso, um tipo de discurso” (2003, p. 20); uma fala materializada pela conotação e que articula as dimensões linguísticas e translinguísticas na trama discursiva.

O termo é, para o autor, a nomeação das *ideias-em-forma*, pois, na medida em que “passamos aos sistemas conotados [...], os significados formam nada menos que a ideologia da sociedade que utiliza o sistema” (1988, p.251). No entanto, o autor evita o sentido consensual que correntemente se apropria da expressão “ideologia dominante”. Para ele, a Ideologia é precisamente a ideia enquanto ela domina; por isso, associa-se ao *Doxa* (opinião corrente). O semiólogo se refere a três esferas discursivas da ideologia: a Religião, a Neutralidade e o enfoque Biológico, especificando-as como fontes de distorção dos sentidos; por isso, a Estereótipo é sua principal figura, e o Mito, sua realização.

integrantes: “passaram a correr em alta velocidade pelo centro, sem respeitar os sinais e fazendo muito barulho”, “agora vamos levar este vagabundo”. É a associação naturalizada entre os termos do Discurso que produz o Estereótipo.

Por outro lado, encontramos nas Notícias uma aparente desmistificação do rótulo, na contramão do que havíamos descrito no parágrafo anterior: “tinha por objetivo apenas conscientizar a comunidade da posição real dos motoqueiros, [...] os quais não são marginais, não são viciados ou irresponsáveis”, e ainda “que ser motoqueiro é praticar um esporte sadio, usar um veículo de utilidade pública e que deve ser ocupado para o lazer e não para a destruição própria, dos outros ou da morte”. Entretanto, indiciá-lo (o rótulo) a pretexto de estabelecer um jogo de conflito e negociação em busca de Poder – o poder de falar, de se fazer ouvir, de se defender, de fazer prevalecer o seu Discurso – nada mais é do que a confirmação da eficácia do estereótipo, pois para negá-lo é necessário reconhecê-lo.

As línguas carregam uma história, trazem nelas as marcas de usos anteriores, e essa carga de passado entrava a renovação do homem e as mudanças em sua história. Não basta, pois, usar a linguagem com o intuito de comunicar sentidos novos; é preciso trabalhar suas formas, libertá-la do que ela tem de estereotipado, de velho (BARTHES, 1984, p. 14)

As linguagens sociais, ou melhor, os **Socioletos**, são densos e acabam coagindo tanto aqueles que o compartilham quanto os que estão excluídos dele, comportando chancelas imperativas, constituídas pela fábula cultural, e obrigando-os a dizer. Por isso, acreditamos que na cobertura do caso Clodoaldo há a predominância de um Discurso **Enocrático**, que se mascara sob o signo da “revolta”, do “tumulto”, de “reivindicação”, do “desdito”. Adota palavras de ordem, parecendo contestar o poder vigente, supostamente desdizendo a cristalização dos sentidos<sup>31</sup>, mas através dos mitos, dos estereótipos e da dinâmica estrutural remonta um estado

---

<sup>31</sup> Como referido anteriormente, todo texto pode ter uma dobra, um desfalecimento do tecido que nos abale. Nas Notícias sobre o caso Clodoaldo talvez esta ruptura fique por conta da expressão “verdadeiras feras”, utilizada pelo vereador Albery dos Santos para se referir à Brigada Militar. Segundo Roland Barthes (1988), a metáfora comporta uma articulação circular, que vai de um termo a outro; por isso, permite nos descondicionarmos da finitude do sentido. O vereador não nomina os brigadianos como bons ou maus, certos ou errados, competentes ou incompetentes; apenas diz que são “verdadeiras feras”, o que abre a polissemia do signo e as possibilidades interpretativas.

inalterável das coisas: “que a tranquilidade alcance todos os lares”, como revela a Notícia de contracapa.

Para retomar esse estado de normalidade, cujas variações de sentido também parecem restritivas (já que no texto implica a não manifestação, ao invés da transformação), o discurso aponta para uma relação desgastada entre significantes e significados, que pode ser representada pela cooptação de alguns termos: “mobilizado um grande efetivo”, “armamento pesado”, “disparo de fuzil”, “resultado final [...] um morto e dois feridos”, conotando uma ideia simplista de violência para conter a << mobilização >> e resgatar a “tranquilidade”, que se resumiria a um agravo físico. Nesse sentido, também aparecem o rótulo de animal (“Clodoaldo foi abatido”) e a promoção do símbolo da morte (“tarja preta”). Porém, para mitigar o relato da agressão cometida pela polícia à população, o Discurso recorre à figura do Exército (o novo protetor, aquele que apazigua) e do estereótipo do amigo (aquele que defende ou socorre), ancorando-se na metonímia violência/justiça.

Pôr a linguagem em crise seria o primeiro passo para se afastar desses Estereótipos. Contudo, acolá de cada grão da Ideologia que possamos perceber, há toda uma linguagem mítica na qual ele está incluso, que não se define pelo referente da fala, mas pelo modo como é exposto e, por conseguinte, precisa ser desarticulado. Trata-se dos **Mitos** que constituem a narrativa midiática, confundindo História e Natureza pela trama discursiva afora, mas que se revelam com a observação das repetições (dos padrões estruturais) e do despedaçamento do tecido noticioso.

Para isso, aqui, partimos da premissa de que, se os fatos são sociais, é porque foram compartilhados, em algum momento, através da linguagem. Logo, todo fato ou referente está, invariavelmente, investido de uma carga e/ou uso social e, se é social, é histórico, configurado num dado tempo, sob determinadas circunstâncias e relacionado a uma cultura. Negar ou deformar essa historicidade é uma das formas mitológicas mais recorrentes no Discurso midiático. Sob o pretexto de relatar a << essência >> do fato, aquilo que, como já mencionamos, << deveria >> ser percebido igualmente por todos, cuja tradução na Notícia fica a cargo do *lead*, a forma mítica costuma suprimir o peso determinante da História para, sem ela, instituir uma



impressão de obviedade, como se a interpretação dos significantes disponíveis só pudesse ser aquela, estivesse sempre pronta e sempre ali.

A **Omissão da História** pode ser percebida na cobertura do caso Clodoaldo, de modo mais geral, se observarmos a organização discursiva: marcada por sete Notícias distribuídas ao longo de toda a edição, ela repete informações, acrescenta poucos dados novos, dispersa-os e promove saltos desordenados através do relato e, em particular, na linha cronológica dos acontecimentos. Essa composição ainda é ancorada por subtítulos que fragmentam as Notícias, como a palavra INÍCIO, responsável por dividir o texto na capa do jornal: seu conteúdo não se refere exatamente ao início do caso Clodoaldo (como podemos supor), contemplando uma abordagem que explicaria o contexto dos acontecimentos, mas, sim, ao início de um dos seus desdobramentos. A primeira frase abaixo dela, por exemplo, é um *shifter* de tempo: “Logo após”. Assim, sua utilização pode distorcer o foco da cobertura, negligenciar informações de acontecimentos passados ainda não problematizados, e o Discurso talvez acabe se transformando num quebra-cabeça, onde faltam peças e as que estão acessíveis são difíceis de encaixar. É território propício para a predominância de figuras/signos, que minimizam o trabalho significativo, oferecendo sentidos estereotipados.

Também percebemos a omissão quando, a título de comparação, a narrativa resgata episódios exteriores ao caso, no tempo e no espaço, sem situar o leitor, oferecendo referências contextuais: “A manifestação de ontem foi comparada ao ato realizado em 1968, por estudantes locais em solidariedade a um estudante. Edson Luiz, assassinado no Rio de Janeiro”, “a cidade experimentou comoção semelhante àquela de segunda-feira no ano de 1954, quando da morte de Getúlio Vargas”, ou, ainda, “o que aconteceu quando da morte do Padre Jaques”. Embora possamos supor que sejam temas de conhecimento público, os cenários e as circunstâncias em que aconteceram em nada se assemelham ao caso Clodoaldo. Portanto, as motivações que mobilizaram a população a qualquer tipo de manifestação são outras: Será que poderiam mesmo ser comparadas? Seria importante fazer alguma distinção, ou mesmo reflexão, a partir delas? Acreditamos que para isso, para não

esvaziá-las de sentido reduzindo-as a uma analogia, seria necessário devolver-lhes a condição histórica, neste Discurso negligenciada.

Em consonância com tal abordagem, e ampliando sua força imperativa – como se fôssemos convocados a conceituar o conjunto de signos disponíveis em cumplicidade a conceitos anteriormente constituídos –, observamos também o Mito da **Vacina**. A retórica por ele fomentada apresenta, insistentemente, as evidências de <<tumulto>>, em detrimento da discussão acerca do fato; e sob sua tutela, o jogo entre as formas variadas do significante mítico acaba enfatizando de forma mais incisiva e recorrente os confrontos de policiais *versus* população, o ritual de sepultamento e o número de pessoas presentes ou envolvidas nas manifestações, em prejuízo de uma discussão em torno do contexto pertinente àquela morte e até acerca de seu dado de universalidade, ou seja, as deficiências da segurança pública. Aliás, para a Semiologia a unidade de uma explicação não pode se originar da omissão de uma ou outra abordagem, um ou outro aspecto do fato, mas da coordenação dos diferentes aspectos através de um processo incessante de confronto e subversão.

Impositivas também parecem as figuras da **Quantificação da Qualidade**, que a partir de uma denominação numérica buscam equiparar causa e efeito, valorando determinado acontecimento a partir de seu correspondente ordinal: “dois motoqueiros”, “três brigadianos”, um repórter”, “fúria de milhares de pessoas”, “em grupos de trinta ou quarenta”, “umas cinco mil pessoas”, “a nota fala em apenas um disparo!”, “três tiros sendo feitos”, “uma multidão calculada em cerca de 10 mil pessoas”, entre outros, como se apenas a maior ou a menor quantidade de pessoas pudesse alterar a veracidade ou a gravidade dos acontecimento, torná-los menos ou mais noticiáveis/significativos. Mas é a história quem transforma o real em Discurso e, se a omitimos, se a deformamos, se invertemos o enfoque da Notícia, se reduzimos sua complexidade a um número, também submetemos a realidade a esse reducionismo mitológico.

Outra figura mítica encontrada nos textos noticiosos é a **Identificação**. Ela pode ser percebida, dentro da narrativa, pela caracterização de alguns grupos sociais, que aparecem, por exemplo, associados a adjetivações: os policiais (ora

arbitrários, ora sensatos), os motoqueiros (ora jovens, ora vítimas, ora agressores), o exército (interventor), a família (chorosa) e os amigos (revoltados). Talvez isso aconteça porque, como bem lembra Roland Barthes (2001), o homem ocidental tem dificuldade de reconhecer o outro e entender a sua diversidade. Diante desse sujeito incompreensível, tão diferente de mim – a ponto de possibilitar uma nomenclatura distinta – e, ao mesmo tempo, tão igual – a ponto de me conferir existência –, é preciso estabelecer limitações, traçar um <<guia>> de reconhecimento, que, invariavelmente, é construído a partir de um universo conhecido. As figuras da Identificação compõem esse guia porque são repetidamente distribuídas pelo jornalismo, pelo cinema, pela publicidade, e consistem em determinar modelos e ou padrões de comportamento, de vestuário, de vocabulário, de lugar ou função social, nos quais todo <<o outro>> revelado pelo Discurso possa se encaixar, de modo a não ameaçar a minha própria identidade.

Evitando o conflito e as negociações advindas da exposição complexa do diferente, “a identidade burguesa proíbe o homem de reinventar-se” (BARTHES, 2001, p.175), lembrando-o do que tem em comum com <<todos os outros homens>>, da <<sua natureza>>: todos são filhos, ou até pais, têm parentes, amigos, foram crianças, jovens, estão sujeitos à morte e moram em algum lugar: “familiares do menor assassinado”, “uniam seu choro de solidariedade com o dos pais do jovem morto”, “principais integrantes da comunidade”, “mulheres e crianças corriam em desespero”. Mesmo quando se mascaram os nomes, o esforço de identidade é inclusivo, externalizado pelo Discurso: “a cidade experimentou comoção semelhante”, reforçando sua condição supostamente inalterável na ordem do mundo.

Submetido a essa lógica também está o Mito da **Tautologia**, encontrado na seguinte frase da Notícia “Outro morto”: “o major Piaguaçu conversou com os exaltados manifestantes, começando a por um ponto final num estado de coisas nunca vistas antes em Passo Fundo”. Aqui, o <<ponto final>> não se relaciona à solução de qualquer impasse, ou à transformação da realidade reclamada, mas justifica-se pela via da autoridade, que tem a soberania para decidir: <<o major pôs fim, porque estava na hora de acabar>>. Novamente, por uma carência da linguagem, o sentido <<por um ponto final>> sucumbe ao conceito <<existe uma

hora final, um limite para qualquer coisa, que é decidido por quem sabe>>. Então, se quiséssemos seguir de forma metonímica, podemos estender o diálogo: - por que é ele quem sabe? – porque ele é o major; mas, por que ele é o major? – porque foi escolhido; e, por que foi escolhido?, e assim, sucessivamente, até nos perdermos num simulacro de respostas, redizendo sob significantes segundos os mesmos significados.

Já a **Constatação**, como uma correspondente nobre da Tautologia, manifesta-se no texto como um contraponto a essa justificativa dissimulada da autoridade. Trata-se de uma estrutura que insinua certa reflexão, mas reduz-se a uma conclusão empírica, solidificada, que utiliza o bom senso como fundamento: “o bom senso mandava não intervir até que algo grave acontecesse” ou “a atitude ponderada deste cabo impediu que os acontecimentos de segunda-feira fossem ainda mais lamentáveis” por isso <<estava na hora de por um ponto final nisso tudo>>. Este Mito se confunde com a ação, uma fala ativa que constrói o mundo, mas, antes, é apenas o resultado reincidente de uma ponderação, que agora já não é mais realizada, apenas copiada.

Extensivo a esta figura está o **Ninismo**, que, diante da conclusão solidificada, imobiliza o Discurso sobre a realidade, apresentando dois contrários (civil *versus* militar, por exemplo) e rejeitando-os: “tanto os três brigadianos quanto os dois jovens, não tinham condições emocionais para utilizar a razão”. Ora, se considerarmos que a leitura é uma forma de intercessão no mundo social (leia-se também transformação), a cristalização dos significados articulada pelas figuras míticas pode reprimir essa tarefa e preservar a realidade tal qual foi estabelecida pelo **Poder** inscrito no Discurso.

Para a semiologia, este Poder é uma energia prazerosa que move o homem e está presente em todos os mecanismos de intercâmbio social. Ele se revela através da linguagem, lugar de materialização do Discurso, e, por conseguinte, não é apenas uma realização política, mas uma construção cultural. Cada grupo social traduz suas ideias de mundo, tipos de comportamento e crenças num conjunto de figuras e estrutura próprias, capazes de dar aos Socioletos certa densidade e coerência para formar um sistema.

Quando um Socioleto se reproduz sob a proteção do Poder e detém os espaços privilegiados da fala – os aparelhos de comunicação (e vemos isso em particular na comunicação de massa) –, articula-se para fazer prevalecer sua Ideologia, impondo determinadas figuras de linguagem, que repetem sempre a mesma estrutura e o mesmo conceito. No entanto, em oposição a ele, existem outros Socioletos, que, embora estejam à margem do Poder, trabalham para ampliar os nichos de comunicação e, por meio deles, alcançá-lo. Por isso, em *Rumor da língua*, Barthes (1988, p.106) diz que “há uma guerra inexpiável das linguagens: as nossas linguagens se excluem umas as outras”, cada qual procurando se manter predominante diante das demais.

Reconhecemos o Socioleto Enchrático no Discurso noticioso sobre o caso Clodoaldo, entre outros indícios, ao observar que as formas do Poder institucionalizado se sobrepõem ao Poder constituído<sup>32</sup>. A evidência dessa manifestação está no destaque dado às palavras, ou arranjos compositivos, que apontam em direção às instituições oficiais, isto é, ligadas ao Poder Estatal<sup>33</sup>, as quais são acordadas frequentemente e escritas com letra maiúscula, por exemplo (Exército, 3º Regimento de Polícia Montada, Brigada Militar); e, consecutivamente, aos seus representantes (tenente, major, policiais militares, soldados, brigadianos): “A Brigada havia mobilizado um grande efetivo, trancando o acesso ao miolo do centro da cidade”, “um cabo da brigada militar, o policial, Major Isauro [...] prometeu que tudo seria normalizado” e “um tenente [...] definiu a situação como extremamente grave para todos”.

Além disso, associado a essa abordagem encontramos a revelação das figuras de intimidação, que indiciavam na narrativa o Poder bélico da instituição frente à manifestação constituída: “para conter a multidão os policiais militares

---

<sup>32</sup> Aqui entendido como algo predeterminado ou exterior ao cenário momentâneo (que vem de fora para dentro), em oposição ao constituído, que está sendo usado aqui para indicar uma formação deliberada espontaneamente (de dentro para fora).

<sup>33</sup> Em referência ao Estado, outras duas formas de manifestação do Poder nas tramas do relato podem ser encontradas: o patriotismo (“Depois de um diálogo com o major Piaguaçu e de cantarem o Hino Nacional os manifestantes começaram a se acalmar e a se dispersar”) e o Poder do símbolo (Hino Nacional), que arrasta toda uma bagagem translinguística consigo. Aliás, este último se relaciona também à bandeira do Esporte Clube Gaúcho, na qual o caixão de Clodoaldo estaria envolto.

dispararam saraivadas de tiros”, “um deles fez um disparo de fuzil para o ar a fim de afugentar a multidão”, “a brigada, não protege, mata”.

Numa perspectiva inversa, mas não necessariamente produto de um Discurso Acrático, encontramos nas Notícias o Poder da dor (ou do trauma – “a cidade já estava traumatizada”), que explorou o potencial de se converter, neste evento, em manifestação: “aos poucos o grupo foi crescendo, e uma multidão calculada em cerca de 10 mil pessoas se aglomerava”. Mais do que isso, diante dessa nova condição (de multidão) é possível perceber nos textos outros poderes: “os manifestantes se enfureceram” (de mostrar inconformidade), “os manifestantes amedrontaram” (de assustar), “a expulsão dos soldados e viaturas da Brigada das ruas centrais” (da força física/pressão psicológica).

Há nessas Notícias também a revelação da ausência do Poder – “Todo o efetivo mobilizado ontem á tarde para conter a manifestação [...] não foi suficiente”, apontando para uma energia que o imperativo não teria em relação ao constituído, e que, por isso, acabou se traduzindo em conflito: o que podem os motoqueiros *versus* o que podem os policiais – tanto transgredir, quanto agir arbitrariamente; tanto agredir, quanto atirar; tanto amedrontar quando dispersar.

No entanto, dizemos que não se trata de um Discurso Acrático, justamente porque, embora suponhamos ouvir vozes contestatórias diante do cenário delineado, a narrativa em nada subverte a estrutura e, conseqüentemente, os sentidos; ao contrário, a cada Notícia vemos se manterem e se reprisarem os mesmos estereótipos convencionados pelo *Doxa*, produzindo uma alegoria que expressa a ordem inalterável do mundo. Ao fim e ao cabo, “o resultado [...] foi um morto e mais dois feridos”, ou seria melhor dizer: mais um morto e agora também outros feridos?

Ainda aparece nas Notícias de *O Nacional* o Poder do associativismo e da representação, vinculados, respectivamente, ao Moto Clube Passo Fundo (que, conforme se inscreve no texto, pode congrega, conscientizar e incutir) e ao seu vice-presidente Antônio Carlos Weigartener (que pode avaliar, defender, intermediar, falar ou agir em nome <<de>>). Também sob esta rubrica encontramos a figura do

vereador Albery dos Santos, “da Arena<sup>34</sup>”, eleito como representante, portanto, autorizado a falar em nome dos representados; e do advogado, que, ao ser escolhido/contratado por alguém, investe-se deste mesmo direito, configurando uma conjectura que deixa nomeadamente expresso no relato o Poder de poder transferir Poder.

Além dessas formas de autoridade instituída e constituída, existe, igualmente, a construção do sentido de um direito legitimado: trata-se do Poder da Imprensa, até porque a linguagem dominante é dotada de figuras de mediação e condução: “O repórter tentou ponderar [...]”, “(nós do *O Nacional*) temos certeza”, e conectado a esta Imprensa, mas menos a ela e mais a uma capacidade do sujeito, está o potencial de produzir e/ou distribuir informações: “colhidas junto a um soldado” (de concedê-las, de ser informante); “entraram na redação para contar” (de possuí-las, dividi-las com alguém), “vai se tornar uma testemunha muito importante” (de testemunhar). Este potencial pode, até mesmo, ser representado pelos cartazes empunhados durante a manifestação, que vemos expostos no jornal através das Fotografias publicadas na edição do dia 7.

Por fim, associado a essa cadeia de comunicação, também observamos o Poder do próprio fato: “Tão cedo os passo-fundenses não esquecerão a noite de segunda-feira”.

Diante das evidências, é possível, sobretudo, compreender que essa espécie de libido dominante, responsável por desencadear a dinâmica das relações sociais, não está apenas no Estado, ou nas classes, mas nas opiniões: “no ar não tinha este clima de violência – dizia Miguel Lopes dos Santos” (exprimindo um poder de avaliação), ou ainda, “um tenente [...] definia a situação como extremamente grave para todos” (de definição). Trata-se de uma energia que está ainda nas conversas de rua: “o conselho de pessoas que passavam no local” (o Poder de aconselhar); ou no vínculo de amizade que estabelecemos: “os amigos do motoqueiro garantem que ele, assustado pela infração que cometera, resolveu dirigir-se para sua casa” (aquele que pode defender, apoiar ou se solidarizar).

---

<sup>34</sup> O Poder do partidarismo, mas também do próprio associativismo.

Questionar-se acerca do Socioleto a que pertencemos ou àquele que nos submete, embora isso seja reprimido pela retórica intimidadora de quase todos os Discursos, equivaleria, então, a inquirir sobre nossa própria linguagem. Uma problemática inadvertida pelo discurso do Poder, pois equivaleria, tacitamente, não apenas a perverter a estrutura e os sentidos, mas a discutir quem somos, a abalar a nossa identidade e, por pressuposto, a identidade do outro – deste outro a quem conferimos existência e que igualmente a nós a confere –, uma vez que nos constituímos através do texto, tanto como autores quando como leitores. É um trabalho de reconstituição do nosso papel como sujeitos do mundo, bravata do universo da pesquisa e da escrivinhação<sup>35</sup>, que um estudo como este pode disparar.

---

<sup>35</sup> Para Barthes (1973), se ao escritor se reserva a prática do texto narrativo, ficcional, não uma metodologia ou teoria, aos escreventes (teóricos, críticos e pesquisadores) reserva-se a escrivinhação.



### 3 JACQUES GOSCH E O CASO ADRIANO: O IRRECUPERÁVEL NO JORNALISMO

Este é o segundo dos dois capítulos de análise propostos pela presente investigação. Nele estudaremos a discursividade em cinco Notícias publicadas ao longo de duas edições do jornal *O Nacional* (Passo Fundo/RS), em 2006, sobre o caso Adriano da Silva. Nossa análise, como no capítulo anterior, será fundamentada pela DHE e por seis categorias *a priori*: o Discurso (cujas subcategorias são as Pirâmides Normal, Invertida, Mista e a Fotografia); o *Fait Divers*; o Estereótipo; o Mito; o Poder e o Socioleto (Encrático e Acrático).

Trata-se aqui de um conjunto de opções que orientam e qualificam o processo de investigação, uma vez que é composto por mais de um plano de expressão e por um número significativo de textos. Sua escolha também se deve a uma necessidade de olhar com coerência os Discursos estudados; falas mobilizadas pela dinâmica da produção e circulação de narrativas jornalísticas na sociedade da informação (ou seria da comunicação?<sup>36</sup>) e do consumo<sup>37</sup>. São narrativas que podem estar conectadas umas às outras e, inclusive, compor um mesmo tipo discursivo – acerca do extraordinário – apesar de estarem aparentemente separadas pela virada de um século. Estamos falando aqui dos relatos sobre o caso Clodoaldo (1979) e sua interface com os do caso Adriano (2006).

Apontamos para essa possível conexão transitiva dos Discursos, porque as relações entre as formas simbólicas também se revelam ao observarmos os sistemas mais amplos dos quais essas formas, constituídas em linguagens, fazem parte, percebendo de que modo refletem sobre as relações de poder e sobre os relatos que circulam e são consumidos no espaço social. Toda linguagem é parte de

---

<sup>36</sup> Questão levantada por Ismar de Oliveira Soares (1996) em livro de nome homônimo.

<sup>37</sup> Como diria Jean Baudrillard (1995) no livro *Sociedade de consumo*, onde, rapidamente, aborda questões pertinentes ao *Fait Divers*, mas sem arranjar-lhe uma tipologia, como fez Roland Barthes.

um contrato coletivo instituído historicamente, ou seja, um sujeito sozinho não pode criar ou modificar a linguagem. Assim, se a dinâmica de sua estrutura permanece inalterável, sobrepujando a passagem do tempo e do espaço, de modo que os sentidos, invariavelmente, não sejam mais do que imitações de si mesmo até se esvaziarem no estereótipo, é possível acreditar nessa relação inequívoca entre determinados falares e tentar sacudi-la.

Afinal, para Barthes (1988), se o vínculo que temos com a linguagem e, conseqüentemente, com o signo, é político – e se a leitura é, de direito, infinita –, a aventura dos leitores está em retomar a pluralidade do sentido no interior de um só código. Trata-se de uma libertação da linguagem (no que concerne aos significados, e à propriedade do Discurso), pela produção de um novo e outro texto (por isso, para ele, é também a aventura dos escritores) – que tem como “pretexto” o primeiro –, onde as estruturas, as formas, sejam abaladas.

É ainda essa disposição que justifica, como no capítulo anterior, a necessidade de entendermos que, embora cada edição seja formada por mais de uma Notícia, seu conjunto é que constitui o Discurso. São textos que versam sobre o mesmo tema, que reprisam e acrescentam informações, utilizam os mesmos planos de expressão e articulam-se sobre estruturas semelhantes.

O caso Adriano da Silva circula pela mídia desde 2002, quando a polícia passou a receber a denúncia do desaparecimento de meninos entre oito e treze anos e, na sequência, seus corpos eram encontrados. No entanto, até dezembro de 2003, quando a ossada de Leonardo Dornelles dos Santos (oito anos) foi descoberta numa lavoura de soja, ainda não havia um suspeito em potencial para os crimes, apenas a suposição de que estavam relacionados uns com os outros. Segundo as informações publicadas pelo próprio *O Nacional*, foi o avô de Leonardo, Gedeon Dorneles, quem indicou Adriano como o responsável pelo assassinato de seu neto, mas, na ocasião, o acusado apresentou nome falso e foi liberado pela Polícia Civil.

Ao longo desse período, embora os assassinatos fossem de conhecimento público, poucos deles viraram capa de jornal (não no ON, por exemplo) e seus relatos estavam dispersos e reservados a notas e pequenas Notícias nas páginas policiais. O caso ganhou um pouco mais de repercussão quando os eventos em

torno da morte dos inúmeros meninos e a figura de um “serial killer” foi associada, desencadeando a captura de Adriano, preso na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Só nessa oportunidade é que as Notícias pertinentes ao tema viraram capa de jornal, embora permanecessem na editoria de polícia.

Escolhemos os relatos jornalísticos ligados ao primeiro julgamento de Adriano, porque foi nessa época que as Notícias migraram da editoria específica <<polícia<sup>38</sup>>> para a editoria de <<geral>> ou <<cidade>> – como é chamada no projeto gráfico do *O Nacional* em 2006 – aproximando-se ainda mais das características do *Fait Divers*, tal qual foram pontuadas por Roland Barthes. Segundo o autor, é justamente quando os fatos, mesmo guardando em si algo de familiar, distanciam-se num maior ou menor grau do mundo conhecido e já classificado – desequilibrando a balança da racionalidade –, que se constituem em “casos do dia”.

A diferença é aqui a do particular para a do geral, ou mais exatamente, a do nomeado para a do inominado: o caso do dia (a palavra parece ao menos indicá-lo) procederia de uma classificação do inclassificável, seria a recusa desorganizada das Notícias informes; a sua essência seria privativa, só começaria a existir quando o mundo deixasse de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido (política, economias, guerras, espetáculos, ciências, etc.); numa palavra seria uma informação monstruosa análoga a todos os fatos excepcionais ou insignificantes, em resumo anômicos, que normalmente classificamos pudicamente na rubrica dos *Varia* (sem muita importância) (1971, p.263).

Além disso, optamos por contemplar na análise apenas a primeira sequência sucessiva de edições em que o assunto, estando ligado à editoria de geral, recebeu chamada de capa (tal qual o caso Clodoaldo Teixeira), porque, de outro modo, teríamos um volume muito grande de documentos para a investigação, já que no mesmo ano o tema voltou às páginas do jornal por conta do segundo e do terceiro julgamentos de Adriano (abordado pelas edições dos dias 23/24, 25 e 26 de setembro, e 14, 15/16 de novembro).

---

<sup>38</sup> Essa subdivisão do jornal em editorias ainda não era utilizada pelo *O Nacional* em 1979; por isso, não a levamos em consideração nas análises do capítulo 02.

### 3.1 Edição 01: “Sem saída”

A edição que vamos analisar neste primeiro momento foi publicada no dia 15 de agosto de 2006, data do ajuizamento de Adriano da Silva por um dos doze crimes pelos quais foi acusado. Com chamada de capa sob a cartola “Julgamento”, o jornal traz uma foto do acusado e a manchete, que anuncia: “Sem saída”. A chamada noticiosa é complementada por um texto introdutório e a indicação de que a Notícia se desenvolveria com mais detalhes na página 5 da mesma edição. Esse sistema indicativo encontrado na chamada de capa, que nomina a continuidade, é hoje (diferentemente do material estudado no capítulo anterior) uma composição usada regularmente na organização da narrativa jornalística. Do mesmo modo que o material sobre o qual nos debruçamos no século XXI, já utiliza a impressão a cores (ao contrário do <<preto e branco>> na década de 1970), especialmente evidenciada nas Notícias do caso referendado.

Trata-se de um conjunto de observações que denunciam de antemão a complexidade discursiva nos relatos de *O Nacional*, constituída pela variedade dos planos de expressão e, conseqüentemente, pela pluralidade de estruturas e códigos de linguagem que atravessam as Notícias. Por isso, iniciaremos a apreciação dos textos a partir de uma descrição, observando a distribuição de tais signos nas páginas do jornal, em busca da revelação de certos elementos do Discurso que favoreçam a análise.

Capa:



Figura 10 – Capa do jornal *O Nacional* 15/08/2006

Julgamento:

### Sem saída

Adriano da Silva, autor da mais brutal série de crimes da história de Passo Fundo, senta hoje no banco dos réus pela primeira vez, já condenado pela opinião pública. Embora admita que o caso é praticamente irreversível, o defensor público, Artur da Costa, aposta no laudo que aponta distúrbios na personalidade do réu. Nesta edição, ON apresenta um perfil psicológico do assassino confesso. As observações do psiquiatra Carlos Heckthauer vão além do laudo expedido pelo Instituto Psiquiátrico Forense. Para o médico, o matador em série nunca se arrependeu dos seus atos e precisa ficar detido pelo resto da vida. 5

A capa, por exemplo, está dividida em três colunas verticais e três linhas horizontais. De cima para baixo, encontramos no topo da página chamada para três pautas: uma esportiva, uma policial e uma cultural. Duas delas, nas laterais, vêm

acompanhadas de ilustrações fotográficas. Separando-as do cabeçalho do periódico, há uma fina retícula; depois dela, estão a logomarca e o nome do jornal, assim como os dados referenciais da edição: data, ano e número de publicação, endereço eletrônico e preço. Essas informações aparecem escritas em fonte branca e/ou vazada, cujo fundo é constituído por uma linha preta, espessa, que atravessa a folha de fora a fora.

Ocupando a maior parte da página, abaixo desta faixa preta estão as manchetes de capa. Por receberem tal destaque, acreditamos que sejam as pautas mais relevantes do periódico naquele dia. Elas estão distribuídas pelas três colunas verticais: duas nas laterais, de pouca largura, e uma ao centro, ocupando a maior parte da folha.

Na coluna da esquerda encontramos manchetes referentes às editorias de <<economia>> e <<Brasil>> e dois boxes publicitários. Do mesmo modo, na coluna da direita destacam-se três títulos noticiosos, a saber: portadores de deficiência, reforma agrária e polícia, que, embora estejam sob a cartola Cidade, não se referem somente ao município de Passo Fundo. Abaixo delas, separada por outra retícula, há ainda a chamada para o artigo “Dora Kramer: Agora vai. Ou racha.”. No pé desta coluna observamos mais um informe publicitário.

Já no centro da capa, utilizando dois quartos de folha, está a manchete sobre o caso Adriano da Silva. A cartola e o título estão no canto esquerdo da coluna, dispostas sobre uma foto, em *close*, de Adriano, que serve como estampa de fundo tanto para o título da pauta quanto para o texto introdutório sobre o assunto. Acreditamos que o modo como a fotografia está disposta seja resultado de um processo de manipulação da imagem, uma vez que não existe cenário para o rosto recortado do acusado e suas margens não coincidem com a folha retangular da revelação fotográfica tradicional. Da forma como a composição se revela, observamos que há a incidência de uma contraluz no rosto de Adriano. Posicionado lateralmente, a iluminação evidencia seu contorno, enfatizando a expressão facial: olhar voltado para o chão, boca fechada e cabeça levemente inclinada para baixo. A personagem veste uma camiseta preta, que, associada a este tipo de iluminação e recorte, reforça o contraste entre a manchete e o fundo branco do jornal. Ao pé da

imagem, sobre a cor da camiseta, como já foi mencionado, estão o parágrafo introdutório da Notícia e a indicação da página onde ela se desenvolve em pormenores (na página 05).

Página 05

**Cidade** ■ Inverno de verdade 13 5 O NACIONAL  
 Praia Verde, Imagem 15 de agosto de 2006

**Adriano, o predador**

■ O paranaense pode ser comparado a um predador. Além de ser prazer em acompanhar o sofrimento dos outros, age por impulso, sem analisar as consequências. Se em um determinado momento sente prazer em matar alguém, continuará matando sem qualquer remorso.

■ A principal característica dos psicopatas, como Adriano da Silva, é que eles se sentem felizes ao presenciarem o sofrimento dos outros. De acordo com o psiquiatra, o matador em série costuma o prazer do sofrimento de crianças, especialmente meninas.

■ Toda a pessoa nasce com um instinto da maldade, a diferença é que a maioria percebe os limites. Ao crescer, o ser humano controla seus instintos, com Adriano isso não acontece. Por isso, a compreensão com um predador. Ele sabe o que faz, mas não se arrepende e nem pensa em parar.

■ Não há dúvidas de que existem mais "adrianos" nas ruas de Passo Fundo e de todo país. Segundo o psiquiatra, a diferença é que alguns não chegam a cometer crimes graves. "Eles se sentem realizados com o sofrimento dos outros, mas não matam ninguém.", Adriano sim", conclui.

■ O psiquiatra aponta o abandono do pai e a forma como foi educado pela mãe como um dos possíveis motivos para o delírio. "Começa aos poucos a se satisfazer com o sofrimento dos outros, com coisas pequenas. Até chegar ao nível de assassinar crianças."

No dia em que Adriano da Silva senta pela primeira vez no banco dos réus, ON apresenta um perfil psicológico do assassino confesso de 12 crianças. A análise do psiquiatra Carlos Hecktheuer vai além do laudo expedido pelo Instituto Psiquiátrico Forense. Para o médico, o matador em série nunca se arrependerá dos seus atos. Hecktheuer compara Adriano a um predador.

■ Conforme o psiquiatra, o laudo não retira a culpa de Adriano. Ele sofreu problemas, porém optou por agir sem limites. "Ele sabe o que é assassinar e comete o crime da mesma forma. A solução é a cadeia. E pelo resto da vida. Temo que ele ainda seja solto e mate mais pessoas. Ele precisa pagar pelos seus atos", explica Hecktheuer.

■ Adriano da Silva não pode ser considerado um maníaco. Ele tem consciência de seus atos e age por prazer. Um louco pode chegar a cometer crimes, mas se arrepende em seguida. Adriano não.

■ Assim como o laudo do Instituto Forense, o psiquiatra revelou que o distúrbio de personalidade de Adriano da Silva tende, em alguns casos, a se satisfazer ainda mais se manter relação sexual com os cadáveres (necrofilia).

■ O Nacional - Com a experiência na área criminal e com vários julgamentos ganhos, o senhor acredita que o laudo pode influenciar no resultado?  
 Osmar Teixeira - Pelo conhecimento que tenho do caso, através da reportagem na imprensa, não acredito que o laudo possa influenciar. Para ser decisivo, ele precisa ser conclusivo. Tem que constatar que este não tem discernimento. E o laudo prova o contrário. Não afasta a responsabilidade do réu.  
 ON - Então, na opinião do senhor, é uma causa perdida?  
 OT - Sim. Todas as circunstâncias não favorecem a condenação. É um crime de repercussão, há uma vontade do matador em ser mais a confiado. Pela compreensão do laudo, a confissão tem elementos de verdade.  
 ON - No local, você acha que a defesa pode utilizar um argumento capaz de reverter?  
 OT - Não. Reverter o resultado não. Talvez, amenizar a pena. Até porque ele confessou e contribuiu para esclarecer os crimes. Mas a redução é de meses.

■ Personagem  
**Osmar Teixeira**  
 Advogado criminalista

■ Personagem  
**Jabs Paim Bandeira**  
 Advogado da família de Alessandro

**Tudo que você precisa saber**

Manoia Ojira inicia hoje. A previsão é de que tenha 12 horas de duração, com encerramento às 21h.

Público: Público em geral pode acompanhar o julgamento, mas precisa chegar cedo. O salão será aberto às 8h30. Há 180 lugares, 120 serão destinados ao público. Os outros ficarão restritos à família da vítima, acadêmicos de Direito e imprensa. Quando o auditório lotar, não será mais permitido mais a entrada.

Segurança: Mais de 30 homens do Polício de Operações Especiais da BM vão garantir a segurança dentro e fora do Fórum. Na entrada, será usado um detector de metais. Não será permitida a entrada de pessoas armadas e com câmeras de câmeras. O aparelho celular deverá permanecer desligado até o final.

O deslocamento de Adriano Adriano chegou em Passo Fundo pouco antes do início do julgamento. Caso o juiz entre após às 21h, ele deverá ir em um microônibus da Susepe, acompanhado por cinco agentes e motorista.

Os nomes do júri: A sessão será presidida pelo juiz da 1ª Vara Criminal, Sebastião da Rosa Marinho. Na acusação, atua o promotor de Justiça, Fabiano Dalazen. O réu será defendido pelo defensor público, Arthur da Costa. O defensor da família da vítima é o advogado Jabs Paim.

Figura 11 – Página 05 do jornal O Nacional 15/08/2006

Cidade:  
**Adriano, o predador**

No dia em que Adriano senta pela primeira vez no banco dos réus, ON apresenta um perfil psicológico do assassino confesso de 12 crianças. A análise do psiquiatra Carlos Hecktheuer vai além do laudo vão além do laudo expedido pelo instituto Psiquiátrico Forense. Para o médico, o matador em série nunca se arrependerá dos seus atos. Hecktheuer compara Adriano a um predador.

- O paranaense pode ser comparado a um predador. Além de ter prazer em acompanhar o sofrimento dos outros, age por impulso, sem analisar as consequências. Se em um determinado momento sente prazer em matar alguém, continuará matando sem qualquer remorso.

- Conforme o psiquiatra, o laudo não retira a culpa de Adriano. Ele sofreu problemas, porém optou por agir sem limites. “Ele sabe o que é assassinar e comete o crime da mesma forma. A solução é cadeia. E pelo resto da vida. Temo que ele ainda seja solto e mate mais pessoas. Ele precisa pagar pelos seus atos”, explica Heckteuer.

- Adriano da Silva não pode ser considerado um maníaco. Ele tem consciência de seus atos e age por prazer. Um louco pode chegar a cometer crimes, mas se arrepende em seguida. Adriano não.

- A principal característica dos sociopatas, como Adriano da Silva, é que eles se sentem felizes ao presenciar o sofrimento dos outros. De acordo com o psiquiatra, o matador em série extrai o prazer do sofrimento de crianças, especialmente meninos.

- Assim como o laudo do Instituto Forense, o psiquiatra revelou que o distúrbio de personalidade de Adriano da Silva tende, em alguns casos, a se satisfazer ainda mais se manter relação sexual com os cadáveres (necrofilia).

- Toda a pessoa nasce com um instinto de maldade, a diferença é que a maioria percebe os limites. As crescer, o ser humano controla seus instintos, com Adriano isso não aconteceu. Por isso a comparação com um predador. Ele sabe o que faz, mas não se arrepende nem pensa em parar.

- Não há dúvidas de que existem mais “adrianos” nas ruas de Passo Fundo e de todo o país. Segundo o psiquiatra, a diferença é que alguns não chegam a cometer crimes graves.

- O psiquiatra aponta o abandono do pai e a forma como foi educado pela mãe como um dos possíveis motivos para o distúrbio. “Começou aos poucos a se satisfazer com o sofrimento dos outros, com coisas pequenas. Até chegar ao nível de assassinar crianças”.

#### Box 01

Personagem

**Osmar Teixeira**

Advogado criminalista

*O Nacional* – Com a experiência na área criminal e com vários julgamentos ganhos, o senhor acredita que o laudo pode influenciar no resultado?

Osmar Teixeira – Pelo conhecimento que tenho do caso, através da repercussão na imprensa, acredito que o laudo possa influenciar. Para ser decisivo, ele precisa ser conclusivo. Tem que provar que o réu não tem discernimento. E o laudo prova ao contrário. Não afasta a responsabilidade do réu.

ON – Então, na opinião do senhor, é uma causa perdida?

OT – Sim, Todas as circunstâncias são favoráveis a condenação. É um crime de repercussão, há uma conduta de matador em série e mais a



confissão. Pela comprovação do laudo, a confissão tem elementos de verdade.

ON – No local, você acha que a defesa pode utilizar um argumento capaz de reverter?

OT – Não. Reverter o resultado não. Talvez, amenizar a pena. Até porque ele confessou e contribuiu para esclarecer os crimes. Mas a redução é de meses.

### Box 02

Personagem

#### **Jabs Paim Bandeira**

Advogado da família de Alexandre

*O Nacional* – o senhor está confiante em relação a condenação de Adriano?

Jabs Paim Bandeira – Sim. Acredito num júri bastante tranquilo. Estou, desde o início, assistindo a família do Alessandro. Estudamos muito bem todo o processo e queremos a total responsabilidade de Adriano pelos seus atos. É um dos maiores casos de assassinatos em série do Brasil.

ON – Espera uma condenação unânime? De quantos anos?

JB – Sim, Acredito que todos os jurados devem votar pela condenação de Adriano da Silva. Projetamos que seja punido com uma pena de 15 à 20 anos. Mas queremos cadeia. Não aceitaremos essa história de internar em instituto psiquiátrico. Até porque senão ele passa um tempo, é considerado recuperado e volta a cometer crimes.

ON – E o laudo? Pode ser uma estratégia da defesa para livrar Adriano?

JB – O laudo é uma questão de preparação. Ele é semi-imputável. E isso não é. Mas acredito que não há defesa para um crime desses. Ele precisa ser retirado da sociedade para não criar outras situações de pânico.

### Box 03

#### **Tudo o que você precisa saber**

Horário: O júri inicia às 9h. A previsão é de que tenha 12 horas de duração, com encerramento às 21h.

Público: Público em geral pode acompanhar o julgamento, mas precisa chegar cedo. O salão será aberto às 8h30. Dos 180 lugares, 120 serão destinados ao público. Os outros ficarão restritos à família da vítima, acadêmicos de Direito e imprensa. Quando o auditório lotar, não será mais permitida a entrada.

Segurança: Mais de 30 homens do Pelotão de Operações especiais da BM vão garantir a segurança dentro e fora do Fórum. Na entrada, será usado um detector de metais. Não será permitida a entrada de pessoas armadas e com camisetas de candidatos. O aparelho celular deverá permanecer desligado até o final.

O deslocamento de Adriano: Adriano chegará em Passo Fundo pouco antes do início do julgamento. Caso o júri encerre após 21h, ele deverá passar a noite no município. O paranaense viajará em um microônibus da Susepe, acompanhado por cinco agentes e o motorista.

Os nomes do júri: A sessão será presidida pelo juiz da 1ª Vara Criminal, Sebastião da Rosa Matinho. Na acusação, atuará o promotor de Justiça, Fabiano Dalazen. O réu será assistido pelo defensor público, Arthur da Costa. O defensor da família da vítima é o advogado Jabs Paim.

Esta página, assim como a capa, também é dividida horizontalmente em três momentos distintos: 1) cabeçalho, 2) manchete e Notícia, 3) boxes de informação. No cabeçalho encontramos a indicação da editoria a que a Notícia está relacionada, nominada pela palavra “cidade”. O código aparece impresso em tom de azul e apresenta uma fonte distinta (maior) daquela utilizada nas demais informações verbais da narrativa jornalística. Ao lado desta palavra há uma chamada para a página 13 – “inverno de verdade” – e no canto direito da folha, em fontes menores, os mesmos dados referenciais da publicação tal qual encontramos na capa do jornal, excetuando o endereço eletrônico.

A segunda parte da página é marcada pela Notícia propriamente dita. Sob o título “Adriano, o predador”, este texto está separado do cabeçalho por uma linha de espessura média. Na lateral esquerda, ocupando aproximadamente uma coluna e sangrando sob a retícula e a cartola, há uma foto do acusado – provavelmente a mesma utilizada na diagramação anterior, mas com outro recorte: ao invés de *close*, o primeiro plano.

Sobre essa imagem, concentrando-se especialmente no tronco da personagem e, por conseguinte, tendo como estampa de fundo a cor da camiseta que ele veste, encontramos um parágrafo de 15 linhas, cuja fonte branca provavelmente foi reforçada pela ferramenta “negrito”. Ao lado da imagem, organizados em itens e divididos em quatro colunas disformes, estão os outros trechos do texto. Mas o espaço dedicado ao tema não termina por aí.

Finalmente, chegamos ao rodapé da página. Composto por três boxes, cada um de uma coluna, a organização noticiosa traz duas entrevistas, sob a cartola “personagem”; e uma espécie de *checklist* do julgamento, direcionado ao público leitor: “tudo o que você precisa saber”. Pela disposição gráfica, trata-se de informações complementares, aparentemente desconectadas da Notícia principal. No entanto, se as associarmos a ela, será possível compreender que cada fragmento

é parte de um único conjunto, marcado diagonalmente, de cima para baixo e da esquerda para a direita pela pontuação da editoria, reincidência da marca ON, manchete seguida da imagem do protagonista, escrita noticiosa em tópicos e informações tipificadas: todas visualmente separadas por linhas e contornos.

São esses elementos que, arranjados em contiguidade, produzem uma impressão inicial acerca da organização da narrativa jornalística e, por isso, é necessário explicitá-los por meio da descrição. Eles indiciam a relação entre os muitos textos disponíveis e, mais do que isso, permitem, a partir de sua observação, um modo de reconstituir o todo do **Discurso**, desafiando sua estrutura, descobrindo os interstícios dos sentidos encarcerados e observando as reminiscências da cultura.

Segundo Roland Barthes, no livro *Rumor da Língua* (1988), para alcançar o Discurso em toda a sua complexidade, abordando os textos que o compõem de modo singular, é fundamental explorar todos os seus manifestos significantes, incluindo índices gráficos, como paginação, distribuição em linhas, fontes, cores e quaisquer outros indícios que evidenciem o relevo de sua composição. No mais das vezes, eles são o “*eis aqui*” da estrutura discursiva e por meio deles também podemos alcançar os encadeamentos sugeridos, o desdobramento das colagens realizadas e as associações possíveis diante do conjunto de signos oferecidos.

Essa proposição pode ser observada, por exemplo, na apresentação da cartola e da manchete na capa da edição de 15 de agosto de 2006. A primeira, no topo da página, escrita em negrito e acompanhada de um sinalizador vermelho, anuncia: Julgamento; a segunda, logo abaixo, impressa na Fotografia de Adriano, sobre sua cabeça, denuncia: Sem saída. A relação de continuidade entre ambas as palavras, indicada por sua disposição na página, tanto em relação ao protagonista quanto aos seus sentidos denotados, conota o resultado antes mesmo do ocorrido. Embora a Notícia ocupe determinado espaço na publicação sob o pretexto de comunicar o dia do julgamento, sua enunciação articula-se independentemente do fato, como se o Discurso já o tivesse sentenciado: <<não há alternativas para Adriano, a não ser a condenação>>.

Por outro lado, mas sob igual pretexto, a sentença pode acabar não sendo percebida como trabalho de um processo de significação, mas como obviedade, já que o Discurso está ancorado por uma típica estrutura do jornalismo e, por conseguinte, reveste-se de Notícia, como veremos adiante. Espalhando-se pelas seções informativas, e não opinativas, do periódico, sua abordagem costuma ser aceita como relato fidedigno do referente real, onde se destacam os aspectos mais importantes, fruto de uma observação consensual e compartilhada pelos profissionais que a produzem; como se a objetividade impedisse a singularidade de uma percepção.

Considerando iguais pressupostos, encontramos no título do texto da página 5 outra associação que também pode ser entendida como comparação sintagmática: “Adriano, o predador”, onde a condenação, embora ainda não seja uma realidade, já que o júri está em andamento naquele dia, realiza-se por meio da nominação: “predador = culpado”.

Ainda sobre essa manchete, observamos a ausência de um código gráfico pontual: as aspas. Em qualquer tipo de texto elas indicam, de imediato, uma entorse do Discurso: ou para destacar determinado signo (embora elas mesmas sejam um, o do próprio deslocamento), ou para creditar certa intertextualidade, ou, ainda, para abrir-lhe uma pausa de fluidez. No entanto, na estrutura do texto jornalístico as aspas assumem um significado particular, além, é claro, da função de destaque. Seu trabalho no jogo da significação noticiosa é avisar ao leitor, feito um *shifter* de anúncio, acerca da presença da fonte que compõe o relato, da fala do outro da qual o jornalista se apropria para compor a narrativa. Por isso, sua presença ao longo do texto é conotadora do real, confere credibilidade à informação noticiosa, testemunha o relato publicado (como as falas literais do psiquiatra que ancoram a Notícia). Pela convenção, tudo que não estiver entre aspas e imediatamente após a menção não se converter em citação indireta supõe-se relato objetivo. Então, sua ausência na manchete, embora possa se constituir em juízo de valor, qualificação, também pode passar por natureza, constatação do real, via estereótipo, o que evidencia uma imposição de sentido pela estrutura.

Outro momento em que as aspas revelam o jogo da enunciação está em um dos itens nos quais o texto se desdobra. Referimo-nos à frase: “não há dúvidas de que existem mais “adrianos” nas ruas de Passo Fundo e de todo o país”. Aqui, elas significam o anúncio, a metonímia. Percebemos na figura construída a utilização do nome próprio, à moda de uma colagem: Adriano predador = predadores são adrianos. A articulação sintática do Discurso associa muitos nomes a um único sentido, de modo que “adrianos” é o signo segundo de <<assassino ou sociopata>>, revelando a brincadeira das palavras pela qual o nome vira adjetivo que o qualifica, assim como qualifica os outros: são iguais entre si e diferentes de nós, já que sua existência é apontada pela nomenclatura.

Ao cair na fissura do texto, se nos deixarmos carregar pela polissemia do signo, podemos perceber que o trecho delata toda a dialética da significância e, como ele, gradualmente, tenta se mascarar de natureza. “Adrianos” evidencia a criação de um modelo, de uma forma na qual podemos encaixar todos os iguais predadores, sociopatas, necrófilos, que <<claramente>> são diferentes de nós e com quem não queremos nos identificar ou envolver. Mais do que uma mensagem, a Notícia é, então, o espaço da nossa realização.

Outro aspecto referente à distribuição visual das informações no papel é a organização do texto em tópicos: ora pontuado por marcadores, ora por retículas, ora por boxes, ora pelo recorte da fotografia, ora por unidades de conteúdo (como nas Notícias do caso Clodoaldo), manifestações que parecem separar e (por que não?) desarticular o Discurso aos pedaços. Por um lado, essa distribuição fragmenta o potencial discursivo guardado em cada texto, ainda mais se observarmos que o conjunto das Notícias sobre o caso já está separado pelas edições, que são publicadas em dias distintos. Além disso, é como se os trechos deslocassem a fala no tempo e no espaço; como se contivessem sua própria porção de <<verdade>>, e, embora saibamos que um significa sempre em relação aos demais, sua energia dispensasse o jogo dialético dos diferentes pedaços. Uma composição assim pode vivificar a edificação da estrutura (que, ao contrário, é sempre dinâmica) e reforçar os constrangimentos do sentido.

Por outro lado, essa disposição pode também ser o lugar onde excedemos o texto, a ruptura com a cristalização de um tipo particular de estrutura adotado pela informação jornalística. De maneira geral, a Notícia apresenta-se em forma de narrativa contínua, quando muito distribuída em parágrafos que vão relatando os fatos sustentados por uma cronologia (ascendente ou descendente), como vimos no capítulo anterior, o que não acontece na edição do dia 15.

Num primeiro momento temos inúmeros itens, dispostos fora de um alinhamento ou ordem de leitura; logo abaixo, temos três boxes: a configuração de dois deles imita a composição de um diálogo, com perguntas e respostas endereçadas, cujos interlocutores são nominados; o terceiro organiza-se em curtas unidades temáticas, tal qual a notação, que, em jornalismo, chamamos de serviço: horário, público, segurança, descolamento e nomes do júri.

Por perverter a regra geral, o relato assim composto talvez nos coloque em desalinho diante do texto, possibilitando a ressignificação de todo o Discurso, uma vez que não impõe totalmente certa linearidade de leitura. Diante dele podemos perceber a infinitude de combinações a partir das quais é possível produzir significados. Temos, então, uma leve impressão do atravessamento do qual falava Barthes (1988) no ensaio *A teoria da leitura*.

No entanto, embora haja o reconhecimento de uma pequena transgressão na narrativa noticiosa, o que favorece a multiplicidade de significações que podem ser produzidas a partir de suas tramas, ela preserva algumas das características do texto jornalístico, reforçando sua condição de Notícia, as quais evidenciam a reincidência de sua estrutura. Um desses elementos é, conforme Genro Filho (1988), o *lead*.

Presente nas **Pirâmides Invertida e Mista**, ele se constitui num parágrafo introdutório do relato, que apresenta todas as supostas principais informações a ele relativas, tendo como fundamento seis questões básicas, das quais deve responder ao maior número possível, oferecendo ao leitor um panorama geral dos acontecimentos narrados: quem? “Adriano da Silva”; Por quê? “autor da mais brutal série de crimes da história de Passo Fundo”; o quê?, onde? quando? “senta hoje no banco dos réus pela primeira vez”. Na edição analisada, o *lead* está estampado na capa do jornal e, utilizando a repetição como suporte, na página 5. Ao passar de um

trecho a outro não recebemos novas informações, apenas as reprisamos. Até mesmo graficamente, o lugar onde este texto foi colocado se repete: sob a foto de Adriano, no fundo negro de sua camiseta.

Para Genro Filho (1988), essa determinação é fruto do desenvolvimento de um saber e um fazer técnico construídos ao longo da história da comunicação de massa, que reconhece o papel da medição ao se interpor entre os sujeitos e o referente na constituição daquilo que chamamos de real e utiliza-a como meio de manutenção da **Ideologia** midiática e, por conseguinte, capitalista. Todavia, é preciso atentar para o fato de que a realidade experimentada é distinta da realidade percebida, e mais distinta ainda da realidade representada, assim como os sujeitos se distinguem entre si. Cada relato deveria ser expressão de uma singularidade ao invés de estar submetido a um conjunto de técnicas, procedimentos e regras, apenas repetidos mecanicamente para atender a uma estrutura.

No final das contas, a linguagem jornalística e a própria estrutura da Notícia são reduzidos a meros apelos formais da cultura de massas. As hipóteses de ampliação desta parte estariam centradas na *ideia*/síntese de que os títulos e *leads* anunciam uma mercadoria, o produto oferecido pelo jornalismo na indústria cultural. Buscávamos a especificidade do jornalismo e chegamos, outra vez, na generalidade da mercadoria! (p.109).

A representação do diálogo nas entrevistas é mais um aspecto que merece, nesta investigação, atenção particular, não apenas pela organização gráfica, mas pelo jogo de palavras e anúncios que propõe. Ele traz alguns elementos que nos auxiliam na compreensão da discursividade proposta pelas Notícias de *O Nacional*. Dentre eles está a distinção evidente entre enunciador e enunciado, assim como a revelação de parte dos interditos do Poder no Discurso. A figura do ON apontada no lugar do enunciador é quem pergunta; portanto, é também quem determina os limites da resposta e quem pode articular o aprisionamento do sentido na própria pergunta, usando a energia da interpelação: “então, na opinião do senhor, é uma causa perdida?” Essa articulação sintática transforma facilmente a pergunta em afirmação e a resposta numa associação imperativa à pergunta: “Sim. Todas as circunstâncias são favoráveis à condenação”, uma vez que ela não parece estar de fato

questionando, mas antecipando o resultado: “Espera uma condenação unânime?”; e sem aguardar a contrapartida do entrevistado, emenda: “De quantos anos?”, como se a resposta primeira fosse, indubitavelmente, <<sim>>.

Além disso, quem pergunta ainda tem a alternativa de se mascarar na instituição que representa, negando sua própria subjetividade e associando o valor imperativo da pergunta-afirmação ao Poder institucional midiático, tal qual é reconhecido pela *Doxa*. Quem responde é chamado pelo nome (não identificado pela profissão), mas quem pergunta, cuja identidade acaba soterrada por algo pretensamente reconhecido pela *opinião corrente* como maior ou mais poderoso, é chamado de “*O Nacional*”.

Imperativo também é o título do terceiro *box* na página 5: “Tudo o que você precisa saber”. Observamos que o texto, neste espaço, por anunciar como o julgamento vai ser, refere-se à caricatura do futuro, o qual ao ser representado converte-se em presente. Trata-se de uma antecipação do tempo histórico via representação. A Notícia, como diz Bahia, é o registro de um fato, sua função é perenizar os acontecimentos. Na medida em que os antecipa, constrói um efeito de realidade, dá-lhes uma tangência que ainda não têm. Assim, quando o texto registra “mais de 30 homens do Pelotão de Operações Especiais da BM vão garantir a segurança dentro e fora do fórum”, o faz não como previsão, mas como afirmação. Apesar de impossibilidade de contar o que ainda não aconteceu, legitima o dado como se já tivesse acontecido; posta-se ao lado da <<verdade>>, embora seu relato não passe de uma antecipação inconfirmada.

Esse arrojo da enunciação no tempo e no espaço também pode ser percebido, mesmo que de uma perspectiva distinta, na **Fotografia**. Antes de tudo porque, para Barthes (1984), ela é a evidência defunta da realidade, um atestado de óbito do referente, que ao ser registrado deixa instantaneamente de existir. Em outras palavras, esse tipo de imagem é sempre a representação de uma realidade inexistente além do ato do registro. Neste caso, tal percepção não se revela por meio do **Studium**, mas ecoa no assalto do detalhe que nos impacta.

Ligado a certo reconhecimento consensual entre os leitores, este primeiro – no caso da imagem publicada, em *close*, na capa da edição do dia 15 de agosto de



2006, e reportada, sob outro recorte (primeiro plano), na página 5 – pode ser relativo a dois aspectos complementares: 1) quem é Adriano da Silva; 2) Como está? Tais aspectos são pontuados, com base nas leituras barthesianas, pelo revezamento judicioso de uma cultura moral e política.

Sem acuidade particular, parece-nos que tal interesse, meramente curioso, medianamente afetado, descomprometido com a imagem construída, leva a conotação de um Estereótipo de predador, como se houvesse uma tradução imediata de sua qualificação nas feições registradas pela Fotografia; ou, ainda, como se o leitor aguardasse por ver o reconhecimento (em forma de arrependimento) das mortes acerca das quais é acusado. Podemos, então, associar esse interesse à primeira frase do *lead*: “já condenado pela opinião pública”.

Teria Adriano o rosto de um assassino? Teria o rosto de um condenado? Vemos arrependimento em seus traços? Ou seria o rosto de um monstro? Bom, as respostas considerando este pressuposto não fazem muita diferença, afinal ele está preso, apartado de <<mim>>, e agora, também, “sem saída”.

Mas há em toda a leitura fotográfica um segundo componente, que não é encontrado pela minha consciência, pelo meu estudo (*Studium*). Ele surge das dobras da imagem, como um coice que me impacta e me fere (ou desequilibra). Frequentemente, é um detalhe que nos unge, entenece ou espanta. O **Punctum** na foto de Adriano não está exatamente nele, protagonista, mas no recorte que a completa. Na imagem, o sujeito parece personagem de lugar nenhum, perdido na porta do tempo, suspenso no espaço. Sobre o fundo branco da folha do jornal, Adriano está sozinho; nem júri, nem plateia, nem carcereiros, nem juiz, ninguém lhe faz companhia, nem habita o mesmo lugar. Talvez não fosse equivocado dizer que está praticamente sozinho, exceto pelo fato de se ver cercado por acusações, aquelas sobre a sua cabeça (manchete de capa) ou impressas ao seu redor (os itens na página que segue). Está sozinho, ou mal acompanhado, nesta espécie de limbo que é a borda da incerteza, a um passo do julgamento.

Por fim, ainda podemos perceber na narrativa, como recurso para encarcerar a interpretação discursiva, não apenas o relato de um fato que envolve violência, mas a própria adoção de uma linguagem de violência, que se reproduz, por exemplo,

pelas escolhas que o narrador faz ao compor seus textos com determinadas palavras. “Brutal”, “irreversível”, “assassino”, “matador”, “predador”, “culpado”, “maníaco”, “sociopata”, “matador em série” e “cadáveres”. Elas arrastam uma bagagem translíngua que as transcende e é revelada pela frequência, repetição e destaque que recebem. Para Barthes (1988, p.170), “a violência implica uma linguagem da violência, quer dizer, dos signos (operações, pulsões) repetidos, combinados em figuras (ações ou complexos), numa palavra: um sistema”. Ele instala uma série de constrangimentos ao longo dos diferentes trechos do Discurso, que acabam favorecendo o condicionamento do seu sentido.

Aliás, a revelação de um sistema de violência é também evidência do apelo à emoção, ao componente visceral da gnosmognia humana, e elemento característico do **Fait Divers**. Podemos percebê-lo na utilização do *close* de Adriano estampado na capa do jornal, por exemplo, enfatizando a dramaticidade da narrativa a partir da superexposição de seu protagonista; e também na contradição entre as palavras prazer e matar, que, por parecerem ao senso comum denotar algo contraditório, ao se revelarem associadas, impõem à significação determinado impacto. Também observamos que o relato recorre à comoção ao utilizar referências acerca das relações familiares do acusado, reproduzindo as palavras do psiquiatra (especialista, então, supostamente, que tem legitimidade ao enunciar determinada sentença) para justificar o comportamento do réu: Ele “aponta o abandono do pai e a forma como foi educado pela mãe como um dos possíveis motivos para o distúrbio”.

Seria essa uma justificativa extensiva a outros acusados de crimes semelhantes? Ou seria a oferta de uma explicação para os fatos? As respostas são tão múltiplas quanto as inúmeras leituras realizadas pelo sujeito leitor ao acessar o relato. Entretanto, pela retórica (outra característica do **Fait Divers**), podemos perceber que há um movimento da estrutura no sentido de reforçar a ilogicidade da tragédia, pois pela repetição a Notícia apresenta insistente contradição (já apontada anteriormente), a qual, pela articulação indiciada, foge ao entendimento da nossa racionalidade: “a se satisfazer com o sofrimento dos outros”; “o matador em série nunca se arrepende dos seus atos” (como alguém pode não se arrepende de matar crianças?); “sente prazer em matar”; “Ele sabe o que é assassinar e comete o

crime da mesma forma”; “se sentem felizes ao presenciar o sofrimento dos outros”. Aqui, destarte, o sentido está instalado na contradição.

Trata-se de um *Fait Divers* de **Causalidade**, no qual os subtipos **Causa Perturbada** e **Causa Esperada** articulam-se feito “escravos de Jô”<sup>39</sup>, embora a perturbação se sobreponha nesses primeiro textos. Em dado aspecto, os motivos que levaram Adriano a matar 12 crianças (uma vez que é réu confesso), segundo o relato noticioso e as fontes consultadas, revela-se como uma aberração, sobrepujada pelo sentido da anormalidade; sua evidência, além da contradição apontada anteriormente, é a nomeação que recebe. Não há, no entanto, um mistério que cerca a causa, mas seu desvio, o espetáculo da irracionalidade, que só encontra explicação na tragédia. Mas, ao mesmo tempo, de outra perspectiva, aqui com menos revelo, a comoção vivifica-se pela essência: são crianças.

A tipificação proposta por Barthes (1971) não é excludente. Mesmo havendo predominância de um tipo, os demais podem-se revelar na trama do Discurso. Por isso, embora já caracterizado, ainda é possível observar rastros de alguns elementos do *Fait Divers* de **Coincidência**, como a Antítese, por exemplo: foram 12 assassinatos, todos de meninos, cometidos por um adulto que, supostamente (como vimos na Notícia), sabe a diferença entre certo e errado. Contudo, com ainda mais destaque está a relação entre outros dois termos paradoxais (os mesmo termos anteriormente citados), que se aproximam, invertendo determinados sentidos, como prazer e morte, satisfação e sofrimento. Diante deles percebemos se revelar, gradualmente, o espetáculo do cúmulo, que, em geral, só provoca esse efeito porque está assentado sobre **Estereótipos** desfeitos.

As palavras associam-se entre si segundo determinada escala de probabilidade: cão associa-se facilmente com latir, mas dificilmente com miar, embora sintaticamente nada proíba a associação de um verbo e de um sujeito; dá-se às vezes a esse ‘preenchimento’ sintagmático do signo o nome de catálise. Quanto mais aberrante é a catálise, mais patente é a literatura (BARTHES, 1988, p.131)

---

<sup>39</sup> Brincadeira de roda cantada e jogada com as mãos, que hoje integra o repertório de jogos do folclore brasileiro. In: CASCUDO, L. da C. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2002. V. II.

Assim, diante da catálise construída pelo Discurso de *O Nacional*, poderíamos compreender que há aqui a configuração de uma metáfora capaz de nos carregar para um espaço de transbordamento da linguagem, ressignificando as palavras prazer e sofrimento, por exemplo, cujo sentido denotado aparentemente não permite uma aproximação lógica, mas que neste texto acabam associadas. Para a semiologia, aliás, este é o papel da metáfora: a ruptura com o signo cristalizado. No entanto, a pressa em classificar esta pequena e aparente perversão como ruptura, sem acuidade e atravessamento, dissimularia os cenários rolantes do texto, cuja estrutura se move, invariavelmente, tutelada por uma **Ideologia**.

Determinada linguagem, quando domina, ou melhor, quando se desenvolve sob a chancela do Poder, é feita de figuras que se produzem e reproduzem, correspondendo, frequentemente, a um trabalho de significância dissimulado de natureza. Não que os sentidos propostos pelo aprisionamento do signo em determinada composição estejam escondidos nas entrelinhas; ao contrário, os significados de determinado conjunto arranjado de uma ou de outra forma estão estampados no texto e, justamente pela sua frequente e explícita repetição nos mais distintos planos de expressão e, provavelmente, em outros textos que já tenhamos acessado inúmeras vezes em nosso cotidiano, é que passamos a entendê-los como obviedade.

Sua associação com esse ou aquele sentido é tão imediata – porque costumeiramente a fazemos – que nos leva a uma espécie de cegueira diante do texto como espaço polissêmico; não daquele tipo que nos joga na escuridão, que esconde na penumbra algo que deveríamos ver, mas daquela que banha excessivamente tudo de luz, de modo que não vemos nada mais do que um imenso clarão, como metaforizou Saramago (1995, p. 13) no livro *Ensaio sobre a cegueira*<sup>40</sup>. Em determinado momento da escritura uma personagem corre para socorrer o homem recém-cego e apavorado: “- mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira, dizem que é negra”. E desse modo, apoiados no conforto da negação, tornamo-nos incrédulos da força do sentido cerceado e nos descomprometemos com

---

<sup>40</sup> SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

a variação por meio da qual ele pode se manifestar. O produto dessa condição em que nos achamos entregues é o Estereótipo, que invariavelmente aparece traduzido num rótulo que etiqueta o signo.

Nessa perspectiva não cabem apenas as repetições, mas também as rupturas autorizadas, porque, embora permitam a visibilidade de um movimento na estrutura, ainda atendem à manutenção de determinada ideia, que toma forma nas articulações do texto. Portanto, mesmo quando dizemos Estereótipos desfeitos, isso não necessariamente significa um abalo na linguagem, o transbordamento de suas margens, mas uma <<metáfora fácil>>, solidificada, que pela repetição perde sua energia metafórica e transporta “o ornamento inventado para a forma canônica, coercitiva do significado” (BARTHES, 1988, p.57).

Prazer e morte, satisfação e sofrimento aparecem, então, para conotar a transgressão, engendram a noção de erro, irregularidade, o cúmulo que nossa logicidade teima em não compreender. Neles a metáfora, convertida em Estereótipo, aparece como uma evidência, no jogo das linguagens, da força do discurso Enchrático<sup>41</sup> em colonizar com suas figuras os diferentes espaços e planos de expressão das narrativas na Contemporaneidade, mesmo sendo tão múltiplas. Por isso, dizemos <<metáforas fáceis>>, porque esta segunda mensagem, extensiva da relação entre significantes e significados, utilizados para compor a Notícia, não representa mais um abalo do sentido, mas a sua certeza. Reduzir a complexidade do signo da <<morte>>, do <<prazer>>, da <<satisfação>> e do <<sofrimento>> à arena da transgressão, pela relação <<absurda>> em que estão colocadas – “o matador em série extrai o prazer do sofrimento de crianças” – é mantê-los reféns de um sentido, o da própria transgressão, mesmo que ele tenha como elemento mobilizador a estrutura de uma metáfora, que se anula em detrimento do Estereótipo da contravenção. Esse aprisionamento é que evidencia a alienação do sentido por ele mesmo. O trabalho de significância está, então, em desvencilhar os signos desse significado acabado que nos é oferecido.

---

<sup>41</sup> “Diremos que a *doxa* (opinião corrente, geral, provável, mas não ‘verdadeira’, ‘científica’) que é a mediação cultural (ou discursiva) através da qual o poder (ou o não-poder) fala: o discurso enchrático é um discurso conforme a *doxa*, submisso aos seus códigos, que são eles próprios, as linhas estruturantes da sua ideologia” (BARTHES, 1988, p. 118).

Estereotipadas também estão, nesta Notícia, as ideias de “juízo”, “condenação” e “cadeia”. Ligadas umas às outras, aparecem como resolução de um problema a do <<assassino que não pode ficar a solta>>: “a solução é a cadeia”, “precisa ficar detido pelo resto da vida”, diz o psiquiatra forense; “todas as circunstâncias são favoráveis a condenação”, “queremos cadeia. Não aceitaremos essa história de internar em instituto psiquiátrico. Até porque senão ele passa um tempo, é considerado recuperado e volta a cometer crimes”, “ele precisa ser retirado da sociedade para não criar outras situações de pânico”, afirmam os advogados.

Diante da simplificação de seu sentido ao aspecto da <<solução>>, negando a complexidade da cultura e dos contextos que ora se arrastam com as palavras, em especial ao ignorarmos a dialética estrutural da qual fazem parte, permitimos o sucesso do Mito, que nega um problema maior para reduzir a atenção a um problema menor: uma vez que os crimes já foram cometidos, não necessitam de nossa atenção, basta retirar o criminoso acusado de circulação e a vida pode permanecer como está. E para sustentar essa ideia, o texto segue apresentando outros rótulos: o do assassino em série, o do predador (e por meio dele o do animal, irracional), o da maldade e o do distúrbio, os dois últimos, como justificativa para a tragédia em si e para a punição de seu responsável: “ele precisa pagar pelos seus atos”.

Ainda relacionados a essas questões encontramos nos textos os Estereótipos da culpa: “o laudo não retira a culpa de Adriano”, “ele não se arrepende e nem pensa em parar”, resumindo seu sentido à percepção do arrependimento, configurando uma composição que anula o valor de retratação via confissão. Essa etiqueta de culpabilização é, na narrativa, reincidida pela figura do consenso, ou melhor, da opinião pública, que se manifesta neste caso por meio do jornalismo (autointitulado seu representante) e das figuras de acusação, o advogado criminalista, e de defesa que a representam, até porque o defensor, embora devesse preservar Adriano, também é público.

Por fim, percebemos ainda a incidência do Estereótipo da responsabilidade maternal/paternal na formação do indivíduo, mas não a modo de uma reflexão, mas de uma Constatação: “O psiquiatra aponta o abandono do pai e a forma como foi

educado pela mãe como um dos possíveis motivos para o distúrbio”. Mais uma vez, podemos perceber a relação tácita entre Estereótipo e **Mito**, caracterizando o primeiro como o grão de evidência do segundo, mas cuja relação é inoriginada: ora o Mito produz o Estereótipo, ora é sustentado por ele, uma estrutura em permanente movimento. A figura da **Constatação**, como uma afirmação travestida de ponderação, é um desses exemplos, que também pode ser observada na manchete da página 5, “Adriano, predador”, e ligado a ela: “Toda a pessoa nasce com um instinto de maldade, a diferença é que a maioria percebe os limites”.

Outro significativo mítico já mencionado nesta análise e que aparece em diversos momentos da narrativa noticiosa é a **Vacina**. A configuração de sua estrutura dedica-se a escamotear um problema essencial pela exibição extravagante de um aspecto menor, como o trabalho de um mágico, que chama nossa atenção para um lado e executa a operação no outro. Nessa Notícia, por exemplo, além do que já foi evidenciado pelo rótulo da <<solução>>, há o destaque ao laudo emitido pelo Instituto Psiquiátrico Forense: “ON apresenta um perfil psicológico do assassino”, “o laudo não retira a culpa de Adriano”, dedicando quase todo o espaço da página a esse perfil construído por meio do documento expedido, que, ao fim e ao cabo, segundo o próprio texto, “é semi-imputável” e não muda a caráter dos crimes, nem sua dimensão; não os esclarece; não evita que aconteçam; não traz as crianças à vida. Apenas qualifica o acusado e oferece uma suposta explicação lógica para a fatalidade, que, *a priori*, não tinha explicação, como todo *Fait Divers*.

Este Mito se realiza porque vem acompanhado de outro, o da **Omissão da História**: sabemos que Adriano é o assassino confesso de 12 crianças, mas a Notícia não revela por qual deles, ou quais deles, o réu estará sendo julgado. Deduzimos que seja pela morte de Alexandre, pois é o advogado da família quem responde a uma das entrevistas, mas as historicidades, tanto do julgamento quanto do crime, estão apagadas do relato. Podemos observá-las na seguinte enunciação: “há uma conduta de matador em série”, “ele extrai prazer com o sofrimento dos outros”. As afirmações estão creditadas ao psiquiatra, mas, além de suas afirmações, não encontramos nenhum relato sobre os crimes, ou falas do próprio Adriano que polissemizassem o significado dessas sentenças.

Há ainda no relato noticioso a evidência da figura de **Identificação**. Sua articulação se dá por meio da construção de modelos a partir dos quais percebemos os outros e a nós mesmos – sem, necessariamente, ter de reconhecer sua complexidade, pois parecem tão iguais e, ao mesmo tempo, tão diferentes de <<mim>>. O tropo deste trabalho mitológico é manter em segurança nossa pretensa identidade, sem precisar questioná-la ou levá-la a uma zona de conflito e negociação com a imagem produzida, que ora representa este outro.

Trata-se de um tipo de composição que oferta solutos para impedir a impressão de desequilíbrio acerca da nossa própria existência e que, por conseguinte, diante de seu sucesso, também evita qualquer mudança, como se de fato não houvesse uma relação entre nós e este sujeito tipificado. Encontramos a Identificação no relato jornalístico se observarmos as composições onde Adriano aparece como um predador que mata sem remorso, “diferente da maioria das pessoas que sabem os limites” da maldade e agem corretamente.

“O ser humano controla seus instintos”, diz Carlos Hecktheuer no texto, e talvez pudéssemos ler na contiguidade: <<caso contrário, não é humano, é animal>>. Ora, se é um animal, devemos afastá-lo de nós, tanto no Discurso – nominando-o como diverso – quanto no espaço físico, isolando-o na prisão: “a solução é cadeia”, lemos algumas linhas adiante. Ao caracterizá-lo de modo simplista e incomum, impedimos que seu comportamento, ou sequer a sua presença, produza questionamentos sobre quem somos e quais são os limites da nossa humanidade.

Esse processo também pode ser revelador de um tipo de **Poder** do Discurso junto aos seus leitores, o poder de oferecer soluções que, embora coercitivas de sentido, não parecem proporcionar constrangimentos, pelo contrário, evitam-nos, colocando-nos num lugar confortável de leitura. Talvez esse poder também possa ser traduzido na energia responsável por nos arrastar pelo texto, desejanτες das explicações acabadas que ele pode nos oferecer, ou na espera de sermos surpreendidos pela narrativa.

Nas tramas da notícia os poderes manifestos estão muito além dos institucionais, aqueles legalmente constituídos: Brigada Militar, Instituto Psiquiátrico Forense, defensoria pública, júri, juízes e advogados. Isso porque, para Barthes



(1978), cuja proposição se aproxima dos textos freudianos, o Poder é invariante e diacrônico: se, num dado momento, desaparece aqui, logo reaparece ali, sob outra forma, de modo que sua manifestação não se restringe aos espaços políticos, mas aloja-se também no inconsciente, como uma energia que nos move. Nessa perspectiva, percebemos o Poder de Adriano, como autor, assassino: “o matador em série extrai prazer do sofrimento”. Dessa maneira, embora o psiquiatra promova outras justificativas para o comportamento do réu, a estrutura da narrativa denuncia: ele mata motivado pela satisfação que sente ou sentirá ao cometer o crime.

A imprensa, de modo geral, e *O Nacional*, em particular, também produzem suas narrativas mobilizados pelo Poder de publicá-las, Poder este que deixam evidente no próprio Discurso ou que se revela nas formas que ele assume: 1) no primeiro caso, podemos citar a frase: “ON apresenta um perfil psicológico do assassino”; 2) no segundo, é preciso observar quando, por exemplo, nos itens a partir dos quais o relato está organizado, o texto alterna, por meio dos organizadores do Discurso, a presença e a ausência das fontes, o tom afirmativo das orações, a terceira pessoa do singular, aspectos que, unificados, refletem uma impressão de neutralidade. Em determinado momento não sabemos se é ON quem pontua ou o psiquiatra, por seu nome não ser citado e a frase, mais uma vez, não estar entre <<aspas>>: “toda a pessoa nasce com instinto de maldade”. Trata-se do Poder da Imprensa, que diz porque é ouvida.

Observamos ainda o Poder do homem em relação a si mesmo e em relação aos demais seres vivos, o qual para evoluir consegue controlar seus instintos. E, mais adiante, o Poder da anormalidade, representada nesta Notícia pela imagem do “distúrbio”, cuja energia gera uma espécie de anomalia, seja em termos de personalidade, seja de comportamento ou de circunstâncias. Aliás, são as circunstâncias e o conhecimento que, no relato referido, representam um tipo de mobilização: o Poder de encontrá-las ou, considerando-as, caso já tenham sido encontradas, de provar alguma coisa a partir de sua observação. Contudo, tal articulação pode evidenciar muito mais do que isso: mostra o Poder do próprio signo, do trabalho da significação ao fazê-lo significar.

Estabelecido a partir de uma dinâmica das formas de Poder, “o texto não é nunca um diálogo, nenhuma rivalidade de idioletos; ele institui no seio da relação humana uma espécie de ilhota, manifesta a natureza social do prazer” (BARTHES, 1978, p.24). Aliás, há na sociedade, para o semiólogo, uma guerra de linguagens, própria de determinados grupos sociais que lutam pelo Poder, e o fazem por meio dos falares que produzem e distribuem na cena social. Seu propósito é impor seus sentidos, suas ideias de mundo e, conseqüentemente, suas figuras de linguagem. Por meio delas pretendem um processo de colonização da linguagem do outro, seja para calá-lo, seja para que reproduza a linguagem já dominante.

Parece não haver aos sujeitos outro modo de existência senão habitar uma dessas linguagens, já que “toda palavra está fatalmente incluída em determinado **Socioleto**<sup>42</sup> (1988, p.117), mas dificilmente encontraremos num mesmo Discurso as evidências desse conflito, já que nele só se ouvem as vozes por ele autorizadas.

Diante desse contexto está a comunicação de massa, cujo esforço é o nivelamento da linguagem sob o júdice daquele Discurso que, em determinado momento, está no Poder e quer preservá-lo. É, portanto, um **Discurso Encrático**, tutelado pela perspectiva de imobilidade. E é este tipo de fala que percebemos até agora no caso Adriano, o que fizemos por meio da observação dos Estereótipos, dos Mitos, dos organizadores discursivos e da estrutura preservada na Notícia (o *Fait Divers*). No entanto, como cremos ser esta apenas uma parte do Discurso, que se desdobra, teremos ainda de acompanhá-lo por mais algumas páginas, na próxima edição, observando suas repetições, congruências ou rupturas com os sentidos até agora encontrados.

### 3.2 Edição 02: “21 anos e cinco meses”

A última edição que nos propomos estudar ganhou chamada de capa sobre a pauta em questão em 16 de agosto de 2006 e se desdobra ao longo da publicação em outras seis páginas.

---

<sup>42</sup> Se os grupos sociais possuem uma linguagem própria, é de Socioletos que as chamamos, ou seja, linguagens sociais.

Capa:



Figura 12 – Capa do jornal O Nacional 16/08/2006

### Sentença 21 anos e 05 meses

Depois de quase 16 horas de julgamento, Adriano da Silva foi condenado, por unanimidade, a 21 anos e 5 meses de reclusão em regime inicial fechado pelos crimes de homicídio duplamente qualificado e ocultação de cadáver contra o menino Alessandro Silveira.

- as estratégias
- a reviravolta
- os personagens
- os bastidores
- momentos críticos
- a reação dos familiares
- o julgamento passo a passo (5 e 9)

Legenda – 00h35 de hoje: O juiz Sebastião Francisco da Rosa Marinho, anuncia a decisão dos jurados.

Está organizada em três momentos, tal qual a capa analisada no dia 15 do mesmo mês: a) no topo, constam chamadas referentes às editorias de “Esporte”, “ON tendências” e “Cultura”; b) logo abaixo delas, separado por uma retícula e ocupando uma porção pequena da folha, consta o cabeçalho do periódico; c) por fim, parte inferior se concentra o maior número de manchetes, representando dois terços do total da página.

Esta última quadra foi distribuída em cinco colunas. Na coluna da esquerda encontramos duas chamadas: uma para a editoria “Brasil” e outra para editoria “Economia”. Abaixo delas, dois boxes publicitários; na coluna da extrema direita, outras três manchetes: uma novamente ligada a assuntos financeiros, outra pontuada pela cartola “Ilustres desconhecidos” e, por fim, uma indicando o artigo “Dora Kramer: fórmula falida”. Como na coluna anterior, abaixo das manchetes, ainda na vertical, seguem outros dois boxes publicitários.

No centro da página, espalhando-se por três das cinco colunas da folha, está a chamada sobre o caso Adriano. Sua disposição evidencia o destaque que ocupa dentre as pautas publicadas no periódico daquele dia, marcando o prenúncio de um Discurso que iria se estender por mais cinco páginas. Esta chamada conta com textos verbais e não verbais representados por uma fotografia, uma legenda e um *lead* de poucas linhas. Sob a cartola “Sentença”, em letras pequenas e destacadas pelo escurecimento do contorno da fonte (negrito), a manchete registra “21 anos e 5 meses”<sup>43</sup>.

No que se refere à imagem em questão, podemos observar que está ajustada ao centro da página e a atravessa de alto a baixo. Trata-se de uma fotografia em plano conjunto, onde se revelam duas figuras. A primeira é a de Adriano da Silva<sup>44</sup>, posicionado de costas para a leitor, em plano americano, com as mãos algemadas. Ele está com o corpo e o rosto virados de frente para a segunda personagem, que

---

<sup>43</sup> A utilização dos números em forma de algarismo foi preservada, conforme o texto originalmente publicado.

<sup>44</sup> Parece ser um homem de estatura média, mas de porte grande. Sua cabeça está quase que totalmente raspada e veste uma camiseta escura e calça *jeans*. Como em todas as Fotografias essas características não se alteram, não repetiremos tal descrição.

visualizamos por ser menor que Adriano e surgir acima de sua cabeça: é o juiz Sebastião Francisco da Rosa Marinho.

Recortada de seu contexto original a composição remete ao ato da leitura da sentença do acusado. Isso fica evidente uma vez que o cenário está limitado a um fundo branco e, além da imagem dos dois homens, já mencionada, não há outra referência qualquer a tempo e espaço em que estas duas personagens pudessem estar naquele momento; entretanto, o juiz segura um papel para o qual dirige o olhar. Ao lado dessa cena, na coluna da esquerda, está o *lead*; na da direita, encontramos algumas palavras chaves (as estratégias, a reviravolta, os personagens, os bastidores, etc.) supostamente referidas ao conteúdo que será contemplado no interior do jornal, e abaixo delas, no pé da página, a legenda: “00h35 de hoje: o juiz Sebastião Francisco da Rosa Marinho, anuncia a decisão dos jurados”.

A Notícia segue nas páginas 05, 06, 07, 08 e 09 da mesma edição do jornal, na seção “Cidade”, conforme há indicação de continuidade na capa do periódico.

Página 05:



Figura 13 – Página 05 do jornal O Nacional 16/08/2006

Cidade  
**Irrecuperável**

A decisão unânime dos jurados levou em consideração o laudo do IPF. Segundo o documento, o transtorno anti-social de personalidade com traços de necrofilia e pedofilia torna o réu irrecuperável.

Depois de quase 16 horas de julgamento, o titular da primeira Vara Criminal da Comarca de Passo Fundo, juiz Sebastião Francisco da Rosa Marinho, anunciou a sentença. Adriano da Silva (28 anos) foi condenado a 21 anos e cinco meses de reclusão em regime inicial fechado pelos crimes de homicídio duplamente e ocultação de cadáver contra o menino Alessandro Silveira (13 anos).

Os jurados foram unânimes, acatando a tese do Ministério Público por sete votos a zero. A sentença considerou o laudo elaborado pelo Instituto Psiquiátrico Forense, indicando que Adriano da Silva sofre de transtorno anti-social de personalidade com traços de necrofilia e pedofilia. O documento também aponta que o condenado é irrecuperável.

O crime julgado aconteceu em março de 2003, mas a ossada de Alessandro Silveira foi encontrada somente em 20 de setembro daquele ano, sob uma lona num mato existente nas proximidades dos trilhos da viação férrea, na bairro Petrópolis. A confissão do réu e um exame de DNA confirma a identidade da vítima.

**MP Considera resultado positivo**

O promotor Fabiano Dallazen comemorou a decisão dos jurados. Na sua avaliação o resultado foi positivo porque o Conselho de Sentença acatou na íntegra a tese do Ministério Público.

Dallazen também ressaltou que pretende recorrer do quesito regime inicial fechado. “A periculosidade do réu Adriano da Silva aponta que a pena fixada pelo juiz deve ser cumprida em regime fechado integralmente, declarou”.

O segundo texto em questão, maior e de formato noticioso, ocupa quase todo o espaço da página, em cinco colunas, cedendo alguns centímetros do rodapé para propaganda eleitoral paga, onde vemos estampado o rosto de dois candidatos a deputado. A manchete diz “Irrecuperável” e está centralizada em quatro colunas. Ao lado dela, na coluna que resta, há um novo *lead*, justificado à esquerda, de sete linhas, cuja fonte é maior que o restante do corpo do texto.

Ainda alinhado à esquerda, abaixo do *lead*, ocupando quatro colunas, há um *big close* de um par de mãos algemadas. O texto noticioso está disposto ao redor desta imagem, preenchendo os espaços vazios da página e distribuindo-se em

quatro colunas. No mesmo marco deste último parágrafo da Notícia encontra-se um box, caracterizado por retículas finas e com fundo de cor cinza, onde vemos a foto 3X4 do promotor público Fabiano Dallazen e, logo abaixo, um texto de 400 caracteres.

Página 06:



Figura 14 – Página 06 do jornal O Nacional 16/08/2006

Cidade

### Réu nega assassinatos, mas admite necrofilia

Adriano surpreendeu os jurados ao negar as versões apresentadas anteriormente. Depoimento teve início por volta das 9h30 e durou cerca de duas horas.

O paranaense negou o assassinato de Alessandro Silveira, na época com 13 anos. A ossada do garoto foi encontrada em 20 de setembro de 2003, sob uma lona abandonada num mato nas proximidades da viação férrea – bairro Petrópolis. O réu alega que assumiu o crime quando foi preso, em 06

de janeiro de 2004, durante depoimento prestado em Lagoa Vermelha, porque estava sendo coagido. Ele se recusou a apontar os autores da suposta pressão, alegando temer pela segurança dos familiares.

No interrogatório na manhã de ontem, Adriano da Silva afirmou ter acompanhado o desfecho do crime através da imprensa. O réu alega que o acompanhamento possibilitou levar os policiais até o local onde a ossada da vítima foi encontrada por populares.

O paranaense também negou a autoria de outros dez crimes, assumindo somente a morte de Daniel Bernardi Lourenço (13 anos), assassinado em Sananduva, no dia 03 de janeiro de 2005. Adriano da Silva surpreendeu os presentes, dizendo que matou o menino porque estava sendo acusado injustamente pelas mortes ocorridas em Lagoa Vermelha, Soledade e Passo Fundo. A vítima ainda sofreu violência sexual.

#### *Réu admite necrofilia*

Adriano chocou os presentes na Sessão do Júri ao admitir o crime de necrofilia, mantendo relações sexuais com o cadáver dos meninos Volnei Siqueira dos Santos (12 anos) e Jeferson Borges da Silveira. Embora tenha admitido a violência sexual, o réu nega a autoria dos assassinatos.

O paranaense sustentou que encontrou o cadáver do vendedor de rapaduras Volnei Siqueira dos Santos, em julho de 2003, num mato existente às margens da RS 324, na vila Jardim. Adriano da Silva, então, teria aproveitado para manter relação sexual com o menino antes de ocultar o cadáver e fugir do local.

Fato semelhante teria acontecido com o menino Jeferson Borges da Silveira. Adriano da Silva alegou ter encontrado o cadáver num mato existente no bosque Lucas Araújo, aproveitando para praticar sexo. Da mesma forma, o réu ocultou o cadáver.

Na versão do réu, o indígena Junior Reis Loureiro (10 anos), encontrado em avançado estado de decomposição no dia 22 de setembro de 2003, debaixo de uma tábua de compensado, num mato às margens da RS 153, próximo ao Cemitério dos Ribeiros, foi assassinado por um papeleiro.

O paranaense declarou que viu Junior Reis Loureiro e o desconhecido entrando no mato, mas observou o homem saindo sozinho. Adriano foi verificar o que havia ocorrido e acabou encontrando o cadáver do menino. Ele tornou a praticar necrofilia, utilizou uma tábua de compensado para cobrir o corpo, saindo do local imediatamente.

Nos três casos, exames de DNA confirmaram a existência de secreções de Adriano da Silva no cadáver das vítimas. O réu descreveu todos os casos com riqueza de detalhes.

#### *Justificativa não convence*

Uma versão apresentada ontem à tarde, demonstrou que Adriano é um predestinado a encontrar cadáveres. A argumentação para justificar o caso do menino Douglas de Oliveira Hass (10 anos), cujo corpo sepultado debaixo de uma churrasqueira na área central de Soledade foi encontrado após o paranaense indicar o local exato aos policiais, não convenceu os jurados. O fato ocorreu em 07 de janeiro de 2004, um dia após a captura do



réu, em Maximiliano de Almeida, quando tentava fugir para o estado de Santa Catarina.

Adriano alegou que Douglas de Oliveira Hass morreu após sofrer um mal súbito enquanto colhia laranjas e bergamotas, no quintal da residência onde o réu estava prestando um serviço. Ao constatar a morte do menino, ele resolveu sepultá-lo debaixo da churrasqueira que estava sendo construída.

#### *Latrocínio no Paraná*

No depoimento, Adriano voltou a admitir o latrocínio (roubo seguido de morte) ocorrido em 07 de janeiro de 2001, entre os municípios paranaenses de União da Vitória e General Câmara, quando matou um taxista a facadas. Ele foi preso e condenado a 27 anos de reclusão, mas fugiu da cadeia em dezembro daquele ano.

A partir da fuga, Adriano passou por Santa Catarina até chegar ao Rio Grande do Sul, onde cometeu a série alega que o taxista era um ex-policial militar que teria abusado sexualmente de um amigo de infância. O crime, motivado por vingança, teria sido acobertado por parentes do criminoso.

A página seis deste mesmo dia traz uma Notícia que a preenche de fora a fora. São cinco colunas, nas quais estão distribuídos, de baixo para cima, a manchete (com duas linhas), o *lead*, espalhado em mais de uma coluna, o corpo da Notícia e, por fim, ocupando metade da folha, uma fotografia de plano americano conjunto. Nela vemos Adriano da Silva diante de outros quatro homens sentados atrás de uma mesa. Sobre o móvel, observamos a presença de microfones (um para cada lado), livros, papéis e um copo de água. O homem sentado à esquerda, usando óculos, tem seu olhar voltado para baixo, como quem lê ou escreve algo. Ao seu lado, outra figura masculina, com traços mais jovens, olha diretamente para Adriano. Ainda no centro da mesa, mais um personagem, um homem de expressão séria, mas cujo olhar está voltado para a pilha de livros em sua diagonal. E, finalmente, na extrema direita está o juiz Sebastião Francisco (o mesmo da capa) dirigindo-se verbalmente a Adriano – pelo menos temos esta impressão ao observar sua boca entreaberta. Todas as personagens descritas até aqui vestem terno.

Adriano, por sua vez, também sentado e posicionado de costas para o leitor (estaria também para o público?), veste-se sem formalidades. Com os olhos voltados para baixo (supomos pelo desenho do rosto em perfil), tem as costas curvadas e os

braços/mãos unidos sob as pernas. A folha em questão, incluindo a Fotografia, foi publicada em *pxb* (preto-e-branco), tal qual a página seguinte.

Página 07:

O NACIONAL - Passo Fundo, quarta-feira, 16 de agosto de 2006 Cidade 7

## "Não foi ele"

### Avô sustenta que Adriano não matou seu neto



O brigadiano aposentado Gedeon Dorneles dos Santos, 60 anos, avô do menino Leonardo Dorneles dos Santos (8 anos), que teve os restos mortais encontrados em 17 de dezembro de 2003, numa lavoura de soja na localidade de Nossa Senhora da Paz, próximo a vila Santa Marta, surpreendeu a todos. O principal responsável pela identificação de Adriano da Silva como o matador de meninos prestou depoimento na condição de testemunha de defesa, sustentando que o réu não assassinou seu neto.

Na versão sustentada por Gedeon Dorneles, o réu teria participado do suposto sequestro de Leonardo Dorneles dos Santos, mas se recusava a falar para proteger os verdadeiros responsáveis pelo sumiço. O avô afirma que o menino passou uma temporada em São Carlos, retornou em março de 2004 para ficar hospedado no bairro São Cristóvão.

Leonardo Dorneles dos Santos ainda teria morado na residência de uma traficante na vila Vera Cruz até ser levado para uma residência vizinha, na praça vila Santa Marta. O avô garante que viu os restos de Leonardo Dorneles dos Santos através das paredes, mas os vizinhos utilizavam tranqueletes para impedir o acesso.

**Policiais e Mandatários**  
Gedeon Dorneles também afirma que policiais estão em colégio no desaparecimento de seu neto. O filho declarou que chegou a ser ameaçado de morte dentro de uma viatura enquanto participava das buscas ao neto. "Chegaram a sobreviver minha casa com três helicópteros para tentar me matar. Como não conseguiram me pegar, acabaram desistindo", concluiu.

### "A Justiça foi feita"

A mãe de Alessandro, Elaine Silveira, saiu satisfeita com o resultado do julgamento. Acompanhada pela mãe e pela filha mais velha, a mulher acompanhava todo juízo com atenção. Elaine Silveira lamenta que a condenação não fará seu filho de volta. "Valeu a pena esperar 16 horas. Tenho certeza que enquanto Adriano permanecer preso nenhuma criança morrerá nas mãos desse matador", concluiu.

### Passo a passo do julgamento

**7h40** - A avó de Alessandro, Elaine Magalhães Silveira, é uma das primeiras a chegar no Fórum.

**8h22** - Dois jurados chegam. Até às 08h40, todos já estão em seu auditório.

**8h33** - A mãe de Alessandro e a avó sentam na segunda fila de cadeiras, quase em frente ao acusado.

**8h32** - Adriano da Silva chega no Fórum. Escutado por quatro agentes penitenciários, ele entra pela garagem.

**09h05** - Com calça jeans azul, camiseta preta e sapato preto, o réu chega ao plenário. Algemado, senta à frente do juiz.

**0916** - Após o sorteio dos sete jurados que permanecerão no plenário, o defensor público solicita cinco minutos para conversar com o réu.

**0926** - Sentado em frente ao juiz, com a cabeça baixa, Adriano começa a ser interrogado. O depoimento dura cerca de 90 minutos.

**10h36** - Encerra o interrogatório de Adriano. O réu volta a sentar no banco de trás, de frente ao público.

**11h** - Primeira sessão no plenário. O defensor público Arthur Costa identifica problemas no isolamento da testemunha indicada pelo MP.

**11h05** - Começa a leitura de partes do processo, a pedido de ambos os lados.

**12h20** - Juiz interrompe o sessão para um intervalo.

**13h40** - Juiz é interrompido com a continuação da leitura de partes do processo.

**15h35** - Defensor público anuncia pedido de varcimentamento juízo por causa da quebra de inocentabilidade das testemunhas.

**15h51** - Juiz entende que não houve problemas com a testemunha. Mesmo com o pedido do magistrado MP de desistência (sem permissão do JPI). A defesa de Adriano opta por entrar o pedido. A testemunha é interrogada até às 16h41.

**16h41** - A testemunha indicada pela defesa, Leonardo Dorneles, também morto por Adriano, é ouvido até às 17h15.

**17h34** - Começam os debates, para convencer os jurados. O MP utiliza duas horas e depois a defesa do réu o mesmo tempo. Houve mais 30 minutos para cada parte.

**23h35** - Os sete jurados, advogados do MP se dirigem até a sala secreta, onde o juiz passa as orientações para a votação final.

**00h35** - O JUIZ Sebastião da Rosa Marinho anuncia a sentença. Adriano é condenado por infanticídio.



**00h43** - Adriano assina a sentença

**00h58** - Já considerando o parágrafo único do Fórum e segue direto à Paz, em Charqueada, onde está detido desde 2004.

Figura 15 – Página 07 do jornal O Nacional 16/08/2006

### "Não foi ele" Avô sustenta que Adriano não matou seu neto

O brigadiano aposentado Gedeon Dorneles (60 anos), avô do menino Leonardo Dorneles dos Santos (8 anos), que teve os restos mortais encontrados em 17 de dezembro de 2003, numa lavoura de soja na localidade de Nossa Senhora da Paz, próximo a vila Santa Marta, surpreendeu a todos. O principal responsável pela identificação de Adriano da Silva como o matador de meninos prestou depoimento na condição de testemunha de defesa, sustentando que o réu não assassinou seu neto.

Na versão sustentada por Gedeon Dorneles, o réu teria participado do suposto sequestro de Leonardo Dorneles dos Santos, mas se recusava a falar para proteger os verdadeiros responsáveis pelo sumiço. O avô afirma

que o menino passou uma temporada em Soledade, retornou em março de 2004 para ficar hospedado no bairro São Cristóvão.

Leonardo Dorneles dos Santos ainda teria morado na residência de uma traficante na vila Vera Cruz até ser levado para uma residência vizinha, na própria vila Santa Marta. O avô garante que ouviu os gritos de Leonardo Dorneles dos Santos através das paredes, mas os vizinhos utilizavam tranquilizantes para dopar o menino. “Chegava a me abaixar perto da porta do vizinho para ouvir o choro do meu neto”, garante.

#### *Policiais e Helicópteros*

Gedeon Dorneles também afirma que os policiais estão envolvidos no desaparecimento do seu neto. O idoso declarou que chegou a ser ameaçado a ser ameaçado de morte dentro de uma viatura enquanto participava das buscas ao neto. “Chegaram a sobrevoar minha casa com três helicópteros para tentar me pagar, acabaram desistindo”, concluiu.

#### **“A Justiça foi feita”**

A mãe de Alessandro, Eliane Silveira, saiu satisfeita com o resultado do julgamento. Acompanhou todo o júri com atenção.

Eliane Silveira lamenta que a condenação não trará seu filho de volta. “Valeu a pena esperar 16 horas. Tenho certeza que enquanto Adriano estiver preso nenhuma criança morrerá nas mãos desse maníaco”, concluiu.

#### Box01: Personagem

#### **Karine Fhumann, 21 anos**

Acadêmica de Direito

#### *“É um jogo para conquistar os jurados”*

Quase metade do público que acompanhou o julgamento era estudante de Direito. Alguns conseguiram garantir um espaço através de agendamento prévio, mas a maioria chegou cedo e ficou na fila À espera da senha. A estudante Karine foi uma delas. Ela está no 6º semestre e sentou na terceira fileira. A acadêmica ficou no auditório até o anúncio da sentença.

ON – É o primeiro julgamento que acompanha?

Karine Fhumann – Não é o primeiro, mas é o único que assisti inteiro.

ON – Gostou? Já sabe de que lado pretende atuar?

KF – Gostei bastante. É um verdadeiro jogo em busca de quem conseguirá conquistar o maior número de jurados. Pretendo ser promotora.

ON – Alguma sena ou atuação te chamou mais atenção?

Sim. A estratégia do defensor público do Adriano da Costa (Arthur da Costa). Acompanhei uma série de reportagens em que ele dizia se irreversível a condenação de Adriano. Mas depois que o julgamento começou, a história foi outra. Gostei muito da atuação do defensor.

ON – Defenderia alguém como Adriano?

KF – Acho que sim. Qual é o problema? É a profissão. Posso considerar ele um criminoso, se fosse meu cliente, defenderia.

ON – Ele será condenado ou absolvido?

KF – Condenado. Mas a pena não deve ultrapassar de 15 anos.

#### **Box02 Passo a passo do julgamento**

7h40 – A avó de Alessandro, a dona de casa Miguelina Silveira, é uma das primeiras a chegar no Fórum.

8h22 – Oito jurados chegam. Até as 08h40, todos já estavam no auditório.

8h33 – A mãe de Alessandro e a avó sentam na segunda fila de cadeiras, quase em frente à acusação.

8h52 – Adriano da Silva chega ao Fórum. Escortado por quatro agentes penitenciários, ele entra pela garagem.

09h05 – Com calça jeans azul, camiseta preta e sapato preto, o réu chega ao plenário. Algemado, senta à direita do juiz.

09h16 – Após o sorteio dos sete jurados que permaneceram no plenário, o defensor público solicita cinco minutos para conversar com o réu.

09h26 – Sentado em frente ao juiz, com a cabeça baixa, Adriano começa a ser interrogado. O depoimento durou cerca de 90 minutos.

10h56 – Encerra o interrogatório de Adriano. O réu volta a sentar ao lado da mesa do juiz, de frente para o público.

11h – Primeira confusão no plenário. O defensor público Arthur Costa identifica problemas no isolamento das testemunhas indicadas pelo MP.

11h05 – Começa a leitura de partes do processo, a pedido de ambos os lados.

12h20 – Juiz interrompe a sessão para um intervalo.

13h40 – Júri é retomado, com a continuação da leitura de partes do processo.

15h35 – Defensor público ameaça poder o cancelamento do júri por causa da quebra de incomunicabilidade das testemunhas.

15h51 – Juiz entende que não houve problemas com a testemunha. Mesmo com a decisão do magistrado, MP desiste da testemunha (um perito do IPF). A defesa de Adriano opta por ouvir o perito. A testemunha é interrogada até as 16h41.

16h41 – A testemunha indicada pela defesa começa a prestar depoimento. O avô do menino Leonardp Dorneles, também morto por Adriano, é ouvido até as 17h15.

17h34 – Começam os debates, para convencer os jurados. O MP utiliza duas horas e depois a defesa do réu o mesmo tempo. Houve mãos 30 minutos para cada parte.

23h28 – Os sete jurados, advogados e MP se dirigem até a sala secreta, onde o juiz passa as orientações para a votação final.

00h35 – O juiz Sebastião da Rosa Marinho anuncia a sentença: Adriano é condenado por unanimidade.

Legenda foto: 00h43 – Adriano assina a sentença.

00h58 – Já condenado, o paranaense deixa o Fórum e segue direto para à Pasc, em Charqueada, onde está detido desde 2004.

Nesse trecho do jornal encontramos o conteúdo distribuído em duas partes: a metade superior da folha, com cinco colunas, e a metade inferior, com quatro. A divisão pode ser percebida ao observarmos os boxes que compõem a parte de baixo, cercando o conteúdo, diferentemente da metade superior. A leitura, da esquerda para a direita, contempla, então, uma frase de apoio “Avô sustenta que

Adriano não matou seu neto”, seguida verticalmente pela foto, em *close* e em perfil, do rosto da testemunha. Ao lado dessa composição há uma Notícia sob o título “Não foi ele”, cujo texto está organizado em três colunas.

Seguindo a descrição, ainda na parte superior da página encontramos outra frase, talvez um subtítulo, talvez uma nova manchete (não pudemos distingui-la), e a imagem, também em *close* e em perfil, do rosto de uma senhora, como se ela, embora proporcionalmente menor ao avô/testemunha, estivesse olhando-o, um de frente para o outro. Na mesma cena vemos outra mulher, desta vez em segundo plano e de cabeça baixa.

Na metade inferior da folha há dois boxes de informação, o primeiro muito semelhante ao encontrado na edição anterior, do dia 15 de agosto. Sob uma tarja preta está a cartola “Personagem” e, logo abaixo, o nome, a idade e a profissão da entrevistada. Sem o fundo preto, mas mantendo-se dentro das retículas, vemos a sequência de um diálogo, com perguntas (em negrito) e respostas. Ao lado deste *box*, observamos outro, cujo título anuncia “Passo a passo do julgamento”. Dentro dele, anotado como as horas de um relógio digital, uma descrição minuto a minuto do que ocorreu na sala de julgamentos, das 7h40 do dia 16 até às 00h58 do dia seguinte. Ao pé da página, no canto direito, há ainda uma pequena fotografia, que mostra Adriano assinando um papel, cercado por dois homens: um às suas costas e outro a seu lado. Não é possível identificá-los porque seus rostos estão fora do enquadramento da cena. Esta página também foi publicada em preto-e-branco, diferentemente da seguinte.



Figura 16 – Página 08 do Jornal O Nacional 16/08/2006

Cidade

**Defesa pede absolvição por falta de provas**

O defensor público Arthur Costa, que presta assistência a Adriano da Silva, pediu aos jurados a absolvição de Adriano da Silva. O advogado sustentou a tese de negativa de autoria.

Artur costa sustentou que a Sessão do Júri não pode ser transformada numa missa de corpo presente, afirmando que todos os indícios recaem sobre o caixeiro-viajante morador da Região Metropolitana que chegou a cumprir prisão temporária sob acusação de ter assassinado Jéferson Borges da Silveira. “Existem depoimentos apontando neste sentido. Parceiros de Alessandro afirmaram que a vítima e o caixeiro se encontram num shopping center da cidade. A partir deste encontro o menino desapareceu”, declarou.

A defesa também sustentava que não existem provas contra Adriano da Silva, que assumiu o crime num momento de perturbação mental. Artur Costa encerrou sua intervenção dizendo que não se pode condenar o réu, que aos 10 anos de idade matava galinhas a facadas e escondia os animais mortos. Uma possível violência sexual também teria influenciado no comportamento do matador de meninos.

### *A surpresa*

Apesar de todos apontarem a negação de autoria de 11 mortes como estratégia para a defesa, o defensor público garante que a decisão não partiu dele. Não oriento meus clientes. Em nenhum momento pedi para Adriano negar os assassinatos afirmou.

Legenda: ON foi utilizado na sustentação da defesa.

### **Ânimos acirrados**

Pelo menos em seis momentos, ânimos acirrados tanto da defesa como da acusação marcaram o julgamento. As maiores discussões aconteceram entre o advogado da família da vítima Jabs Paim Bandeira, e o defensor público Artur da Costa. As discussões começaram quando Bandeira chamou o réu de animal e bandido, o ambiente tornou-se episódio de provocações. Artur da Costa deu uma resposta quase imediata. O clima só foi amenizado após os debates encerrarem. Além dos ânimos acirrados, as confusões renderam gargalhadas à platéia.

### **Técnica para ocultar cadáveres**

Em depoimento prestado ainda em 2004, lido durante o julgamento, Adriano da Silva revelou a técnica utilizada para ocultar cadáveres. O método foi desenvolvido a partir da descoberta do corpo do taxista assassinado pelo réu em 07 de fevereiro de 2001, em General Carneiro, no Paraná. O latrocínio (roubo seguido de morte) resultou numa condenação de 27 anos de cadeia. Segundo Adriano, o taxista foi enterrado de bruços e o inchaço provocado pela decomposição trouxe o cadáver à tona em poucos dias, possibilitando a elucidação do crime. A partir da constatação, o assassino em série passou a enterrar os corpos de barriga para cima, o que na sua avaliação dificulta a descoberta. A técnica teria sido utilizada em todos os crimes cometidos no estado.

“Ânimos acirrados”. Esta é a primeira frase/expressão que vemos na página 08. Localizada no canto superior, está dentro de um *box* de informação e vem acompanhada por uma foto e um trecho curto de texto verbal. A imagem mostra a sala do júri. Ao fundo, a escrivã está sentada atrás de uma mesa e, ao lado dela, está o público que foi assistir ao julgamento. Na esquerda do enquadramento, de trás para frente, observamos um púlpito vazio, um policial em pé e uma mesa comprida, na qual estão sentados, de perfil, apenas dois homens, cercados de livros e papéis. Diante deles há uma cadeira vazia, e em pé está o promotor público Artur da Costa. A personagem tem um dos braços encolhido e o outro estendido para frente, como quem aponta para algo. O corpo está levemente inclinado e contraído para baixo, evidenciando o movimento que Artur faz para os homens da mesa. No ato do registro sua boca está aberta, permitindo-nos supor que dizia algo.

Ainda nessa coluna da página, na vertical, encontramos uma nova manchete – “Técnica para ocultar cadáveres” – e, abaixo dela, o pequeno texto noticioso que a acompanha. Seguindo a leitura das informações publicadas nesse trecho do jornal, ao lado do material recém-descrito, do topo até a metade da folha, encontramos outra Notícia, esta sob o título: “Defesa pede absolvição por falta de provas”. Distribuídos em duas colunas observamos o texto, dividido pelo subtítulo “A surpresa”, e uma fotografia do promotor público, em plano americano, segurando nas mãos uma edição de *O Nacional*. Próximo à imagem de suas pernas está a legenda: “ON foi utilizado na sustentação da defesa.”

A outra metade da folha foi utilizada publicitariamente pela Câmara de Vereadores.

Página 09:



Figura 17 – Página 09 do Jornal *O Nacional* 16/08/2006



Julgamento/bastidores

### **Deslocamento**

Adriano da Silva viajou até Passo Fundo em um microônibus da Susepe, acompanhado por cinco agentes penitenciários e um motorista. O paranaense deixou a Pasc (Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas), onde permanece detido desde janeiro de 2004, às 21h de segunda-feira e chegou ao município por volta da 1h da madrugada de ontem. A viagem é de cerca de 350 quilômetros. Ele dormiu sete horas em uma cela especial no Presídio Regional de Passo Fundo. Pela manhã, tomou café, separado dos detentos. Às 8h45, o réu foi conduzido até o Fórum. Três carros da Susepe e mais dois da BM escoltava a camioneta onde Adriano estava. Para evitar tumulto, a rua foi fechada e Adriano entrou pela garagem do Fórum. Mais de 20 homens do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar auxiliaram na chegada do réu. Após o julgamento, já na madrugada de hoje, o réu foi conduzido diretamente até a Pasc, em Charqueadas. A previsão era de que chegasse na penitenciária na manhã de hoje. A Susepe preferiu evitar que Adriano não dormisse em Passo Fundo.

Box01: Personagem

### **Jean Passos, 29 anos**

Chefe da escolta

*“Em se tratando de Adriano temos alguns cuidados especiais”*

Ele trabalha no transporte de detentos há cinco anos. Na segunda-feira, o agente penitenciário foi quem comandou o deslocamento de Adriano da Silva de Charqueadas até Passo Fundo. Enquanto Adriano almoçava, Jean Bassos conversou com ON.

*O Nacional* – Essa é a primeira vez que comanda o deslocamento de Adriano?

Jean Bassos – Não. Já o escoltei em outras cinco vezes. Três aqui em Passo Fundo e duas em Soledade.

ON – Como ele se comporta durante o percurso?

JB – Normalmente fica calado. Baixa a cabeça e não fala quase nada. Quando conversa é só sobre questões relacionadas a viagem, como quanto tempo falta para chegar ou o local onde está.

ON – Desta vez ele demonstrou algum nervosismo?

JB – Nem um pouco. Estava calmo. Chegou a falar do julgamento, mas nenhum momento demonstrou aflição.

ON – Em algum momento dá medo transportar um assassino em série?

JB – Não vou mentir. Dá um pouco de medo. Ele tem um transtorno de personalidade, nunca sabemos qual será a sua reação. Já transportei Nei Machado, mas com o Adriano somos obrigados a ter diversos cuidados.

ON – Ele já reagiu?

JB – Não. Fica sempre com aquela cabeça baixa. Até quando fala, olha para o chão.

ON – E a reação das pessoas quando chegam com o paranaense no Fórum?

JB – Sempre há revolta. Algumas pessoas o chamam de assassino e pedem a condenação dele. Logo no início era mais comum. Agora as manifestações diminuíram. Hoje [ontem], por exemplo, quase não houve protestos. Nas primeiras vezes que viemos para cá era muito complicado. Chegavam a tentar atirar objetos nele.

ON – E na sua opinião, ele será condenado?

JB – Não sei. Meu trabalho é apenas de deslocamento. Não opino.

#### **Box 02: Só uma mãe**

Além da família de Alessandro, apenas a mãe de um dos meninos assassinados por Adriano, Cláudio acompanhou parte do julgamento. Embora o pai dela tenha sido testemunha de defesa de Adriano, Cláudia condenou o paranaense. Para ela, passar um tempo atrás das grades não é suficiente para Adriano da Silva pagar pelos crimes cometidos. “Sinto muito pelas outras mortes”, declarou.

Legenda: Cláudia Dorneles foi a única mãe dos outros meninos assassinados a acompanhar o julgamento.

#### **Estratégia Urgente**

O Ministério Público não esperava que Adriano da Silva negasse as 11 mortes, inclusive a de Alessandro. Ao surpreender o público, o paranaense assustou a acusação. No meio do interrogatório da testemunha, uma promotora chegou a mandar um bilhete especial a Fabiano Dallazen. No pedaço de papel, uma dica para converter os jurados. “Tu tens as filmagens do dia em que ele confessou os crimes?”. Entregue ao promotor por uma estagiária logo veio um sinal negativo.

#### *Júri machista*

Dos 21 jurados convocados para o primeiro julgamento de Adriano da Silva, apenas oito eram mulheres. Isso até o sorteio. Com eliminação de 14, ficaram sete homens.

A maioria deles já havia sido jurado em algum outro julgamento. Um chegou a passar três dias no tribunal. Todos com idade entre 40 e 60 anos.

#### **Senhas para garantir lugar**

Com capacidade para abrigar 180 pessoas, o salão do júri do Fórum permaneceu lotado durante as primeiras horas do julgamento. No início da tarde, após o intervalo, o auditório voltou a ficar cheio. Do número total de lugares, cerca de 60 foram destinados aos familiares de Alessandro Silveira, Ministério Público e estudantes de direito. As outras 120 vagas foram disputadas pelo público em geral. Para organizar a entrada, funcionários do Fórum distribuíram senhas. Só entrava quem apresentava o papel. E para conseguir uma foi preciso chegar bem cedo. Depois de lotado o auditório, as portas foram fechadas. Só era permitida a entrada, quando alguém saía. Até o anúncio da sentença, já na madrugada de hoje, apenas quatro cadeiras localizadas sob goteiras ficaram vazias. No lugar de público, baldes para a água da chuva.

A última página desta edição que contempla informações sobre o caso Adriano da Silva é a 9. Mantendo a notação da editoria a que pertence (Cidade), a folha organiza sua abordagem pela utilização equilibrada de imagens e textos verbais. Na primeira coluna, que atravessa a lauda de cima a baixo, está o *box* “Personagem”, semelhante ao que encontramos na página 07. A única distinção entre eles é que, aqui, a seção ocupa um espaço maior e vem acompanhada de duas fotos, ambas dentro das retículas.

Essas imagens, como as demais usadas ao longo da edição, são de fundo vazado. Na primeira, vemos Adriano sentado num corredor com bancos, com os cotovelos apoiados sobre as pernas, as mãos cruzadas e a cabeça baixa. Ao seu lado há outro homem, de cabelos claros e compridos. Ele mantém os braços cruzados sobre o peito e usa uma camiseta de mangas curtas, onde vemos estampado o distintivo da polícia.

Na cena seguinte, as personagens se repetem, mas desta vez ambos estão em pé e de costas para o leitor. Adriano está com as mãos atrás do corpo, presas por uma algema, enquanto o homem o segura pelos braços. Na parte de trás da camiseta do policial vemos o mesmo símbolo que havia no lado esquerdo da frente, mas estampado em seu centro. Ao pé da foto percebemos a presença de algumas pessoas (suas cabeças), que olham Adriano passar. Entre uma fotografia e outra está o texto verbal, em forma de pergunta e resposta.

Ao lado desse quadro, no topo da folha, temos uma notação: “Deslocamento”. Ela aparece grifada em uma tarja cinza e, abaixo dela, em duas colunas, acompanhamos um relato verbal e uma imagem, ambos do mesmo tamanho. A fotografia adota um enquadramento que não contribui para a descrição clara da cena: parece que está dividida ao meio. Numa metade observamos um policial, enquadrado em *plonggé* (ângulo marcado pelo inclinamento da câmera de cima para baixo), abrindo a porta traseira de um caminhão de transporte de prisioneiros; na outra metade, em ângulo reto, vemos a cabeça de Adriano saindo do caminhão.

As notas e Notícias sobre o tema ainda se estendem a outros momentos na página, entre os quais um quadro sob o título: “Só uma mãe”. Cercado por retículas, o *box*, além da narrativa verbal, traz a foto de uma mulher em primeiro plano, cujo

rosto está semi-inclinado para baixo. Ela tem os cabelos presos e a alça de uma bolsa ao ombro. No canto direito do enquadramento segue a legenda: “Cláudia Dorneles foi a única mãe dos outros meninos assassinados a acompanhar o julgamento”. Ao lado do quadro, em uma única coluna, vemos outras duas pequenas notas: “Estratégia urgente” e “Júri machista”.

Por fim, encerrando a cobertura, ao pé da página lemos a seguinte manchete: “Senhas para garantir lugar”. Formada por três colunas, a nota é acompanhada de uma foto, na horizontal, que revela um saguão repleto de pessoas; porém, como a imagem é pequena, não é possível observar muitos detalhes sobre ela.

Considerando que a descrição tem a finalidade de gerar um conjunto de dados que simplifiquem a complexidade da estrutura narrativa através da qual se organiza o texto (que, ao invés de estar restrito a códigos verbais, é entendido aqui de modo amplo), podemos dizer que este conjunto de elementos compõe o **Discurso** noticioso. Ele se constitui de significantes variáveis – cujos planos de expressão vão desde palavras, passando pelas imagens e seus recortes para, enfim, converter-se em marcas gráficas –, mas que têm a invariabilidade de sentidos objetivada pela retórica de alguns significados. Essa reiteração constante se dá na medida em que tais significados, ora ou outra, são acordados pelo jogo dialético dos signos, que explicitamente indicam possíveis trajetos de leitura.

Sobre tais trajetos, aliás, é pertinente comentar o esforço discursivo para fragmentar a narrativa noticiosa – do mesmo modo que observamos nas análises anteriores –, a começar pelas informações disponíveis na capa do jornal. Embora a chamada para os desdobramentos da pauta estejam no centro da capa, desde já ela pontua o recorte de unidades estruturais, nominando cada trecho de leitura que o sujeito encontrará e, por conseguinte, antecipando assim a interpretação de sua totalidade. Como nas páginas que seguem essas unidades, convertidas no mais das vezes em palavras, não se repetem da mesma forma (mas adotando indícios semelhantes), é possível um esforço para conectá-las: será que o Discurso contou tudo que prometeu?

Por um lado, de acordo com Barthes (1988), esse desejo de saber o fim da história motivado pelo anúncio da capa, essa excitação de saber o que há depois do

prefácio, dentro de cada termo do índice, é um dos fatores responsáveis por arrastar o leitor pela narrativa. Por outro, essa fragmentação que transcende o anúncio inicial e se estende pelas páginas da cobertura constrói fendas entre as inúmeras informações que estão espalhadas, isoladas umas das outras por subtítulos ou retículas, complicando a percepção de sua totalidade.

Além disso, esses itens sumarizados, associados ao *lead*, caracterizam-se como uma espécie de abertura performativa do relato, instituindo, conforme o autor (1988, p. 148), algo de sagrado na narrativa que segue. Sua finalidade é “*descronologizar* o fio histórico, e o reconstituir, mesmo a título de uma mera reminiscência”, ou seja, convertê-lo em representação, dando-lhe um tempo próprio de existência, como se não houvesse nada antes, nem depois: o tempo do fato é o tempo da enunciação e o tempo da enunciação é o tempo presente. Para quem o acessou, enquanto o acessava, existiu.

Ainda sobre a construção dessa cronologia peculiar de que tratávamos, é relevante destacar a articulação discursiva que constrói certo *efeito de realidade* junto à narrativa e que aparece não apenas na capa, mas em inúmeros momentos no interior da publicação. Trata-se de alguns elementos que, ao serem relacionados, presentificam-se mais para conotar o real do que para destacar seus conteúdos. Exemplo disso é o box da página 07, sob o título “Passo a passo do julgamento”. Contemplando uma descrição pormenorizada, minuto a minuto, do que aconteceu durante as 16 horas na sala do júri, é ela que realiza o fato, acordando-o no tempo e no espaço. Tal percepção pode ser reforçada, ainda, pela sobreposição da legenda (“00h43: Adriano assina a sentença”) à Fotografia (onde ele o faz). Ela indicia a reprise de significados, inclusive no que diz respeito ao tempo histórico, já que a imagem fotográfica é nada mais do que a evidência do referente morto.

De outra maneira, a repetição em si é mais um aspecto que já percebemos vivificado na narrativa e que pode ser apanhado via observação de alguns conjuntos significantes. Ela merece, aqui, atenção especial, pois evidencia certo cerceamento do código: formas diferentes que, ao serem submetidas à mesma estrutura, produzem igual sentido. Na manchete e no texto da capa, por exemplo, observamos o destaque dado ao tempo da pena: “21 anos e 05 meses”; depois, a descrição dos

crimes “homicídio duplamente qualificado e ocultação de cadáver”, a caracterização da vítima “o menino Alessandro Silveira”, a caracterização do réu “irrecuperável” e, finalmente, a fotografia que mostra Adriano recebendo a sentença, proferida por alguém que está acima dele (este acima deve ser entendido em toda sua ambiguidade). Os dados repetem-se no interior da publicação e, ao serem associados a outras expressões, como “necrofilia” e “pedofilia”, acabam deformando as causas e efeitos do acontecimento, assim como impondo sua significação.

Além disso, tanto na capa quanto no interior do jornal, temos uma fotografia e um recorte que se sobrepõem: a imagem de Adriano algemado, em uma, e o plano detalhe das algemas superampliado na outra; a expressão grave no rosto do juiz sobre a sua cabeça, em uma, e o ar de desdém e reprovação do promotor, na outra. Nessa mesma perspectiva, também merece acuidade a organização gráfica da página 05, onde a foto predomina no espaço diante do texto verbal e acaba por impor seu sentido sobre ele. Por contiguidade podemos associá-la ao título: <<porque é irrecuperável deve ficar preso>> e conotar todo o sentido do relato. Ao final da primeira leitura, temos a impressão de que esses poucos elementos representam a síntese da notícia.

O constrangimento do sentido de determinados signos ainda pode se dar de modo menos elaborado, mas não menos violento, por meio da escolha desta ou daquela palavra, que ao arrastar consigo uma bagagem translinguística nos pressiona a determinada interpretação. Este é o caso, na Notícia, do uso da expressão <<acatar>>: “os jurados foram unânimes, acatando a tese do Ministério Público”, ou ainda “o resultado foi positivo porque o Conselho de Sentença acatou na íntegra a tese do Ministério”. Embora ela possa ser entendida como <<respeitar>>, seu uso consensual (estereotipado) aproxima-se mais de <<obedecer>>, fortalecendo, assim, o Ministério Público, em detrimento do Conselho de Sentença (sociedade civil). Isso mostra como as escolhas que fazemos ao construir determinado Discurso revelam uma **Ideologia**, possivelmente, à qual estamos submetidos. O signo <<acatar>> aqui funciona, então, como um elemento de opressão do significado.

Ao mesmo tempo esse constrangimento pode ser observado na sessão “Personagem”, que aparece nas páginas 07 e 09 do jornal publicado no dia 16 de agosto. Trata-se da transcrição de um suposto diálogo entre o periódico (ou seu representante) e algumas pessoas que estiveram envolvidas com o julgamento. Mais uma vez, a instituição, neste caso *O Nacional*, assujeita o indivíduo, pois fala em seu nome. Isso se revela ao encontrarmos antes das perguntas a sigla ON, diferentemente do que é apresentado antes das respostas: o nome do entrevistado.

Caracterizado pelo formato entrevista, observamos no texto a interpelação como energia de afirmação: “Gostou?”, registra ON ao questionar Karine Fhumann; ou então, “Como ele se comporta durante o percurso?”, ao conversar com Jean Bastos. Embora o entrevistado tenha respondido “Normalmente”, a interpelação discursiva insiste: “desta vez ele demonstrou algum nervosismo?”. E diante de uma nova negativa, reprise: “ele já reagiu?”.

A sequência de questões não constrange apenas o entrevistado, mas pode constranger também o leitor, que se flagra na procura por alguma <<anormalidade>>, estrutura característica do *Fait Divers*, como veremos adiante. E ancorados por esse pressuposto, podemos crer que o produto da composição referida é ilustrado pela resposta que Jean oferece em uma das últimas questões: “Sempre há revolta” (pontuando algo corriqueiro), e perseverando na negativa do incomum: “Hoje (ontem), por exemplo, quase não houve protestos”, possivelmente levando o leitor a uma frustração.

São esses elemento referendados até momento que apontam para uma estrutura típica dos textos jornalísticos, mas não são os únicos. Há uma divisão clássica, e reiterada pelos pesquisadores da área, dessas narrativas, que ora são informativas, ora opinativas. Este último era o formato mais utilizado no início da história da imprensa brasileira, mas gradualmente foi perdendo espaço para a descrição, em forma de relato, de acontecimentos factuais. Este novo tipo de texto, à medida que passou a preponderar nas páginas dos veículos diários, adquiriu certas características que marcam não apenas verbalmente, mas visualmente, sua presença.

Nesse sentido, é possível observar na Notícia em questão indicadores que lhe emprestam um caráter informativo: a chamada de capa (tradicionalmente utilizada para destacar Notícias de relevância pública ou reportagens especiais); o *lead*, como já dissemos (resumo dos principais dados pertinentes ao fato) que se repete também nas páginas 05 e 06 – oferecendo outros significantes, mas constringendo aos mesmos significados; a fotografia (indício de um referente real); a cartola (um ponteiro para os diferentes assuntos tratados dentro de uma mesma editoria) e o uso da terceira pessoa do singular, registrando certa impessoalidade na narrativa, assim como certo distanciamento entre o jornalista, autor do texto, e o leitor, espectador do acontecimento.

Todavia, nas Notícias do caso Adriano essa aparente objetividade pode se perder diante da sentença do título interno – “Irrecuperável” –, particularizando a emissão de um juízo de valor (além de se caracterizar como rótulo), cuja origem e explicação só acessaremos mais tarde, de forma incompleta, ao ler o texto na íntegra. Além disso, graficamente, a referida palavra não veio acompanhada das aspas, *shifter* que designaria o testemunho ou a fonte.

Em oposição, para vivificar o constringimento de sentido que o conjunto significante evoca, podemos recorrer, como modo de comparação, à manchete da página seguinte: “Não foi ele”. Como se trata de um título construído a partir da fala de outrem (tanto quando o anterior) e cuja energia enunciativa o Discurso quer enfraquecer (ao contrário da primeira manchete), este, sim, aparece marcado pelas aspas, como se, ao mesmo tempo em que enunciasse a afirmação, se desculpasse por ela: <<não fomos nós que dissemos isso>>.

Essa anotação também pode ser feita ao observarmos a manchete da página 06: “Réu nega assassinatos, mas admite necrofilia”. Aqui a enunciação não aparece entre aspas, nem necessita delas, pois o marcador discursivo que evidencia a fonte e a responsabiliza pela afirmação ganha tangibilidade: o <<réu nega, o réu admite>>. Assim, travestida de informação, a qualificação passa despercebida como trabalho de significação e sucumbe à força da obviedade.

Essa evidência ainda pode ser observada na atmosfera irônica que subitamente assalta o relato, até então com características informativas: “Artur Costa



encerrou sua intervenção dizendo que não se pode condenar o réu, que aos 10 anos de idade matava galinhas a facadas e escondia os animais mortos”. Diante do trecho temos, inicialmente, a impressão de que a frase é uma transcrição da fala de Artur, mas, como essa constatação não é confirmada pela ausência de aspas ou de um indicador de fonte, compreendemos a contrariedade que se estabelece, e que, possivelmente, não estaria relacionada à fala do defensor do réu: <<como não condenar um matador nato>>.

Sobre a ausência do enunciador também podemos destacar a frase: “Segundo o documento, o transtorno anti-social de personalidade com traços de necrofilia e pedofilia torna o réu irrecuperável”. Repetida na mesma Notícia duas vezes, indicia um tipo de coisificação do sujeito, já que a inscrição não se refere a ninguém em particular (uma pessoa), mas a uma coisa, um objeto (o documento): ele é o responsável pela caracterização do estado psicológico de Adriano. Assim, camuflado pela opção fraseológica, o sujeito da enunciação assujeita-se, submete-se à linguagem, anula-se em detrimento do sentido denotado/conotado, aquilo que pretensamente precisa ser dito. Porém, também podemos entender que, diante desse cenário em que ele se descompromete propositalmente e descompromete o outro, afinal <<quem>> é um documento?

Os fatos estão, assim, organizados em ordem cronológica decrescente, o que equivale a dizer em ordem crescente de importância, contemplando o Socioleto de um grupo cultural, o dos jornalistas. É este profissional, tendo como pressuposto seu conhecimento técnico, mas, e essencialmente, sua babagem de leitura e compreensão da realidade, quem determina, quando produz do texto, os aspectos que parecem mais relevantes sobre determinado acontecimento, caracterizando o relato como uma **Pirâmide Invertida**. Embora sua dinâmica não se revele em todas as páginas do jornal, predomina entre elas: sua estrutura dá a impressão de que o parágrafo introdutório é um imenso *lead* que abraça todo o conteúdo sobre o tema em questão publicado naquela edição.

A escolha recaiu sobre o “o quê”: “Adriano da Silva foi condenado”; para, em seguida, contemplar o “como”: “por unanimidade”; e, por fim, as informações adicionais, com ênfase no porquê: “pelos crimes de homicídio duplamente qualificado

e ocultação de cadáver contra o menino Alessandro Silveira”. É uma estrutura que revela – assim como a imposição de normalidade percebida nas entrevistas – o **Fait Divers**, do tipo **Causalidade**, em que os motivos não são desconhecidos, mas deformados pela ilogicidade – “é um menino” –, esvaziados de sua historicidade (as outras dezenas de assassinatos de Adriano que não são citados e os que são estão contextualizados) e, com isso, tornando-se inexplicável aos recursos da racionalidade: “O documento também aponta que o condenado é irre recuperável”.

A deformação também pode ser observada pelo uso recorrente da palavra surpreendeu: “os jurados”, “os presentes”, “a todos”, que, além de qualificativo de um comportamento, pode se converter em subtítulo – “A surpresa” –, cujos sentidos poderíamos associar à ideia de <<apanhar de improviso>>, <<espantar>>, ou, ainda, <<maravilhar>>, ambas conotando uma circunstância incomum, desconhecida, ou inesperada, a ponto de afetar o outro.

O território do extraordinário pode também estar aqui relacionado à fabulação que a narrativa constrói, cercando os crimes e suas personagens de certa magia: “Uma versão apresentada ontem à tarde, demonstrou que Adriano é um predestinado a encontrar cadáveres”; “Adriano alegou que Douglas de Oliveira Hass morreu após sofrer um mal súbito”; “avô garante que ouviu os gritos de Leonardo Dorneles dos Santos através das paredes, mas os vizinhos utilizavam tranquilizantes para dopar o menino” (em março de 2004, mesmo que os restos mortais dele tenham sido encontrados em setembro de 2003, conforme a Notícia); “Chegaram a sobrevoar minha casa com três helicópteros para tentar me pagar, acabaram desistindo”. O conjunto das orações ora registrado mostra que a cronologia dos fatos relatados e as circunstâncias que os envolvem estão chafurdadas em mistério, para os quais ainda não há uma explicação racional e imediata, apenas a perspectiva da fatalidade.

Reforçando a proximidade entre o relato noticioso e a narrativa ficcional, encontramos ainda nas respostas de Karine Hufmann outro indicativo: “episódio de provocações”; “as confusões renderam gargalhadas a platéia”; “Alguma cena ou atuação te chamou mais atenção?”, e a resposta “Mas depois que o julgamento começou, a história foi outra. Gostei muito da atuação do defensor”. Destaque para

as palavras atuação (ligada ao teatro, cinema), episódio (ligada à televisão) e cena (contemplando ambos).

Elemento que corrobora tal aspecto é o apelo à emoção. Ele fortalece o <<Oráculo da Tragédia>> desviando a atenção do sujeito dos dados do acontecimento para o impacto que ele causou ou causará: “mantinha relações sexuais com cadáveres”; “relação sexual com o menino antes de ocultar o cadáver”; “21 anos e 5 meses”, “tenho certeza que enquanto Adriano estiver preso nenhuma criança morrerá nas mãos desse maníaco” (apelo de mãe) e “o paranense assustou a acusação”; sem mencionar o uso insistente da palavra “menino”.

Conforme Barthes (1971), trata-se, então, de uma informação sensacionalista, pois introduz a noção de conflito a partir da factualidade (do fato, acontecimento, que neste caso é o assassinato) para compreender o excepcional (a pedofilia, a necrofilia, a morte de uma criança em circunstâncias inexplicáveis). Nessa perspectiva a Causalidade manifesta-se através de seus dois subtipos: **Causa Perturbada** e **Causa Esperada**. Isso é possível porque, segundo Barthes (1971), tipos e subtipos de *Fait Divers* não aparecem isoladamente, numa dinâmica de exclusão, mas podem se combinar formando uma trama discursiva.

Neste caso, o primeiro subtipo, de Causa Perturbada, revela-se através da observação da abordagem dada ao motivo do conflito: <<por que o menino foi morto?>> ou “dizendo que matou o menino porque estava sendo acusado injustamente pelas mortes ocorridas em Lagoa Vermelha”, em que o absurdo prevalece como explicação. Aliás, é um problema que está traduzido simplificada e no texto pela seguinte questão: <<por que Adriano foi condenado?>> ou “Tenho certeza que enquanto Adriano estiver preso nenhuma criança morrerá nas mãos desse maníaco”. A resposta revela-se solidificada pela ideia de morte e de condenação, como se uma fosse a motivação da outra, encerrando a explicação do sensacional.

Contudo, se fizermos uma leitura mais atenta, é possível observar que esse *jogo-de-mão* instalado na dinâmica dos signos descontextualiza a narrativa, de modo que o determinante (a causa) é abstrato e deixa apenas vestígios de seu domínio. No segundo parágrafo da página 05 encontramos: “Adriano da Silva sofre de

transtorno anti-social de personalidade com traços de necrofilia e pedofilia”, e mais adiante, na última e derradeira frase da Notícia: “A confissão do réu e um exame de DNA confirma a identidade da vítima”.

Outras figuras de linguagem dessa situação conflituosa revelam-se por meio das marcas na forma de interpelação. O Discurso obtém reconhecimento do sujeito leitor não apenas por aquilo que diz, mas pela forma de dizer, também espetacular. No caso desta Notícia, há uma apropriação dos códigos jurídicos, apresentando um vocabulário incomum, distante do cotidiano dos leitores, ilegível até, e diante do qual os interpelados não têm argumentos: “julgamento”, “sentença”, “reclusão em regime fechado”, “homicídio e ocultação de cadáver”, “tese”, “necrofilia”, “réu”, “condenado”, “transtorno”, e a própria imagem do homem algemado e sentenciado pelo semblante grave e punidor do juiz e do promotor. Diante de tais figuras parece não haver outra saída senão se submeter aos sentidos estereotipados a que correspondem.

Além disso, o texto caracteriza-se pela abordagem enfática dos efeitos, uma vez que a manchete (recurso que dá destaque à principal informação apresentada pela Notícia), o *lead* (resumo dos fatos) e a fotografia (registro de um homem algemado e repreendido) referem-se a ele. Os significantes articulados sugerem a mesma direção: matou e “foi condenado a 21 anos e 5 meses de prisão em regime inicial fechado”, escamoteando sua história, as outras mortes, as outras penas, os outros protagonistas, e assujeitando o acontecimento às figuras do tempo presente e efêmero, perdido na aparente irrelevância do contexto.

Já a Causa Esperada, embora com pouca ênfase, revela-se na medida em que a história é protagonizada por uma criança morta (ou muitas) e, portanto, já sem chances de ser protegida por qualquer tipo de poder. Diz o texto: “condenado por homicídio duplo e ocultação de cadáver contra o menino Alessandro Silveira (13 anos)”. Há aqui uma projeção por parte do leitor, considerando que a criança representa um dos ciclos da vida (já fomos filhos e talvez sejamos pais). Ao reconhecer-se na trama, o sujeito interpelado projeta-se nela, vivendo através do outros os conflitos da essência humana, representação de situações reais, mas com as quais não precisa se comprometer seriamente, uma vez que a sentença já foi anunciada.

Há, por fim, evidências de um *Fait Divers* de **Coincidência**, subtipo **Repetição**, onde a morte, tantas vezes recorrente, reproduzida em lugares distintos e com diferentes protagonistas, é explicada através da irrecuperabilidade do réu. Todavia, essa repetição não está explícita no texto, como consequência da descontextualização, mas povoa o imaginário da audiência e provoca identificação por analogia.

O esvaziamento da história (contexto) pode ser percebido de modo peculiar no tipo de imagem proposta pelo relato. Em sua maioria, tem o fundo vazado, que contorna o corpo da personagem com a folha branca do jornal e o cerca pelos signos verbais. Diante delas precisamos deduzir um susposto cenário que as abraça, mas não há garantias de que esse exercício imaginário compactue com o referente real; por outro lado, trata-se de um esforço que polissemiza os sentidos, característica própria da imagem.

Nesta investigação, a **Fotografia** pode ser significada por meio de duas subcategorias: o **Studium** e o **Punctum**. Observamos que a primeira delas é predominante: para nós, todas as imagens publicadas motivam um interesse geral sobre o tema que abordam.

Recolher o studium é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discutí-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o studium) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores (1984, p.48).

É cultura por se tratar de um sentido compartilhado, reproduzido, como a curiosidade descomprometida de conhecer a figura que corresponde à personagem: Adriano (que está sendo julgado), o avô (que testemunhou em favor do réu confesso no caso da morte do neto), o juiz (que preside o julgamento), o promotor (que defende um assassino, já condenado uma vez) e Eliane e Cláudia (mães que perderam seus filhos). Sob este mesmo pressuposto está o interesse no cenário do julgamento, tal qual evidenciam as fotos de capa, da página 06, no pé da página 07, no topo da 08 e na 09. São cenas que ilustram os lugares, a relação entre as

peças, a lotação do salão do júri, os cuidados com a segurança que cerca Adriano. São interesses vulgares até, que não afetam o leitor e, portanto, pouco o mobilizam ou o dispõem em derisão.

Entretanto, distinto deles, está o *Punctum*. Trata-se do detalhe em uma ou outra imagem que nos punge, desequilibra, desconforta até, feito uma <<picada>>, de abelha ou de agulha. Desse tipo inquieta-nos não exatamente uma foto, mas a relação estabelecida por duas imagens, estruturadas uma à frente da outra, na página 07 desta edição.

De um lado está o avô de Leonardo Dorneles, testemunha da defesa; do outro, a mãe de Eliane Silveira, avó de Alessandro, o menino cujo assassinato está sendo julgado. Ambos estão de perfil, em *close*, e o enquadramento das imagens é o mesmo (ou seria o recorte manipulado?). Diante da composição temos a impressão de que se encaram, se reconhecem, iguais (velhos, avós) e diferentes (um abrigado na defesa, o outro na acusação). O rosto da mulher tem feições duras, lábios grandes e levemente unidos para frente, como uma desaprovação. Seu olhar pontual está na altura da boca do avô, que a mantém fechada, e associado a este gesto percebemos os olhos, direcionados para o chão.

A cena, para nós, caracteriza-se como um anúncio imperativo de silêncio, porque não há nada mais a ser verbalmente dito. As palavras são insuficientes para a polissemia de sensações, de dores, que proliferam nesta mulher e, por analogia, em sua filha e nas outras mães. Por que será que ela não nos vê, fora da imagem? Nos ignora ou quer nos ignorar? No momento da leitura parecemos tão distintos (descomprometidos com a dor que sentem) que nos apagam do jogo estabelecido. Nossa presença esvazia-se.

O outro detalhe que nos assalta está na página 08. Refere-se à cena em que o promotor público dirige-se à bancada onde estão os advogados de acusação e o juiz. Nossa fruição é mobilizada pelo desenho do corpo de Artur da Costa, que, com os joelhos semidobrados, o tronco encolhido e a boca aberta, nos lembra a figura de

um *clown*. Segundo Luiz Otávio Burnier<sup>45</sup> (2001), é um personagem que nasceu na comédia grega e romana e se popularizou através da *commedia dell'arte*. Suas atuações tinham uma alternância entre o solene e o grotesco para representar a sociedade e o sistema em que vivemos, relativizando normas e verdades sociais.

Assim como o *clown*, o promotor público, flagrado em ação, evidencia uma combinação paradoxal entre o trágico e o cômico, colocando em xeque as causas, os motivos, os cenários, transbordando a descrição verbal da Notícia. Nesse sentido, a roupa que veste, num desalinho provocado pelo movimento, os traços do rosto deformados (tal qual o papel da maquiagem adotado pelo palhaço), assim como os gestos dilatados e registrados na Fotografia, sugerem acentuada energia emotiva, transformando a fotografia numa descrição vívida do referente.

*O clown é a exposição do ridículo e das fraquezas de cada um. Logo, ele é um tipo pessoal e único. O clown não representa, ele é [...] Não se trata de um personagem, ou seja, uma entidade externa a nós, mas da ampliação e dilatação dos aspectos ingênuos, puros e humanos (como nos clods), portanto "estúpidos", de nosso próprio ser. François Fratellini, membro de tradicional família de clowns europeus, dizia: 'No teatro os comediantes fazem de conta. Nós, os clowns, fazemos as coisas de verdade'. (BURNIER, 2001, p. 212)*

Burnier lembra que o trabalho de criação de um *clown* é extremamente doloroso, pois confronta o artista consigo mesmo. Ora, sendo assim, também o é supostamente difícil para Artur da Costa, que advoga em favor de um assassino de crianças. Sua imagem na Fotografia parece a tradução de um conflito pessoal (talvez), mas, sobretudo, social: pagamos (já que ele é promotor público) para que defenda um réu confesso, que tirou vidas. Há uma relação aqui entre o absurdo e o justo. Ao nos depararmos com sua imagem, deparamo-nos com a nossa imagem, o espelho da sociedade, e, ao questioná-lo: "defenderia alguém como Adriano?", questionamos a nós mesmos.

Por outro lado, <<alguém como Adriano>> é a evidência de um rótulo, o reducionismo da complexidade em que o sujeito se constitui, em favor do modelo,

---

<sup>45</sup> BURNEIR, Luiz Otávio. *A arte de ator: da técnica à representação*. Campinas: editora da Unicamp, Campinas, 2001.

análogo, simples e acabado. Trata-se também, por transferência, de substituir a qualificação pelo nome próprio. Observamos isso de modo muito claro na análise da edição anterior: “os adrianos”. Mas quem são eles? Nesses textos são os “irrecuperáveis”, os “assassinos”, os “matadores de crianças”, os “maníacos”, os “animais” e os “bandidos”, como se as nomações fossem sinônimas umas das outras (embora possam significar uma diversidade de circunstâncias e comportamento) e o tempo que passarão “atrás das grades não é **(será)** suficiente para pagar**(em)** pelos crimes cometidos **(que cometeram)**” [**intervenções nossas, por associação**], responde no Discurso Cláudia Dorneles.

A mesma relação de substituição do nome pelo adjetivo, por meio da comparação, revela-se na menção do supostamente também “bandido”, “assassino” (etc.) Nei Machado, citado na Notícia como referência de periculosidade: “Dá um pouco de medo. Ele tem um transtorno de personalidade, nunca sabemos qual será a sua reação. Já transportei Nei Machado, mas com o Adriano somos obrigados a ter diversos cuidados”. Não importa se conhecemos a personagem mencionada, pois seu nome não cumpre a função de resgatar os crimes que pode ter cometido ou a situação vivida, mas aparece aqui como signo de perigo, de cuidado, de segurança (figura também estereotipada pela imagem do agente penitenciário e pelos relatos quanto ao transporte de Adriano). Além de apontar para o sentido cristalizado, esta observação revela a imanência constitutiva do *Fait Divers*: não precisamos saber de nenhuma argumentação externa ao Discurso para entendê-lo.

Ao propormos uma análise da narrativa jornalística, não pretendemos com ela apontar o que é certo ou errado no que tange ao processo julgado ou ao conteúdo apresentado, nem encontrar qual seria o sentido de cada texto e da totalidade do Discurso, porque, como insistimos até agora, não há um sentido final e absoluto. O texto é constituído por signos rolantes, em permanente movimento, com combinações infinitas, o que faz de sua estrutura algo dinâmico, que pode ser ressignificado pelo sujeito que o acessa..

No mais das vezes a análise que propomos se configura pelo esforço em transbordar o texto, identificando e abalando a pressão dos **Estereótipos**, os resíduos da cultura, que teimam em etiquetar os signos em favor de uma linguagem



dominante e, por conseguinte, ideológica. Se não o percebemos e deixamos a energia da obviedade efetivar-se pela etiquetagem, demitimo-nos de nós mesmos, como diz Drummond (1984)<sup>46</sup> no poema “Eu etiqueta”, para sucumbir a essas “mensagens, letras falantes, gritos visuais, ordens de uso, abuso, reincidências. Costume, hábito, permanência, indispensabilidade, que fazem de mim homem-anúncio itinerante”. E presos pela cristalização do sentido, senão consumidores de objetos, mas de significados, transformamo-nos em reprodutores de um Discurso de interditos. Assim como carregamos marcas e conceitos pendurados às roupas, calçados e acessórios que compramos, sem nos darmos conta de que significam, também carregamos e reincidimos os sentidos a cada texto encontrado.

Etiquetados também estão na estrutura da Notícia as ideias de julgamento, sentença e condenação. A sequência desses procedimentos aparece como a única solução possível para Adriano, embora não o seja para as perdas que causou: “Eliane Silveira lamenta que a condenação não trará seu filho de volta. ‘Valeu a pena esperar 16 horas. Tenho certeza que enquanto Adriano estiver preso nenhuma criança morrerá nas mãos desse maníaco’, concluiu”. Aliás, a palavra criança aqui evidencia outro Estereótipo, o da infância, que, associado ao rótulo de periculosidade, fortalece a *ideia* de desproteção. Diante desses sentidos, o Discurso articula-se em torno de uma consequência: a revolta, estruturando sua exagerada valorização, como observamos na entrevista feita ao agente penitenciário. A pressão sobre o sentido só cessou à sua resposta: “Sempre há revolta. [...] Nas primeiras vezes que viemos para cá era muito complicado. Chegavam a tentar atirar objetos nele”.

Há até, no relato noticioso, o rótulo sob a perspectiva do **Poder**, revelado pelas fotos de capa, da página 05 e da página 06, em especial referendando o poder institucional. No primeiro caso ele aparece diante da suposta superioridade do juiz, cuja imagem está acima de Adriano, algemado diante dele. No segundo momento, o Estereótipo revela-se pelo olhar de desdém do promotor na foto-retrato. E, finalmente, o terceiro caso anuncia-se no sistema de constrangimento que coloca

---

<sup>46</sup> ANDRADE, Carlos Drummond. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Adriano de um lado da mesa e os quatro representantes da lei, do outro. Dizemos tratar-se de um Estereótipo porque, para Barthes (1978), como revisitaremos adiante, o Poder não se resume a algo político; é mais uma energia que está em todos os lugares e que mobiliza o sujeito, tal qual o prazer. Para o autor Poder é prazer.

Percebemos isso, por exemplo, na energia que condena, motivada pelos crimes que Adriano possivelmente cometeu. Então, o Poder estaria realizado nas mãos presentes na sessão do júri, nos próprios jurados e na força da unanimidade: “Os jurados foram unânimes, acatando a tese do Ministério Público por sete votos a zero”, embora o Discurso tente ainda constranger essa energia por meio da expressão “acatando”, por exemplo, como discutimos há pouco; ou ainda na ação do próprio juiz Francisco da Rosa Marinho, não por ser superior, mas pelo anúncio da sentença, mobilizado pela necessidade de que seja aplicada. Também seria sua a negação do réu: “O paranaense também negou a autoria de outros dez crimes”, motivado pelo prazer da liberdade. Essas variações de Poder, então, não impedem a rotulação fácil, cujo pacto entre a linguagem e a Ideologia se revela estabelecido.

Encontramos ainda outras ocorrências de rotulação nestes textos: 1) a nomeação do subtítulo “Júri machista”, como se qualquer grupo formado por homens representasse certo conservadorismo, o transliguístico que se arrasta com a palavra; 2) a utilização da palavra cadáver, repetida inúmeras vezes ao longo das Notícias e que esvazia a relação do corpo morto com a corpo vivo, transformando-o em objeto; 3) e a abordagem que aponta para a relação sexual como transgressão, uma vez que se efetiva diante do corpo sem vida uma violação da outra, que (como no caso Clodoaldo, depois de morto não tem direito ao seu próprio corpo).

Por fim, mas não menos relevante, encontramos um deslocamento da linguagem, que, ao contrário dos Estereótipos, deixa-nos em desequilíbrio diante do relato, pois, ao longo do trabalho da significação, nos leva de um termo a outro infinitamente, polissemizando a produção de sentido. Trata-se da metáfora presente na fala do promotor público: “a Sessão do Júri não pode ser transformada numa missa de corpo presente”. Ela não se organiza sob uma estrutura carcerária, pois não há relação imediata dos sentidos denotados com o significado conotado. Como

leitores, é preciso que preenchamos as fissuras do Discurso com uma bagagem muito subjetiva, advinda dos acúmulos da cultura e sua reinterpretação. No entanto, tudo indica que há certa opressão nesse processo, já que muitas vezes as metáforas se solidificam por meio da narrativa mitológica contemporânea e, portanto, distribuída pelos meios de comunicação.

Com esse pressuposto, poderíamos dizer que a referida metáfora conecta-se com a figura mítica da **Constatação**. De certa forma, está assentada sobre uma reflexão que se esvaziou em detrimento da afirmação: a foto do defensor público segurando uma edição de *O Nacional*, onde diz: “Adriano, o predador”. Embora a metáfora pudesse representar uma ponderação, o resultado aparece como algo inalterável. A operação deste **Mito** parece assentada em outro, o da **Identificação**, que repele a figura do réu, caracterizando-o como extraordinariamente diverso de nós mesmos e que, portanto, deve ser mantido a distância. Ora, se é diferente de nós, nada do que ele fez poderíamos ter feito. Então, não há por que questionar nossa porção de humanidade, ou qualquer conflito ético sobre o que poderíamos chamar de prazer. Sua qualificação nos mantém seguros.

Sob esta mesma figura, mas resguardado por uma mitologia inversa àquela que relacionamos à personagem de Adriano, está, por exemplo, a imagem das mães que acompanharam o julgamento. Não são tão diferentes de nós, não exigem a repulsão, mas também não são tão iguais. Como entender a complexidade da maternidade para quem não é mãe? E para quem é, como compreender a perda do filho ainda criança? Embora o Mito da Identificação não exija, neste caso, um completo distanciamento, impõe a necessidade de reduzir essas personagens a um modelo homeomorfo.

Encontramos também na Notícia a evidência do Mito **Omissão da História**. Sua estrutura busca, por meio das ausências e de astigmatismo de sentido, esvaziar o fato de sua historicidade, dissociando-o de sua origem ou distanciando-o de seu contexto. Percebemos isso na medida em que o relato cita outros casos de assassinato e necrofilia, sem mencionar as circunstâncias em que se deram ou como se relacionam (embora um ou outro receba atenção especial na narrativa, geralmente por meio de uma justificativa deformada). Além disso, o caso mesmo a

que o julgamento se refere está liberto de qualquer informação, a não ser pelo nome da chamada vítima. Afinal, do que trata o Discurso: do julgamento? Das consequências? Ou da quantidade de mortos?

Essa questão pode ser parcialmente respondida se nos debruçarmos com acuidade sob as Notícias. Nelas predomina certa ênfase nos números, como se o referente real dos acontecimentos, sua gravidade e sua solução pudessem ser explicados pela via da quantificação. São “21 anos e 05 meses” de prisão, diz a manchete de capa; “Depois de quase 16 horas de julgamento”, o *lead* reforça; O réu “negou a autoria de outros dez crimes”, relata outra Notícia, embora ele já tenha sido “preso e condenado a 27 anos de reclusão”. Sobre a sua periculosidade a narrativa reforça: “mais de 20 homens do [...] auxiliaram na chegada do réu”. Foram 21 jurados convocados, 14 eliminados, os 07 que sobraram só homens; e, por fim, o julgamento foi assistido por 180 pessoas, que lotaram a Sala do Júri.

A articulação dos códigos estrutura-se, então, para compensar a circunspeção do crime (matar alguém) pelo número de anos que o suposto assassino ficará preso, como se houvesse, de fato, uma correspondência racional entre a sentença e o crime. Essa diligência, aliás, aponta também para o **Mito da Vacina**, cujo tropo consiste em desviar a atenção para um fato de menor relevância, escamoteando a essência do conflito. Nessas Notícias a ênfase recai sobre a sentença e o julgamento, embora haja outros crimes e outras circunstâncias citadas, mas não discutidas.

Toda a dinâmica observada ao longo do Discurso revela sua submissão a determinado Poder, uma vez que as figuras identificadas, os resíduos da objetividade falseada e os estereótipos abalados trabalham reprisando em diferentes textos os mesmos sentidos, os quais, portanto, operam para preservar sua energia, impor certa Ideologia, numa relação significativa que se apropria do mundo compartilhado para provocar sua ordem inalterável. Por isso dizemos que se trata de um **Discurso Encrático**. Fundamentado, ora pela obviedade, ora pelo desconhecido, pelo misterioso, seu construto valoriza a anormalidade, o extraordinário, como fonte de imobilidade. <<Não devemos forçar as margens do texto, transbordar o sentido, pois qualquer passo pode nos levar ao abismo>>, e esta fabulação nos aprisiona, ou nos

oprime até, a uma limitação languageira, que traduz o mundo num número restrito de significados. Mas como seria estar em queda livre diante do texto? O desequilíbrio, a oscilação, é o que nos coloca em movimento, que permite não apenas significar, mas ressignificar. Esta última é que parece ser a maior das aventuras.

## CONCLUSÃO

“Os signos estão por todos os lugares”. Embora esse trecho não seja uma transcrição literal – apenas o registro de um fragmento da memória – o encontramos em algum lugar nas escrituras barthesianas. Diante dele, e para atribuir-lhe uma imagem que melhor traduza o impacto da afirmação, acrescentaríamos que os signos são como gotas de chuva: pingam aqui e ali, em diferentes dinâmicas; ora vão nos molhando aos poucos, ora nos deixam encharcados, até nos darmos conta de que estamos sempre em meio a uma tempestade deles. Nossa aventura, no entanto, não é reconhecê-los, mas significá-los, e o fazendo, significamos também a nossa própria existência. Somos os sentidos que construímos, a partir de nós mesmos, mas, e invariavelmente, a partir da relação de troca e negociação que estabelecemos com o outro, este sujeito tão igual e tão diferente de nós. Ao longo desta pesquisa descobrimos, então, que a vida se constitui na linguagem.

E não estamos falando aqui apenas daquela linguagem que produzimos, dos nossos falares construídos sob um arranjo de signos e distribuídos, mas de toda e qualquer porção de linguagem que acessamos, ouvimos e, enfim, lemos. Com Roland Barthes (sua *Semiologia*) e Pedro Demo (com a *DHE*), ao longo de quase cinco anos de pesquisas<sup>47</sup>, foi possível compreender que nossa capacidade de intervenção sobre o mundo ao nosso redor também, sobretudo, está associada à interpretação. Isso porque ler é escrever: a cada frase com a qual nos deparamos no texto, a cada grupo de significantes disponíveis para leitura, acordamos em nós outras ideias e/ou imagens que vão tecendo uma narrativa nova e singular. Por isso, dizemos que é o leitor quem significa o texto enquanto lê e dizemos que, ao ler, sempre escrevemos, mesmo que seja em nós.

---

<sup>47</sup> Programa de Mestrado (2005-2006) e Doutorado (2008-2010).

Essa conjectura revela o crédito que concedemos à polissemia dos signos, ou seja, a suposição de que eles não são filiados a um sentido perene e exclusivo, nem a uma origem (o autor), mas constituem-se através do jogo dialético com o qual significantes e significados estão imbricados. Aliás, toda mensagem é constituída na (e pela) relação entre um plano de expressão (a forma) e um plano de conteúdo; por isso, tanto o *texto* quanto a *leitura* são entendidos numa perspectiva bastante plural.

O primeiro refere-se ao lugar dos sistemas de significação, independentemente da substância que o constitui ou do seu plano de expressão: podem ser livros, mas também podem ser filmes, fotografias, espetáculos de teatro, Notícias, peças sonoras. Do mesmo modo que no campo da leitura não há pertinência de objeto: leem-se figuras, cidades, rostos, gestos, cenas, etc., objetos que só encontram unidade na intenção que o leitor manifesta de lê-los.

Entretanto, a ligação entre o significante e o significado tem muito menos importância do que a organização dos significantes entre si, porque o significante é vazio; o signo é que é pleno. “O que se transmite não são ideias, mas linguagens, quer dizer, formas que se podem encher de maneiras diferentes” (BARTHES, 1981, p. 31), por conseguinte, que possibilitam ao sujeito atribuir qualquer sentido, negando a existência de uma relação estável entre forma e conteúdo.

O texto, e mais complexamente o Discurso formado por ele, ou por muitos deles, é um lugar sem fundo, lugar da multiplicidade de perspectivas e entendimentos, lugar, inclusive, de contrassensos, apresentados pelo plural rolante das combinações descobertas pelo leitor, mas que, por serem polissêmicas, deslocam-no, colocam-no em derrisão (destroem ou destituem a conteúdo lido como único). É por isso que o sujeito pode atravessar esses textos, tanto quanto ser atravessado por eles, construindo outros e inesperados sentidos, todos seus. É essa fruição que o mobiliza, esse poder do leitor de se transformar num sujeito místico em comunhão com o texto. O território dos signos, portanto, é sempre dinamizado pela sua subjetividade, mesmo reconhecendo que ela se constitua numa relação de alteridade.

Em tempo, o campo do Discurso também é o lugar da realização de formas transindividuais. Nele se desenvolve um jogo conduzido pelas regras da cultura, do

cenário histórico-social no qual a mensagem e o sujeito estão imersos e que nos fornece uma lista de códigos, convenções, protocolos e estereótipos, os quais nos conduzem enquanto o acessamos, como quem dispõe de peças numa partida de xadrez sem vencedores. Por isso, cremos que a discursividade, e a linguagem, e porque dela é constituída, revestem-se de um caráter público.

Na contemporaneidade, esse caráter pode ser evidenciado pelos Discursos midiáticos, em particular pelas narrativas jornalísticas, que, mobilizadas pela informação e pelo consumo, multiplicaram-se. Por meio delas produzimos, distribuímos e negociamos ideias sobre o mundo, explicações acerca da realidade social, e se a interpretação é mesmo um modo de intervenção, através dessas narrativas poderíamos, inclusive, transformá-la. Todavia, na guerra das linguagens a comunicação de massa parece mais próxima de um Discurso de imobilidade do que de um discurso de transformação.

Diante de tal pressuposto e conscientes do Poder dos signos, não havia alternativa senão nos colocarmos no âmago dessa problemática. Por isso, a presente investigação propôs o estudo da discursividade em nível verbal e não verbal no relato noticioso, mais especificamente, das Notícias publicadas no jornal *O Nacional* sobre os casos Clodoaldo Teixeira e Adriano da Silva, em fevereiro de 1979 e agosto de 2006, respectivamente. Fizemos isso à luz de seis categorias *a priori*: Discurso (Pirâmides Normal, Invertida e Mista, Fotografia), Fait Divers, Estereótipo, Mito, Poder e o Socioleto (Encrático e Acrático); e duas *a posteriori*, que se revelaram ao longo da análise: Ideologia e Notícia.

O Discurso é o expediente por meio do qual <<alguém diz alguma coisa para outro alguém>>; portanto, é o lugar onde o mundo é compreendido, nominado e explicado. Nas suas tramas significamos o cotidiano e nos localizamos como sujeitos históricos da realidade social. Talvez por isso ele apareça na semiologia barthesiana como o lugar de linguagem onde se inscreve o Poder.

Invariavelmente, todo Discurso se desenvolve sob a tutela do Poder, quer seja acolhido (Encrático), quer seja interdito por ele (Acrático). Como existem inúmeras linguagens sociais, ou melhor, Socioletos, os falares que a elas correspondem se configuram ancorados pela produção e repetição de determinadas figuras, colagens,



associações, constrangimentos e opressões de sentido. Suas estruturas, cada vez mais herméticas, buscam aprisionar os signos, encarcerá-los, em favor de uma percepção de mundo que desejam fabricar. O caminho que encontram para executar essa tarefa é a imposição: todo Discurso obriga seus membros a reproduzi-lo, ao mesmo tempo em que cala as linguagens dissidentes, anulando as variações dos sentidos, cobrindo as fendas no tecido-texto e solidificando a dinâmica da composição, que, ao contrário da impressão a partir daí construída, está em movimento. Por isso, dizemos que eles sempre estão comprometidos com uma Ideologia.

Categoria surgida *a posteriori* nesta pesquisa, a Ideologia pode ser considerada uma ideia de mundo exatamente na medida em que domina, e o faz isso pela posse dos espaços privilegiados de fala. A cada novo texto que coloca em circulação, por meio da estrutura mitológica e dos Estereótipos que nela se sustentam, coloniza a linguagem corrente. Seu trabalho se desenvolve, então, tendo por base dois pressupostos: 1) a conotação, ou melhor, os significados comuns produzidos pela sociedade que utiliza esta linguagem; e 2) a opressão, pois nos submete às suas regras para que possamos reconhecer e sermos reconhecidos através delas. Por causa dessa condição, em geral, dizemos que a Ideologia está associada ao *Doxa* e ao Discurso Enocrático, que, sob a chancela do Poder, quer preservá-lo.

Esse Poder, portanto, não se reduz a uma força política, mas envolve uma energia ideológica, que mobiliza os Discursos. Associado à concepção de libido freudiana, pode ser dilatado pelo conceito de prazer, cujas manifestações atravessam toda a história da civilização, embora sob diferentes significantes e em diferentes lugares. Esgotado em certos espaços e em determinados momentos, o Poder reaparece logo adiante, sob nova vestimenta, acionando outras possibilidades, diacronicamente.

A Notícia, também categoria *a posteriori* nesta pesquisa, revelou-se como uma forma discursiva particular<sup>48</sup>, um texto público disponível no ambiente social, que assume a tarefa de mediação entre o referente real e sua representação. Trata-se, portanto, de um relato atravessado pelo “efeito da realidade”, pelo compromisso com os acontecimentos do cotidiano e por certa noção de verdade, próxima das narrativas da História. Mas o jornalismo, para se distinguir desta última e exibir sua singularidade, além de exaltar o presente e/ou o passado imediato, lança mão de articulações próprias, que o indiciam e que, supostamente, lhe dão legitimidade. Entre elas está a estrutura das Pirâmides, organizadas em três formas: a Pirâmide Normal (cujos relatos são pontuados em ordem cronológica crescente), a Pirâmide Invertida (onde o corpo do texto é precedido de um parágrafo introdutório – o *lead* –, e depois segue apresentando os acontecimentos em ordem decrescente de importância) e, finalmente, a Pirâmide Mista (estrutura constituída de um *lead* seguido por uma narrativa cronológica).

Conforme Genro Filho (1988), essas formas compositivas frequentemente estão associadas a uma abordagem mais informativa do que opinativa, na qual o sujeito da enunciação se ausenta por meio da utilização da terceira pessoa do singular, reforçando a condição de natureza do relato, como se o texto noticioso não fosse o produto de algumas escolhas, de uma percepção única e subjetiva da realidade, mas a descrição daquilo que é óbvio. Diante dele, recorrentemente, temos a impressão de que não foi o jornalista (um sujeito) quem reuniu os fatos significantes, ou melhor, que ele entendia como significantes, mas que foram os fatos, por si só, que obviamente deveriam estar ali relatados daquela forma, pois é a única forma supostamente possível em qualquer jornal e para qualquer jornalista.

Essa disposição de naturalidade dos arranjos significantes, tanto no jornalismo como em qualquer outro tipo de Discurso, pode ser reforçada pelos Estereótipos.

---

<sup>48</sup> Além disso, ela é constituída por mais de um plano de expressão, contemplando o Discurso nos níveis verbais e não verbais. Por isso optamos pela categoria Fotografia. Para Barthes esta categoria pode ser pensada a partir de duas outras subcategorias: *Studium* e *Punctum*. A primeira nos permitiu que contemplássemos na análise aquele interesse sensato e descomprometido sobre as imagens, sentido que, via *Doxa*, poderiam se apanhado por todos os sujeitos, sem afetamento. Já o segundo possibilitou a construção da subjetividade diante das cenas ofertadas, pois por meio dele nos dedicamos aos detalhes pelos quais nos sentíamos atravessados.

Chamado por Roland Barthes (1988) de “necrose da linguagem”, o Estereótipo é o signo cujo sentido foi aprisionado pelo uso e que, por conseguinte, pode ser considerado um grão da Ideologia. Por um lado, poderíamos dizer que é vazio, porque significa uma meia-verdade, apenas parte dos muitos sentidos que determinado signo ou conjunto de signos pode ter. Por outro lado, é cheio, porque não dá espaços para a contradição; ao surgir, relaciona-se àquele sentido, como se ele fosse cada vez mais e mais adequado. Associado pela obviedade, o rótulo quer reduzir a complexidade das pessoas, das circunstâncias, da polissemia inequívoca do texto; por isso, ao invés de se esconder, expõe-se, por meio de uma estrutura limitada e que, por ser tantas vezes reconhecida, perde sua energia de pluralidade, eliminando os conflitos do diverso e do subjetivo, na medida em que são apresentadas aos leitores respostas pré-fabricadas e instantâneas.

Como mencionamos anteriormente, a estrutura que sustenta o Estereótipo e por meio da qual a Ideologia se realiza é o Mito. Estudando os Discursos produzidos pela cultura de massa, Barthes (2001) encontrou sete tipos de figuras mitológicas recorrentes: Omissão da História (que retira o fato de seu contexto, dissociando-o de sua origem, negando ou distorcendo sua historicidade), Vacina (que apresenta um problema menor para escamotear um problema essencial ligado aos acontecimentos narrados), Identificação (realizada como uma estratégia de distanciamento dos conflitos de alteridade), Tautologia (estrutura que impõe determinada solução através do argumento de autoridade), Ninismo (imagem que apresenta dois contrários e os nega, exaltando a imobilidade diante do real), Quantificação da Qualidade (composição que qualifica o fato por meio dos números dele extraídos) e Constatação (forma de fala em que, sob o pretexto de uma suposta ponderação, revela-se uma afirmação irrefletida).

Os Mitos contemporâneos também se desenvolvem na relação tridimensional proposta pela Semiologia, entre o significante, o significado e o signo. No entanto, ele é um sistema semiológico segundo, pois se constrói a partir de uma cadeia de sentidos que já existe antes dele. Trata-se de uma fala motivada pela intenção, e por mais diferentes que sejam os temas em torno dos quais se articulem, seu trabalho consiste em converter o ideológico e o histórico em natural. O Mito também não se

esconde em lugar algum; ao contrário, exibe-se de tal modo que sua presença se converte em interpelação, exigindo imperiosamente uma associação (mesmo que deformada) do conceito à forma.

Desmitificar as linguagens nos pareceu um modo de evitar a alienação acerca da diversidade e da complexidade da realidade social. E se essas linguagens são a matéria-prima da argamassa da comunicação, em particular do jornalismo, nosso campo de pesquisa, foi sobre os seus Discursos que decidimos nos debruçar.

Escolhemos o jornal *O Nacional*, porque é o mais antigo periódico em circulação na cidade de Passo Fundo e foi pioneiro na implementação dos formatos e observação de conteúdos no jornalismo local. No entanto, pouco se havia discutido sobre sua contribuição na constituição dos sujeitos e dos cenários a ele ligados. Além disso, escolhemos as pautas/Notícias sobre o caso Clodoaldo e o caso Adriano, porque todos os dias os jornais têm reservado espaços para informações como essas; porque as significações produzidas pelos textos publicados transportam seus elementos variantes e invariantes até os dias atuais e porque foram marcos na produção jornalística passo-fundense que ainda não haviam recebido a devida atenção no campo da ciência. Aliás, foi diante deles, permitindo o atravessamento característico de toda leitura, que descobrimos o jornalismo, assentado no pressuposto de um trabalho objetivo, como espaço de subjetividade.

A opção por Discursos alicerçados em tempos tão distintos foi pautada por inúmeras inquietações. Muitas vezes nos sentíamos apanhados pelo relato reconhecendo sua dinâmica polissêmica, suas opressões, identificando estruturas e procurando transcender suas amarras. Mas nosso propósito nunca foi imitar o leitor do século passado, nem reproduzir os sentidos construídos em 2006, até porque a cada vez que um texto é acessado se converte em outro texto, novo, aberto a inúmeras possibilidades, assim como nós nunca somos os mesmos a cada segundo que passa. O que queríamos era nos desprendermos da história como algo fortuito e, a partir dos Discursos jornalísticos, significar/ressignificar o mundo ao nosso redor.

Nessa caminhada compreendemos, com base nos textos publicados em *O Nacional*, como o jornalismo se articula para creditar relevância a determinado Discurso, posicionando-o num lugar modelar e, portanto, apresentando a narrativa

noticiosa como expressão de um problema e de uma preocupação coletiva. Tanto nas edições analisadas sobre o caso Clodoaldo quando naquelas sobre o caso Adriano, observamos a predominância da Pirâmide Invertida e a utilização do *lead*, cuja estrutura, antes mesmo das informações que oferece, converte-se em signo de universalidade e neutralidade. O primeiro consiste em acreditar que o fato e a própria percepção do fato têm uma sobrevida fora da linguagem; e o segundo, em crer que sua descrição ou significado é independente do sujeito que o recolhe da cotidianidade, ora como referente, ora como representação.

Esse efeito é, no material investigado, provocado, por exemplo, pela disposição dos textos em espaços característicos de relato e com *layout* informativo, como a editoria de <<geral>>, no caso das Notícias de 1979, e <<cidade>>, sua correspondente no projeto gráfico de 2006.

Quando, em alguns casos, os referidos textos apresentaram traços de uma estrutura opinativa, esta acabou subjugada pelo jogo mitológico estabelecido entre os significantes e constrangeu a pluralidade de significações que estariam instaladas nas fendas do macramê jornalístico. Outro elemento reconhecido nas tramas das Notícias que contribui para a configuração deste efeito de neutralidade, e por que não dizer de <<natureza>>, dos Discursos, foi a supressão dos signos enunciantes.

Trata-se de uma forma compositiva recorrente nas narrativas cuja matriz referencial é a realidade. Ela aparece no relato noticioso para significar a força deste referente, que na ausência manifesta de um autor parece falar por si próprio. Além disso, a dinâmica desse tipo de narrativa consiste em procurar um modo de adensamento temporal, ou seja, conectar por meio da relação forma/conteúdo o tempo do referente e o tempo da enunciação.

Assim como a Notícia se refere ao passado, mesmo um passado imediato, também antecipa o futuro (como vimos claramente na primeira edição do caso Adriano), que, ao ser representado, converte-se em presente. No entanto, ao antecipá-lo, empresta-lhe uma tangibilidade que ainda não tem e, provavelmente, ao se realizar, também não terá. A problemática reside no fato de que esse Discurso não produz tal caricatura como previsão, mas como afirmação, legitimando um dado como se já tivesse acontecido. Investe-se, assim, de um Poder de verdade.

Diante dessas revelações, entendemos onde, no Discurso, está a dinâmica responsável por converter o ideológico em enunciação da obviedade, interditando o trabalho da cultura e, conseqüentemente, a percepção do texto como espaço de realização da subjetividade. Ora, se tudo o que está dito já vem associado a um sentido imediato, a uma noção de verdade, e impregnado do “efeito do real”, parecem não restar muitos lugares nos quais pode ele construir significados seus, distinguir-se, questionar-se, não apenas no que diz respeito ao fato narrado, mas, sobretudo, acerca do seu lugar diante desse fato, do seu papel de intervenção na realidade dada.

Outra forma de restrição do texto como espaço de sentidos múltiplos é a estrutura fragmentada, que nos dois casos (das edições publicadas em 1979 e nas edições publicadas em 2006), embora se revele sob artifícios distintos, teima em se reproduzir. Esparramados em páginas sequenciais e até nas mesmas páginas, esses textos, apesar de contemplar os mesmos temas, encerram-se em si próprios, resgatando e, especialmente, repetindo as informações, como se o fato fosse recriado em cada uma das Notícias.

No caso Clodoaldo, tal tropo se organiza em torno de Notícias inteiras, cada qual acompanhada de cartola, manchete, *lead* e descrição pormenorizada do mesmo, aprisionando o acontecimento numa redoma de isolamento da estrutura. Já no caso das Notícias sobre o julgamento de Adriano da Silva, a articulação se dá em torno de tópicos, como se cada um deles contivesse sua própria porção de <<verdade>> e dispensasse o jogo dialético dos diferentes pedaços. Neste caso, no entanto, por perverter a estrutura típica, o relato assim organizado talvez nos desarranje diante do texto e, com isso, permita perceber a infinitude de combinações por meio das quais é possível produzir significados. Para encontrar essas fissuras no Discurso, onde podemos estar em fruição, dependemos, porém, do reconhecimento da força do leitor em significar, com sua bagagem cultural, sua subjetividade, os signos oferecidos e as estruturas nas quais estão imersos.

Outro tipo de parcelamento do Discurso observado em ambas as edições (deste e do século passado) é a organização do relato em unidades estruturais, no mais das vezes representadas por palavras que se convertem em subtítulos de uma

mesma Notícia. Sua presença parece recortar o todo da realidade via nomenclatura, quase sempre a estereotipando, como quem nega a complexidade pertinente a todo dado do real e, por conseguinte, viabiliza um vínculo descomprometido por parte do sujeito da enunciação com o acontecimento. Ao fragmentar os fatos em idas e vindas, desloca-os no tempo e no espaço, exigindo uma operação muito atenta e minuciosa caso haja disposição em recompô-los.

A fragmentação Discursiva, porque dilacera o fato até o desaparecimento de sua historicidade e valoriza as consequências, também evidencia outra estrutura que encontramos em todas as Notícias analisadas nesta pesquisa: o *Fait Divers*. Caracterizado por introduzir a noção de conflito no ordinário, ou seja, abordar pela via da comoção os acontecimentos factuais que envolvem o homem comum, esta composição narrativa procura compreender o sensacional sob a justificativa da tragédia, do acaso e do cúmulo.

Nas Notícias sobre a morte de Clodoaldo Teixeira observamos o *Fait Divers* de Coincidência, do subtipo Antítese, associado ao de Causalidade, do subtipo Causa Perturbada. A primeira revela-se na medida em que há uma inversão dos papéis estabelecidos socialmente, visto que aquele que deveria proteger (o brigadiano) é aquele que fere e mata, e aquele que deveria ser protegido (o menino) é aqui vítima. Já a Causa Perturbada se manifesta pela abordagem enfática dada aos efeitos, o que não significa dizer que o relato ignora ou esconde a causa, mas a deforma ou simplifica pela imprecisão. Ambas as estruturas também podiam ser percebidas na Notícia “Outro Morto”, já que as circunstâncias relatadas são parecidas. Entretanto, neste último caso foi necessário ainda nos debruçarmos sobre o subtipo Repetição, uma vez que a própria chamada de capa indica um acontecimento que se repete, portanto significa.

Nas Notícias do julgamento de Adriano da Silva observamos o *Fait Divers* de Causalidade, também do subtipo Causa Perturbada e, com pouca ou nenhuma ênfase, de Causa Esperada. A primeira refere-se na Notícia aos motivos que levaram Adriano a matar 12 crianças. Não se trata de um mistério, mas de um desvio: nenhum deles pode ser inteiramente alcançado ou explicado pela racionalidade. Então, essa explicação ficou a cargo da tragédia. Mas ao mesmo tempo, de outra

perspectiva, com menos relevo, a comoção vivificou-se pela essência: são crianças. Também na publicação do século XXI encontramos um *Fait Divers* de Coincidência, a Antítese; no entanto, ela não parece relacionada às personagens, mas a outros dois termos paradoxais (o amor e o prazer), que se aproximam na narrativa, invertendo determinados sentidos para conotar a transgressão, a irregularidade. Neles a metáfora, convertida em rótulo, aparece como uma evidência do encerramento do signo.

Contudo, essas Notícias também nos mostraram que o leitor, embora se debata numa estrutura de interdições, sempre pode encontrar interstícios no texto sobre o qual vagueia e excedê-lo em busca do abalo do sentido. Como os Discursos noticiosos são compostos por mais de um plano de expressão, é a Fotografia, por exemplo, que pode levá-lo à margem da cultura, a suas dobras, até o despedaçamento da linguagem em incontáveis significados. Isso porque a imagem, para a Semiologia, guarda uma polissemia congênita, e foi em seus claros e escuros, enquadramentos e recortes que encontramos as rupturas mais significativas com o sistema linguageiro do Discurso Encrático.

O interesse curioso e coletivo pelas cenas estampadas na capa e no interior dos jornais, em geral, se mobiliza em torno das mesmas questões, não importando, sobremaneira, o ano ou o caso aos quais se referiam. Era uma procura elusiva ao reconhecimento do objeto estampado na imagem; queriam dar ao nome (Clodoaldo ou Adriano) um rosto; ao caso, uma prova (a camiseta); à mobilização, uma consequência: revolta (no caso de Clodoaldo) e arrependimento ou culpa (no caso de Adriano).

Todavia, foi no detalhe que nos sentimos atravessados pela fotografia, ora como espelhos de nós mesmos, ora, sobretudo, como o outro que é reconhecido. Embora o caleidoscópio da alteridade integre toda e qualquer relação discursiva, foi na imagem que nos sentimos arrebatados pelo Discurso. Nas Fotografias publicadas nas edições de fevereiro de 1979, percebemos esse vínculo quase afetivo entre o leitor e o texto em três momentos singulares. O primeiro refere-se à foto de capa do dia 06, onde aparece um *close* de Clodoaldo. O olhar do protagonista parecia



interpelador, olhar anúncio, dentro do qual nos reconhecíamos, não como iguais, mas como o outro que é olhado. Era um olhar signo, signo da nossa existência.

Do mesmo modo, na foto de capa do dia 07 foi também o olhar que nos arrebatou; um meio olhar da menina/mulher, cujo rosto está parcialmente amputado do enquadramento da foto. Primeiro, pareceu-nos um olhar observador, mas, imediatamente depois, converteu-se em signo da intimidade para denunciar a invasão que acabávamos de cometer ao repará-lo.

Também a imagem do homem nu acordou certa inquietação. A nudez sugerida, embora não confirmada, constituiu-se em declaração, em cobrança de amparo ao corpo exposto: do seu e/ou do outro.

Por fim, evidenciamos ainda como deslocamento do sujeito diante da imagem o reconhecimento do signo da ação: disparado pelo corpo em vida na foto de contracapa do jornal do dia 07. Por meio dele percebemos um dos rolamentos através dos quais a trama do Discurso excede o cerceamento do signo, desconsidera a *parada* do sentido, porque a ação é movimento e sua representação, naquele instante em que o referente foi captado, não permitiu o indicativo do fim.

Já, no caso das imagens ligadas às Notícias sobre o caso Adriano, embora algumas tenham nos alcançado de maneira pungente, uma expressa de modo relevante o contexto, elemento que tantas vezes desaparece da narrativa verbal: sobre o fundo branco da folha do jornal, Adriano está sozinho, deslocado no tempo e no espaço; sua companhia são as acusações publicadas em letras garrafais ao seu redor e, principalmente, um perfil, uma descrição de si que o outro lhe traçou. Na representação construída, o Adriano que vemos é o Adriano do outro, esse outro que o caracteriza, que o percebe de fora, por fora, que lhe aponta o dedo e o reveste de uma imagem/signo a partir da qual, naquele Discurso, ele passou a existir.

Temos certa dificuldade em compreender e aceitar a diversidade. O outro, embora seja um de nós, é sempre diverso. Por isso, ao longo do Discurso do *O Nacional* a imagem de Adriano, cuja representação foi construída por outro, é no mais das vezes estereotipada, caricatural: um matador, predador, irrecuperável. O rótulo reduz a complexidade, desorigina e oferece solutos sobre a realidade, os comportamentos e as circunstâncias. No caso dos relatos noticiosos de agosto de

2006, estereotipadas também estão as ideias de “juízo”, “condenação” e “cadeia”, que aparecem simplificada e como resolução de apenas um problema identificado pela narrativa: o do <<assassino que não pode ficar à solta>>.

O Estereótipo realiza-se por meio de um signo que acorda a cada aparição o mesmo sentido, naturalizado. Todo Discurso carrega seus estereótipos, inclusive os Discursos fora do Poder. Por isso, sua ocorrência não se reduziu às Notícias do caso Adriano, mas o encontramos espalhado por todos os textos. Na primeira e na segunda edição de 1979, por exemplo, observamos o Estereótipo da revolta como uma ação sempre exaltada e descontrolada; do Estado como pai, como irresponsável; e da etiqueta colocada na dor e no sofrimento. Nessas Notícias, as manifestações e seus partícipes ainda sucumbem à imagem de “motoqueiros”, que em alguns momentos são todos (todos os manifestantes são motoqueiros) e, em outros, são apenas eles (os que andam de moto). Daí vem a preocupação de Barthes (1988) de atentar para o caráter político do estereótipo, revelando-o como a figura principal da Ideologia.

As ideias constituem-se de linguagem e organizam-se em estruturas. O tipo de composição que sustenta o Estereótipo e impõe a Ideologia é o Mito, que foi mapeado em sete figuras, todas presentes nos Discursos em questão: no caso Clodoaldo estão: a Omissão da História, instalada na deformação das causas; a Identificação: nas nomeações de Clodoaldo, <<o cidadão>>, aquele que necessita de proteção e que é “a vítima”, portanto, nos representa. Ao mesmo tempo, há a oferta de modelos para aqueles que são os outros de nós: “motoqueiros” e os “brigadianos”. A figura da Quantificação da Qualidade aparece por meio dos dados coletados: número de pessoas que participaram das manifestações e número de disparos que mataram o menor de idade. Já a Constatação mostra, num primeiro momento, como o Discurso jornalístico, uma vez legitimado, passou a se revestir continuamente como voz autorizada da interpretação e, no segundo, apresenta a opinião pública como motivadora de uma conclusão.

Há ainda o Mito da Vacina, fomentado pela retórica do tumulto em detrimento da discussão acerca do fato, e a Tautologia, que aparece na imposição do major Piaguaçu, quando, sob o signo da autoridade, <<colocou um ponto final na

manifestação>>. Por fim, está o Ninismo, que apresentou dois contrários, civil *versus* militar, e rejeitou os dois.

Nos textos que compõem o Discurso sobre o caso Adriano da Silva, os Mitos instituem, por meio da retórica, as figuras da Constatação, ligada ao argumento da maldade; da Vacina, relacionada ao rótulo da <<solução>>, e do laudo emitido pelo Instituto Psiquiátrico Forense; a Omissão da História, reforçada pela fragmentação dos textos, e a Identificação, cuja articulação se dá por meio da construção de modelos com base nos quais percebemos os outros e a nós mesmos. Exemplo dessa estrutura é a nomeação de Adriano como “predador”, que sob esta tutela fica em oposição a nós, que, diferentemente dele, <<sabemos>> os limites do instinto. Trata-se de um tipo de composição que busca impedir a impressão de desequilíbrio acerca da nossa própria existência, evitando o questionamento sobre quem somos.

A categoria Poder, em virtude da dilatação concedida pela percepção barthesiana sobre ela, revela-se por meio das mais variadas manifestações. Elas estão muito além dos poderes institucionais, aqueles legalmente constituídos (Brigada Militar, Estado, Instituto Psiquiátrico Forense, defensoria pública, júri, juízes, advogados); dos legitimados (vereadores e presidente de associações civis) e dos constituídos (os manifestantes). Como uma energia mobilizadora, liga-se, num primeiro momento, tanto no caso Clodoaldo quanto no caso Adriano, ao próprio potencial do jornalismo ao se configurar em voz autorizada, como já mencionamos. Seu produto é inquestionável e, consecutivamente, imparcial. Este Poder ficou evidente no próprio Discurso ou se revelou nas formas que ele assumiu.

Percebemos também o Poder do homem em relação a si mesmo e em relação aos demais seres vivos, o qual, para evoluir, consegue controlar seus instintos. E, mais adiante, o Poder de Adriano, como autor, assassino. Embora o psiquiatra promova outras justificativas para o comportamento do réu, a estrutura da narrativa denuncia: ele mata motivado pelo prazer.

Mas há também nessas relações entre o Poder e o relato noticioso uma dialética que desassossega o assédio do qual certas leituras são reféns. Ora, se o Poder é invariante no Discurso, ao percebermos sua ausência nos sentimos em uma rota abalada: isso aconteceu nas Notícias sobre Clodoaldo, ao observarmos a

ausência do Poder paterno (aquele que nada pode fazer por seu filho) e a insuficiência de Poder do homem diante de seu próprio corpo depois de morto.

Esses poderes que se particularizam na Notícia são dedos que apontam para o tipo de Discurso e interlocução produzido pelo *O Nacional*, um Discurso Encrático que se desenvolve sob sua proteção. Ele traz figuras de opressão e constrangimento dos sentidos, buscando, por meio do jogo estrutural no texto, encarcerar o trabalho de significação, motivado a se restringir a poucos significados, imediatamente relacionados a muitos significantes.

Assim, embora as narrativas publicadas em fevereiro de 1979 e agosto de 2006 contemplem temas peculiares, seus textos convergem para a mesma imobilidade, manutenção e acordo com a realidade estigmatizada. Ambos conservam figuras de linguagem que se reprisam, sob circunstâncias muito semelhantes, e provocam poucos abalos e/ou atravessamentos, mesmo estando separadamente conectados a um momento histórico particular, no qual as relações sociais e os sistemas de linguagem poderiam evidenciar uma cultura e uma Ideologia distintas em relação às narrativas jornalísticas mais contemporâneas. Interditados ficaram, então, os espaços onde cada leitor podia se realizar diante da polissemia liberta do signo – mas nunca completamente, porque a interdição só se efetiva no sujeito e pelo sujeito.

Porém, ao mesmo tempo, nem toda tentativa de aprisionamento e imposição de determinada Ideologia, assim como o resgate dos Discursos localizados em tempos diferentes, foi suficiente – diante da acuidade com que nos relacionamos com as Notícias – para nos impedir de **estar** no texto. Ao longo das leituras, reconhecemos o outro, nos reconhecemos, questionamos o lugar e o compromisso do sujeito com o mundo.

Em cada significado construído ao longo dos Discursos acessados descobrimos que eles são habitados por aspectos muito mais complexos do que apenas Mitos e Estereótipos, poderes imperativos, falas sobre o extraordinário e explicações mágicas para conflitos que fogem à nossa capacidade imediata de compreensão lógica.

Diante dessas Notícias, a cada novo sentido que produzimos, dizemos o que somos, quem somos - mesmo que essa tarefa se constitua diante de um *Fait Divers* muito antigo, construído e publicado antes de nascermos. Isso porque só nascemos de fato diante do Discurso quando o lemos. A enunciação e a existência são do tempo presente, assim como o jornalismo que converte o passado e antecipa o futuro em <<aqui e agora>>. Eles só existem quando se transformam em linguagem, e esta sua existência só dura o tempo em que tais linguagens, que dão nomes às coisas e às pessoas do mundo, permanecem embaladas pela dinâmica dialética da comunicação.

Assim, o jornalismo – tantas vezes exaltado como um texto público e privilegiado, que tem como missão contemplar o referente real na perspectiva de algum tipo de <<verdade>> e que supostamente atenderia a uma massa de leitores/ouvintes/espectadores – revelou-se na trama do Discurso também como espaço de subjetividade.

Se alguns pesquisadores já o desejaram imparcial, coisa que não pode ser, uma vez que suas Notícias são sempre produto das escolhas de alguém, do recorte de um olhar sobre a realidade, e se, pretensamente, tenta ser objetivo, é preciso que reconheçamos seu potencial de diversidade. A cada dobra do tecido jornalístico nos fazemos e refazemos por meio dos significados com os quais preenchemos seus significantes, da expressão da cultura que se arrasta conosco, do translinguístico que nunca abandona a linguagem. Realizamos-nos no texto na mesma medida em que o significamos, e apenas enquanto o estamos fazendo. Fora da linguagem tudo parece escuridão.

Ao final desta pesquisa, acreditamos ter contribuído para os estudos da Mídia, em geral, na medida em que indicamos o Jornalismo não apenas como uma narrativa social coletiva, mas como lugar de significação da subjetividade. Por um lado, é esse relato jornalístico que preenche o sentido da História (como espaço de memória ressignificada) e, por outro, é quem por meio do Discurso preenche o sujeito da enunciação. Ao jornalista fica, assim, a subversão das regras de escritura, trama da Notícia, e aos leitores, a liberdade polissêmica dos signos e a superação do engodo de que história é natureza. É uma condição que nos obriga a reincidir o olhar

sobre esse fazer, não apenas como escreventes da sua práxis, mas, também, como fazedores, cuja proposição está em arrombar antes os modos de dizer do que só os sentidos produzidos.

Já no que tange aos estudos da comunicação midiática local, esta pesquisa permite articular os textos de *O Nacional* com o intertexto da História e da sociedade passo-fundense, vivificando duas narrativas que marcaram as transformações do jornalismo na cidade e na região, primeiro pelas pautas pontuadas, depois pelas rupturas discursivas que provocaram em relação à prática noticiosa que o antecedia e, sobretudo, por revestirem o espaço dos relatos, cuja importância seria supostamente consensual, de cotidianidade, dinamizando as existências e as identidades.

Ao deflagrar a dimensão dos Discursos produzidos pelo Jornalismo, mas não só por ele, também pelas diferentes modalidades da comunicação midiática, na constituição das individualidades, entendemos que não há espaço para a imobilidade. Estamos conscientes de que o tema investigado não se esgota aqui. Há outras fissuras que ainda podem ser encontradas no Discurso Jornalístico, deste e de outros casos, sobre as quais ainda podemos nos debruçar.

Assim, na sequência deste trabalho, propomos um projeto de pós-doutoramento agregando ao conhecimento até agora construído as discussões pertinentes aos novos cenários diante dos quais esses fazeres se encontram: o universo digital. Empiricamente, temos observado que também ele se pulveriza em inúmeros textos, em múltiplas linguagens e, sobretudo, em dinâmicas estruturais bastante diversas, que apresentam um novo ingrediente para esse leitor: a nominada interatividade. Como a discursividade se particularizaria nesses espaços – no chamado Intermídia – no portal *online* do jornal *Diário da Manhã* (Passo Fundo/RS), no ar desde outubro de 2010?

A Semiologia barthesiana e a Dialética Histórico Estrutural continuarão sendo nossas parceiras nessa caminhada, pois para elas a questão do sujeito é decisiva na configuração da realidade social. Sob suas lentes, todo homem compõe a situação dada na medida em que existe, mas realiza-se por meio da ação (e do Discurso) no mundo social, que lhe é peculiar.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. e outros. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue** - um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1994.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Corpo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. V.2. São Paulo: Ática, 1990.

BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001(b).

\_\_\_\_\_. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978.

\_\_\_\_\_. **Como viver junto**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2001 c.

\_\_\_\_\_. **Ensaio Críticos**. Lisboa: Edições 70, 1971.

\_\_\_\_\_. **Escritores, intelectuais, professores**. Lisboa: Presença, 1972.

\_\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **O grão da voz**. Lisboa: Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Variações sobre a escritura**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

BERTOL, S. **Tarso de Castro**: editor de O Pasquim. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

BURNEIR, Luiz Otávio. **A arte de ator**: da técnica à representação. Campinas: editora da Unicamp, Campinas, 2001.

CIRNE-LINA, C. R. **Dialética para principiantes**. 3ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

DEMO, P. **A dialética hoje**. 2ª ed. Petrópolis: Cutrix, 1990.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DION, S. O “fait divers” como gênero narrativo. In: **LETRAS 34**, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Acesso em: jul. 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras>.

DORNELLES, Beatriz. Trajetória da imprensa gaúcha. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO (ALAIIC), Facultad de Periodismo y Comunicación da Universidad Nacional de La Plata, Argentina, de 11 a 16 de outubro de 2004. **Anais**.



D'OUTRORA, J. A imprensa em Passo Fundo. **O Nacional**, 15 jul. 1925, Livraria Nacional, 1925.

O NACIONAL. Nº 01, 19 jun. 1925, Livraria Nacional, 1925.

O NACIONAL. Ano 57. Nº 15.007. 6 de fev. 1979. Passo Fundo – RS.

O NACIONAL. Ano 57. Nº 15.008. 7 de fev. 1979. Passo Fundo – RS.

O NACIONAL. **Editorial**. Disponível: [www.onacional.com.br/quemsomos](http://www.onacional.com.br/quemsomos). Acesso em: 7 jun. 2005. Online.

O NACIONAL. Ano 82. Nº 23.258. 15 de ago. de 2006. Passo Fundo – RS.

O NACIONAL. Ano 82. Nº 23.259. 16 de ago. de 2006. Passo Fundo – RS.

FREIRE, M. Pesquisa em multimeios: sons e imagens na encruzilhada das artes e das ciências. In: WEBER, M. H.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 101-117

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. Brasília: Ortiz, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo 2000**. Disponível: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15 nov. 2005. Online.

MARQUES DE MELLO, J. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MARQUES DE MELLO, J. e QUEIROS, A. (coord.) **Identidade brasileira no final do século**: estratégias comunicacionais aos enraizamentos e ancoragens culturais. São Paulo: UESP, 1998.

RIBAS, D. A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passofundense. In: SILVA et al. **Estudos de geografia regional**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

RODIGHERI, M e outros. As transformações espaciais do território do município de Passo Fundo – 1857-1992. In: SILVA et al. **Estudos de geografia regional**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

RAMOS, R. J. **O poder da forma**. Notas de aula. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, 2006.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, J. P. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Grifos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.